

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Doutorado em Educação

SIMONE CRISTINA SPIANDORELLO

**RELAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: PADRE SABOIA E A
ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS -
ESAN**

Itatiba

2015

SIMONE CRISTINA SPIANDORELLO – RA 001201001186

**RELAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: PADRE SABOIA E A
ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS
ESAN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São
Francisco, para obtenção do título de Doutora em
Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima
Guimarães

Itatiba

2015

65.002 S733r	Spiandorello, Simone Cristina. Relações sociais na educação: Padre Sabóia e a Escola de Administração de Negócios ESAN / Simone Cristina Spiandorello. -- Itatiba, 2015. 208 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação da Universidade São Francisco. Orientação de: Maria de Fatima Guimarães 1. Administração – Estudo e ensino. 2. Escola Superior de Administração de Negócios. 3. Medeiros, Roberto Sabóia. 4. Administração científica. 5. Relações sociais na educação. I. Guimarães, Maria de Fatima. II. Título.
-----------------	--

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de Processamento Técnico da Universidade São Francisco.



UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO

Simone Cristina Spiandorello defendeu a tese "RELAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: PADRE SABOIA E A ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 23 de fevereiro de 2015 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente



Profa. Dra. Luzia Bueno
Examinadora



Prof. Dr. Nilo Agostini
Examinador



Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas
Examinador



Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar
Examinador

Campus Bragança Paulista
Campus Campinas - Unidade Cambui
Campus Campinas - Unidade Swift
Campus Itatiba
Campus São Paulo

Av. São Francisco de Assis, 218 - Jd. São José - CEP 12916-900 / Tel.: 11 2454.8000 / Fax: 4034.1825
R. Cel. Silva Teles, 700 prédio C - Cambui - CEP 13024-001 / Tel.: 19 3779.3370
R. Waldemar César da Silveira, 105 - Swift - CEP 13045-510 / Tel.: 19 3779.3300 / Fax: 3779.3321
R. Alexandre Rodrigues Barbosa, 45 - Centro - CEP 13251-900 / Tel.: 11 4534.8000 / Fax: 4534.8015
R. Antonieta Leitão, 129 - Freguesia do Ó - CEP 02925-160 / Tel.: 11 3411.2950 / Fax: 3411.2978

Agradecimentos

A partida de meu pai transformou nossas vidas e, hoje caminhamos ainda mais unidos e corajosos. Sou grata por essa lição, e pelo amor dos que caminham ao meu lado: Inês, André, Flávia, Fernanda e Jorge, alegrados pelos encantadores pequenos Júlia, Helena e Augusto.

Agradeço ao Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Junior pela orientação e acompanhamento, pelas oportunidades, pelo apoio e por me apresentar caminhos e possibilidades de amadurecimento da pesquisa.

À Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães pelo acolhimento e generosidade de seus atos e palavras, por suas sábias recomendações e por toda sua contribuição ao desenvolvimento deste trabalho, desde a banca de qualificação até a final.

À Profa. Dra. Luzia Bueno pelas contribuições com a qualidade da pesquisa, pelas sugestões e pelo companheirismo.

Ao Prof. Dr. Fr. Nilo Agostini por desvelar o fascinante mundo da Ação Católica, da atuação da Igreja Católica e de seus membros numa sociedade capitalista em constante mudança.

Ao Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas por compartilhar seu conhecimento, oferecendo contribuições para a elevação do nível da pesquisa e do diálogo com outras pesquisas e pesquisadores.

Ao Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar pela zelosa leitura e importantes contribuições para o trabalho com as cartas, fontes primárias dessa pesquisa.

Agradeço à Profa. Dra. Paula Leonardi, pelas contribuições dadas durante a banca de qualificação deste trabalho, que muito colaboraram para seu desenvolvimento e aprimoramento.

Agradeço ao Pe. Peters por permitir acesso ao arquivo da ordem jesuíta localizado no Colégio São Luiz em São Paulo. Ao irmão Castro pelo acompanhamento e gentil acolhida e à Rosângela que esteve sempre presente. Agradeço a todos os demais que contribuíram para que o acesso às fontes se tornasse realidade, dentre esses, um especial agradecimento à Profa. Leila Pagnozzi.

À Universidade São Francisco agradeço pela bolsa de estudos concedida e por permitir e favorecer o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos amigos que estiveram por perto e que percorreram, a meu lado, trechos deste caminho.

RESUMO

O desenvolvimento industrial e o grande crescimento populacional da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século passado, impulsionados, principalmente, pela imigração estrangeira, são parte do contexto de grandes transformações como a translação do poder econômico para a emergente classe industrial, da articulação de movimentos trabalhistas e de consolidação dos ideais republicanos, dentre eles o Ensino Superior, pensado para formar uma elite intelectual capaz de realizar a pretendida modernização do país. Foi nesse contexto que se deu a criação da primeira escola de administração em nível superior no país, a Escola de Administração de Negócios - ESAN, fundada, em 1941, em São Paulo, pelo padre jesuíta Roberto Saboia de Medeiros cuja trajetória foi muito marcada por sua atuação junto aos grupos de formação de trabalhadores e por suas contribuições à contenção dos movimentos anarquistas e do comunismo. Os fragmentos da história de constituição da ESAN narradas nesta pesquisa foram reconstituídos a partir das cartas escritas por Roberto Saboia de Medeiros a seu pai, e demonstram de que forma as redes de relações sociais, por ele constituídas, deram suporte às suas realizações, tendo na Campanha do Continho sua mais forte representação. O Continho foi um esquema de recebimento de donativos de pessoas físicas e jurídicas, que financiou a criação da ESAN, bem como, de outras obras ligadas a Ação Social, entidade jurídica criada por Saboia para abrigar e gerenciar, além da ESAN, obras de assistência social, uma gráfica e a Faculdade de Engenharia Industrial – FEI. A reconstituição dessa parte da história da ESAN a consolida como a primeira escola de administração em nível superior a ser criada no Brasil e trás contribuições para a história do ensino de administração no país.

Palavras-chave: Ensino de Administração; Escola Superior de Administração de Negócios, Padre Saboia, Administração Científica, Relações Sociais na Educação.

ABSTRACT

The industrial development and the huge population growth of Sao Paulo city in the first decades of last century, mainly boosted by foreign immigration, are part of the context of changes such as the economic power moving towards to the emergent industrialists class, the labor movements and the consolidation of republican ideals, higher Education amongst, taken as a way to build an intellectual elite capable to achieve the desired modernisation of the country. This was the context of first higher education administration graduate school foundation, in the country, the *Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN*, founded in 1941, in São Paulo, by the jesuit priest Roberto Saboia de Medeiros whose trajectory was marked by his interaction with workers training groups and his contributions to anarchist movements and of communism containment. The passages of ESAN's foundation, here narrated, were reconstituted from the letters written by Roberto Saboia de Medeiros to his father, and demonstrates how the social network he established, gave him the support to achieve his goals, having *Campanha do Continho* as its strongest feature. The *Continho* was a donations scheme for raising Money from individuals and legal entities, which financed the ESAN's foundation, as well as, other works related to Social Action, a legal entity created by Saboia to hold and manage, beyond ESAN, his social assistance works, a printing industry and the Industrial Engineering Graduate School- FEI. The reconstruction of this part of ESAN's history consolidates it as the first higher education administration graduate school in Brazil and gives contributions to the history of administration teaching in the country.

Key-words: Administration teaching; Higher education administration graduate school; Father Saboia; Scientific administration; Social relations in education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1: Foto da Comunidade da Residência de São Gonçalo, São Paulo, 1949</i>	<i>30</i>
<i>Figura 2: Desenho ilustrando os doadores da Campanha do 'Continho'</i>	<i>89</i>
<i>Figura 3: Administrador.....</i>	<i>94</i>
<i>Figura 4: Mesa solene da Aula Inaugural de 1957.....</i>	<i>100</i>
<i>Figura 5: Posse da nova diretoria do Centro Acadêmico Morvan Dias de Figueiredo</i>	<i>101</i>
<i>Figura 6: Cerimônia de formatura da turma de 1959</i>	<i>101</i>
<i>Figura 7: Formandos da turma de 1959</i>	<i>102</i>
<i>Figura 8: Foto da cerimônia de assinatura do convênio entre Ação Social e PUC/SP.....</i>	<i>115</i>
<i>Figura 9: Antonio Devisate assinando o convênio com a Ação Social para manutenção da FEI.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 10: Pe. Bueno assinando o convênio com a Ação Social para manutenção da FEI.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 11: Pe. Bueno e Peter Grace, presidente do Brazilian Technological Fund Inc. em Nova York.....</i>	<i>118</i>
<i>Figura 12: Mesa Solene de Abertura da III Jornada de Empresas.....</i>	<i>145</i>
<i>Figura 13: Plateia da III Jornada de Empresas.....</i>	<i>145</i>
<i>Figura 14: Convite para a IV Jornada de Administração de Empresas.....</i>	<i>146</i>
<i>Figura 15: Abertura da IV Jornada de Administração de Empresas</i>	<i>146</i>
<i>Figura 16: Convite de formatura da turma de 1960</i>	<i>147</i>
<i>Figura 17: Dedicatória de Roberto Saboia de Medeiros a Roberto Simonsen.....</i>	<i>166</i>
<i>Figura 18: Retrato de Roberto Saboia de Medeiros.....</i>	<i>201</i>
<i>Figura 19: Carta Aberta enviada aos contribuintes da Campanha do Continho</i>	<i>202</i>

LISTA DE SIGLAS

CFE	Conselho Federal de Educação
CFTA	Conselho Federal de Técnicos de Administração
CIESP	Centro das Indústrias de São Paulo
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COTEP	Conselho de Orientação Técnica da Produtividade
CPAS	Comissão Permanente de Ação Social
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRTA	Conselho Regional de Técnicos de Administração
CTT	Centro Técnico do Trabalho
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
ESAN	Escola Superior de Administração de Negócios
FCA	Fundação de Ciências Aplicadas
FEI	Faculdade de Engenharia Industrial
FEI	Fundação Educacional Inaciana
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IIOST	Instituto de Organização Científica do Trabalho
ITAN	Instituto de Administração e Negócios
MIT	Massachusetts Institute of Technology
ORT	Organização Racional do Trabalho
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAGE	Reorganização Administrativa do Governo do Estado
s.j.	<i>Societas Iesu</i>
TWI	<i>Training within industry</i> (Treinamento na empresa)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
LISTA DE SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTO	21
2. Pe. Roberto Saboia de Medeiros: Erudição e articulação	30
2.1 A Ação Social e Outras Empresas	50
3. A Universidade Católica “de Sabóia”	59
3.1 Um sistema articulado	70
3.2 A Campanha do Continho	74
3.2.1 Cartas aos “Amigos”	84
4. Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN: Implantação e consolidação	98
4.1 ESAN: Instituto complementar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	113
4.2 Os conteúdos do Curso	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
FONTES DOCUMENTAIS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXO I	166
ANEXO II	167
ANEXO III	201
ANEXO IV	202
ANEXO V	203

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de implantação e consolidação da primeira escola de Administração em nível superior, no Brasil, sob o ângulo das articulações e relações sociais estabelecidas por seu fundador, Pe. Roberto Saboia de Medeiros s.j. e seus pares, bem como estudar a estrutura e o funcionamento deste, que foi o primeiro curso Superior de Administração no país, analisando as práticas de ensino adotadas e os conteúdos ensinados.

A escola foi inaugurada em 1941, em São Paulo, com o nome de Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN, que ainda perdura, sendo mantida pela Fundação Educacional Inaciana - FEI. Seus diplomas foram reconhecidos em 1961, pelo Ministério de Educação, e conferiam o grau superior. Até a promulgação da Lei Federal n. 7.321, de 13 de junho de 1985, o profissional da área era formalmente denominado “Técnico de Administração” e somente após a promulgação lei é que passou a ser denominado “Administrador”. O período que a pesquisa compreende, entre os anos de 1941 e 1961, foi assim delimitado, por ter sido em 1941 a data de criação da escola e 1961 o ano de reconhecimento de seus diplomas, dois importantes momentos dessa história de implantação e consolidação da primeira escola de administração no país.

Com o desenrolar da pesquisa, o desafio se concentrou na leitura das entrelinhas dessa história, que foi se revelando de modo descontínuo, claro, mas entremeada pela particularidade dos indivíduos e das mentes que emprestaram suas convicções e habilidades ao processo de criação de uma escola e de um campo profissional. Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito de um projeto de pesquisa liderado pelo professor Moysés Kuhlmann Júnior e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, intitulado Educação e Relações Sociais na História, cujo objetivo era aprofundar e ampliar as discussões teóricas e metodológicas que consideram a historiografia educacional no interior das relações sociais.

O estudo do ensino de Administração e da constituição e consolidação deste campo profissional foi também o tema das minhas pesquisas de mestrado. As pesquisas iniciais foram, principalmente, pensadas e analisadas a partir dos conceitos de campo social, capital simbólico e *habitus*, de Pierre Bourdieu, e buscavam, primeiro, identificar quais eram os saberes considerados próprios do profissional da administração e, posteriormente, compreender o esforço feito para que esse conjunto de saberes fosse transmitido por meio da educação escolar para, dessa forma, legitimar o “profissional” Administrador. Essa análise nos auxiliou a compreender que os membros de um determinado campo social e,

como tal, a profissão de administrador, empreendem “revoluções específicas” como estratégia para conquistar lugar, reconhecimento e legitimidade de ações naquele campo (BOURDIEU, 2004). Da mesma forma, estava gerado o embrião desta nova pesquisa, que se detém nas relações sociais estabelecidas, nas redes de trabalho ou de apoio que se formaram e se articularam em prol do surgimento da primeira escola de administração, bem como de sua consolidação, incluindo-se nesse processo a criação e a gestão do curso.

Assim, as constatações daquela primeira pesquisa emprestam justificativas para esta nova. Com o passar do tempo, a problematização e a reflexão sobre esse tema ampliaram a percepção de que a Administração Científica rapidamente se consolidou, dentro e fora das fábricas, legitimada por um discurso despolitizado, facultado pela racionalidade do método científico da qual foi investida, mas, também, propulsionada pelo entusiasmo de um grupo de industriais paulistas com a Racionalização, como demonstraram Antonacci (1993), Weinstein (2000) e De Decca (1983). Unanimemente, os teóricos e estudiosos do campo da Administração definem o administrador profissional, como aquele que direciona ações, influencia pessoas, define e determina diretrizes, aquele que dirige, que conduz. Revelados, pois, esses aspectos, já não faz sentido analisar um marco histórico como a criação da primeira escola de administração em nível superior sem dar voz e espaço às articulações, às “revoluções” e a seus representantes.

Em São Paulo, por volta da década de 30, o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT foi um dos expoentes na divulgação e disseminação dos princípios de Organização Racional do Trabalho (ORT), viga mestra da administração científica. Seus fundadores e membros eram empresários, professores, homens da imprensa e políticos que transitavam pelo Instituto e por outras várias instituições que compartilhavam o mesmo entusiasmo pela administração científica.

A organização racional do trabalho potencializava a expansão do capital industrial por meio da intensificação do trabalho e, para De Decca (1984), se fortalecia pela implantação da política estatal da Era Vargas. Mas nas mãos daqueles homens, a administração científica operava não apenas como aparato de controle do trabalho e da produção, mas da moral e do espírito. Como afirmou Tenca (1987), “[...] a positividade da prática Idortiana foi a de ter levado a sério a mística da despolitização”:

A Organização Científica, dadas a profundidade e a extensão da sua projeção na vida humana, abrange hoje não somente conceitos ordinais e utilitários, como também princípios de ordem moral e psicológica, verdadeiros fundamentos da sociedade, sem os quais os homens retornariam as condições primitivas da barbaria. Em sociedades eticamente pervertidas não pode haver Organização Científica. Em ambiente em que a falsidade predomina, onde prevalece o egoísmo individual ou em que impera a injustiça e onde se glorifica a força material, não pode haver ciência nem Organização Científica, que exigem a verdade como motivo, a objetividade como fim e a equanimidade como meio. (SOUZA, 1942, p. 15)

Getúlio Vargas compartilhava do entusiasmo pela Organização Racional do Trabalho e pela administração científica. Em 1934, Armando Sales de Oliveira, primeiro presidente do IDORT, mas na ocasião interventor do estado de São Paulo, contratou seus colegas do IDORT para realizar uma reestruturação administrativa do governo do estado, por meio da aplicação dos princípios da ORT e da psicomетria como parte do processo de seleção de candidatos. Esse trabalho, que ganhou o apelido de RAGE, foi realizado pelo IDORT em mais nove estados, tendo ido parar no Distrito Federal, a pedido de Vargas. O objetivo inicial era ministrar cursos de ORT aos funcionários federais e aplicar técnicas de ORT nas tarefas realizadas no âmbito da burocracia federal. A iniciativa prosperou, muito embora com uma trajetória menos linear do que essa síntese possa sugerir, mas resultou na criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), de onde mais tarde surgiria a Fundação Getúlio Vargas, como voltaremos a ver neste trabalho.

Revelados esses aspectos, tornou-se evidente que, apesar de se configurar como um movimento no sentido de promover a conformação do capital simbólico do campo, as tais “revoluções específicas” acabavam por ressignificar as relações de poder e dominação travadas entre os diversos integrantes do campo, e do campo com a sociedade. A administração científica e seu lugar na modernidade capitalista extrapolaram os limites do campo profissional do interior das organizações econômicas e industriais, assumindo um caráter de projeto de reconfiguração ou, ainda, de restauração social:

A organização do processo de trabalho, necessidade vital para ordenação de uma sociedade industrial, por resultar de um permanente confronto entre sujeitos sociais, que se relacionam a partir de interesses antagônicos, levanta a explosiva questão das escolhas políticas e remete à constituição e articulação de identidades sócio-culturais. (ANTONACCI, 1993, p. 9)

A administração científica era um saber racionalizador que encontrou, no contexto do início do século XX, a sociedade brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos (NEVES, 2008), transformada pela promulgação da República, impregnada do ideal de progresso e modernização pela reconfiguração da economia e da política nacionais e entremeada pelo movimento de Restauração Católica e de contenção do avanço comunista. E, cada um desses grupos sociais, de acordo com Gramsci, articulando ações com o fim de assegurar-lhes “homogeneidade e consciência da própria função”, criando, para isso, em seu interior, os representantes que se ocuparão dessa produção, os seus “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1978, p. 3).

Dessa forma, esta pesquisa procurou compreender fatos e atos que levaram à implantação da ESAN, analisados primordialmente a partir das relações sociais constituídas e constitutivas de todo esse processo. O contexto de sua criação, em partes já apresentado, era de significativas alterações sociais e econômicas, advindas de novidades como a

República, o desenvolvimento industrial e o adensamento das cidades. É importante considerar, também, que Pe. Saboia de Medeiros estava imbuído do espírito da Restauração Católica e fortemente influenciado pela Doutrina Social Católica, pelo Socialismo Católico, e pelo pensamento católico de Maurice Blondel. Assim, como nos recorda Kuhlmann Junior (2010), ao analisarmos o processo histórico cumpre situar seus agentes, seus “intelectuais” articuladores, como sujeitos sociais e considerar o que afirma Raymond Williams de que não se pode “isolar as funções estritamente ‘intelectuais’” uma vez que “o ‘sistema social’ e o ‘sistema de significações’ são mutuamente constitutivos e só se pode separá-los de maneira abstrata” (WILLIAMS apud KUHLMANN JUNIOR, 2010, p. 86)

Nesse sentido, a atuação de Padre Saboia nas pastorais do trabalho e junto aos círculos operários, ações institucionais da Igreja Católica, ganham especial significado. Livros e panfletos, artigos para revistas e programas de rádio feitos por Saboia nos auxiliarão na reconstrução de sua linha de pensamento, demonstrando sua inclinação aos princípios cristãos do Socialismo Católico. A análise que Weinstein (2000) faz em um dos capítulos de seu livro corrobora a relevância que a Ação Social, a empresa de Saboia que mantinha a ESAN e outras escolas, e gerenciava clínicas e oficinas, teve junto ao operariado paulista e seus patrões. No âmbito dessa pesquisa, foi possível identificar que os grupos de formação operária administrados por Saboia foram constituídos em consonância com ditames da Igreja Católica, especialmente construídos a partir da encíclica papal *Rerum Novarum*, que, segundo Maia (1990), deu forma aos círculos de formação operária que se fortaleceram em todo o país, por volta da década de 1930.

Da mesma forma, esta pesquisa aponta para a possibilidade de que a atuação de Saboia nesses círculos possa ter contribuído para sua aproximação com os industriais de São Paulo e a construção de sua legitimidade para a criação da Escola de Administração, da Escola de Desenho Técnico e da Faculdade de Engenharia. Contudo, a amplitude do assunto e sua relevância são tais, que seguramente se constituem tema suficiente para outra pesquisa. Outras iniciativas de Saboia podem ter contribuído para a legitimação de suas ações e estão relacionadas à formação do grupo de estudos que resultou na criação do Instituto de Direito Social, que congregava advogados atuantes na sociedade paulista, dentre eles Antonio F. Cesarino Junior, que publicou, em 1942, o *Tratado de Direito Social Brasileiro*, bastante pautado na Doutrina Social Católica, conforme demonstrou Calado em 1985, mas igualmente alinhado às expectativas dos industriais de São Paulo, como demonstrou Weinstein (2000), ao mencionar que, por ocasião do lançamento dessa obra, Roberto Simonsen discursou dizendo que as preocupações patronais, à época, estavam divididas entre a busca por soluções dos problemas econômicos contemporâneos e dos

problemas sociais (WEINSTEIN, 2000, p. 125). Dessa forma justificam-se também, as apenas pontuais citações que se fazem desses assuntos neste trabalho.

Nessa reconstrução, sem reduzir a relevância da implantação da ESAN para o campo da Administração nem seu pioneirismo, foi interessante constatar que sua criação não foi para Saboia, um fim, mas um meio; um meio para realizar “seu sonho” de constituir no Brasil uma Universidade Católica.

Saboia foi um grande empreendedor: gestou, criou e gerenciou várias empresas ao mesmo tempo, e fundou, como sua última obra, a Faculdade de Engenharia Industrial - FEI. Saboia pretendia realizar o que Cunha (2007) chamaria de “universidade por aglutinação”, criando Faculdades que pudessem compor a Universidade Católica do Brasil. O sonho da Universidade Católica se tornou realidade, mas não diretamente por suas mãos – como parece ter desejado, nem por suas escolas. Como veremos, a ESAN e a FEI chegaram a integrar a estrutura da Universidade Católica de São Paulo, mas como institutos agregados e não por ocasião de sua criação.

Assim, contextualizada e menos idealizada, essa história da implantação da Escola Superior de Administração de Negócios se buscará contar privilegiando as descontinuidades, os “acidentes históricos” (VEYNE, 1982) e os fragmentos que revelarão, gradativamente, as intenções de seu articulador e dos homens com quem negociou e relacionou-se.

Nesse cenário atuaram, além do IDORT, a Associação Comercial de São Paulo, a Federação e o Centro das Industrias de São Paulo FIESP/CIESP, professores ligados ao Liceu de Artes e Ofícios e ao Instituto de Higiene, anexo à Faculdade de Medicina de São Paulo. A Associação Comercial de São Paulo foi a responsável por organizar a comissão de fundadores do IDORT, dentre eles, Armando Sales de Oliveira, Roberto Mange, Lourenço Filho, Clovis Ribeiro, que era membro da Associação Comercial, e os industriais Henrique Dumont Villares e Aldo Mario de Azevedo. Se, por um lado, a participação de Lourenço Filho e Roberto Mange representam o crescente espaço que a eugenia e a psicométrica conquistavam associativamente à Administração Científica, a presença dos demais evidencia o projeto comum de disseminação dos princípios da Organização Racional do Trabalho. O grupo conhecia e apoiou a implantação da ESAN:

[...] assim como o IDORT vem procurando... difundir entre nós a doutrina da ORT... a Escola de Administração e Negócios (ESAN) veio completar esse esforço, oferecendo um meio de preparação de organizadores e dirigentes... (a escola) visa... resolver o problema do preparo dos que vão dar vida às organizações, e provavelmente, dirigi-las. (AZEVEDO, 1942, p. 3)

A implantação da ESAN, decisivamente, esteve vinculada aos interesses da elite industrial e comercial de São Paulo, que procurava consolidar e expandir a “máquina”

capitalista na cidade, reconquistar poder político, minimizar os efeitos dos conflitos trabalhistas e refrear o avanço do anarquismo e do comunismo, objetivo este, que era compartilhado pela Igreja Católica, que via na criação de Universidades Católicas, uma via para a realização desse intuito.

Igual relevância se atribuiu ao fato de a ESAN ter sido fundada por um padre jesuíta, influenciado pela Doutrina Social Católica e imbuído quase que “individualmente” do objetivo de criar uma Universidade Católica no Brasil, num momento em que se realizavam debates em torno do sistema educacional brasileiro, de sua laicização, mas também em torno da constituição deste nível de educação.

Foram encontrados documentos que ilustram a materialidade escolar do ensino de administração na ESAN em seus anos iniciais, dentre eles, as páginas de um caderno de currículos antigos da ESAN, cedidas pela Fundação Educacional Inaciana - FEI, atual mantenedora da ESAN e uma brochura bastante semelhante a um manual do aluno, relativa ao ano letivo de 1946, que apresenta a matriz curricular do curso, os objetivos de cada disciplina, normas para a admissão e processo de seleção. Embora essa brochura não esteja identificada como manual do aluno, em função de suas características e das informações que contém, optou-se por identificá-lo dessa forma para tornar mais claro este texto e as referências que serão feitas a ele ao longo do trabalho. Esses documentos apresentam divergências entre si que serão analisadas mais adiante. Dentre os documentos encontrados havia convites oficiais.

Os documentos que suportam esta pesquisa foram encontrados em um dos arquivos da ordem jesuíta que está localizado no último piso do prédio da Avenida Paulista, onde hoje funciona o Colégio São Luís. Em sua maioria, os documentos encontrados são posteriores à criação e implantação da ESAN. Há nesse acervo, inclusive, uma grande quantidade de documentos sobre a criação da Faculdade de Engenharia Industrial - FEI, que também é mantida pela Fundação Educacional Inaciana - FEI e foi criada cinco anos depois da ESAN. Os únicos documentos anteriores ou contemporâneos à implantação da ESAN são cartas escritas por Saboia a membros de sua família, em especial, seu pai.

A proximidade da relação entre pai e filho e o tácito acordo de cooperação que as cartas revelam transformaram-nas em fontes privilegiadas para a pesquisa da implantação da ESAN; já a consolidação e as estratégias para a continuidade da escola apareceram em documentos posteriores à sua criação e até mesmo naqueles posteriores à morte de Pe. Sabóia. São mais de duas centenas de cartas enviadas por Saboia a seu pai, desde seu ingresso no Colégio Anchieta, em 1913, até 1955, quando morreu. O conjunto de cartas escritas por Saboia a seu pai e a outros familiares foi consultado no arquivo da ordem jesuíta, e faz parte dos despojos de Pe. Sabóia. A ordem as mantém em cumprimento a

procedimentos eclesiásticos que determinam que todo membro da congregação deva ter, perpetuamente preservado, o conjunto de suas realizações no período de sua vida religiosa. O acesso ao arquivo foi permitido pela Ordem Jesuíta e por intermediação da reitoria da Fundação Educacional Inaciana - FEI que é a atual mantenedora da ESAN. De um conjunto de cerca de três mil páginas de documentos, como escrituras, comunicados, ofícios, regulamentos, recortes de jornal e cartas se reconstituíram as ações que operaram para a consolidação da ESAN e das demais obras de Saboia.

No arquivo, estão somente as cartas que Saboia escreveu, e não há nenhuma carta de seus familiares em resposta às suas, o que esclarece que o conjunto de documentos foi preservado por seus familiares, os destinatários das cartas. Como afirmou Aguiar (2012), “no trabalho com cartas, especialmente quando só temos um dos lados da correspondência, os brancos, as falhas, os buracos contam histórias”, assim, a atitude de preservar as cartas recebidas nos revela o cuidado e a atenção dispensados pela família para esse membro e, em especial, pelo pai, que se dedicou a apoiar o filho e suas realizações até mesmo após sua morte, quando ajudou a fundar e foi membro da Associação Amigos do Padre Saboia, que conheceremos mais adiante.

Para Dauphin e Pouban (2002), cartas são, tradicionalmente, documentos para a historiografia. Seus dizeres “tornam-se signos ou indícios a serem interpretados”, “a qualidade” dos interlocutores ou dos que vão lá mencionados criam o valor de seu conteúdo. Outro aspecto destacado pelas autoras está relacionado com a deliberada ação de preservação e, principalmente, das motivações para a definição do conjunto a ser preservado (DAUPHIN e POUBLAN, 2002, p. 75). Assim como, para Chartier (1997), se uma carta preservada isoladamente pode ser relacionada ao contexto de sua produção, um conjunto deliberadamente preservado assume outros significados, marcados pelo ato de “coleccionar”.

Gastaud (2013) destaca em seu trabalho “Os que pouco escrevem”, onde dialoga com Cônego J. I. Roquette, afirma que a conformação da carta pode indicar ou evidenciar a diferenciação social de seu autor. Suas primeiras cartas ao pai e aos demais familiares eram escritas em pequenas folhas duplas (dobradas ao centro) e bem escuras, muito amarelas, mas já eram escritas à pena. Nem sempre escrevia com caligrafia cuidadosa, mas procurava fazê-lo, às vezes. Em seguida Saboia adotou o papel pautado, mais branco e fino, mas sua preferência por papéis timbrados foi ficando evidente ao longo do tempo e, a certa altura, todas as unidades da Ação Social, inclusive o escritório de representação em Washington, tinham os próprios papéis de carta timbrados, com os quais Saboia enviava suas cartas. Saboia só abandonou a caneta tinteiro para substituí-la pela máquina de datilografia, mas isso apenas em meados da década de 40. Para Gastaud (2013), todos

esses fatores, combinados, podem informar ao leitor a posição social que o autor das cartas ocupa, ou ocupava. No caso de Sabóia, esses, dentre outros fatores que veremos, comporão o quadro que nos permite identificar a destacada posição social que ele e sua família tinham.

Também foram preservadas cartas escritas a sua mãe, a sua avó e à irmã, mas trata-se de um reduzido e esparso número de cartas. Não há informações suficientes para afirmar como o conjunto foi preservado; é claro, porém, que a atitude inicial de preservá-las, que cada um de seus destinatários adotou, e a de algum deles, que, provavelmente, as compilou, pode nos induzir à interpretação de que esta correspondência com o filho, neto, irmão ausente foi plena de intencionalidade e aponta para o significado que a correspondência tinha para a família.

As cartas para avó, em geral, falavam de seu cotidiano e de notícias da família, mas a correspondência de Saboia com seu pai foi perene e fez dele um interlocutor e co-articulador permanente. Essas cartas terão um importante papel em todas as análises deste trabalho.

Saboia escrevia a seu pai com bastante regularidade e lamentava-se, desculpando-se e justificando-se, cada vez que considerava demasiado o tempo decorrido entre uma carta e outra. As justificativas para a demora em escrever eram sempre em razão da falta de tempo, que lhe era tomado pelo trabalho. Sem dúvida, Saboia era um tipo dedicado ao trabalho, mas parece haver nessas justificativas uma certa intenção de valorização dessa característica, imprimindo-nos a sensação de que ele se orgulhava de sua imensa dedicação aos estudos e ao trabalho, mas também de que encontraria em seu interlocutor, o pai, a mesma admiração e valorização.

Desde o colégio, ele escrevia uma carta por mês, mas, depois da fundação da Ação Social, as cartas perderam a regularidade e eram mais frequentes em tempos em que algo estava sendo articulado entre os dois. Independentemente de onde estivesse, Saboia não deixava de escrever, assim, há cartas endereçadas a partir de Nova Friburgo, onde ficava o colégio Anchieta, de São Paulo (a maioria), mas há também aquelas que foram escritas em Itaici, fazenda onde Saboia costumava passar os dias de retiro espiritual e também as férias, de Parecy Novo, no Rio Grande do Sul, de San Miguel, na Argentina e até de Washington e Nova York, de onde escrevia quando estava em viagem.

Como dito anteriormente, foram consultados outros documentos, também sob guarda do arquivo da Ordem Jesuíta, que consistem em fotos, minutas de contratos, recortes de jornal, panfletos e guias. Com isso, a reconstrução que se buscou fazer nasceu da combinação de uma leitura atenta, que quer evitar anacronismos e biografias, associada “à caça” e à construção, ou reconstrução de significados.

A responsabilidade de que se investe o historiador, nesse momento, é de não perder de vista seu lugar de observador e criador de significados, exigindo, se não consciência, ao menos o exercício permanente de identificar em seu ato de ler a influência de sua própria história, de seu lugar social e, portanto, do sistema de codificação e decodificação que aplica à leitura. É considerar, como afirma De Certeau (1999), que o que faz o sentido é a “operação codificadora, articulada a partir dos significantes”. Essa responsabilidade envolve o cuidado, já mencionado, em relação à intencionalidade de preservação dos documentos utilizados como fonte de pesquisa, já que, como destaca Jacques Le Goff (1996), em “Documento/Monumento”, os documentos preservados são referentes às escolhas feitas pelos grupos dominantes no momento em que se decide o que deve tornar-se memória: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1996, p. 545). Outro aspecto, nesse mesmo sentido, está atrelado ao trabalho com as cartas, já que as que serviram à reconstituição de partes da história da ESAN são, exclusivamente, as escritas por Sabóia e, portanto, nos mostram um único lado da história, o dele, nos dando, dessa forma, “apenas um dos pontos de vista”, como pontuou Aguiar (2012).

Há, na análise combinada de documentos e cartas uma oportunidade, que se busca aproveitar para pluralizar a leitura e a interpretação das cartas, e das narrativas de Saboia a respeito de seus feitos e conquistas. Muito embora a maior parte dos documentos preservados ovacionem as empresas criadas por Sabóia, há dentre eles, relatórios e pareceres jurídicos que fornecem indícios de desavenças, discordâncias e contrariedades sucedidas à Saboia por membros da ordem religiosa, funcionários de suas empresas ou por seus pares.

Roberto Saboia de Medeiros foi um grande articulista; as inúmeras obras que fundou foram mantidas e sustentadas por uma imensa e estável rede de contribuintes e benfeitores, composta por membros da alta sociedade paulistana, grandes cafeicultores, empresários donos de indústrias e de comércio, das telecomunicações e estrangeiros: era a “Campanha do Continho”. A Campanha do Continho foi matéria da revista *O Cruzeiro*, em 1949, em que a personalidade e a persistência de Saboia aparecem associadas à sua popularidade para explicar o sucesso da Campanha, que, segundo a matéria, esperava contar com cerca de seis mil doadores:

O Padre Saboia de Medeiros é hoje em São Paulo, tão conhecido como um níquel de tostão. A sua popularidade é tal e ele é tão admirado pelas suas atitudes e iniciativas – que poderia eleger-se, sem propaganda, a qualquer cargo parlamentar. (SILVA, 1949, p. 51)

Ele foi uma personalidade destacada na sociedade paulistana, até meados do século passado, quando, em 31 de julho de 1955, morreu, aos cinquenta anos, de leucemia mieloide aguda.

Sua notoriedade e seu prestígio em São Paulo foram decisivos para a concretização de muitas das suas realizações. Após sua morte, o conjunto de suas obras inspirou a criação da Associação Amigos do Padre Saboia, que tinha o objetivo de dar continuidade à administração da rede de benfeitores e à respectiva receita advinda das doações.

Sua atuação, porém, não se restringiu a São Paulo. No Rio de Janeiro envolveu-se com a criação da Universidade Católica, com a criação de filiais do Instituto de Direito Social, cuja sede era em São Paulo; como presidente da Comissão Permanente de Ação Social, orquestrou a realização das Semanas de Ação Social em vários estados brasileiros. Obstinado, tinha como lema a expressão latina “Quod deest me torquet”, que significa “O que falta me atormenta”. Conquistou opositores também e enfrentou, naturalmente, dificuldades internas à ordem. Sua história pessoal funde-se com a história de suas obras e com as histórias dos “homens de seu tempo”.

1. CONTEXTO

A implantação da Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN, em 1941, em São Paulo, está inserida num complexo contexto de grandes e significativas mudanças ocorridas, principalmente em São Paulo nas primeiras décadas do início do século XX.

O poder econômico estava em translação das esferas oligárquicas agrícolas para o emergente campo do desenvolvimento industrial e seus respectivos líderes. A nova elite de intelectuais orgânicos, liberais interessados na modernização da indústria, “produzida” no interior do campo das relações fabris e comerciais realizava o que Bourdieu (2004) chamaria de “revoluções específicas” como estratégia para conquistar lugar e reconhecimento, imprimindo novos valores à sociedade, numa intensa campanha de disseminação de preceitos de racionalidade e administração científica, que tanto serviam ao objetivo de consolidar o grupo e seu “capital simbólico” (BOURDIEU, 1997) quanto operava a favor da defesa de seus interesses econômicos e de controle social e, especialmente, da classe operária.

O enfraquecimento das oligarquias tradicionais tem implicações que determinam a recomposição do cenário político regional e impulsionam a disputa paulista por novos espaços no âmbito da política nacional, verticalmente transformada pela proclamação da república. A racionalidade e a crença na ciência são os pontos focais do ideal republicano, cujos representantes se empenharam em disseminar e consolidar. Particularmente no caso da organização operária, a ameaça de avanço do comunismo e a presença forte do anarquismo, importado junto com a mão de obra estrangeira que aportou em São Paulo no início do século XX, mobilizaram vários setores empenhados em combater a “marcha” do comunismo, mas, em especial, os proprietários dos meios de produção e detentores da “mais-valia”, os empresários e a Igreja, que defendia claramente o direito à propriedade. A Igreja por sua vez, estava imbuída de levar a cabo o projeto de restauração católica, reformulando antigos posicionamentos na tentativa de reconstruir sua capacidade de influência política. A competência em “acomodar-se” (MICELE, 2001) à nova configuração do poder estatal e a formulação da Doutrina Social Católica serão pontos fundamentais dessa estratégia da Igreja Católica:

Para compreender a complexidade ideológica da década de 1930, temos que nos lembrar que a grande questão da época era a visibilidade das massas. Elas se apresentam como o desafio para todos que, à direita e à esquerda, supunham saber como organizá-las e comandá-las. O corporativismo, a luta de classes, a ditadura do proletariado são alternativas concebidas para resolver o dilema de lidar com populações que, vivendo em cidades, não mais mantinham as velhas lealdades dos tempos pré-industriais. (OLIVEIRA, 2001, p. 41)

A confluência de fatores econômicos, sociais e políticos, no último quartel do século XIX criou condições favoráveis à expansão da cafeicultura. O fim da escassez de mão de obra em função de políticas de incentivo à imigração, em especial, no estado de São Paulo, associada à desvalorização cambial que tanto ampliava o crédito usado na abertura de novos campos produtivos quanto valorizava o produto em moeda nacional e à abundância de terras, atraiu muitos investidores em função das vantagens relativas desse produto em detrimento de outros e criou um volume de produção que conferiu ao Brasil, de acordo com Furtado (1963), o domínio de cerca de 75% do mercado internacional de café. Todavia, os altos níveis de produção associados aos métodos artificiais de controle de preços do café começaram a se tornar fragilidades, ao invés de potenciais.

As alterações no mercado internacional geraram grades excedentes de produção, e a superestocagem passou a preocupar as elites agrícolas, cujo poder político havia sido reforçado com a descentralização republicana. O sistema monetário vigente no país era inadequado para a nova situação econômica, considerando-se que o escravismo vinha sendo substituído pelo trabalho assalariado e pelo abundante trabalho de imigrantes. A baixa de preços internacionais, causa da depressão mundial, aliada à flutuação cambial, gerou um processo inflacionário e a restrição do crédito.

Em 1888, uma nova reforma monetária foi implementada. Como consequência, o mercado volta a ter uma expansão das linhas de crédito, o que, por um lado promove a retomada do crescimento do nível de atividade econômica, mas, por outro, reduz o poder de compra de assalariados e do empresariado emergente.

As articulações republicanistas se multiplicavam e o império perde prestígio e apoio paulatinamente. Segundo Neves (2008), a maior expressão do republicanismo brasileiro é a publicação do manifesto republicano em 1870. Articulado por republicanistas, o manifesto preconizava a descentralização, principal bandeira republicana. Igualmente importante é destacar que, a partir de então, o movimento republicano organizou-se no país, com a formação de partidos políticos provinciais, passou a divulgar seus ideais em jornais e fez crescer o número de “clubes republicanos” em todo o país, elegeu representantes para a Câmara dos Deputados e organizou congressos republicanos, nos anos de 1887 e 1888. O republicanismo cooptou, ainda, aqueles que, embora não fossem republicanistas, estavam descontentes com a monarquia. Aqui e ali, o contexto se torna amplamente favorável à elaboração do golpe. A Constituição promulgada em 1891 instituiu o Estado laico, o voto direto masculino e para maiores, o federalismo e a laicização da educação.

O ideário republicano, influenciado pelo pensamento vigente nas cidades europeias que lhe serviam de modelo e aspiração, era ordenador, racionalizador e eugênico. A política imigrantista, a exclusão de negros, a estagnação campesina e as condições subumanas de

vida das populações urbanas, aglomeradas nos centros comerciais em busca de subsistência, recheavam o imaginário republicano com a imagem de que o Brasil era constituído por uma população débil e degenerada, entregue ao vício e à vadiagem, quando não envolvida em movimentos subversivos. Para Carvalho, (2003) a educação, neste contexto, emerge carregada de um entusiasmo nacionalista, sendo tomada como a “ferramenta” para instauração da Nova Ordem, a “arma” para efetuar o progresso, a solução para o controle e a modernização social. Tomavam a cena, projetos de Defesa Nacional, de industrialização, modernização agrícola, reordenação política, saneamento, branqueamento da raça, erradicação do analfabetismo e educação (CARVALHO, 2003).

“O sonho de progresso e civilização” engendrava suas sustentações na crença entusiasmada das conquistas técnicas e científicas levadas a termo de salvação dos homens e das civilizações, já que se permitia vislumbrar o universo da igualdade de direitos e da cura das doenças, do corpo e da alma. Nas palavras de Neves, vivia-se:

[...] otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica
[...] como uma espécie de parusia terrena na qual as conquistas da técnica e do engenho humano transformariam a barbarie e das guerras no reinado da emulação entre os países mais aptos, destinados a anunciar, por todo o orbe, a boa-nova da redenção do atraso. (NEVES, 2008, p. 19)

As grandes alterações da conjuntura econômica e política internacionais nas primeiras décadas do século XX, causadas pela Primeira Grande Guerra, pela crescente organização operária em diversos países, e por fim, com a profunda recessão da economia americana, marcada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, e de suas consequências mundiais, impulsionam o Brasil, desestabilizado com as perdas do mercado cafeeiro, a promover a industrialização. Para Cohn (2001), a abolição da escravatura e as políticas imigrantistas, associadas à concentração de renda no Centro-Sul cafeeiro do Brasil, são os fatores que, combinados, criaram as condições para o início da industrialização no país:

A crise do sistema de base não industrial oferece o que se poderia chamar de ‘oportunidade’ histórica para a mudança. [...] Condição primordial para o desenvolvimento de uma economia capitalista é a existência de um forte excedente [...] monetário [...] (e que) deve concentrar-se em poder de um grupo minoritário [...] (e que) deve ser suficientemente diferenciado para [...] introduzirem *inovações* na atividade econômica [...] (e) por último [...] devem contar com excedente de mão-de-obra. (COHN, 2001, p. 284)

Embora se tenha de convir que suas ações estão na base do que podemos considerar o campo de administração científica, a intenção de controle social sempre se evidenciou nas publicações e articulações do IDORT:

Quem examinar com atenção o estado de atraso em que ainda se encontram varios trabalhos realizados pelo homem na luta pela vida, em flagrante contraste com os progressos alcançados com a racionalização, é levado a pensar na possibilidade de poder-se estender e generalizar o seu

emprego onde quer que se realize qualquer actividade humana. (MALTA, 1935, p. 196)

A industrialização, até os anos 30, se deu, especialmente, para atender ao mercado internacional em guerra e o mercado interno em crescimento e desabastecido em virtude dos altos preços de produtos importados, ocasionados pelas políticas monetárias pregressas.

Entre 1929 e 1937, de acordo com Furtado (1963, p. 248) a produção industrial cresceu cerca de 50%. O crescimento industrial manteve-se em níveis ascendentes, principalmente nos momentos de pós-guerras. O custo desse crescimento, todavia, foi uma grande instabilidade financeira e cambial, e inflação.

A indústria em São Paulo entra num forte processo de expansão, transformando a configuração da cidade, cuja população quase que decuplicou entre os anos de 1890 e 1920, passando de 65 mil habitantes em 1890 para cerca de 600 mil em 1920, segundo Teixeira (1993, p. 228). Ainda de acordo com Teixeira, a imigração foi um dos principais fatores do exorbitante crescimento populacional, e destaca que, segundo o Censo de 1920, cerca de 60% dos trabalhadores empregados em indústrias têxteis em São Paulo eram estrangeiros italianos (TEIXEIRA, 1993, p. 228).

Com todas essas alterações, as cidades passaram a enfrentar novos problemas decorrentes da superpopulação, do pauperismo e da falta de estrutura. Os salários eram baixos, o que obrigava todos os membros da família: pai, mãe e filhos, a trabalharem. As condições de trabalho nas décadas iniciais do século XX podiam chegar a níveis excruciantes, a jornada de trabalho era de cerca de 14 horas por dia, em média, e os benefícios e garantias trabalhistas somente passariam a existir anos depois, com o governo Vargas. Mulheres e crianças se submetiam às mesmas condições de trabalho que homens adultos, recebendo, entretanto, salários menores.

Havia queixas de perseguição, de agressões físicas e coação nos ambientes de trabalho e a fome se avizinhava, segundo Silva (1983), movida pela elevação do preço dos alimentos motivada pela inflação e pela escassez de alimentos gerada pelas exportações para a Europa em guerra. O crescente nível de dificuldades vividas pela massa de trabalhadores em São Paulo e a inexistência de oportunidades de negociação levou, num primeiro momento, a reações de violência física dos trabalhadores contra seus superiores imediatos, até que essas reações deixaram de ser atos isolados para se constituírem em formas de organização operária (HARDMAN e LEONARDI, 1991).

O movimento operário brasileiro se intensificou, em várias cidades brasileiras, entre os anos de 1917 e 1920, mas as greves em São Paulo e no Rio de Janeiro são os principais episódios da organização trabalhista. Uma das mais importantes, entretanto, foi a greve de

1917, em São Paulo, quando cerca de 70 mil trabalhadores paralisaram suas atividades para exigir melhores condições de trabalho e aumentos salariais. A greve foi duramente reprimida pelo governo paulista. Além disso, em São Paulo, o movimento anarquista ganhava simpatizantes a seus ideais de supressão do Estado dentre uma massa de trabalhadores sem quaisquer direitos legais ou representantes bem posicionados em relação aos centros de poder e, portanto, privados de participar do jogo político.

O governo de Vargas, iniciado em 1930, criou condições favoráveis à expansão industrial, mas também tomou medidas que motivaram mudanças políticas no campo educacional. A criação do Ministério da Educação e Saúde consolidou esses novos espaços na estrutura educacional brasileira, promovendo o debate sobre educação e também fortalecendo o desenvolvimento do ensino profissional.

Segundo Bomeny, Costa e Schwartzman (2000), o projeto educacional concebido a partir de então era modernista, ufanista e favorecia a “diluição” da cultura e, principalmente, do idioma das minorias étnicas, pela imposição do uso adequado da língua portuguesa. Embora a laicização do ensino já estivesse consolidada a esse ponto, restavam elementos escolares que se filiavam à grande tradição católica. A padronização do ensino, parte deste projeto educacional da nova república, era a forma de alcançar esses objetivos em âmbito nacional e o movimento atingiu também o ensino universitário.

Os planos para o sistema de educação universitária eram transformá-lo em espaços para a criação da nova elite condutora do país, especialistas capazes de conduzir as diversas atividades, impregnados do ideal de crescimento, de ordem e de progresso:

A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários da nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da atividade individual, nas letras e nas artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação. (CAPANEMA apud BOMENY, COSTA E SCHWARTZMAN, 2000, p. 222)

Para Cunha (2007), o ensino superior no Brasil passou por uma expansão nos primeiros anos da República, em parte ocasionada pelo crescimento na procura por cursos superiores e, por outro lado, pela ampliação do acesso ocasionado por mudanças nos processos de admissão de candidatos. Segundo Cunha, a demanda crescente por cursos de nível superior durante a Primeira República decorreu das transformações da conjuntura econômica, mas também da estrutura estatal brasileira. A instabilidade política da última década da Primeira República, a quebra da bolsa de Nova York em 1929 e a consequente crise econômica mundial intensificaram os conflitos internos, configurando o contexto para o

golpe militar: “A revolução de 1930 veio abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grande envergadura” (CUNHA, 2007, p. 150).

Para Cunha, o auge da influência positivista sobre as políticas educacionais no Brasil no início do século XX, criou oportunidade para a constituição de universidades que, embora não tenham perdurado, parecem ter causado reações no governo que provocaram novas alterações na regulamentação. Em 1915, por ato de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos foi publicado o decreto 11.530 de reorganização do ensino secundário e superior na República, que institucionalizou o que Cunha chamou de “técnica de organização de Universidade por aglutinação” (CUNHA, 2007, p. 190). A oportunidade, porém, só viria em 1920, quando Alfredo Pinto e Eptácio Pessoa promulgaram o decreto 13.343, que criou a Universidade do Rio de Janeiro. A iniciativa foi seguida por Minas Gerais, que, em 1927, criou a Universidade de Minas Gerais, pela congregação das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia existentes em Belo Horizonte. Surgiram críticas à “falsidade do título pomposo dado a um mero conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quando antes [...]” (CUNHA, 2007, p. 194)

Na reforma do ensino secundário, o entusiasmo pela Educação, para Cunha, estava relacionado com o movimento “nacionalista”, mas sobretudo com a conformação social e política dessa nova massa de trabalhadores que se formou a partir dos movimentos migratórios:

O entusiasmo pela educação voltava-se para o atendimento de demandas educacionais das classes trabalhadoras e das camadas médias urbanas, almejando maiores oportunidades de escolarização, mas foi a nascente burguesia industrial o principal interessado nessa campanha. (CUNHA, 2007, p. 195)

A intensidade e o caráter do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX cindiram a sociedade em duas partes claras, a primeira composta por exportadores e financiadores, homens ricos e detentores do capital necessário para a expansão industrial que se iniciava, e a segunda, os assalariados ou comerciantes, onde se situava a grande massa de migrantes e imigrantes, formando uma categoria amorfa e ameaçadora “O analfabetismo não era visto como o maior mal a afligir o país, mas sim a falta de uma direção moral que orientasse a conduta, os sentimentos e o caráter dos trabalhadores” (PAIVA apud CUNHA, 2007, p. 195)

O protecionismo aos setores exportadores, segundo Cohn (2001), colocou o processo de industrialização em segundo plano nas preocupações estatais. Para Cunha (2007), o Estado Novo contribuiu com a consolidação desse modelo ao assumir o projeto de desenvolvimento industrial como saída para o desequilíbrio de preços internacionais e o

forte desabastecimento interno. O modelo de substituição de importações, gestado e propagado por Roberto Simonsen, empresário, economista, professor e fundador do Centro das Indústrias de São Paulo, encontrou apoio no governo Vargas, que, segundo Cunha (2007), permitiu o financiamento de parte dessa expansão com uso dos fundos de previdência social:

O Estado Novo assumiu as ideais que Roberto Simonsen [...] vinha defendendo [...] essa íntima colaboração das classes dominantes com o Estado, intensificada pela entrada do Brasil na guerra, em 1942, proporcionou-lhes [...] por exemplo, acelerar o processo de acumulação de capital, usando os fundos dos institutos de previdência social para empréstimos a juros baixos. Complementarmente, a “docilidade” da força de trabalho [...] serviu de prova empírica da funcionalidade dos controles políticos montados pelo Estado Novo. (CUNHA, 2007, p. 228)

Desde meados do século XIX a Igreja Católica havia iniciado movimentos internos, na busca de superar dificuldades, muito particularmente no caso brasileiro, como aponta Mainwaring (1989). A Carta Pastoral a Olinda, publicada por Dom Sebastião Leme, nomeado arcebispo de Recife e Olinda em 1916, marcava essas fragilidades institucionais como o decrescente número de adesões à vida religiosa no Brasil e, assim, de padres e intelectuais católicos, além de restrições financeiras, da laicização do ensino e da redução da influência política da Igreja. Para Mainwaring (1989), essa realidade institucional da Igreja Católica foi mais acentuada no Brasil que em outros países latinos de colonização espanhola, o que, a partir da segunda metade do século XIX, levou Roma a buscar um “maior controle sobre as igrejas nacionais”. As primeiras reformas foram marcadas por um movimento de reforço das práticas e valores religiosos, que iam da observância estrita aos ritos religiosos e à obediência clerical, à indumentária e ao celibato. Essa nova orientação gerou divergências internas à Igreja Católica e dela com o Estado, tendo resultado no rompimento da igreja com Pedro II, em 1890. A ruptura entre Estado e Igreja foi aferrada na Constituição de 1891.

Para fazer frente ao forte impacto desse rompimento, a Igreja Católica no Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, realizou mudanças internas, “adaptando-se” à nova configuração de sua relação com o poder Estatal, o que, para Mainwaring, não apenas reduziu os conflitos, mas ampliou sua autonomia em relação ao Estado:

Embora o Vaticano oficialmente considerasse a separação legal entre Igreja e o Estado, como uma heresia da modernidade, no Brasil esse desmembramento legal libertou a Igreja de uma relação de subserviência ao Estado [...] Ao ceder ao invés de lutar contra a separação legal entre a Igreja e o Estado, os líderes da Igreja evitaram o anticlericalismo rancoroso. (MAINWARING, 1989, p. 42)

Ao tempo em que as mudanças internas da Igreja foram sendo consolidadas, a partir da segunda década do século XX, começam a aparecer os movimentos de aproximação da Igreja com os diferentes ramos da sociedade. Sua firme posição em relação à cooptação de agentes laicos, associada ao trabalho com as pastorais do trabalho e com os círculos operários, é a mais relevante neste cenário.

Para Padre Pedro Américo Maia s.j. (1990), os círculos operários católicos já existiam no Nordeste, especialmente no Ceará, desde 1917, por iniciativa do Pe. Guilherme Waessem. Mas foi a partir da fundação do Círculo Operário Pelotense, no Rio Grande do Sul, criado por Pe. Leopoldo Brentano, em 1932, que os Círculos Operários se consolidaram como movimento de caráter nacional (MAIA, 1990, p. 107). Para Pe. Maia, porém, a força dessa alteração veio da ação de D. Leme, que determinou a migração do comando dos círculos para o Rio de Janeiro: “Dom Leme insistiu que o movimento muito expandido no Rio Grande do Sul e já se ramificando por todo o país, fosse dirigido a partir do Rio de Janeiro” (MAIA, 1990, p. 47).

Já tinha havido prévias tentativas de se organizar um movimento trabalhista católico no Brasil pelos idos de 1920. Os círculos operários no Brasil inspiraram-se nas ideias católicas a partir da tradição intelectual do cooperativismo italiano e partindo da natureza e orientações do regime de Vargas, sem esquecermos a influência dominante das duas grandes encíclicas papais, *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* -1931. (MAIA, 1990, p. 107)

Em 1941, Saboia estava à frente da organização do I Congresso Brasileiro de Direito Social, conforme falou em entrevista concedida ao jornal *Diário Popular*. Na notícia sobre a realização do congresso, Saboia elucida a influência da encíclica *Rerum Novarum* como fundamentação do congresso. Para Saboia, a encíclica era a grande matriz conceitual onde se assentava sua atuação em relação aos trabalhadores. Embora na entrevista Saboia mencione a legislação social como um todo, o destaque dado à participação de representantes do Ministério do Trabalho e a grande ênfase que ele dá a esse fato demonstra a prevalência que atribuía a essa questão social em relação às demais:

A 15 de maio próximo, comemora-se o 50º aniversário da incíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, na qual a questão social foi tratada com profunda elevação e lançou as bases que se preconizam nos princípios cristãos. [...] Em conversa com o Dr. Rego Monteiro, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, soube que todo o Ministério do Trabalho far-se-á representar [...] técnicos daquele Ministério apresentarão interessantes e documentadas teses [...] Ninguém irá por em dúvida que já temos uma legislação social. Mas, creio que uns dos resultados do certame será possibilitar uma estrutura doutrinária, uma unidade de princípios, à legislação social no país. (DIÁRIO POPULAR, 15/04/1941)

A filosofia de Maurice Blondel teve grande influência sobre o pensamento católico do século XX. O sítio eletrônico do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura afirma que o

Concílio Vaticano II recebeu essa influência, mas há indícios de que a encíclica Papal *Quadragéssimo Anno* tenha, anos antes, sido precursora do modernismo na filosofia da religião e do Cristianismo. É importante destacar essa influência para que possamos compreender em sua amplitude, a aproximação que a Igreja faz dos trabalhadores e da organização operária.

Os círculos operários ofereciam cursos de formação “humanista e cristã” e seu objetivo era contribuir na formação social do operariado, além de evitar a expansão comunista. A Igreja andava preocupada com o avanço da organização operária em torno do comunismo e do anarquismo, e os cursos e espaços de convivência com o operariado permitiam empreender estratégias de “docilização” desse grupo, que eram apreciadas pelos grupos empresários e também pelo Estado. Em São Paulo, Saboia implantou o Curso Popular de Orientação Social e o Curso de Formação de Líderes Operários, que eram oferecidos no âmbito da Ação Social e cuja relevância Weinstein destaca ao analisar a relação entre a busca da paz social e da prestação de serviços sociais aos trabalhadores (WEINSTEIN, 2000, p. 126). Saboia escreveu, em 1949, o “Guia Social do Trabalhador” uma brochura de poucas páginas, linguagem simples e metafórica que incentivava a solidariedade, a fraternidade cristã, pregava a modéstia e a obediência.

Além dessas ações, Saboia teve um programa na Rádio Tupi que ia ao ar todas as terças e sextas às 18h55, ministrava aulas de moral uma vez por semana na Escola Pré-vocacional da Companhia Antarctica Paulista, promovia almoços, missas e bênçãos em praças e fábricas. A Ação Social, entidade jurídica de assistência social fundada por Saboia em 1944, oferecia atendimento médico e odontológico gratuitos, agenciava empregos e fazia outros pequenos favores a operários e suas famílias. Esse trabalho conferiu a Saboia uma expressiva popularidade em São Paulo nos anos 30, que ele transformaria em “debêntures” a serem resgatados em sua “Campanha do Continho”.

2. Pe. Roberto Saboia de Medeiros: Erudição e articulação

Roberto Saboia de Medeiros ingressou no convento jesuíta na cidade de Nova Friburgo em 1913, aos oito anos. No Colégio Anchieta, nessa época funcionava o seminário jesuíta, que oferecia formação desde a Escola Apostólica, ou seminário menor, até a Faculdade de Filosofia. Ali Saboia recebeu as ordens menores e concluiu a faculdade de filosofia. A faculdade de Teologia, última etapa da formação religiosa, foi cursada na Argentina e, após sua conclusão, ele foi ordenado Padre, em 1939. Nesse mesmo ano, Saboia passou a viver em São Paulo, residindo na Paróquia de São Gonçalo, e seu primeiro trabalho foi lecionar no Colégio São Luís.



Figura 1: Foto da Comunidade da Residência de São Gonçalo, São Paulo, 1949. Acima e da esquerda para a direita: Pe. Saboia, Pe. Lincoln Leme, Irmão Camargo, Irmão Pestana. Abaixo, da esquerda para a direita: Pe. Greve, Pe. Viotti, Pe. Roumaine, Pe. Carréré. Fonte: Maia, 1990

A trajetória pessoal de Roberto Saboia de Medeiros é trazida a este trabalho para auxiliar o estudo da implantação da Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN, vista a partir das relações sociais que contribuíram com a criação e consolidação da escola e do ensino de Administração em nível superior no Brasil. É importante lembrar que essa pesquisa surgiu em decorrência da preocupação em identificar, analisar e buscar compreender o que Bourdieu conceituou como “as revoluções específicas” (BOURDIEU, 2004), empreendidas por todos aqueles que articularam e se articularam para a constituição do campo profissional da Administração. Todavia, premido pelos limites daquele conceito, o estudo da implantação da ESAN estendeu o olhar para além do campo profissional,

buscando, no âmbito das relações sociais e das articulações de alguns desses sujeitos, evidências que demonstrem que os conteúdos a serem ensinados e a quem ensinar foram sendo definidos pelos integrantes do campo profissional, em sua relação com os demais setores da sociedade, da forma como esclarece Kuhlmann Junior:

Trata-se de compreender que, em todos esses casos, os fenômenos educacionais são elementos constitutivos das relações sociais e se produzem no interior dessas relações e não à parte, ou sobrepostos a elas. São processos históricos, em que as relações sociais definem grupos e setores sociais considerados como passíveis de serem educados (KUHLMANN, 2011, p. 2).

Os fragmentos da história de Roberto Saboia de Medeiros, aqui revelados, foram reconstituídos, principalmente, por meio das cartas que ele enviou ao pai por toda sua vida, desde o ingresso no Colégio, em 1913, até 1955, quando morreu. A relação com seu pai e a influência que juntos conseguiram exercer foi, como veremos, a estrutura nuclear de suas conquistas e realizações. Sua família vivia no Rio de Janeiro, onde o pai ocupou importantes cargos públicos e um elevado nível social, capaz de exercer influência em altas esferas, como o Ministério da Educação, por exemplo.

Roberto nasceu no Rio de Janeiro, em 1905, filho de José Saboia Viriato de Medeiros e Leonor de Souza Saboia de Medeiros. O casal teve outros dois filhos, Fernando e Helena, mais novos que Roberto, nessa ordem. A ascendência das famílias Saboia e Viriato de Medeiros é recheada de viscondes, coronéis e cavalheiros, magistrados e engenheiros, famílias numerosas e casamentos cosanguíneos que mais parecem a genial e intrincada genealogia de Macondo, a fantástica vila criada por Gabriel Garcia Marques em *Cem anos de solidão*. A bisavó paterna de Roberto, Joaquina Inácia Figueira de Melo, era irmã de Vicente Cândido Figueira de Saboia, o Visconde de Saboia (Portal da História do Ceará). Joaquina casou-se com José Saboia e tiveram uma filha chamada Cândida Laura Figueira de Saboia, que repetiu a sina de sua avó materna, casando-se também com um primo-irmão, Trajano Viriato de Medeiros, avô de Pe. Saboia (ARRUDA, 2007, p. 1730). Trajano era filho de Antonio Viriato de Medeiros e Maria Jerônima Figueira de Melo. Antonio e Maria Jerônima eram cunhados e casaram-se em segundas bodas, depois que ambos ficaram viúvos dos filhos de Antonio José de Castro e Silva, Capitão-Mor de Fortaleza e também sogro do Coronel Joaquim José Barbosa, juiz da alfândega de Fortaleza, Comandante Geral do batalhão de voluntários do Príncipe Imperial e Cavalheiro da Ordem de Cristo. Trajano teve oito irmãos, dentre eles João Ernesto Viriato de Medeiros, que foi engenheiro e doutor em matemática, senador do Império, dirigente da Estrada de Ferro Pedro II e Cavalheiro da Ordem de São Bento de Aviz, e José Gonçalves Viriato de Medeiros, advogado e deputado estadual pelo Ceará (Portal da História do Ceará).

Seu avô, Trajano Viriato de Medeiros, foi promotor público e juiz municipal em Granja e Sobral, no Ceará, juiz de direito em Palma, Goiás, se tornou desembargador e foi auditor de guerra em Porto Alegre, onde nasceram seus dois filhos mais novos, Elisa e José Saboia Viriato de Medeiros, pai de Pe. Saboia (Portal da História do Ceará). Além de sua tia Elisa, Pe. Saboia tinha outros cinco tios, Alberto, Trajano, a quem ele se referia como “Tio Trajaninho” nas correspondências com seu pai, Cândida, Maria e Ana, todos com sobrenome Saboia Viriato de Medeiros, Saboia por parte da mãe, Cândida, e Viriato de Medeiros por parte do pai, Trajano. Na sucessão, Pe. Saboia e seus irmãos perderam o Viriato, restando o Saboia de Medeiros, nomes que esclarecem a ascendência aristocrática e nordestina de Padre Sabóia.

Seu pai, José Saboia Viriato de Medeiros, era advogado, prestigiado e reconhecido, foi procurador geral dos feitos da Fazenda Municipal (A NOITE, 1942), procurador geral da prefeitura (A NOITE, 1941), candidato a deputado federal pelo Partido Democrata Cristão, em 1945 (A NOITE, 1945b,c), signatário do Instituto Brasil-Polônia (1945a), fundado em 1945 e que teve seu nome alterado, no ano seguinte, para Instituto Inter-Aliado de Alta Cultura (1946), do qual era também membro seu genro Luiz Esteves Fernandes, diplomata português, nomeado ministro dos Negócios Portugueses em Tóquio (A NOITE, 1942). José Saboia era também conferencista e, no jornal *A Noite*, encontram-se muitas notícias tanto para divulgar quanto para comentar as conferências que eram realizadas por ele em vários locais, dentre os quais a Faculdade de Direito da Universidade Católica (A NOITE, 1946) e o Itamaraty (A NOITE, 1946).

O catálogo da Biblioteca Virtual do Congresso Nacional tem onze obras suas catalogadas, dentre as quais estão quatro artigos. Um deles é intitulado “Positivismo jurídico e direito natural”, publicado em 1942 no periódico *Arquivo Judiciário*; outro é “A alteração da competência do supremo tribunal federal”, publicado em 1944 no periódico *Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. No ano seguinte, em 1945, publicou nesse mesmo periódico outros dois artigos “O imposto de transmissão de propriedade na extinção de condomínio” e “Imposto de transmissão da propriedade ‘inter vivos’ e a cessão de benfeitorias a terceiros”; as demais obras são pareceres, em especial sobre direito tributário, mas dois desses pareceres estão relacionados com a ação movida pelo Hotel Palace contra a Sociedade Anônima Martinelli. José Saboia ganhou a causa do Palace Hotel contra o senhorio, proprietário de muitos edifícios no Rio de Janeiro e também do celebrado Edifício Martinelli, em São Paulo. Quando foi promulgada a sentença, Pe. Saboia felicitou o pai pela vitória, revelando que esperava que a conquista do pai pudesse lhe render frutos também: “E foi bom porque com a vitória do Palace Hotel provavelmente o senhor poderá desafogar e

ajudar a por uns tijolos na Faculdade”. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 30 nov 1948)

Filho de tão ilustre pai, Roberto compreendeu muito cedo o potencial de estabelecer e manter relações com homens influentes e poderosos. Utilizou-se, para isso, de sua inteligência e tenacidade, de sua elevada cultura e erudição, mas também de seu pai, por quem nutria fortes sentimentos, demonstrados, sempre, com grande afetuosidade e reverência:

Querido Papae, Recebi ontem com enorme prazer o retrato do senhor [...] Enquanto viver hei de conservar esse retrato, papaezinho, e olhar para elles muitas vezes: está collocado em minha mesa de estudos. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 11 abr 1929)

Seu pai foi, em vários aspectos, um grande patrocinador de suas realizações, mobilizava-se politicamente, e ao menos nos primeiros anos, financiou suas iniciativas e sua voracidade por leitura. Aparentemente, José Saboia financiou parte do aparelhamento da biblioteca do Colégio Anchieta, em Friburgo, e também do Colégio São Luís, em São Paulo, até o momento em que Saboia conquistou suficiente expressividade para conseguir de seus superiores autorização para ter sua biblioteca particular, o que era um grande privilégio, cumpre destacar. Ele financiou também ações comunitárias empreendidas pelo filho que ajudaram na divulgação da figura pessoal de Pe. Saboia e na ampliação de sua popularidade, como o caso do *Anchieta Foot Ball Club* e das “comunhões colossais”:

Papae, em minha ultima carta eu pedia ao senhor uma boa esmola [...] as despesas que quero fazer são as seguintes: preciso comprar uma 36 chécaras de chá para dar, aos meus moços, café com leite, nos primeiros domingos do mês [...] preciso ter dinheiro de reserva para o primeiro domingo do mês, para comprar pão, etc., para os meus moços. Como o senhor sabe, papaezinho, essas empresas são todas apostólicas e têm fim apostólico. O senhor não me quer ajudar? Papae, se eu conhecesse bem um homem rico, meu amigo, certamente, eu não amollaria ao senhor, sabendo e reconhecendo, cheio de gratidão que o senhor já fez tanto por mim, mas eu não conheço nenhum... Adeuzinho querido papae. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 09 out 1927)

Saboia era um leitor ávido e aos 17 anos, ainda estudando em Friburgo, demonstrava domínio de vários idiomas e elevada erudição. Parte desses estudos eram formação religiosa obrigatória, mas outra parte vinha de seu interesse e de sua grande capacidade de concentração e dedicação a longuíssimas jornadas de trabalho intelectual. Suas leituras, em geral feitas no original, incluíam clássicos da literatura e poesia, mas principalmente filosofia, e eram, em sua maioria, financiadas pelo pai:

Eu bem gosto de ler, ler, ler, como o senhor disse, mas não tenho livros clássicos, por isso o senhor podia me mandar [...] alguns sermões do Pe. Antonio Vieira [...] também o senhor podia me mandar a História de Portugal por Alexandre Herculano [...] já estou na metade daquele livro de Gulliver [...] (e) Compendio de Grammatica Ingleza de P. Galanti e Lingua Ingleza de

Ahn e Berlitz. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 03 abr 1919)

Algumas das cartas que Saboia escreveu ao pai eram em latim, para a mãe ele escrevia em grego, além de manter correspondência com seus irmãos, Fernando e Helena, e com sua avó. Em Friburgo ele estudou alemão, italiano, espanhol, grego, latim, inglês, francês, hebraico. Anos mais tarde, já em São Paulo Saboia estudou russo e um pouco de sueco.

Os hábitos e as práticas cotidianas, ou mesmo as esporádicas, narradas nas cartas que Saboia escreveu aos seus familiares demonstram que a família tinha um alto nível cultural e socioeconômico. Notícias publicadas no jornal *A Noite*, no Rio de Janeiro, confirmam a abastada condição de vida da família, como, por exemplo, quando um casal de primos de seu pai morre, vítimas do desabamento de sua casa:

[...] faleceram no desabamento da casa o Sr. Mario Viriato Saboia de Medeiros (Advogado) e sua esposa Sra. Vera Saboia de Medeiros. (A NOITE, 07/01/1942)

[...] Do tristíssimo ocorrido foram avisados outros membros da família Saboia de Medeiros, conceituadíssima na nossa melhor sociedade [...] O morto era sobrinho do Sr. José Saboia Viriato de Medeiros, procurador Geral dos Feitos da Fazenda Municipal. (A NOITE, 07/01/1942)

[...] Mario era Secretário do Instituto do Açúcar e do Alcool. [...] Mario era sobrinho do “Conhecido jurista Sr. José Saboia Viriato de Medeiros procurador Geral dos Feitos da Fazenda Municipal. (A NOITE, 08/01/1942)

Nas reportagens do jornal *A Noite* a casa era descrita como um palacete, com uma criada e cofre de joias. Com o desabamento, a criada também morreu, e o cofre foi saqueado (A NOITE, 27/02/1942, p. 3).

Embora a tragédia do primo Mário, estampada em primeira página nos jornais, seja um elemento importante para ilustrar a posição social da família Saboia de Medeiros, àquela época, no Rio de Janeiro, é nas cenas familiares que encontramos as maiores expressões da vida aristocrática que a família de Padre Saboia levava. Em 1921, quando suas cartas ao pai eram basicamente a narrativa de seus estudos, seu interesse por livros e sobre sua sede de conhecimento, ele fala sobre as aulas de grego e brinca com uma carta que escreveu à mãe: “Riu-se muito a mamãe com minha carta escrita em grego bárbaro? Diga-lhe que agora todas as que lhe escrever, se Deus quiser, serão em grego: serve para ella e eu aprendermos!” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 09 out 1921).

A combinação de características pessoais e o rigor da educação religiosa contribuíram para ampliar sua erudição. Em 1924, aos dezenove anos, em suas cartas ao pai, os comentários e impressões compartilhadas revelam indícios de sua autonomia

intelectual e estética: “[...] De tarde estamos traduzindo as elegias de Ovidio [...] eu não gosto muito de Ovidio porque o acho muito choraminguento, em todo o caso, tem passagens bonitas” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 07 nov 1924).

Nessa mesma carta, Saboia transcreve e comenta um trecho do poema de Torquato Tasso, *Gerusalemme Liberata*, em italiano e fala de como havia gostado de ler as poesias de Gregório Nazianzeno, lidas em grego por empréstimo do Pe. Reitor. Mas apesar de seu gosto por poesias, a filosofia e o direito foram, sempre, os assuntos predominantes de suas leituras:

Querido Papae, Recebi outro dia o Phedon de Platao.[...] Já comecei a leitura do livro do Alfred Espinas sobre Descartes. O estilo é bastante pesado e até um pouco cansativo. Como erudição histórica, porém, compete com os trabalhos de Gilson. Gostei muito quando encontrei algumas interpretações sobre Descartes que já me haviam ocorrido. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 24 nov 1929)

As inumeráveis obras que leu ao longo de sua vida eram, comumente, debatidas com o pai por meio das cartas, fazendo parecer, em certos momentos, que se tratava de uma prestação de contas ao investimento que o pai fazia:

Querido Papae, interrompo um estudo interessante que estava lendo sobre a Evolução à idéia de que já vai fazendo tempo que lhe não escrevo. A respeito dessa questão de transformismo tenho lido e estudado e resumido bastante. Actualmente um jesuíta francês Pe. Theilard de Chardin tem feito falar de si com a sua teoria de Biosfera... até conferenciou na Sorbonne com Edouard Le Roy. [...] Outra vez falarei com o senhor sobre o problema que não deixa de ser empolgante e transcendente. [...] Eis uma resenha de meus estudos e resumos: 1) *Do de Veritati li De cogitione angelorum* com 17 artigos, *De Illuminatione et locutione angelorum*; 2) *De Spiritualibus Creaturis*, todo o fascículo; 3) *Da Summa* [...]. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 25 abr 1929)

E em outras, revelava a idolatria que sentia pelo pai, deixando transparecer que conhecia poucos interlocutores à altura dele:

“Querido Papae, Escrevo-lhe no meio do estudo da noite. Acabo de escrever uma these sobre o “jus gentium” [...] Algumas dificuldades encontrei. [...] A segunda dificuldade sobre que desejava um esclarecimento do senhor, é o não conhecer os progressos desta parte do direito. Gostaria em especial de saber a diferença entre o direito internacional e o direito das gentes. Depois de saber se o que se estabelece nessas conferencias [...] por exemplo, a de Haya, pertence ao direitos das gentes ou se é uma codificação de direitos consuetudinários universaes [...]. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 28 jul 1928)

Ele era um leitor contumaz e tinha por hábito, e por oportunidade, ler os livros no original:

E a propósito da biblioteca dos padres, o Pe. Reitor me deixou todos os recreios da tarde [...] arrumal-a. [...] Eu notei em toda ela livros bons, mas [...] faltam muitos livros bons [...] eu já pedi licença ao Pe. Reitor para fazer uma lista dos livros que gostaria de ter para a biblioteca. Com o tempo

mando ao senhor a encomenda para o procurador nosso na França, o senhor põe o 'cobre' e despacha, mas isto com o tempo! (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 07 jul 1924).

O acesso aos livros era assegurado por seu pai:

Hontem de tarde, estava eu conversando com o Pe. Castro justamente sobre livros, quando vi dois carregadores com o caixão de 86 kilos. Obrigado, Papaezinho. Abri com avidez. Encontrei mais do que esperava. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 13 jan 1931)

Os jesuítas, normalmente, não permitiam que os membros da ordem tivessem bibliotecas particulares, os livros eram bens de difícil acesso para a maioria deles. Saboia tinha consciência disso e ovacionava seu pai por lhe garantir acesso, mas uma de suas primeiras manobras políticas foi utilizar os livros para “conquistar amizades” e alimentar vínculos com seus professores e superiores:

Papae, o que vou falar com o senhor nessa carta é importante. [...] No dia de annos do Pe. Reitor nós todos fomos ao seu quarto, elle naturalmente ficou muito contente, porém disse que uma coisa o perturbava e vinha a ser que, disse elle, 'estou em verdadeiros apuros para arranjar com que vos sustentar' pediu-nos pois que rezasse para que Nossa Senhora o ajudasse. Ora no mesmo dia a noite eu tive uma ideia: quem há de desta vez ajudar-nos é o Papae. [...] pedi licença (ao reitor) de pedir ao senhor uma esmola [...] o Pe. Reitor primeiro disse que sim [...] e acrescentou 'olha os apostólicos estão precisando de livros o melhor é pedir ao Papae livros para elles; se elle quizer; faça entender bem que é se elle quizer fazer esse acto de caridade. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 08 jun 1924)

Padre Madureira era o reitor do colégio, posição bastante inacessível para um noviço. Pe. Leonel Franca era professor no colégio e, também, beneficiário do benevolente pai: “Com 21 anos, escrevo no dia 21, para agradecer os 21 livros [...] que encheram ao Pe. Franca de 21 alegrias, manda-lhe elle 21 apertos de mão, estando para rezar pelo senhor 21 rezas” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 21 maio 1926).

O acesso quase irrestrito que o pai lhe garantia aos livros, mesmo os importados, associado a seu arguto poder de influência, exercitado inclusive sobre o pai, lhe garantiram aproximações improváveis em outras circunstâncias:

O Pe. Franca recebeu uma carta do senhor de que gostou muitíssimo: ficou bebendo ares pelo senhor. Parece que o senhor nela fallava em escrever um artigo sobre o livro último do dito Pe. Franca. Ora elle ficou muito alegre ao saber disto, porque, disse elle, servirá o artigo do Papae (falava comigo) a fazer conhecido o livro [...] como, porém, elle é muito doente [...] e não pode fazer sermões [...] emprega-se noutros labores [...] fazendo o apostolado da pena. O senhor portanto lhe fará um enorme favor escrevendo um artigo sobre o livro delle. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 14 nov 1926)

Um dos relacionamentos mais duradouros que Saboia estabeleceu, ainda em seu tempo de seminário, foi com Pe. Leonel Franca, que era seu professor no seminário. Veremos que, por ocasião da criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Leonel Franca e Saboia comporão, juntos, sua estrutura administrativa. Os livros também foram o ponto de convergência desse relacionamento, no entanto, para Leonel Franca os favores prestados pelo pai de Roberto Saboia contribuíram para a projeção pública do filho:

O Pe. Franca me pediu que quando escrevesse ao senhor agradecesse o senhor ter publicado no jornal os dois artigos dele contra o bobinho do Oiticica. O Pe. Franca me deu para ler todos os dois e agora quer publicar alguns outros [...] li também aquele do Pe. Madureira [...] foi ali que eu tive a ideia de pedir ao Pe. Madureira que escrevesse alguns outros [...] se o senhor gostar eu vou insistir com ele. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 28 jun 1926)

Para Figueira (2008), arrastando-se há tempos na “batalha de palavras” com Oiticica, Leonel Franca tomou a iniciativa de publicar uma compilação de seus textos contra ele, à qual chamou de “Relíquias de uma polêmica”. Para Figueira, a compilação é uma forte evidência do quanto Franca se preocupou com os “disparos” de José Oiticica, cujo lema era “As palavras são a munição para o combate”. Figueira destaca que Franca se dedicou com energia a combater as ideias anticlericais de José Oiticica, e o cenário dessas “batalhas” foi, em especial, a imprensa aberta: os jornais. Isso nos auxilia a compreender a relevância desses favores de José Saboia a Leonel Franca.

O envolvimento de Roberto com as articulações políticas de seu pai e a proximidade com os problemas e debates públicos de seus superiores, ainda que de forma incipiente nos primeiros anos, contribuíram para que Saboia desenvolvesse sua própria visão de mundo e suas habilidades relacionais e de negociação. No mesmo sentido, sua intensa atividade intelectual e o acesso privilegiado à literatura internacional foram determinantes na consolidação de suas principais convicções filosóficas e políticas: “No dia 1º de janeiro em ponto vou começar a estudar alemão [...] porque os livros alemães, não conhecel-os faz uma falta imprescindível” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 28 set 1924).

Em Filosofia, Saboia ia da crítica ao cartesianismo à simpatia ao modernismo, passando pela influência das teorias evolucionistas e da Psicologia sobre os dogmas religiosos. Nas cartas ao pai, citava e explanava seus estudos sobre Hamelin, Fröbes, Descartes, Kant, Pe. Maréchal, Cardinal Mercier e muitos outros autores. E estudou filosofia com profundidade e envolvia seu pai na maioria de suas inferências:

Querido Papae, Foram-me entregues ontem de noite mais dois volumes de Alfred Espinas, *Descartes et la morale*, mais dois presentes do senhor. Agradeço-os querido papaezinho. [...] Quando li o título não pude deixar de me admirar. Da moral de Descartes não sei o que dizer. Moralista é que

Descartes jamais me pareceu. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 15 ago 1929)

Mas uma de suas mais fortes influências foi a do filósofo francês Maurice Blondel. Uma das primeiras vezes em que Saboia menciona Blondel foi numa carta escrita ao pai durante um retiro espiritual em Parecy Novo, no Rio Grande do Sul, em 1938. Na carta, Saboia faz uma breve narrativa do idílico local do retiro em contraposição a uma notícia que o pai havia enviado anteriormente:

A única casa que tem eletricidade é a nossa [...] temos manteiga e mel; frutas boas. Tudo convida ao socego, ao recolhimento e a paz. Enquanto isso o mundo se vai convulsionando nas aberrações que o senhor alude em sua primeira carta aérea de 20/III. [...] isso é seguramente uma visão apocalíptica e escatológica [...] justamente a construí lendo e estudando o Apocalipse de São João e o *L'être et les êtres* de Blondel. E a propósito fiquei radiante com a notícia do aparecimento do 2º volume de *Action* e mais ainda de que o senhor já está com o livro. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Parecy Novo, 12 abr 1938)

L'Action foi a tese de doutoramento de Maurice Blondel, defendida em 1893. Segundo Pimentel, por um erro do editor, a primeira publicação de *L'Action* saiu incompleta, tendo sido publicada a versão sem as correções posteriores à banca de defesa e sem o capítulo terceiro da quinta parte da tese. O entusiasmo de Saboia era, então, pela publicação da obra completa. Após a defesa da tese, Blondel se tornou professor de Filosofia, lecionou em Aix-en-Marseille e foi um dos precursores do modernismo na filosofia da religião e do Cristianismo. Segundo Pimentel (2008), a obra de Blondel foi recebida “num turbilhão de intermináveis debates de uma crise religiosa dos inícios do século XX” (PIMENTEL, 2008, p. 12), causando polêmica e desconfiança, comprometendo, dessa forma, o debate aprofundado de suas ideias. Mas ainda assim, Pimentel destaca que Blondel influenciou uma série de filósofos contemporâneos, como Gabriel Marcel e Martin Heidegger, além de influenciar toda uma nova geração de filósofos e teólogos católicos, tendo em Pe. Henri de Lubac s.j. e Pe. Joseph Maréchal s.j., dois de seus principais seguidores.

Pe. Maréchal era professor de Filosofia na Universidade Católica de *Louvain*. Silva (2010) afirma que a obra de Maréchal é pouco conhecida, exceto por estudiosos neotomistas, e destaca que sua originalidade causou controvérsias e polêmicas, enfrentando dificuldades para ser publicada. Essas características, associadas a seu estilo sóbrio e conciso (SILVA, 2010), acentuaram a peculiaridade de sua obra. Saboia não apenas a conhecia, mas correspondia-se com ele:

“Hoje também tive a alegria de receber resposta de uma carta minha ao Pe. José Maréchal, professor em Louvaina. A resposta é cumpridinha e de uma delicadeza captivante. Estou ficando relacionado, hein, Papae?” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 01 dez 1927)

“Recebi outro dia uma extensa carta de Pe. Maréchal. Fiquei contente.”
(Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 maio 1931)

Em *Ensayo de Filosofia concreta social y juridica*, Saboia se avizinha de autores socialistas, como Theilard de Chardin, Nicolau Berdaieff, Luhem, Heinrich Pesch, Pinard De La Boullaye e Georges Gurvitch, firmando sua inclinação socialista e sua filiação a Maurice Blondel:

Las ideas esenciales que en la Filosofía ha enunciado y extendido Mauricio Blondel, las indicaciones explícitas que en su obra se hallan respecto de los problemas sociales y jurídicos, - ideas e indicaciones vivamente tradicionales – aplicadas e desarrolladas, hacen, con cierta holgura, todo el contenido de este trabajo en su parte constructiva. (Roberto Saboia de Medeiros, 193?, p. 104)

Sua vigorosa formação cultural, associada à circulação no mundo adulto dos favores e das negociações, encontraram eco no ambicioso espírito de Roberto Saboia de Medeiros. Desde muito jovem, Saboia iniciou empreendimentos que projetaram seu nome e suas realizações e favoreceram seu acesso a pessoas influentes.

Ainda em Friburgo, Saboia fundou o Anchieta Foot Ball Club pensando fazê-lo gérmen de uma associação católica de jovens:

Pois bem papae, preciso do senhor uma esmola [...] O meu intuito – *terminative* – é a Fundação de uma Associação Catholica da Juventude Americana. Começo por Friburgo, desejo Brazil, depois America. Como preliminares remotíssimas fundei domingo um club de foot-ball. Nos 1º domingos do mês já está organizada a comunhão geral, depois dou-lhes café, pão, etc. Preciso comprar chécaras. A mocidade aristocrática da cidade aproxima-se de Pe. Roberto: estamos num período de transição. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 11 set 1927)

A iniciativa é uma deliberada ação de articulação política e aproximação com a alta classe de Nova Friburgo, já que, como diria João Máximo (1999), “aqui e ali o futebol brasileiro nasceu como brinquedo de menino rico”.

Em 18 de dezembro de 1927, Saboia conseguiu levar a cabo seu objetivo de fazer do *Anchieta Foot Ball Club* um artifício para a criação de uma associação católica de jovens, e funda a Associação Católica da Juventude Brasileira em Nova Friburgo. A associação foi fundada com o propósito de “promover entre seus associados a prática de todas as virtudes cristãs, e a formação de caráter individual para engrandecimento da Religião em nosso querido país” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 11 set 1927) muito embora ele soubesse que uma iniciativa como essa poderia congregar jovens da elite local e aproximá-lo do grupo, conferindo-lhe algum poder de influência, conforme destacou-se acima na carta escrita ao pai: “A mocidade aristocrática da cidade aproxima-se de Pe. Roberto”. Saboia, além de fundador, foi nomeado vice-diretor, Pe. Sante Armellin foi nomeado primeiro diretor e Pe. Eurico Torres de Castro segundo diretor. Foram signatários

da recém-fundada Associação, o Pe. Eduardo Lustosa, Pe. Paulo Baunwarth, Pe. Viotti, Pe. Rossetti, José da Frota Gentil, Cesar Dainese, Roberto Godding, Armando Cardoso, que viria a ser ministro provincial da ordem jesuíta; Francisco Rocha e Afonso Rodrigues. A associação oferecia seções de teatro no Cine Teatro Leal e aulas de catequese na zona rural.

Outra ação que se tornou muito popular e que Saboia trouxe consigo para São Paulo, quando passou a viver nessa cidade, eram as comunhões colossais. Saboia planejava e executava um projeto de comunicação em massa para congregar fiéis para uma grande comunhão mensal. O projeto consistia em atrair para a igreja, ao menos uma vez por mês, uma grande quantidade de fiéis para comungar. Como parte do projeto estava o oferecimento de um lanche após a celebração; às vezes havia jogo de futebol, e a propaganda era feita por meio de panfletos:

Talvez se haja admirado o senhor de eu não ter ainda este mês recebido carta minha. Foi de propósito que não escrevi: andava ruminando pela cabeça um projeto, e antes de estar amadurecido e aprovado pelo Pe. Reitor não valia a pena dar-lhe execução. O Sr. Papae, faça-me a caridade de me mandar 100\$000. Há muito tempo que queria espalhar em Friburgo a prática da comunhão mensal. Não sabia, porém, como fazê-lo. [...] mandar imprimir uns anúncios com a explicação da promessa do Sagrado Coração para quem comungar... (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 14 nov 1926)

O pai atendeu seu pedido, o Reitor concordou com o projeto e o apoio de ambos viabilizou a ideia de Saboia:

Imensissimamente lhe agradeço os 200\$000 que o senhor me mandou, o dobro do que lhe pedi. Generosidade, amor paternal, delicadeza, bondade, condescendência, todos esses dotes do senhor me trouxeram os 200\$000. De todo coração lhe digo obrigado, Papaezinho. [...] O Pe. Reitor gostou tanto da ideia que ele mesmo se encarregou de escrever ao Pe. Magne e mandar imprimir o meu manifesto [...]. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 14 nov 1926)

Quando passou a viver em São Paulo, Saboia repetiu a experiência. Agora a publicidade dos panfletos já não era suficiente, e ele usava a amizade do pai com Assis Chateaubriand, dono do poderoso império de telecomunicações “Os Diários Associados”:

Estamos organizando aqui em São Paulo a ‘Comunhão Colossal’ [...] entre outros meios utilizamo-nos dos jornaes [...] Mas o amolante é que as redações [...] encurralam tudo na ‘seção religiosa’, nunca lida. Hoje telefonei ao ‘*Diário de São Paulo*’. Queria falar com o Chateaubriand para lhe pedir que o Diário publicasse o convite-manifesto num lugar de destaque. Mas responderam-me que o Chateaubriand [...] mora no Rio. Talvez o senhor possa passar daí uma ordem no sentido do meu desejo: Se o senhor puder não deixe de fazer ainda essa semana [...] a comunhão é dia 10. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 maio 1931)

Mas seu principal espaço de atuação foi a Ação Social, constituída em São Paulo, em 1944, a partir da Comissão Permanente de Ação Social, criada inicialmente para organizar as Semanas de Ação Social. Sob a égide da Ação Social, Saboia empreendeu e administrou várias empresas e iniciativas de cunho social. Criou escolas e ministrou cursos, fundou uma clínica para assistência de pessoas de baixa renda, criou e editou revistas, fundou uma gráfica, além de organizar e presidir as Semanas de Ação Social, realizadas em todo o país. Todas essas iniciativas, segundo o próprio Saboia, eram pautadas nos valores cristãos da Doutrina Social Católica. Para Gramsci (1978), os eclesiásticos são a mais típica das categorias de intelectuais orgânicos, estando a serviço da ideologia religiosa, da filosofia e da ciência vigente em cada época. Saboia aferiu-se à Doutrina Social Católica. Sua filiação às correntes do pensamento católico modernista, bem como ao Socialismo Cristão, além de seu caráter liberalista, seriam pontos de atrito com a ordem, ao mesmo tempo em que o aproximaram de seu “grande sócio”, o empresariado paulista e seus respectivos intelectuais.

No âmbito da Ação Social, Saboia criou escolas para operários que funcionavam nos bairros industriais de São Paulo e estavam ligadas aos Círculos Operários, que eram iniciativas da Igreja Católica vinculadas ao projeto de Restauração. Calado (1985) afirma que os cursos eram oferecidos em vários bairros de São Paulo, tinham duração de cinco semanas, com cinco aulas por noite.

As conferências, palestras e conteúdos ministrados nesses cursos, além de reflexões de Saboia sobre o tema do trabalho e da relação entre trabalhador e empregador, resultaram, anos mais tarde, na publicação de um livro chamado *Guia social do trabalhador*. Saboia apresentou o livro como uma compilação de ideias amadurecidas a partir de sua atuação junto ao operariado na cidade de São Paulo. O livro *Guia social do trabalhador* é composto por sete capítulos, que tratam de assuntos como os ideais da humanidade, regime capitalista, nacionalização, pluralidade da organização, ditadura, organização industrial, entre outros, e demonstra sua crença de que a solidariedade e a moral poderiam conduzir a uma organização social mais justa e equânime.

No prefácio do livro, Saboia esclareceu que se tratava de “uma síntese” do Curso Popular de Orientação Social que era ministrado nos diversos bairros de periferia de São Paulo. Saboia tinha um propósito bem definido para o livro: “[...] o GUIA SOCIAL de todos os trabalhadores que desejam conquistar seus companheiros para triunfo definitivo de suas justas reivindicações, isto é, para o triunfo definitivo do reinado social de Jesus Cristo”. (MEDEIROS, 1949)

No livro, Saboia defende uma forma de Socialismo que não prescindia da propriedade privada, mas cujo sustentáculo eram valores cristãos fraternos e altruístas que

poderiam conduzir empregados e empregadores a uma coexistência justa e igualitária, neutralizando em seu discurso a luta entre as classes e despolitizando o processo:

Como é então que este livro nada fala sobre salários, sobre seguros, sobre estabilidade, sobre greves? Porque esses são problemas imediatos, porém não básicos. Esses problemas surgem de uma sociedade desercaminhada de Deus e, portanto, onde há tanta coisa errada. Salários, por exemplo, seria necessário falar em salários se houvesse justiça? Se os bens da terra fossem distribuídos dentro de outra organização? Se os grupos profissionais estivessem vivos? [...] O remédio dos males não é econômico, não é um novo aumento de salário, ou um novo imposto ou maior produção. O remédio está na simpatia humana, na compreensão, na mútua correção. A atitude do cristão deve estar impregnada da convicção de que vivemos num mundo vazio. Mas para enchê-lo não basta protestar ou reclamar. É preciso compartilhar das comuns agruras e fazer do sofrimento uma força de redenção. Saber conviver é a grande arte do apostolado moderno. E transformar, será o seu triunfo. (MEDEIROS, 1949, p. 8)

Imbuído das ideias do Socialismo Cristão, inclinado, por orientação das encíclicas papais, a aproximar-se da classe trabalhadora, os objetivos de igualdade e justiça social de Saboia soam legítimos e francos. Se voltarmos a *Ensayo de filosofia concreta social y jurídica*, Saboia nos envolve em seu raciocínio e em seu esforço de buscar estabelecer concepções de *social* e *individual*, a partir de um arcabouço religioso, obviamente, mas criticado e analisado por meio de um robusto suporte filosófico, sociológico e, necessariamente, racional:

Hoy día, lo social asume proporciones de Leviatán. No solamente se declara que las concepciones individuales han sido decorradas, sino que en ciertos sistemas, ho hay, de hecho, sitio para pretensión alguna si no va munida de un pasaporte social, sociológico, quizás socialista. Si se insiste en orden a aclara los conceptos, las incriminaciones de liberalismo se unen a definiciones doctrinarias que mal encubren la confusión de ideas. ¿Qué és el social? ¿Qué hay de social en el individuo? ¿Qué hay de indispensablemente individual en la sociedad? ¿En qué relaciones genéticas – unilaterales o mutuas – se hallan la persona y la sociedad? Y ¿Por qué una ‘mística’ de la persona es tan peligrosa como una de lo social? ¿Hasta qué punto así la persona como la sociedad son resultado de la cultura o productos determinados de la naturaleza? (MEDEIROS, 1930?, p. 103)

Nesse contexto, embora não tenha sido incorporada a Ação Social, o Instituto de Direito Social tem um papel fundamental para nos auxiliar a compreender o grau de influência dessa mentalidade na atuação de Saboia e seus pares. O Instituto foi fundado em São Paulo, tendo como membros um grupo de renomados advogados, como veremos, católicos e afeitos aos ideais da restauração católica. Os objetivos do Instituto estavam relacionados ao estudo de direito do trabalho e da legislação social articulados a partir da ótica católica de fraternidade e equidade social:

Silenciosamente, sem nenhum alarde, sem nenhuma propaganda pela imprensa, o Instituto de Direito Social, fundado oficialmente em junho do corrente anno [...] vem trabalhando em prol do seu engrandecimento e das

leis sociais no Brasil, para que tenhamos uma legislação à altura do nosso progresso e da nossa civilização.

Esse Instituto que tem como inspirador, as sábias Encyclicas dos Papas Leão XIII e Pio XI, principalmente aquelas que tratam com mais precisão do problema social, nos poucos meses de sua existência não se tem descurado da tarefa que se impoz: estudar com carinho, essas mesmas Encyclicas, e contribuir, do melhor modo possível, para que nossas leis tenham um caracter verdadeiramente christão.

Quando um tremendo materialismo invade o espírito de nossos homens dominados por uma cultura bebida nas obras dos sépticos e dos revoltados de toda natureza, materialismo esse que procura inocular-se na família, na officina, no direito, nos poderes públicos, na sociedade, em summa, esse Instituto nitidamente cultural, com um principio sadio, de immenso solidarismo entre os homens de boa vontade, faz obra de alta espiritualidade de educação e de construção moral.

[...]

Havendo como há uma enormidade de conceitos em torno desse Direito que uns entendem como legítimo propugnador dos interesses do economicamente fraco, que vem a ser o operário, o trabalhador manual; outros que o definem como o salvaguardador de todos os indivíduos entrosados em todas as classes sociais, quer sejam ricos e pobres, operários e patrões; outros, ainda, como o restaurador christão dos direitos da pessoa humana, que são invictáveis e sagrados... (CALLAGE, 1939, p. 4)

Os ideais de equanimidade, justiça, solidariedade e fraternidade, porém, não suplantavam a diferença de classes que os discursos públicos procuravam neutralizar e Saboia fez uso de sua posição social e de seu nível cultural como forma de distinção e parte da estratégia de conquista. Paradoxalmente, é justamente essa privilegiada posição social o fator determinante para as conquistas e realizações de Saboia. O alto poder de influência que seu pai e, anos depois, ele próprio foram capazes de exercer é o elemento central de todo esse grande e articulado sistema criado por Saboia e que envolvia desde as Comunhões colossais e as grandes pregações em retiros e igrejas até a criação e consolidação de empresas e escolas que perduram até os dias de hoje.

Mas para Silva (1949), a grande popularidade de Saboia, em São Paulo, estava vinculada ao debate realizado anos antes com o deputado do partido comunista, José Maria Crispim. Em 1949, a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem intitulada “O legionário do bem” que falava sobre Saboia e a Campanha do Continho, mas se iniciava rememorando o confronto entre o religioso e o comunista, e o apoio que havia recebido do conglomerado Diários Associados:

O seu prestígio e sua fama nasceram há quatro anos atrás, quando pôs Knock-out o ex-deputado vermelho, José Maria Crispim. Estava-se, então, em novembro de 43, em plena campanha eleitoral.[...] O Padre Saboia lançou o desafio dentro de toda formalidade. [...] Os jornalecos vermelhos, tanto de São Paulo, quanto do Rio, puseram-se a tocar o velho disco: ‘Provocador’, ‘Reacionário’, ‘Clero a serviço dos interesse imperialistas’, ‘Perturbador da Ordem’. Todavia, ao lado de Padre Saboia se colocou, imediatamente, toda a imprensa democrática e livre. Os ‘Diários Associados’ deram-lhe inteiro apoio. [...] Mas o chefe Prestes não dava uma resposta ao Padre. [...] E somente na tarde do dia marcado para a polêmica é que o

chefe vermelho respondeu, mandando em seu lugar o então candidato a deputado federal José Maria Crispim. (SILVA, 1949, p. 52)

Os Diários Associados foram um dos maiores conglomerados de comunicação no Brasil, segundo Fernando Moraes (1994), e seu proprietário, Assis Chateaubriand, relacionava-se com Saboia e com seu pai, no Rio de Janeiro, tendo contribuído com a Campanha do Continho tanto com doação em dinheiro como com articulações e favores, como citado há pouco.

Aparentemente, a totalidade dos empreendimentos da Ação Social foram erigidos e financiados com dinheiro de doações arrecadadas por Saboia, num universo de milhares de doadores, naquilo que ele próprio denominou “Campanha do Continho”. Saboia chegou a ter um rol de mais de três benfeitores¹, que contribuía regularmente com a Ação Social. As doações eram a mais representativa fonte de receita da Ação Social e dependiam dele, em pessoa, já que o sistema todo estava apoiado em cima de seu carisma pessoal e de sua habilidade e influência para conseguir a efetivação das doações:

Fui muito bem recebido aqui em São Paulo². Os jornais fizeram um ‘barulhão’ e vou tocando o barco. O Pe. Danti foi muito dedicado, mas, já estava mesmo na hora de voltar, porque os níqueis estavam no fundo da caixa. O meu projeto é levantar agora uns 100.000 cruzeiros, e o senhor bem pode imaginar como os canhões estão funcionando. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 06 out 1944)

A reportagem da revista *O Cruzeiro* descreveu o cotidiano de Saboia e suas estratégias para manter e conquistar doadores para a Campanha. Com um grande número de fotos e vários trechos narrados em primeira pessoa, a reportagem revela como Saboia encontrava os potenciais doadores, selecionados dentre pessoas de alto poder aquisitivo, e o que fazia para manter o fluxo constante de doações, necessário à manutenção de suas obras. Arlindo Silva atribui o sucesso da operação de arrecadação a características da personalidade de Saboia e a sua popularidade na cidade: “Muito vivo, educado e culto, o Padre Saboia, que é muito popular em São Paulo, rapidamente conquista o industrial com seus argumentos.” (SILVA, 1949, p. 51)

Ao lado de sua persistência e tenacidade, Arlindo revela a empatia de Saboia e a habilidade de ajustar o discurso a seus interlocutores:

O que impressiona no padre Sabóia, logo no primeiro contato, é a simplicidade de seus gestos e de suas palavras, seu sorriso fácil, espontâneo e aberto. Ele fala com a gente sem rodeios, usando as mesmas expressões que nós usamos com os mais íntimos, isto é, a linguagem do

¹ Há textos que afirmam que esse número passou de cinco mil e que o objetivo dele era atingir seis mil doadores, mas nos fixamos nos comunicados que o próprio Saboia costumava escrever a seus benfeitores na época de Natal.

² Ele retorna a São Paulo depois de ter passado três meses nos Estados Unidos.

povo, clara e pura. Esse é um dos seus segredos para cativar as pessoas. (SILVA, 1949, p. 62)

Segundo Silva (1949), Saboia iniciou a Campanha do Continho em decorrência de suas propostas de ação elencadas para a Comissão Permanente de Ação Social. D. Gaspar, arcebispo de São Paulo à ocasião, aparece na reportagem como o fiador da iniciativa de Sabóia:

Em 1942, quando se realizou a “Quarta Semana das sociedades e de Ação Social no Brasil” o Padre Saboia lançou seu programa de “Ação Social” em São Paulo. O então arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, aprovou o seu plano. E o Padre Saboia meteu mãos à obra. Para realizar o que ele tinha em mente, seriam necessárias somas imensas de dinheiro. E acontece que ele não tinha um vintém em disponibilidade para esse fim. Era preciso, pois, incluir uma campanha de grande envergadura para angariar fundos. (SILVA, 1949, p. 62)

Saboia deu vários apelidos para a Campanha. Em suas cartas ao pai ele chamava de “cavações”, em suas cartas abertas falava de “facadas”, “canivetadas” e até “arranhões”. O fato é que os apelidos ajudam a compreender que Saboia considerava a arrecadação uma tarefa árdua. Na reportagem de *O Cruzeiro* os apelidos não apenas aparecem como Saboia os explica ao repórter Arlindo Silva:

Na minha linguagem existem dois tipos de contribuição: as que eu chamo de “facadas”, eu são as de dez contos para cima, e as que eu considero simples “canivetadas”, portanto menos doloridas e menos profundas, que são as abaixo dessa quantia. E há também os “arranhões” que são os donativos generosos de muitas pessoas que fazem um sacrifício mas contribuem para nossa cruzada. (MEDEIROS apud SILVA, 1949, p. 56)

Saboia morreu repentinamente. Ele sofria de uma leucemia que não foi detectada, faleceu num domingo à noite, sem qualquer mal-estar anterior que pudesse despertar suspeita sobre a séria doença que tinha. Dentre os documentos encontrados preservados pela ordem no acervo pessoal de Saboia, foram encontrados muitos recortes de jornal contendo a notícia de sua morte e homenagens.

O Estado de São Paulo publicou na segunda-feira, dia 1º de agosto, a notícia de que Saboia havia morrido na noite anterior, domingo, 31 de julho. A notícia veio seguida de um breve histórico de sua formação religiosa, e no dia seguinte, dia 02, outra notícia, na qual, ao histórico de sua formação religiosa, foram acrescentadas informações sobre sua trajetória acadêmica, e das obras que realizou. A notícia do dia 02 de agosto destacou, nas linhas finais que o enterro de Saboia mobilizara o empresariado paulista a comparecer ao funeral para prestar homenagens:

A sociedade paulista foi dolorosamente surpreendida, ontem, com a notícia do falecimento do Padre Roberto Saboya de Medeiros. [...] Causou consternação nos círculos industriais paulistas a morte do Padre Saboya de Medeiros. Assim que dela teve conhecimento, o Sr. Antonio Devisate,

presidente da Federação e Centro das Industrias, realizou uma visita ao corpo do ilustre sacerdote. Uma comissão de diretores da FIESP-CIESP, integrada pelos senhores Antonio Devisate, Oscar Augusto de Camargo, Mario Toledo de Moraes, Aldo Mario de Azevedo, Manuel Garcia Filho, Eduardo Garcia Rossi e José Vilella de Andrade Junior foi constituída para participar do enterro do Padre Saboya. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/08/1955).

O *Estado de São Paulo* informou também que a missa de corpo presente seria realizada no Colégio São Luís, na Avenida Paulista, e que o enterro seria no Cemitério do Santíssimo Sacramento, na Av. Dr. Arnaldo.

O jornal *Diário de São Paulo* também noticiou sua morte e prestou homenagens com uma reportagem publicada em 02 de agosto, em que Saboya era citado como “O Soldado da Fé”. O *Jornal Folha da Tarde*, publicou notícia da morte, dando hora e local do velório e do enterro. O jornal *Correio Paulistano* publicou no dia 02, a notícia da morte, com imagens do velório. A *Folha da Manhã* também noticiou, no dia 02 de agosto, a morte de Saboya. No *Diário de São Paulo* havia duas notícias, a primeira relatava a morte e dava informações sobre o funeral, e a segunda era uma homenagem à atuação do Padre, esta última intitulada “Adeus a Saboya de Medeiros” e assinada por Mauricio Loureiro Gama. Outro recorte de jornal, sem identificação, mas datado de 1º de agosto, também noticia a morte de Saboya, a quem chama de “Lidador Espiritual”.

A *Gazeta* publicou, em 03 de agosto, a cobertura do funeral, que, de acordo com o jornal, reuniu cerca de mil pessoas. As alças do caixão foram seguradas por José Viriato, pai de Saboya, pelo General Porfírio da Paz, governador em exercício e pelo Prof. Lucas Nogueira Garcez ex-governador do Estado. Segundo a notícia, foram proferidos vários discursos à frente do jazigo, e o primeiro foi de Francisco de Sales Vicente de Azevedo, presidente da Fundação de Ciências Aplicadas. Dentre os palestrantes, o jornal citou Otavio Sales, um operário; o Prof. Henrique Iasbaldi, que falou em nome da Faculdade de Engenharia; Paulo Roberto Otoni Rossi, que falou em nome da Associação de ex-alunos da FEI; Antonio Carlos Parisio, como presidente do Centro Acadêmico da FEI; Joaquim Alfredo da Fonseca, em nome dos alunos da ESAN; o Prof. Antonio F. Cesarino Junior, em nome da Sociedade Internacional de Direito Social e da Faculdade de Direito da USP; e, por fim, Pe. Gomes Bueno.

Sua morte foi noticiada por todos os maiores jornais de São Paulo e houve ainda, homenagens póstumas, dentre as quais estavam a de Plinio Barreto, Menotti Del Picchia, Fernando Callage, Aldo Mario de Azevedo e João Camilo de Oliveira Torres. Também publicaram suas homenagens, nos principais jornais da cidade, a Associação Comercial de São Paulo e o Rotary Club.

Em 4 de agosto, o *Diário de São Paulo* publicou uma nota assinada pelo Provincial da Companhia de Jesus, pelo Reitor do Colégio São Luís e pelo Superior da Igreja de São Gonçalo, em que agradeciam as inúmeras e emocionadas homenagens que haviam sido prestadas ao finado Padre. Estavam dentre os agradecimentos patrões e empregados, o clero, o povo, as autoridades, a imprensa, professores, alunos e, claro, os benfeitores:

O Provincial da Companhia de Jesus, pelo Reitor do Colégio São Luís e pelo Superior da Igreja de São Gonçalo, na impossibilidade de agradecerem a todos, Autoridades, Clero, Classes Operarias e Patronais, às Famílias e ao Povo, à Imprensa, Rádio e Televisão, as excepcionais e extraordinárias provas de conforto cristão, amizade e solidariedade, demonstradas por ocasião do falecimento e funerais [...] do Padre Saboia de Medeiros [...] tomam a liberdade, para esta finalidade de agradecimento, de usarem a Imprensa, a Radio e a Televisão, armas inseparáveis do saudoso apóstolo... [...] E desde já ficam convidados todos os seus amigos e dirigidos, operários e patrões, alunos, professores e auxiliares, seus colaboradores na imprensa, rádio e televisão, e especialmente os beneméritos e mantenedores financeiros de sua Fundação, para a missão de 7º dia... (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 04/08/1955)

A nota publicada pelo jornal *Diário de São Paulo*, emocionada e reverente, permite corroborar a inferência de que a ordem jesuíta conhecia a rede de suporte que apoiava as iniciativas de Saboia, assim como o alto grau de dependência que as obras tinham dessa rede. Os agradecimentos do provincial, que é uma das maiores autoridades de cunho administrativo dentro da ordem são, claramente, endereçados aos “colaboradores” e “beneméritos mantenedores financeiros” das obras de Saboia.

As homenagens póstumas ainda não tinha deixado de aparecer nas páginas dos jornais em São Paulo, quando começaram a dividir espaço com notícias, que lá e cá, demonstravam a preocupação com a sustentação financeira da Ação Social.

Em 6 de agosto de 1955 o jornal o *Diário de São Paulo* publicou uma reportagem em que entrevistava o Sr. Domingos Savino, presidente do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos. Na reportagem intitulada “Não se deve deixar que pereçam os Empreendimentos do Padre Saboia”, Savino se dizia preocupado com a continuidade das obras realizadas por Saboia. Para ele, a atuação pessoal do padre dificilmente seria substituída e as empresas da Ação Social poderiam enfrentar dificuldades para se manter:

Os numerosos e extensos setores em que o virtuoso jesuíta exercia a sua atividade de ampara e orientação lamentam-lhe o fim prematuro e – sobretudo – preocupam-se com o destino de seus empreendimentos. [...] Ainda ontem a reportagem ouviu o Sr. Domingos Savino [...] Antigo colaborador do presidente da Ação Social [...] mostrou-se apreensivo com a sorte das escolas, cursos e Instituições criadas e mantidas pelo Padre Saboia.
- ‘Considero impossível - disse ele ao repórter – encontrar-se uma pessoa capaz de desenvolver todo o trabalho com que o Padre Saboia arcava sozinho. (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 06/08/1955)

No mesmo dia, o jornal *A Gazeta* publicou notícia da criação da Sociedade Amigos do Padre Saboia, cujo objetivo era “auxiliar a manutenção e desenvolvimento das obras sociais” fundadas por Saboia. O Sr. Flavio Rodrigues era o secretário da nova associação e foi quem concedeu entrevista ao jornal.

No dia seguinte, domingo 7 de agosto, o *Diário de São Paulo* publicou a notícia de que o Pe. Bueno havia sido nomeado presidente da Ação Social e que estavam sendo escolhidos e eleitos os demais dirigentes das empresas e institutos vinculados à Ação Social. A notícia intitulada “Prosseguirá a obra do Padre Saboia de Medeiros” anunciava a nomeação de José Gomes Bueno s.j. como novo presidente da Ação Social, apresentando seu vasto currículo como professor, diretor da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, secretário da PUC Rio e vários outros cargos administrativos em escolas e institutos de ensino.

A notícia também informava que, após a morte do Padre, a Ação Social já tinha recebido cerca de um milhão de cruzeiros em doações. A meta da Sociedade era bastante ambiciosa: reunir, ao final de um ano, nove milhões de cruzeiros, porém a pergunta feita pelo repórter, “Por que auxiliar a manter?”, fica sem uma resposta clara, e vê-se Flávio Rodrigues ovacionando Pe. Bueno e as obras fundadas por Saboia, sem explicar por que a “Sociedade de Amigos” estava interessada em que elas não se extinguissem.

Em 9 de agosto a *Folha da Manhã* divulga a nomeação de Francisco Gaioto como diretor da Faculdade de Engenharia Industrial e da Fundação de Ciências Aplicadas. Na mesma reportagem, uma nova reunião da Sociedade Amigos do Padre Saboia é noticiada e dessa vez o grupo se reuniu para debater estratégias de arrecadação com a finalidade de saldar compromissos assumidos pela Ação Social:

A reunião foi presidida pelo Sr. Francisco Sales Vicente de Azevedo, que comunicou (que) Prof. Francisco Gaioto para ocupar o cargo de Diretor da Faculdade de Engenharia Industrial. A seguir foram debatidos vários planos apresentados para desenvolver inicialmente uma campanha de arrecadação, a fim de saldar compromissos assumidos para a sustento da obra de Pe. Saboia. [...] foi constituída uma comissão provisória [...] composta de sete membros [...] o presidente Sr. Alfredo Egidio de Souza Aranha, [...] Breno Borges, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, José Bonifácio Nogueira, José Ferraz de Camargo, Manuel Garcia Filho e Rogério Giorgi. (FOLHA DA MANHÃ, 09/08/1955)

No dia 10 de agosto, o jornal *Diário de São Paulo* volta a noticiar o que foi a primeira reunião da Sociedade de Amigos e esclarece que o milhão em doações havia sido dado pelos integrantes da Sociedade a título de formação de um patrimônio capaz de sustentar as obras da Ação Social. A primeira estratégia do grupo repete a estratégia de Saboia, e são enviadas cerca de quatro mil cartas-convite para que os, antes contribuintes do Continho, se associem ao grupo de “Amigos”. Primeiro seria constituída a sociedade e, com o tempo,

seria transformada em Fundação. José Viriato, pai de Saboia, era o responsável pela constituição legal da Sociedade e da futura Fundação. A Sociedade de Amigos não aparece em outros documentos além dessas reportagens e notícias publicadas logo após a morte de Sabóia.

Da reunião do dia 10, segundo o jornal *Folha da Manhã*, participaram, além dos membros da diretoria (nomeada acima), os senhores Flávio Rodrigues, Francisco Pignatari, João Burlamarqui de Andrade, João Batista Leopoldo Figueiredo, Aldo Mario de Azevedo, Julio Giorgi, Frederico D'Orey, Gabriel Lima da Silva Filho, Ariston Azevedo, Alfredo Ferreira Veloso, Henrique Arnbrust, Roberto Amaral, Mauro Lindemberg Monteiro, Luis Nazareno T. de Assunção, Vicente de Paula Ribeiro, Nelson Mendes Caldeira, J. Marcelo E. Vidigal, Olavo Egídio Setubal, Joaquim de Moura Andrade, Paulo C. Suplicy, Pe. Murilo Moutinho e Pe. José Gomes Bueno. Ainda de acordo com essa reportagem, o grupo constituiu uma outra comissão, que ficou encarregada de estudar os estatutos da Ação Social e demais entidades vinculadas ao Pe. Saboia com o intuito de reformular os aspectos que fossem necessários em virtude da morte de Saboia. Faziam parte dessa comissão os senhores Alfredo Egídio de Sousa Aranha, Edgar Kocher, Francisco Pignatari, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Teodoro Quartim Barbosa, José Bonifácio Nogueira, João Gonçalves, José Ferraz de Camargo, Rogério Giorgi, Rui Sodré, João Batista Leopoldo Figueiredo, Breno Borges, Ariston Azevedo, Manuel Garcia Filho, Francisco de Sales Vicente de Azevedo e Pe. José Gomes Bueno.

Quando Saboia morreu, a Ação Social enfrentou sérias dificuldades para sustentar-se financeiramente, impondo a Pe. Bueno, seu sucessor, a busca de outras maneiras de financiar as obras da Ação Social. Pe. Bueno entrou em negociações com a FIESP, foi aos Estados Unidos, voltou a conversar com a PUC, então constituída em São Paulo, buscando alternativas para a sustentação financeira da Ação Social, e a efemeridade da Sociedade Amigos do Padre Saboia levantou a hipótese de que aqueles homens tenham ocorrido às obras de Saboia num momento de consternação, mas talvez não tivessem muito a perder caso Pe. Bueno fracassasse. Enfim, para compreender melhor o amplo espectro da atuação de Roberto Saboia de Medeiros, é necessário conhecer a Ação Social.

2.1 A Ação Social e Outras Empresas

A habilidade em estabelecer e manter relacionamentos influentes, sua obstinação, erudição e personalidade marcante fizeram de Saboia um grande articulador e um realizador, ao estilo do que hoje chamamos empreendedor. Suas várias iniciativas foram congregadas sob o gerenciamento de uma entidade denominada Ação Social criada, exclusivamente, com essa finalidade.

A Ação Social foi fundada em 18 de janeiro de 1944, registrada no Livro “A”, número 2, de pessoas jurídicas, sob número 1.230. A entidade abrigava as várias iniciativas e empresas fundadas por Saboia como a Escola de Administração de Negócios - ESAN, a Escola de Desenho Técnico São Francisco de Borja, o Centro Técnico do Trabalho - CTT, a Clínica Santo Inácio, a Tipografia São Pedro Canísio, o Instituto de Estudos Brasileiros, o Colégio São Francisco Xavier, a Faculdade de Engenharia Industrial, além das publicações das revistas *Serviço Social* e *Carta aos Padres*. A Ação Social chegou a ter um escritório de representação nos Estados Unidos, localizado na 1127, Sigsbee Place, N.E., Washington D.C.

A história da ESAN se funde com a história de todos os demais empreendimentos de Sabóia. Para conhecer o processo de sua implantação, será necessário conhecer também as demais empresas de Sabóia. Passaremos a uma breve análise de cada uma delas, exceto da ESAN, que será tratada em um capítulo exclusivo.

A Ação Social se constituiu a partir da Comissão Permanente de Ação Social, para a qual Saboia havia sido nomeado presidente em 1940. O objetivo central declarado da Comissão, como veremos, era a organização das Semanas de Ação Social, mas numa entrevista concedida por Saboia ao jornal *Diário Popular*, em 1943, vê-se que Saboia ampliou a atuação da Comissão e a fundamentou nas articulações e no apoio de algumas entidades que continuariam interagindo e dando sustentação às suas realizações por muitos anos:

As realizações da Comissão Permanente de Ação Social que neste mês entra no terceiro ano de suas atividades são um exemplo do que pode fazer a colaboração no campo dos problemas sociais. [...] jamais em tão pouco tempo se teria podido concretizar tão positivamente tantos planos, sem que os iniciadores tivessem contado desde o princípio com a franca e eficiente adesão das grandes entidades de classe de São Paulo, a Federação das Indústrias e a Associação Comercial e por outro lado com o apoio das Associações Religiosas, acima de tudo da benção alentadora do Sr. Arcebispo Metropolitano. (DIÁRIO POPULAR, 24/03/1943)

Nessa entrevista, de 1943, Saboia afirma que, desde o dia 15 daquele mês a Comissão havia reaberto seus cursos, dentre os quais estavam o curso de Administração da

ESAN, com turnos matutino e noturno; a Escola de Formação Sindical, que era recomendada para líderes operários; a Escola de Desenho Técnico; o curso de Racionalização Industrial, recomendado para engenheiros e diretores de firmas; e os cursos preparatórios para auxiliares de escritório e secretários. A Comissão também mantinha em funcionamento um grupo de estudos sobre a “problemática e a sistemática da religião”, que se intitulava Instituto Superior de Cultura Religiosa *Mater Boni Consilii* e compunha a Divisão de Moral Social da Comissão. A entrevista também permite constatar que existia uma outra divisão, denominada Divisão de Cultura Profissional, que vinha organizando a montagem de oficinas de marcenaria, eletrotécnica e de mecânica, que seriam utilizadas para o ensino dessas matérias e que ampliaram o relacionamento da Comissão com o SENAI: “[...] estão sendo montadas as oficinas [...] para poder melhor corresponder às exigências do ensino profissional e entrar numa colaboração mais ampla com o SENAI. (DIÁRIO POPULAR, 24/03/1943)

A Clínica Santo Inácio também é citada na entrevista, por ter sido inaugurada em 30 de janeiro daquele ano, no âmbito da Divisão de Medicina Social da Comissão. O objetivo da clínica era atendimento médico de trabalhadores, especialmente dos sem condições de pagar.

O objetivo da Comissão era organizar as semanas de Ação Social. Dom Leme havia instituído do Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1936, o Grupo de Ação Social do Rio de Janeiro, com o intuito de promover grupos de estudo e a realização da Semana de Ação Social. O Grupo de Ação Social congregava religiosos e leigos.

A Semana de Ação Social era uma espécie de congresso, mas que favorecia a circulação das novas ideias e o debate de questões prementes da Doutrina Social Católica. Calado (1985) e Maia (1990) são unânimes em afirmar que foi o próprio Saboia quem se interessou pela Semana de Ação Social, envolvendo-se em sua realização como forma de apoiar a iniciativa de D. Leme.

A primeira Semana de Ação Social aconteceu do Rio de Janeiro, em 1936. A essa seguiram-se outras, realizadas sempre em diferentes estados do Brasil. A atuação de Saboia nas ‘Semanas’ lhe rendeu ser nomeado presidente da Comissão Executiva da Semana, quando ela aconteceu em São Paulo:

Quando da realização, aqui em São Paulo, da Semana de Ação Social, coube ao Padre Roberto Saboia de Medeiros, a incumbência de organizar o importante conclave e presidir a sua Comissão Executiva, composta de ativos elementos da elite da sociedade paulistana [...]. (CALADO, 1985, p. 11)

Em 18 de junho de 1940, Saboia escreveu ao pai contando que o Arcebispo havia lhe incumbido de organizar a Semana da Ação Social e comentou suas articulações para o evento:

As visitas e saídas a que aludi no princípio, são motivadas pela preparação da IV Semana de Ação Social, que o Arcebispo me encarregou de organizar para setembro. Espero que sairá coisa de arromba, mas assim mesmo miniatura da 'Semaines Sociale de France'. Ontem fui cavar uma subvenção do governo: hoje terei resposta. As teses e artigos já estão distribuídas. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 18 jun 1940)

A Semana de Ação Social em São Paulo foi a quarta e seu tema foi "A família e a questão social". A sessão de abertura da Semana aconteceu no domingo, dia 1º de setembro de 1940, nos salões da Escola de Comércio Álvares Penteado, conforme noticiou ou jornal *Correio Paulistano* (04/09/1940, p. 4). A solenidade de abertura foi presidida por D. José Gaspar de Affonseca e Silva, seguida de três palestras: uma de Aldo Mario de Azevedo, com o tema "Civilização e Liberdade de Espírito"; a segunda do Dr. Luciano de Carvalho, que falava sobre a "Escola de Administração e Negócios"; e a terceira de Pe. Roberto Saboia de Medeiros, com o tema "Formação Profissional" (CORREIO PAULISTANO, 04/09/1940, p. 4). Ainda de acordo com a notícia do jornal *Correio Paulistano*, na quarta-feira, dia 04 de setembro a programação de palestras da Semana era a seguinte:

As 08 horas missa;
As 09 horas lição: 'Sentido e Valor das Classes Medias' pelo Sr. Tito Prates da Fonseca, membro do Instituto de Direito Social e lente da Faculdades de Sciencias Economicas;
As 10 horas círculo: 'A crise dos negócios e o dever de colaboração', pelo Dr. Plinio Catanhede, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriarios do Brasil;
As 14 horas visita à colonia agrícola de Bussocaba, em Osasco: exposição pelo director Dr. Vicente Melillo, presidente da Assistência Vicentina aos Mendigos;
As 20,30 horas, conferência: 'O nivel de vida e a economia Nacional' pelo Dr. Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. (CORREIO PAULISTANO, 04/09/1940)

Após a Semana de Ação Social de São Paulo, Saboia foi nomeado presidente efetivo das 'Semanas'. Nesse mesmo ano, 1940, criou-se, em São Paulo, a Comissão Permanente de Ação Social e Saboia foi nomeado seu presidente. A primeira sede da Comissão foi no centro de São Paulo, na Rua Galvão Bueno, 30.

No ano anterior, em 1939, Saboia havia sido um dos fundadores do Instituto de Direito Social, onde foi nomeado assistente eclesiástico. O Instituto de Direito Social, para Calado (1985), havia sido criado para desenvolver e implementar as iniciativas e ideias discutidas no âmbito das Semanas de Ação Social. Mas, conforme Saboia narrou a seu pai

em uma carta datada de 19 de março daquele ano, o grupo vinha se articulando para a criação de um instituto que estudasse a Doutrina Social Católica:

Hoje lá pelas 10h reuniram-se uns 10 ou 12 advogados (4 trabalham no Departamento do Trabalho e outro professor de Legislação Social) para discutir o projeto de criação do Instituto de Direito Social, onde se estude a Doutrina Social Católica. Mas a coisa ainda está em formação. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 19 mar 1939)

O Instituto foi fundado em São Paulo, em 16 de junho de 1939, e segundo notícia publicada no jornal *Correio Paulistano* (16/06/1939, p. 11), sua finalidade era “promover estudos referentes à legislação e aos serviços de assistência social”. O Conselho Diretor do Instituto foi composto por: Antonio F. Cesarino Jr., Braulio Mendonça Filho, Carlos Magalhães Lebeis, Decio Ferraz Alvim, Eduardo Lustosa s.j., Ernesto M. Carvalho Borges, Fernando Callage, Francisco de Andrade Souza Neto, José Carlos Affonseca, Nicolau Nazo, Renato Paes de Barros, Roberto Saboia de Medeiros, s.j., Vasco de Andrade e Vicente Mellilo.

A cerimônia, que aconteceu na sala “João Mendes”, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, contou com representantes de várias instâncias governamentais, como a secretária de Educação do Estado, o interventor do Estado e o secretário de Justiça e Negócios, demonstrando a relevância do Instituto:

O Dr. Alvaro de Figueiredo Guião, secretário de Educação do Estado de São Paulo foi convidado pelo Mellilo e pelo Braulio Mendonça para assistir a inauguração do instituto. Eles estiveram na Secretaria para fazer o convite. (CORREIO PAULISTANO, 15/06/1939, p. 5)

Na sessão solene de instalação do Instituto de Direito Social [...] o sr. Interventor fez-se representar pelo tenente Mauro Mariano. (CORREIO PAULISTANO, 18/06/1939, p. 3)

O Sr. Dr. José de Moura Rezende, Secretario de Justiça e Negócios do Interior, fez-se representar pelo Dr. Reginaldo Allen, na instalação solene do Instituto de Direito Social [...]. (CORREIO PAULISTANO, 18/06/1939, p. 4)

Com o início das atividades do Instituto, porém, os objetivos descritos anteriormente parecem ter sido ampliados, e de acordo com notícia publicada pelo jornal *Correio Paulistano*, o Instituto se propôs a estudar teses e opinar sobre a reforma na legislação sindical:

O Instituto de Direito Social realizou terça-feira ultima sua primeira sessão ordinária. [...] Tendo em vista a influência social que o Instituto se propõe exercer, quanto a formação de nosso direito positivo, ficou deliberado que, se possível, deverão ser estudadas, de inicio, quize theses, já discutidas entre os membros do Conselho e relativas ao nosso direito syndical, cuja reforma ora se leva a efeito, segundo um projecto de lei divulgado para receber sugestões. (CORREIO PAULISTANO, 23/06/1939, p. 11)

Embora o Instituto de Direito Social não tenha sido agregado à Ação Social, importa destacá-lo por ter sido o espaço de divulgação dos preceitos da Doutrina Social Católica, fundamento de toda ação política de Sabóia:

[...] ele fora fundado (o instituto), sempre de acordo com os princípios da Doutrina Social Católica e que o seu setor de Ação Social, que fora confinado ao Padre Saboia, teve o desempenho mais completo e mais perfeito possível. Tomando como lema: 'Quod deest me torquet' – o que falta me atormenta – Padre Saboia, homem-dínamo, o homem-ação, levou a sua palavra e o seu exemplo incasáveis a todos os bairros de São Paulo, criando escolas, dirigindo cursos, instalando clínicas populares, fundando revistas, escrevendo artigos, livros, falando pelo rádio, pela televisão, enfim prodigalizando a todos os necessitados, o conselho, o estímulo e, principalmente, o seu eletrizante exemplo. (CESARINO JUNIOR apud CALADO, 1985, p. 12).

Numa entrevista ao jornal *Diário Popular*, em abril de 1941, Saboia falou da organização do I Congresso Brasileiro de Direito Social, pelo Instituto de Direito Social, e de sua fundamentação na encíclica papal *Rerum Novarum*. Saboia esperava que o congresso se tornasse espaço para o debate de temas relacionados ao Direito Social, mas a entrevista sinaliza que o trabalho e o trabalhador eram as duas dimensões centrais dessa expectativa, já que a participação mais aguardada era a do Ministério do Trabalho, como esclarece o título da notícia:

Na *Rerum Novarum* equilibram-se o princípio de autoridade e as reivindicações sociais: As comemorações do 50º aniversário da encíclica de Leão XIII terão, no país, larga significação - todo o Ministério do Trabalho far-se-á representar no I Congresso Brasileiro de Direito Social. (DIÁRIO POPULAR, 15/04/1941)

Nessa entrevista Saboia se fia nas palavras de Rego Monteiro, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, de que funcionários do Ministério apresentariam teses durante o Congresso, e também se vale da confirmação de presença de Rubens Porto, diretor da Imprensa Nacional, e do apoio dos Governos Federal e Estadual, numa tentativa de legitimar e conquistar relevância para o congresso que estava sendo organizado pelo Instituto de Direito Social, outra criação sua:

O Dr. Rubens Porto, diretor da Imprensa Nacional, também deu sua adesão, prontificando-se a colaborar para o maior êxito da elogiável iniciativa do Instituto de Direito Social de São Paulo. Por isso tudo, tenho elementos para acreditar que esse Congresso reunirá pessoas de destaque do nosso mundo jurídico. [...] O Governo Nacional e os Estaduais, notadamente, o de São Paulo, deram desde logo o seu patrocínio à iniciativa do Instituto de Direito Social. (DIÁRIO POPULAR, 15/04/1941)

Em 1940, Saboia estava articulando, também, a criação de uma Escola de Fiação e Tecelagem. Suas cartas ao pai indicam que, em fins de 1940, ele vinha buscando apoio para a consolidação da escola, mas encontrava dificuldades:

(estive) em reunião com os 'reis do tecido', os Jafet, que além de me receberem muito bem, marcaram para sábado uma reunião mais pormenorizada sobre a Escola de Fiação e Tecelagem. De todos é talvez o que vai amadurecer primeiro. Ainda assim se levantam por diante mil dificuldades. O negócio do terreno, por exemplo, ainda não teve uma saída. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 09 out 1940)

Sua expectativa de que essa escola iria “amadurecer primeiro” não se confirmou. Saboia havia recebido, cerca de um mês antes, proposta de cessão de um terreno para instalação da escola, mas considerou-a inaceitável, porque a decisão poderia ser revogada e a escola ser “despejada”. De acordo com Souza (1980), a escola acabou sendo criada em anexo à Faculdade de Engenharia Industrial - FEI, apenas em 1946.

Outro empreendimento seu foi o Centro Técnico do Trabalho - CTT, que foi fundado em 1945, a partir da Escola de Formação Popular. Seu objetivo era oferecer cursos de “orientação social”, que poderiam ser realizados nos sindicatos, nos Círculos Operários ou onde houvesse necessidade de trabalhadores “bem preparados”. Além dos cursos, o CTT dispunha de Assistentes Sociais que prestavam auxílio na solução de “casos sociais”, como empregos, internação em asilos, legitimação de casamentos e obtenção de carteira profissional. Segundo Calado (1985), o CTT recebeu um número expressivo de trabalhadores catalisados nos núcleos de formação instalados nos diversos bairros e zonas industriais da cidade de São Paulo. Alguns desses bairros eram: Vila Prudente, Osasco, Brasilândia, Penha, Ipojuca, Vila Maria, Barra Funda, Catumbi, São Bernardo do Campo:

Eram dezenas de líderes cristãos atuando em determinados bairros e setores de fábricas. Assim aos poucos, Padre Saboia ia conquistando as massas. A Doutrina Social da Igreja se expandia entre as classes trabalhadoras, cujos líderes não eram agitadores; porém homens profundamente imbuídos do ideal de levar Cristo a seus irmãos de trabalho. (CALADO, 1985, p. 20)

A Clínica Santo Inácio, também agregada da Ação Social, foi inaugurada em 30 de janeiro de 1943, embora seus estatutos já estivessem registrados desde 18 de setembro de 1942 no cartório José Soares de Arruda. Nos anos seguintes, em suas viagens aos Estados Unidos, Saboia aproveitava para fazer compras de materiais e equipamentos para a clínica. Para cruzar as alfândegas de saída de um país e entrada no outro, dispunha das ligações políticas de Fernando, seu irmão, que à época estava nos Estados Unidos, exercendo um cargo diplomático, e do pai. A Clínica foi fundada no endereço sede da Ação Social, que teve que se mudar de lá para ceder espaço ao atendimento da clínica:

No dia 30 de janeiro inaugurei a 'Clínica Santo Inácio' com três gabinetes dentários, raio X e outros apetrechos. [...] Toda esta casa da rua Galvão Bueno está dedicada a Clínica, de modo que agora procuro outra casa onde por a presidência da Comissão e os outros departamentos sociais e científicos. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 14 fev 1943)

A tipografia São Pedro Canísio foi criada para atender aos serviços gráficos da Ação Social. Em 1955, a tipografia contava com duas máquinas de imprimir, uma 'Minerva' e outra 'Nebiolo', uma de cortar, grampear e picotar, e uma off-set 'Multilith', da qual Saboia orgulhava-se. Em 1985, a tipografia ainda funcionava anexa ao complexo de gráficas das Edições Loyola.

A Escola de Desenho Técnico São Francisco de Borja teve a Rua São Joaquim, no bairro da Liberdade, também como sua primeira sede. Essa escola foi reconhecida pelo Governo Federal em 1943, pelo Decreto 12.318, publicado em 27 de abril. Seu primeiro diretor foi o Prof. Salvador Pintaúdi, que trabalhava no SENAI, junto com o Prof. Roberto Mange. Salvador e seu irmão, João Pintaúdi, mantinham uma Escola Técnica de Comércio, localizada a Rua do Seminário, no vale do Anhangabaú. Para Souza (1980), Mange teria feito indicação do Prof. Pintaúdi ao Pe. Saboia, que convenceu os irmãos a fecharem sua escola e a transferirem seus recursos e equipamentos para a Escola de Desenho Técnico São Francisco de Borja.

A Escola de Desenho Técnico São Francisco de Borja era uma escola de nível técnico e, embora não se tenha encontrado informações dos cursos ministradas à época de sua fundação, em 1956 oferecia os seguintes cursos: desenho de máquinas e eletrotécnica, desenho de arquitetura e de móveis, projetista de máquinas, desenhista de máquinas e desenhista de arquitetura. As aulas eram noturnas e o público-alvo eram trabalhadores de empresas de Engenharia Civil ou Mecânica. O nome da escola foi uma homenagem de Saboia a São Francisco de Borja, figura pela qual se interessou ainda em 1923, quando estudava no colégio em Nova Friburgo.

A revista *Carta aos Padres* era uma publicação especializada, voltada exclusivamente a padres, e seu objetivo era “auxiliar aos sacerdotes que se dedicam ao pastoreio de almas nas paróquias” (Reflexos da vida interior do Pe. Roberto Saboia de Medeiros, 1955, p. 21). Saboia delegou a direção dessa revista a Mons. José Lafayette Álvares.

A revista *Serviço Social* era um privilegiado meio para a ampla divulgação da Doutrina Social Católica. Tinha como meta fomentar os estudos sociais no Brasil, circulava em toda a América Latina e mantinha intercâmbio com órgãos de cultura e universidades. Saboia publicava, em cada fascículo, um artigo seu.

Muito embora os artigos não tenham sido avaliados na íntegra, seus títulos podem ajudar a compreender que a revista operava como veículo de propagação da ideologia social católica. Alguns dos títulos foram: Apostolado e realidade social; Alguns princípios em Direito; Prelúdios à paz social; Combate ao Comunismo; Variações sobre democracia cristã;

Nacionalização dos meios de produção; Condição do trabalhador e reconquista das massas; Considerações para um balanço na situação do trabalhador.

Em 1945, Saboia criou a Fundação de Ciências Aplicadas - FCA, que passou a ser a mantenedora da ESAN, da Escola São Francisco de Borgia e a da nascedoura FEI. As articulações para a criação da FCA se iniciaram após Saboia retornar de sua primeira viagem feita aos Estados Unidos. Embora nos documentos pesquisados não haja evidências disso, esses dois fatos podem estar relacionados à captação de recursos financeiros e doações estrangeiras. A essa época, doações internacionais voltadas à pesquisa e ao ensino deveriam ser recebidas por Fundações.

O primeiro esboço de seus estatutos previa a criação da 'Fundação Faculdade de Engenharia Industrial'. A Fundação seria a perpétua mantenedora da Faculdade de Engenharia Industrial. Esta deveria ser uma cláusula pétrea, e qualquer tentativa de alterá-la implicaria em sua dissolução. A Fundação seria subordinada à Província Centro-Leste dos Jesuítas do Brasil e ficaria, irrevogavelmente, sob o controle da Companhia de Jesus. Saboia preocupava-se que a Companhia perdesse o controle da Fundação:

Creio, Papai, que deste modo se satisfazem todas as exigências, se ressalvam todos os direitos e se previnem os inconvenientes de 'empiètements' ou de interferência anti-católica. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 21 fev 1945)

Em junho de 1945, o Provincial já tinha aprovado os estatutos, mas, em sua forma final, a Fundação chamou-se Fundação de Ciências Aplicadas - FCA e, além da Faculdade de Engenharia Industrial, que ainda seria criada, a Fundação incorporou também a ESAN. Segundo aquela minuta dos estatutos, o capital social da Fundação seria de dez milhões de cruzeiros: à Ação Social caberia a doação do terreno e imóveis no valor de quinhentos mil cruzeiros, e com aparelhagens e drogas químicas no valor de trezentos e cinquenta mil cruzeiros. O restante seria proveniente de doações.

Apesar de a Fundação de Ciências Aplicadas ter se tornado mantenedora, também, da ESAN, a Ação Social continua sendo o nome de referência por trás das empresas de Saboia, muito mais que a FCA, que aparece em poucas cartas ou minutas e alguns documentos. A ideia inicial de Saboia era criar uma Fundação para ser a mantenedora da FEI, e esse é um motivo razoável para explicar a ausência da ESAN nas articulações. Mas é possível, também, que a relativa simplicidade do funcionamento de uma faculdade de Administração, em comparação a uma faculdade de Engenharia, tenha levado Saboia a preocupar-se menos com a ESAN naquele momento.

As cartas escritas para o pai, a partir de Nova York, em julho de 1944, demonstram que Saboia fez aquela viagem com o intuito de angariar doações, em dinheiro ou equipamentos, que seriam destinados à faculdade de engenharia:

Outras notícias, creio que no momento não há. Estou tentando me aproximar dos business-men, num plano de levantamento de fundos para a escola. Vamos ver no que dá. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 13 jul 1944)

Mas é possível também que Saboia tivesse empenhado todos seus esforços em acelerar a criação da Faculdade de Engenharia Industrial, para associá-la a ESAN e talvez a alguma outra faculdade, e assim concretizar a Universidade Católica.

A Faculdade de Engenharia Industrial - FEI iniciou as aulas em 20 de maio de 1946. Sua primeira sede foi na Rua São Joaquim, 163, onde também funcionava a ESAN. Seu funcionamento foi autorizado por meio de Decreto presidencial de 9 de abril de 1946. Seu primeiro diretor foi o Prof. Francisco Gayotto.

Segundo Calado (1985), a fundação da FEI se deu em razão da “visão panorâmica” de Saboia, que havia percebido que, com o encerramento da II Guerra Mundial, o Brasil poderia ter oportunidades de crescimento industrial, se implantasse produção de manufatura própria, e, com isso, poderia “libertar-se do jugo da importação de artigos industriais estrangeiros” (CALADO, 1985, p. 13). Embora Calado não cite sua fonte para a composição desta inferência, esse discurso encontra ecos no modelo de substituição de importações propagado por Roberto Simonsen anos antes, como destacou Weinstein (2000, p. 99). Há muitas evidências de que Saboia e Simonsen fizeram vários trabalhos juntos e que seus interesses, embora distintos em sua finalidade, corriam pelas mesmas vias.

Em 12 de novembro de 1973, foi expedido o certificado de filantropia da Ação Social, pelo Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional de Serviço Social. No termo, a Ação Social, que aparecia com sede em São Paulo, capital, constava como mantenedora da ESAN, da Escola de Desenho Técnico e da Tipografia Canísio, apenas.

3. A Universidade Católica “de Sabóia”

O Pe. Reitor voltou da Itália no dia 21, chegou aqui no dia 23. Trouxe-me muitas e desejadas informações sobre a Universidade Católica de Milão. O senhor sabe, Papai, que o meu ardente fim é fundar aqui uma Universidade Católica, donde normalmente tudo espero. Já marquei o prazo de 8 anos – sabia obedientia – para começar esse trabalho, até lá “incumbere studiis”. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 26 nov 1933)

O trecho acima é parte da carta escrita por Saboia ao seu pai, em 26 de novembro de 1933, e foi escolhido por oferecer o mais amplo panorama da figura e dos projetos de Padre Roberto Saboia de Medeiros, ainda que nas entrelinhas.

Em 1933, Saboia havia recebido as ordens menores, lecionava já pelo quarto ano consecutivo no Colégio São Luís, instalado na Av. Paulista, 19, em São Paulo, e aguardava as designações que lhe seriam hierarquicamente atribuídas para o ano de 1934. A ordenação como padre somente aconteceria após a conclusão da Faculdade de Teologia, que, até 1932, era cursada em Roma. A partir de 1933, por questões financeiras, os noviços brasileiros passaram a fazer o curso de Teologia na Argentina, para onde Saboia foi enviado em fevereiro de 1934, muito a contragosto:

Onde irei estudar? Com certeza não sei. Mas este ano os superiores resolveram mandar a turma de teólogos, não para a Europa mas para a Argentina. A razão é a carestia. Dizem que na Argentina o preço – incluindo a viagem e o sustento lá – é metade mais baixo que em Roma. O senhor pode imaginar o quanto senti essa medida. Mas é coisa sem remédio. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Itaicy, 17 dez 1932)

Saboia parecia nutrir a expectativa de que, estando em Roma para finalizar sua formação religiosa, conseguiria mais acesso e informações sobre a Universidade Católica de Roma. É certo que ele encontrou razões e recompensas em sua estada na Argentina, mas seu desejo e seu interesse sempre estiveram em Roma:

O que Pe. Danti me falou depois de sua vinda da Europa não trouxe novidade imediata para a minha teologia. Normalmente pois em princípio de Fevereiro estarei por aí despedindo-me do senhor, rumo da Argentina. Não é impossível, porém, que depois de cursar lá o primeiro ano, haja uma remoção para Roma. [...] Cada vez que considero os incalculáveis frutos que pode dar uma Universidade Católica – com todos os requisitos, à altura da ciência, com direitos reconhecidos pelo governo a diplomar e formar – mais me confirmo nesse plano. Onde a minha curiosidade pelo funcionamento, pelos programas, o regime, a vida interna de todas as Universidades. [...] Pode ser que tudo isto seja um sonho. Por mim, pretendo – *salva obedientia* – fazê-lo realidade. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 07 dez 1933)

As características da personalidade de Saboia parecem tê-lo levado a encampar o projeto da Universidade Católica no Brasil, praticamente, como um projeto pessoal. Em

diversas correspondências com seu pai, ele não apenas afirmava e reafirmava seu sonho de fundar a Universidade Católica, como esclarecia as articulações que fazia, com esse fim:

Estou de novo na torrente. Estava em Itaicy “descansando”, onde escrevi a conferência [...] com que inauguro hoje o Instituto de Alta Cultura Religiosa, fundado e organizado aqui pelo Pe. Danti. Talvez é a semente da ‘universidade’. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 01 mar 1939)

Mas, para Miceli (2001), a Igreja Católica no Brasil passou a articular-se fortemente, num projeto de restauração e ampliação de sua influência política, especialmente após a promulgação da República. A laicização do ensino promovida pelo regime republicano havia criado tensões entre a Igreja e o Estado. As oligarquias tradicionais com quem a Igreja costumava, simbioticamente, compartilhar o poder, estavam atravessando uma crise que superava dificuldades internas e estavam relacionadas com profundas alterações no cenário mundial. O contexto era de recessão econômica, associada à ampliação e ao fortalecimento dos regimes totalitários, do comunismo e da organização operária. No campo das ideias, o Modernismo se espalhava em todos os setores da organização social e cooptava intelectuais de diversos setores, e a Igreja buscou resposta a esse complexo sistema, na reformulação de suas obras assistenciais e de evangelização, na cooptação de intelectuais leigos e no estabelecimento de alianças com influentes instituições laicas, inclusive no interior da máquina pública do Estado Novo.

Esse movimento de “acomodação” da Igreja ao Estado Novo, na análise de Miceli, coadunava com as orientações de Leão XIX de que era necessário “aceitar a situação pública” a fim de garantir “a existência biológica e empírica da Igreja no Mundo” (MICELI, 2001, p. 131). Da mesma forma, como pondera Mainwaring (1989), a relativa autonomia conquistada em relação ao Estado permitiu à Igreja assentar-se na defesa da moralidade católica, no antiprotestantismo, no anticomunismo, mas, principalmente, contra a secularização e, portanto, a favor do ensino religioso, revelando assim seu projeto de influência sobre o sistema educacional, bem como sua expectativa de conseguir fiança estatal à criação da Universidade Católica como contrapartida.

Saboia articulava-se muito bem e procurava manter-se sempre próximo de pessoas e “cargos” influentes. A proximidade que conseguia manter na relação com alguns de seus superiores garantia-lhe informação e oportunidades. Sua afeição por informações e conhecimento, associados a amizades privilegiadas, possivelmente foram o cerne de seu ambicioso projeto. Em inúmeras situações lançou mão de seus contatos e dos de seu pai para fazer realizar seus objetivos:

O nº2 dos “fascículos” soube por cartas que já saiu. [...] Igualmente mandaram pelos menos 5 exemplares ao senhor: um desses ficaria muito contente, se o senhor desse a Dom Leme. Porque a minha “correspondência” com o D. Juan B. Terán (que é o que sai neste número)

toca no problema da fundação da Universidade Católica, e desejo ardentemente que o Cardeal se interesse por este assunto. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Parecy Novo, 12 abr 1938)

Saboia tinha planos ambiciosos, a Universidade Católica dependia do sucesso da ESAN e da existência de uma outra faculdade em São Paulo, que, em seus planos, seria a Faculdade de Engenharia Industrial:

O que lhe quero propor é que se ative para que ano próximo comece cá uma 'faculdade de ciências e práticas técnicas'. Talvez só assim – na falta da regulamentação, a qual aliás só visará os aprendizes – poder-se-ia levar adiante uma realização, graças a qual já, ano que vem, teríamos uma 'Universidade Católica' e não 'Faculdades Católicas'. Ainda não tive notícia ulterior alguma sobre a "associação". (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 jul 1940)

D. José Gaspar era o arcebispo de São Paulo naquele ano de 1940. Ele chegou a constituir uma comissão para debater a criação da Universidade Católica, da qual faziam parte Sabóia, um padre beneditino e um salesiano. Embora não haja outras informações sobre essa comissão, sua nomeação já é indicativo que, por parte de seus superiores, Saboia vinha conseguindo apoio para a realização de seu objetivo em São Paulo, embora temesse remoção para o Rio:

[...] tudo foi adiado para o ano. O que há de novo é que aí no Rio estão estudando a organização da Universidade Católica. Já senti, numa conversa com o provincial, que existe uma vontadezinha de me tirar de São Paulo e por aí. Agora é pena: porque aqui já há tanta coisa em marcha. Em todo caso está tudo no ar... (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 29 maio 1940)

Na tentativa de eliminar o risco de ser afastado de suas obras em São Paulo, Saboia encaminhou uma proposta ao Padre Franca, de dividir seu tempo, passando duas semanas em São Paulo e o restante do mês no Rio de Janeiro. A proposta foi aceita. As duas semanas que passaria no Rio seriam para assumir a função, ainda não revelada, mas certamente confirmada, de Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio de Janeiro, que estava na iminência de ser criada.

No final de 1940 Saboia começou a articular com seus superiores sua ida à Argentina e ao Uruguai para conhecer escolas profissionais, ao mesmo tempo em que mantinha interlocução com Capanema, intermediada por seu pai, sobre o assunto da regulamentação do ensino profissional de nível técnico:

[...] por ela mandava dizer ao senhor que de fato era urgente movimentar o negócio do ensino profissional. No entanto o retardamento não é causado pelo ministério do trabalho; vem do da Educação: porque a coisa depende de dois ministérios. Eu portanto, preciso influenciar o Capanema, fazer-lhe ver a urgência e, se possível, obter uma regulamentação razoável. O resto dos negócios está parado.... (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 29 maio 1940)

A Associação a que Saboia se refere na carta de 04 de julho de 1940 era, inicialmente, para abrigar a criação de uma Faculdade de Ciências e Práticas Técnicas, cujo nome mudou para Faculdade de Ciências Técnicas e Administrativas e, finalmente, para Escola Superior de Administração de Negócios, que, de fato, estava em vias de se concretizar, mas também visava abarcar o funcionamento da Faculdade de Engenharia Industrial, projeto que Saboia também já havia iniciado:

[...] Neste assunto do ensino técnico; estive aliás muito de fugida conversando com o Luis Pereira. Recebeu-me muito paternalmente mas era uma hora de reunião da Companhia Paulista de modo que não foi possível entrar em explicações. Ora, perdida essa ocasião, não sei com que desculpa aproximar-me-hia de novo. Convida-lo-hiamos para um almoço ou jantar e aí estudava-se o plano da Faculdade de Engenharia Industrial a fundo. Não haveria geito de o senhor escapar do Rio...? (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 09 out 1940)

Saboia ia vendo se concretizarem seus planos: a Faculdade de Engenharia Industrial já estava sendo articulada, a ESAN já demonstrava que poderia iniciar atividades no ano seguinte, em 1941, e o contato com o Capanema estava em curso:

[...] Amanhã, quinta, será a 1ª aula das conferências preparatórias para a Escola de Administração e Negócios, que se for tudo bem, começará no próximo ano. Sobre as Escolas Técnicas a coisa tomou uma marcha que pode ter um resultado ótimo. Recebi um papel, trazido em mão, confidencialmente de parte do ministro: estudei, dei parecer, agora espero. Por isso estou ansioso para falar com o senhor: muita coisa só falando. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 06 nov 1940)

A viagem à Argentina e ao Uruguai aconteceu em janeiro de 1941 e foi noticiada pelo jornal *Correio Popular* que destacava Saboia como o presidente da Comissão Permanente de Ação Social, identificada no artigo apenas pelas siglas CPAS. Durante a visita, Saboia conheceu cerca de 20 instituições de ensino profissional, mas teve que regressar cerca de 10 dias antes do previsto, por ordem do superior provincial. De volta e sem receber novas ordens, Saboia começou a organizar o início das aulas da ESAN: “Agora estou em plena organização da ‘escola’. As adesões vêm vindo numerosas. A luta é encontrar bons professores” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 23 jan 1941).

Em suas correspondências, Saboia queixa-se frequentemente da dificuldade em encontrar “bons professores”. Embora não haja qualquer pista para identificação do que ele considerava um “bom professor”, o fato é que, após a criação ESAN, Saboia criou também o Instituto Superior de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos - ISEP, que era um órgão da ESAN. O objetivo desse instituto era formar professores especializados em Ciências Sociais, a formação era de tempo integral e seguia as orientações da Conselho Superior de Pesquisa - COSUPES (MAIA, 1990, p. 117). Não foram encontrados muitos dados sobre o

Instituto, exceto por meio de relatórios de atividades internos da ordem jesuíta, que funcionavam como prestação anual de contas.

Com a ESAN iniciando suas atividades, Saboia começou a se dedicar mais intensamente à criação da Faculdade de Engenharia Industrial. Esse seria o segundo, e talvez mais importante passo, para a criação da Universidade Católica em São Paulo. Os planos de Saboia eram ambiciosos e ele sabia que a “campanha do contínuo” não seria suficiente para financiar suas obras. Seus pontos de apoio serão, novamente, a Federação das Indústrias de São Paulo, a Associação Comercial e, agora, instituições norte-americanas.

A Universidade Católica no Brasil começou a se tornar realidade no Rio de Janeiro, com a criação das Faculdades Católicas, em abril de 1940. O corpo de intelectuais articulados nos bastidores dessa realização, segundo Casali (1989), era composto por D. Sebastião Leme, D. Alberto Gonçalves, núncio apostólico; Mons. Leovigildo Franca, Pe. Luis Riou então Ministro da Província jesuíta; Pe. Leonel Franca, Pe. Saboia de Medeiros, Pe. Eduardo Lustosa e Alceu Amoroso de Lima, presidente da Ação Católica Brasileira.

Em 04 de agosto desse mesmo ano, D. Leme escreveu ao gabinete do Presidente Getúlio Vargas para comunicar a fundação das Faculdades Católicas e recebeu, como resposta, apoio e simpatia à iniciativa (CASALI, 1989). A chancela estatal havia sido concedida, após uma trajetória pouco linear de pleitos e recusas, e negociações com o poder Estatal, empreendida por D. Leme e seu correspondente leigo, Jackson de Figueiredo, desde cerca de duas décadas antes.

A sessão solene de inauguração das Faculdades Católicas ocorreu no Rio de Janeiro, no externato Santo Inácio, em 15 de março de 1941, com a presença do cardeal D. Leme, do núncio apostólico Bento Aloisi Masella, do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, do presidente do Conselho Nacional de Educação, Cesário Andrade; do reitor da Universidade do Brasil, Dr. Raul Leitão da Cunha; representantes do *College de France* e da *Universidad Javeriana de Bogotá*. Segundo Casali (1989), a solenidade teve início com a leitura do ato de nomeação do Padre Leonel Franca para o cargo de Reitor das Faculdades. Pe. Saboia foi nomeado diretor da Faculdade de Filosofia e Pe. Eduardo Magalhães Lustosa diretor da Faculdade de Direito. Saboia e Lustosa foram contemporâneos no Colégio Anchieta, onde tiveram Leonel Franca como professor e, posteriormente, seguiram juntos para a Faculdade de Teologia cursada em San Miguel, na Argentina.

Quando foi transferido para San Miguel, para cursar a Faculdade de Teologia, Saboia já havia concluído a Faculdade de Filosofia em Nova Friburgo, mas foi no período que permaneceu lá que passou a escrever sobre Filosofia e a tecer uma sólida rede de colaborações e interlocuções com intelectuais da América do Sul.

Em San Miguel foi colaborador da revista *Estudios* e criou a revista *Stromata*. Ainda na Faculdade em San Miguel, criou o periódico trimestral chamado *Archivos de sociologia y filosofia social*. Mesmo depois de ter voltado ao Brasil, continuava escrevendo para esses periódicos, além de contribuir na cooptação de “bons” autores para essas revistas:

[...] o número 2 já conta com duas contribuições europeias. Para o 3º achamos que o interesse está em que todas as contribuições sejam sul-americanas. Mas a dificuldade é enorme, porque não se trata de um panfleto; mas de obra científica. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Porto Alegre, 03 jan 1939)

De volta ao Brasil, criou a revista *Serviço Social* e *Carta aos Padres*. Saboia usava as revistas tanto para divulgar suas ideias quanto para firmar parcerias, conquistar apoio e prestígio. Uma correspondência aqui, outra ali, Saboia vai construindo notoriedade e conquistando espaço em São Paulo, ao mesmo tempo que empreende algumas estratégias para legitimar sua posição nesse cenário.

Souza (1980), na biografia de Sabóia, escreveu, dialoga com Dr. Ruy Azevedo Sodré, que foi um dos correspondentes de Saboia durante o período de San Miguel em que ele escrevia para o grupo de ex-alunos de latim que se dedicavam a estudar Direito. Saboia teria escrito para Ruy:

Volto, portanto, àquele meu plano de Universidade Católica, que fabrique homens para o governo da nação, para o clero, para a Ação Católica, para a inteligência e para a ação, para a sociedade e família. Patrões católicos cômicos das diretivas dos Papas; operários católicos cômicos de suas obrigações e direitos. (MEDEIROS apud SOUZA, 1980, p. 83)

Casali (1989) aponta que os vários modelos adotados para a instalação das Universidades Católicas, nos diferentes países, apresentam uma característica semelhante, que é o oferecimento dos cursos de Letras e Filosofia e de Direito como centros nucleares, e resgata Antoniazzi para destacar que a consolidação dessas diversas universidades tem suas histórias vinculadas a personalidades empreendedoras que levaram a cabo sua fundação:

Segundo Antoniazzi (1983), parece ser traço comum a forte relação entre o aparecimento de uma Universidade Católica e a presença de alguma forte personalidade empreendedora, que levou em frente o projeto de fundação. Tanto foi assim que a maioria delas não se desvinculou de seu fundador antes que este morresse. (CASALI, 1989, p. 109)

Dentro do projeto de restauração da Igreja Católica, os esforços não foram apenas no sentido de cooptar intelectuais leigos para a composição do corpo diretivo de ações e atividades da Igreja, mas também no sentido contrário. Em algumas situações foi articulada a inserção de alguns membros religiosos em setores leigos.

Saboia foi diretor da faculdade de Filosofia da PUC-RJ por vários anos, dividindo-se entre São Paulo e Rio de Janeiro em intervalos quinzenais, e somente conseguiu isso com a concessão de Pe. Franca, que permitiu que ele vivesse quinze dias em São Paulo e quinze dias no Rio. As viagens entre Rio e São Paulo eram feitas de avião. Em 1951, Saboia traduziu e prefaciou o livro *Origem e Progresso das Universidades* escrito pelo Cardeal John Henry Newman, que foi Reitor da Universidade Católica da Irlanda em 1854. Cardeal Newman era anglicano e converteu-se ao catolicismo por discordar da excessiva laicização promovida pelo Movimento de Oxford. Embora venha procurar na Igreja Católica um contraponto àquilo que ele considerava excesso, sua produção será marcada pelo liberalismo, pela simpatia ao modernismo e seu esforço de fusão entre ciência e fé. Saboia não apenas traduz a obra de Newman, mas endossa e se filia àquele pensamento. No prefácio, Saboia esclarece o lugar que imaginava para o ensino religioso na Universidade:

Qualquer Universidade que mereça este nome há de incluir uma faculdade teológica, e o ensino religioso. Pois uma Universidade é a instituição que professa comunicar um saber universal e abranger todos os ramos de conhecimento. Deixar de lado um, e um tão vasto como religião e a teologia já não é mais ser Universidade. É ficar sendo destes grandes estabelecimentos que nos legaram o Racionalismo e o Cientificismo, tão limitados em seu escopo e tão pouco capazes de contribuir na formação do homem todo, transformados em fábrica de profissionais, unilateralizados e sem humanismo, preparando homens que se perdem no campo das ideias gerais, alguns até que têm pavor de pensar, embora sejam prodígios de vivacidade exclusivamente técnica, utilitária, específica, abafados dentro do próprio horizonte. (MEDEIROS, 1951, p. IX)

Ele nunca abandonou seu idealismo em relação à Universidade Católica e o ensino religioso e suas convicções políticas e ideológicas continuaram permeando sua produção intelectual.

Saboia vinha tentando, também, conquistar uma dessas posições na Faculdade de Filosofia. Num relatório de atividades escrito por ele ao Pe. Provincial em 02 de março de 1940, demonstra as articulações que realizou com o intuito de conseguir uma vaga como professor na Faculdade de Filosofia:

Acabo de voltar da secretaria de Educação onde conversei com o secretário sobre a possibilidade de obter uma cátedra na Faculdade de Filosofia. O Sr. não imagina como movi gente para conseguir o intento. O Altino Arantes interveio junto ao Diretor da escola; O Alexandre Marcondes e o Renato Pais de Barros diretamente intervieram com o secretário e para o interventor foi “expedida”, graças a um outro amigo, uma Senhora de grande influencia. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 02 mar 1940)

Saboia empreendia estratégias para consolidar suas empresas, e a si mesmo como seu fundador e administrador. Em uma dessas ocasiões, ele encomenda elogios à Associação Comercial e à FIESP. A resposta do padre Provincial confirma que Saboia atingiu seu intento de manter registro de suas “bem-sucedidas” obras. Em 02 de outubro de

1941, Pe. Luiz Riou s.j., que assina praep.prov.bras.cent.soc.lesu, escreveu a Mário França de Azevedo agradecendo a moção que a Associação Comercial de São Paulo encaminhou à ordem destacando o trabalho que a Comissão Permanente de Ação Social vinha realizando junto às classes produtoras e com os trabalhadores paulistas:

Tenho a honra de acusar o recebimento do atencioso ofício [...] pelo qual se digna manifestar-me a satisfação que no seio das classes produtoras desse grande Estado vem causando a atividade da Comissão Permanente de Ação Social, sob presidência do Padre Roberto Saboia de Medeiros. Congratulo-me de coração [...] por esses resultados tão auspiciosos e prego a Deus que eles sejam duradouros e fecundos. (Carta de Pe. Luiz Riou s.j. à Associação Comercial de São Paulo, [s.l.], 02 out 1941)

Na mesma data, outra carta de Pe. Luiz Riou, com conteúdo bastante semelhante foi enviada a Roberto Simonsen, então Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Na carta, o Padre agradecia o relatório recebido, ao mesmo tempo que procurava enaltecer as classes trabalhadoras e o Estado de São Paulo:

[...] congratulo-me, na pessoa de V. Excia, com as classes produtoras desse grande Estado pela satisfação que experimentam em face dos trabalhos que no seu seio veem sendo desenvolvidos pela Comissão Permanente de Ação Social, presidida pelo Padre Roberto Saboia de Medeiros. (Carta de Pe. Luiz Riou s.j. à Federação das Indústrias de São Paulo, [s.l.], 02 out 1941)

Saboia vinha tentando conseguir aprovação da ordem para o estatuto da Ação Social, que, em 1943, já abrigava a ESAN, a Clínica Santo Inácio, a Escola Técnica de Desenho São Francisco de Borgia, a tipografia, os cursos de formação operária e as duas revistas *Serviço Social* e a *Carta aos Padres*. Na carta de 14 de fevereiro, ele demonstra sua impaciência com a demora do Padre Provincial em lhe responder sobre o estatuto da Ação Social. Seu interesse era que suas obras estivessem abrigadas sob uma entidade jurídica para, com isso, ampliar possibilidades de angariar fundos junto a empresas e grandes corporações.

Em verdade, Saboia tinha pressa de que os estatutos fossem aprovados, pois a Faculdade de Engenharia Industrial já despontava como uma realização possível. A essa época, ele já vinha articulando, há tempos, visita aos Estados Unidos, onde imaginava conseguir doações de equipamentos e materiais de laboratório, além de dinheiro, prestígio e, segundo Assis Chateaubriand, apoio para a criação da Universidade Católica:

A ida de Roberto Saboia de Medeiros aos Estados Unidos é uma alvoroçada mensagem de esperança. Sabemos de antemão que ele pretende ali estudar, no contato com os católicos americanos, o modelo de uma Universidade para pô-la a serviço do povo brasileiro... (CHATEAUBRIAND, 1944)

Nos Estados Unidos, quando esteve no Massachusetts Institute of Technology - MIT negociou com o diretor daquela escola que os professores de lá fariam a avaliação dos

planos de ensino das disciplinas laboratoriais da FEI. Enquanto, porém, isso não passava de planejamento e articulação, em São Paulo, Saboia avançava em seu projeto de constituir uma Universidade Católica, com o suporte de seu pai e de Roberto Simonsen:

Envio-lhe os estatutos da Comissão e o das Faculdades Católicas. Creio que coisas diferentes não podem fundir-se e reger-se pelos mesmos padrões. [...] em todo caso o senhor veja e se achar que [...] ficam bem assim, mande-me seu parecer que eu o apresentarei ao provincial. Cheguei bem aqui, tive uma entrevista importante com o Roberto Simonsen, que me está apoiando com firmeza. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 07 jun 1942)

Mas a outra face desse ímpeto cobrava seu preço e lhe rendeu repreensões, às vezes informais e em tom ameno:

Não duvidei nunca, meu caro Padre, da sua boa vontade, da sua dedicação e capacidade de trabalho na Ação Social, mas a agitação e precipitação em tomar decisões de graves consequências podem prejudicar seriamente a obra. Em breve não tomarei mais nenhuma responsabilidade a seu respeito, pois aguardo por esses dias a nomeação de um novo Provincial, mas assim mesmo julgo que posso e devo, pela amizade da qual lhe dei tantas provas durante meu governo, chamar a sua atenção sobre.... (Carta do Padre Provincial a Sabóia, Rio de Janeiro, 07 dez 1946)

Outras vezes severas, como no relatório enviado pelo Padre Provincial ao Pe. Travi em Roma:

[...] Creo muy necesario, R. Padre, que se le eduque al P. Saboia en la docilidad própria da compañía. Iniciativa el siempre la tuvo y aún demasiada. Docilidad es lo que hace falta; [...] Procede así con libertad tan ostensivamente [...] que hay que reducirlo al claustro, al Padre Saboia. (Apreciación general de la actividad del P. Saboia, Rio de Janeiro, 11 maio 1947).

Em 1947, quando essas repreensões se formalizaram, outras já haviam acontecido. Saboia caminhou impassível na busca de realizar a Universidade Católica. Irou-se com a lentidão de seus superiores em responder a suas solicitações e em atender a suas demandas. Mas é possível que as repreensões que se formalizaram naquele ano pudessem ser reflexo do mal-estar que a criação da Fundação de Ciências Aplicadas e da Faculdade de Engenharia Industrial, criadas em 1945 e 1946 respectivamente, causou em algumas das esferas da ordem e desta com outros grupos da Igreja.

Em 11 de abril de 1942, Saboia corria risco de remoção, pois enviou os estatutos da comissão diretamente ao arcebispo, causando um mal-estar com seu superior. Ele passou a compartilhar a documentação, mas esforçava-se para conseguir as respostas dentro de prazos mais céleres e para manter a autonomia administrativa. Em 12 de outubro de 1942, encaminhou ao Provincial uma minuta do estatuto da comissão permanente de Ação Social com a finalidade de torná-la uma sociedade com personalidade jurídica. Como dito antes, esforçava-se para manter a autonomia gerencial sobre as obras já iniciadas:

No caso em que S.Excia. exija algumas modificações nos ditos estatutos que afetem coisas essenciais ou relacionadas com a Sociedade Brasileira de Educação, V.R. deverá informar-me e enviar-me cópia das alterações exigidas ou aconselhadas. A Sociedade assume a responsabilidades das obras da Comissão, mas deseja conservar a sua liberdade de ação e autonomia. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao Padre Provincial, São Paulo, 27 jun 1943)

Em fevereiro de 1943, descontente por não receber aprovação, ou sequer parecer da Província, sobre o estatuto das “suas escolas”, Saboia as reuniu sob um conglomerado denominado Consórcio Pandiá Calógeras. Não tendo sido encontrados quaisquer documentos sobre esse consórcio, imagina-se que este não tenha se formalizado e tenha sido utilizado apenas como subterfúgio para pressionar pela aprovação do Estatuto da Ação Social: “Estou convencido que só no dia em que a Comissão estiver como um bloco imponente e compacto é que ele se convencerá que deve ser coisa jesuítica. [...]” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 27 jun 1943).

A Universidade Católica de São Paulo foi solenemente inaugurada em 02 de setembro de 1946, no auditório da Escola Caetano de Campos. A solenidade teve a presença do Cardeal Mota; de Ernesto de Souza Campos, Ministro da Educação e Saúde, do Embaixador José Carlos Macedo Soares, então interventor do estado de São Paulo; do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira e dos bispos do estado de São Paulo.

Casali (1989) destaca que, em 1940, já havia sido criada uma primeira comissão de estudos para a constituição da Universidade Católica de São Paulo, mas não menciona os desdobramentos ou o resultado dos trabalhos dessa comissão, que foi nomeada por Dom José Gaspar de Affonseca e Silva e formada por representantes de três diferentes ordens religiosas, um beneditino, um salesiano e o jesuíta, Pe. Roberto Saboia de Medeiros.

Uma segunda comissão foi nomeada por D. Carlos Carmelo, em maio de 1945, para realização de “estudos preliminares necessários à organização da Universidade Católica de São Paulo”. Dom Carmelo nomeou como membros dessa comissão, o Frei Rosário Jofilly, o Dr. Vicente Melilo, Amador Cintra do Prado, Hugo Ribeiro de Almeida e André Franco Montoro, todos integrantes da Liga dos Intelectuais Católicos. O plano inicial da comissão era constituir um núcleo com duas faculdades: a Faculdade de Direito, que ainda precisava ser criada; e uma Faculdade de Engenharia que estava sendo constituída pelo Pe. Roberto Saboia de Medeiros.

Todavia, o plano da comissão não pôde ser implementado já que, em agosto de 1945, Saboia criou a Fundação de Ciências Aplicadas, que congregava a FEI, a ESAN e as demais Escolas da Ação Social.

Um mês depois, em setembro de 1945, os beneditinos incorporam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à recém-criada Fundação São Paulo, instituída para ser a mantenedora da Universidade Católica, e Dom Gastão Liberal Pinto é nomeado seu reitor. Dom Gastão morre duas semanas depois e, em seu lugar, assume D. Paulo de Tarso Campos, bispo de Campinas, tendo como vice o Prior do Mosteiro de São Bento, Dom Paulo Pedrosa. Segue-se a criação da Faculdade Paulista de Direito, tendo como seu Diretor o Dr. Alexandre Correia.

A sessão solene de agosto de 1946 inaugurou a Universidade Católica de São Paulo, composta pela incorporação da Faculdade Paulista de Direito e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, e tendo como agregadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, a Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto *Sedes Sapientiae* e a Faculdade de Engenharia Industrial - FEI (CASALI, 1989, p. 73).

Saboia acompanhou a aprovação de suas “escolas” diretamente no ministério. E em 1946, quando a FEI foi implantada, ela já saiu com o reconhecimento ministerial. Com a FEI constituída e reconhecida no ministério, e a ESAN em pleno funcionamento, a Fundação de Ciências Aplicadas teve seu estatuto aprovado pouco antes de constituída a Universidade Católica de São Paulo, também em 1946. Como já estavam constituídas e consolidadas, as faculdades de Saboia não incorporaram a recém-criada Católica de São Paulo. Após sua morte, e sem condições de sustentar financeiramente as escolas, Pe. Bueno solicitou à PUC anexação da ESAN e, anos depois, da FEI, que se tornaram institutos anexos à Universidade Católica de São Paulo. Alguns anos depois, em meio a uma conflituosa relação, que chegou a altos escalões da Igreja Católica, aconteceu a desagregação das faculdades do complexo da PUC-SP.

3.1 Um sistema articulado

Saboia realizou inúmeras obras no âmbito da Ação Social, não resta dúvida, seu alto nível cultural e seu espírito empreendedor parecem ter lhe rendido admiração de muitos homens de negócio e de posição relevante dentro das elites em São Paulo. Seu pai era seu correspondente no Rio de Janeiro; juntos, muitas vezes dispuseram de contatos com ministros, banqueiros e jornalistas para realizar alguns de seus intentos.

Durante sua vida no colégio em Friburgo, Saboia conquistou a simpatia de alguns de seus superiores. Em certas ocasiões, a proximidade vinha em função de sua erudição e do acesso facilitado a livros, que garantiam aos superiores momentos de uma boa conversa e boas leituras. Mas em outros, era o reconhecimento dos favores que seu pai fazia ao colégio e os favores pessoais que fazia aos padres que aproximavam Saboia dos dirigentes do Colégio.

Em São Paulo, Saboia começou a constituir sua rede de contatos quando ainda era professor de latim de um pequeno grupo de estudantes de Direito. Formados, esses estudantes jamais perderam o contato com Saboia e trocavam correspondências entre si a título de estudarem Filosofia do Direito, mesmo durante o tempo que Saboia passou na Argentina fazendo faculdade de Teologia, em San Miguel. Com o tempo, porém, o grupo passou a estudar Direito Social, e alguns desses membros, depois, integraram as comissões organizadoras das Semanas de Ação Social e o Instituto de Direito Social. Esses profissionais foram os primeiros leigos de uma vasta rede de relacionamentos que Saboia teceu para dar suporte aos seus objetivos.

Saboia foi enviado para a Faculdade de Teologia em San Miguel, na Argentina, ao concluir a Faculdade de Filosofia em Friburgo. Embora a designação tenha contrariado suas expectativas, ele encontrou bons motivos práticos em passar “uma temporada” na Argentina:

[...] pois em princípio de Fevereiro estarei por aí despedindo-me do senhor, rumo da Argentina. [...] Até vejo uma vantagem de passar pelo menos um ano na Argentina. E é que, se consigo levar a efeito a minha idéia de uma Universidade Católica, será bom ter travado na Argentina conhecimento com outros jesuítas. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 07 dez 1933)

Em San Miguel, Saboia colaborou com uma revista, à qual ele se referia como *Estudios*³, e fundou uma revista chamada *Stromata*. Para conseguir projeção e reconhecimento para essas revistas, Saboia estabeleceu vários contatos com reitores e

³ Não foram encontradas outras referências sobre essa revista.

professores de universidades, faculdades e institutos, articulou palestras suas em outras instituições, mas, ainda assim, a certa altura teve que custear a revista:

Depois visitei o principal membro do nosso 'Instituto de Ciências Políticas' [...] que agenciará para que a Universidade de la Plata" me convidasse esse ano para conferências. [...] No dia 30 chegará o Pe. Quilmes de Montevideo e iniciaremos uma revista geral sobre todas as realizações e dificuldades encontradas [...] para que não aconteça como a 'Stromata' [...] que tivemos que pagar pela edição.[...] O volume já conta com duas colaborações européias [...] mas a dificuldade é enorme porque não se trata de um panfleto; mas de obra científica. [...] (então) escrevi ao a Pe. Felix Restropo, diretor da revista Javeriana na Colômbia, pedindo-lhe nomes [...] Queria ainda do Brasil, Chile e Peru. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 03 jan 1938)

Saboia mantinha um bom relacionamento com Assis Chateaubriand, que lhe fazia favores tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Segundo Fernando Morais (1994), Assis Chateaubriand foi o fundador e proprietário do maior conglomerado de telecomunicações já existente no Brasil, publicava artigos e notícias do Saboia em seus jornais e revistas, e contribuía com o "Continho": "[...] pelo Rio mesmo antes de partir telefonei ao Chateaubriand, mas ele não estava. Se o senhor tiver geito, diga-lhe que mande a S. Inácio a sua esmola [...]" (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 16 out 1928).

Em São Paulo, Saboia aproximou-se de Roberto Simonsen e do ensino profissionalizante. As ideias sobre trabalho e sobre a relação empregado/empregador circulavam nas Semanas de Ação Social, nos Cursos de Formação Popular, no programa de rádio que Saboia fazia duas vezes por semana, mas, principalmente, nos artigos que escrevia. Em 1940, escreveu ao pai, em agosto, dizendo que estava elaborando uma tese sobre o ensino profissional para a *Semana*. Em outras edições, os temas das Semanas, de acordo com Calado (1985), foram: Problemas Sociais Contemporâneos em Porto Alegre, Os problemas do homem do campo em Salvador, Condições do Trabalhador em Recife, Os Patrões em Belo Horizonte e O Meio Rural em Curitiba.

Tudo indica que as ideias que circulavam nesses encontros e nas "Escolas para operários", distribuídas em vários bairros de São Paulo tenham resultado no livro que Saboia publicou em 1949, chamado, *Guia social do trabalhador*. E a atuação de Saboia nesse campo parece ter contribuído para sua aproximação com Roberto Simonsen, com quem trabalhou na elaboração da proposta de criação do Sistema S (Sesi, Senai) e cuja contrapartida, primeiramente, foi apoio à criação da Faculdade de Administração e, depois, à Faculdade de Engenharia Industrial. No início da década de 60, o sistema S era uma dos principais benfeitores da "Campanha do Continho".

Em agosto de 1940, Saboia compunha uma comissão criada por Simonsen para organizar a 2ª Convenção Nacional de Engenheiros. O trabalho conjunto proporcionou o

espaço necessário para Saboia articular com Simonsen a conquista de apoio para a criação da Faculdade de Administração. Ainda nesse estágio, o nome ESAN não havia sido proposto mas seu objetivo final já estava determinado, e era a Universidade Católica:

Ontem fui deitar a meia noite e meia, por ter estado até essa hora na comissão de formação de técnicos, presidida pelo Roberto Simonsen, da 2ª Convenção Nacional de Engenheiros. [...] No meio tempo, de combinação com os Círculos Operários estou preparando a inauguração de duas Escolas para Operários já empregados em dois bairros industriais. Além disso uma 'Faculdade de Ciências Técnicas e Administrativas'. Sobre isso preciso entreter o senhor uns instantes. A formula a qual afinal cheguei foi a organização de uma sociedade de quotas limitadas [...] Depois do funcionamento da Faculdade, por um certo tempo, tudo indo bem, pede-se incorporação à Universidade Católica, ou à Associação das Faculdades Católicas. Peço sua sugestão com a rapidez possível." (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1940)

Não se encontrou evidências de como se deu a aproximação, mas compartilhavam interesses comuns e parecem ter estabelecido um relacionamento próximo: "Muito mais de lamentar é o meu amigo Simonsen! Infeliz geito de morrer, sem poder se preparar! [...] Já escrevi a viúva e quando voltar estarei com os filhos" (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Nova York, 08 jun 1948)

Saboia presenteou Simonsen com seu texto *Ensayo de Filosofia Concreta Social y Juridica*. A dedicatória na contracapa demonstra outro aspecto da amizade entre eles: "Ao Dr. R. Simonsen historiador da economia brasileira e sociólogo iminente, com todo respeito. R Saboia de Medeiros" (Anexo 01)

As empresas constituídas por Saboia e abrigadas na Ação Social não geravam receita suficiente para manter-se. A clínica Santo Inácio não cobrava pelos atendimentos que prestava, nem pelos materiais e remédios. A Ação Social, toda, e de modo geral, dependia do dinheiro proveniente das doações de benfeitores que eram "cavadas" pelo próprio Saboia, em pessoa. A maior parte dos donativos era de origem privada, mas, em 1944, a Semana de Ação Social, que ocorreu em Porto Alegre, recebeu subsídio de Cr\$ 20.000,00 do governo do Estado, "cavados" por Saboia junto ao interventor.

Saboia estabeleceu e manteve uma rede de centenas de contribuintes. O próprio Saboia em uma carta aos benfeitores, disse que haviam sido superados os três mil contribuintes da "Campanha do Continho". À maior parte dos contribuintes eram pedidas doações de um conto ou pouco mais. Mas mesmo recebendo muitas contribuições, a arrecadação não teria sido suficiente se se mantivesse apenas nesse nível de contribuições. As doações complementares e que adicionavam potência ao caixa eram "cavadas" pelo próprio Saboia:

"Aqui chegando achei carta da Belgo Mineira contendo a contribuição de cem contos: o dia foi bem concreto." (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 14 abr 1955)

Recebi o continho do Ernesto e antes já havia recebido outros dois. Aí no Rio ainda falta a Atlantic [...] Em 20 de setembro deverá pagar um milhão e duzentos mil cruzeiros. [...] o diploma de Doutor Honoris Causa, para o Johnson da Suécia, está pronto [...] deu também o continho. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1954)

Este mês de abril costuma ser aquele em que faço a coleta no Rio: Atlantic, Plínio, Rubens Porto, Figueira, etc, etc. Seria bom que o senhor fosse avisando os amigos, com Galloti, Monteiro e etc. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 13 mar 1953)

[...] saiu o continho do Banco do Brasil e agora conversarei com a Standard Oil e com a General Electric.... (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Nova York, 08 jun 1948)

Dentre os benfeitores nomeados acima, Johnson, da Suécia, foi responsável pela doação de boa parte das primeiras máquinas usadas para compor os laboratórios da FEI, as máquinas foram recebidas em 1951.

A Campanha era organizada e Saboia tinha secretários, mas as principais coletas eram realizadas por ele próprio, que se envolvia em encontros e jantares da sociedade e fazia questão de aproximar-se de quem lhe parecia um potencial contribuinte: “[...] Rafael Mayer, mas bom amigo, que comemorou o jantar dando-me na hora três contos. Jantou lá também o Chateaubriand. Prometeu escrever um artigo sobre a Comissão” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 01 maio 1943).

Rafael Mayer continuou contribuindo com a Campanha do Continho, mesmo após a morte de Saboia, como veremos logo mais nas informações contidas no relatório “Continho – Padre Saboia”, um documento com mais de 400 nomes de benfeitores.

3.2 A Campanha do Continho

Segundo a página “Museu de Valores do Banco Central”, disponível no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, a moeda vigente no Brasil, entre 1942 e 1970 era o cruzeiro (Cr\$), que tinha equivalência com o Mil-Réis. Mil réis, naqueles anos, equivalia a um Cruzeiro e, portanto, Cr\$ 1.000,00 perfaziam um Conto de réis (Um milhão de réis). Um relatório de recibos de doações, do ano de 1961, demonstra que 67% das doações feitas por doadores individuais (pessoas físicas) e 54% das doações feitas por pessoas jurídicas eram no valor de Cr\$ 1.000,00, ou seja, um Conto de réis, o que explicaria o nome “Campanha do Continho”.

Essas informações foram extraídas de um dos documentos localizados durante a pesquisa, o relatório intitulado *“Continho” Padre Saboia - Recibos extraídos pela Secretaria e assinados 05/04/1961*, que apresenta uma lista com 895 registros, numerados a partir de 859 até 1.754. Essa é, possivelmente, apenas uma parte do relatório completo, já que a contagem se inicia no número 859. A expectativa, baseada nas próprias afirmações do Padre, era de que a Campanha tivesse um número médio de três mil doadores.

Em julho de 1948, Saboia publicou uma carta aberta, em São Paulo, narrando uma viagem aos Estados Unidos realizada nos dois meses anteriores, quase como se prestasse contas de suas articulações e de como empregava o tempo que lá permanecia. Já nas primeiras linhas, menciona os três mil, a quem, nessa carta, chama de “Amigos”:

Para os jornais vão os artigos, mas para os amigos vão os ‘segredinhos’. Como foram esses dois meses nos Estados Unidos? Para não estar repetindo a mesma coisa para 3.000 pessoas o melhor é contar de uma vez para todos. Esses 3.000 amigos da Ação Social e da Faculdade de Engenharia Industrial são o círculo íntimo a quem a gente conta as coisas alegres e as tristes, pois está certo de tê-los consigo participando do mesmo empreendimento, que dará ao Brasil qualquer coisa de grande. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, jul 1948)

Um documento compilado em um livro de recortes por Pe. Pedro Américo Maia, s.j., que não está datado, mostra que naquele ano a Ação Social estava próxima da marca de quatro mil contribuintes cadastrados:

Entre quasi quatro mil a quem hoje escrevemos, e que uma ou muitas vezes atenderam a nosso apelo, há pessoas de muitos credos, e há incrédulos, há de variadas psicologias, de mui diversos afazeres... alguns atenderam de tão boa vontade, outros que deram murmurando e quasi forçados... Os nossos amigos e benfeitores [...] a nossa dádiva é uma prece. [...] E com os melhores votos, enviamos este nosso presente (a prece) e noticiamos que a 18 deste, foi lançada a pedra fundamental da Faculdade de Engenharia Industrial [...] Por isso continuaremos a pedir, a lembrar ‘os continhos’ ... (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [s.l.], [1946?])

Mas o número de doadores e o funcionamento da Campanha do Continho aparecem com mais detalhes na reportagem publicada pela revista *O Cruzeiro* em 27 de agosto de 1949, na qual o repórter Arlindo Silva acompanhou Saboia em sua rotina para arrecadações e Roberto Maia fez o registro fotográfico. São 18 fotos que ilustram a narrativa, por vezes feita pelo próprio Saboia, de como ele conseguia as doações, novos doadores, e de como empregava o dinheiro arrecadado.

A reportagem intitulada “Um Legionário do Bem” começa destacando a popularidade de Saboia na cidade de São Paulo e o dinamismo com que trabalhava para conseguir as doações. Arlindo Silva muitas vezes dá voz a Saboia e a matéria se constrói com várias passagens narradas em primeira pessoa. Numa delas, Saboia relata uma de suas estratégias para conquistar novos doadores, que consistia em ficar atento à passagem de carros luxuosos, os quais seguia até o destino, onde, então, abordava o passageiro, que era sempre um homem rico, já que possuir um daqueles veículos era apenas para pessoas com altíssimo poder aquisitivo: “Industrial a vista! O Padre descobre o carro de um poderoso capitão da indústria. [...] daí para diante a operação é abordá-lo...” (SILVA, 1949, p. 51)

Na reportagem da revista *O Cruzeiro*, Saboia afirma que atingiu a marca de 3.502 doadores, mas que seriam necessários seis mil doadores para que a arrecadação fosse suficiente para cobrir os custos de suas empresas: O trabalho insano de um sacerdote jesuíta para conseguir que seis mil pessoas contribuam com mil cruzeiros cada uma, para a Faculdade de Engenharia Industrial, Clínica Santo Inácio e todas as despesas da benemérita Ação Social. (SILVA, 1949, p. 51)

A reportagem esclarece que as despesas mensais com a Ação Social e a Faculdade de Engenharia somavam 300 contos:

Já consegui ‘catequizar’ 3502 pessoas, contribuindo com um conto cada uma. Mas preciso de um exército de seis mil homens. Porque para manter só a Faculdade de Engenharia Industrial necessito dessa quantia, anualmente. [...] Outro dia, quando contei a um padre que entre a Ação Social e a Faculdade de Engenharia estava gastando uns 300 contos por mês, esse padre exclamou: Mas então, vive o dia todo atrás de dinheiro? (MEDEIROSapud SILVA, 1949)

Silva (1949) revela, também, que Saboia analisava um tal “Livro Vermelho”, que continha os registros dos automóveis cadastrados na cidade de São Paulo, descobrindo seus proprietários e respectivos endereços, e, então, se dirigindo à casa. Na casa do potencial doador, segundo Silva (1949), Saboia dispensava apresentações, já que “sua notoriedade é melhor que um cartão de visitas”, e conseguia o principal, convencer o interlocutor da relevância de suas realizações e conquistar sua doação: “Tudo vai bem. A

popularidade de Saboia em São Paulo é melhor que um cartão de visitas. Compreendendo o alcance da obra, o industrial adere...” (SILVA, 1949, p. 51)

Arlindo Silva, o repórter, parece ter deixado Saboia à vontade para narrar suas estratégias para a “catação” de doações e o texto segue, descrevendo o cotidiano do Padre, narrado em primeira pessoa:

De modo que devo estar sempre atento, porque cada ricaço que passa, pode ser convertido num doador. Muitas vezes vou atravessando a cidade de automóvel, quando na minha frente entra um carro grã-fino [...] Sei logo que é de milionário [...] Então, apanho o “livro vermelho” [...] vejo a quem pertence [...] Às vezes sigo-o até a residência do dono, e na hora que este desce abordo-o. [...] outras vezes [...] telefono mais tarde [...] Assim é minha vida. [...] Então, saio para a rua, as vezes, sem destino. Passo em uma rua grã-fina vejo um palacete, onde deve morar um milionário e aperto a campainha. (MEDEIROSapud SILVA, 1949)

A reportagem segue narrada em primeira pessoa e Saboia vai demonstrando que enfrenta dificuldades para conseguir as doações, mesmo contando com a grande notoriedade que alcançou:

Vou à casa do sujeito sem apresentação nem nada. Parto do princípio que todos me conhecem. Isso sem vaidade. Sou um homem que escreve muito, que fala muito na rádio, que dá muitas entrevistas e, afinal, houve aquela história do Deputado Chrispin. Dessa forma percorro também a zona comercial da cidade. (MEDEIROSapud SILVA, 1949)

Mas a principal queixa de Saboia, revelada nessa entrevista, é o tempo que leva fazer todos esses contatos e visitas em busca de doações e, para driblar a falta de tempo, Saboia revela ter criado um “sistema” para receber as doações sem gastar tempo em cobrá-las ou receber pessoalmente:

Todavia, essa minha ‘via-sacra’ em toma um tempo fabuloso. De modo que organizei um sistema que chamei “Banco do Continho”. As pessoas de boa vontade que já contribuíram uma vez e que querem continuar contribuindo, recebem no começo do ano, um envelope contendo uma fórmula para depósito em bancos. A pessoa vai ao Banco, deixa lá o seu quinhão, e o banco nos avisa para mandar buscar. [...] O ideal seria que os 3502 já inscritos deixassem nos bancos as suas parcelas. (MEDEIROS apud SILVA, 1949)

O Sr. Manuel Marques Baptista Junior era o responsável por compilar as informações que constam no relatório “*Continho*” *Padre Saboia - Recibos extraídos pela Secretaria e assinados 05/04/1961* (recibos assinados e entregues aos doadores). Em 25 de abril de 1962, Manuel encaminhou o relatório ao Pe. Armando Cardoso, Provincial da Companhia de Jesus, esclarecendo que em função de um período de ausência do Pe. Bueno, ele e o Pe. Moreira haviam sido encarregados de assinar os recibos por meio de procuração expressa do Pe. Bueno. Na carta, Manuel critica o atual sistema de controle e revela que encontrou dificuldades para realizar um levantamento detalhado, pois muitos

recibos não tinham sido registrados, ocasionando lacunas de informação. Essas lacunas foram destacadas pelo uso da expressão “faltando”. Dos 895 registros, 273 estão marcados com essa rubrica. O relatório apresenta, portanto, 625 registros válidos, 264 em nome de empresas e 361 em nome de pessoas físicas, organizados mês a mês. Constam do relatório os meses de abril, maio, junho, julho e parte de agosto.

O relatório “Continho – Padre Saboia” demonstra que os doadores individuais (pessoas físicas) formavam um grupo cerca de 36% maior que o grupo formado por empresas, mas que, no período compreendido no relatório, as doações feitas pelas empresas foram mais de cinco vezes maiores que a do primeiro grupo. Neste relatório de 1961, a arrecadação proveniente dos 361 doadores individuais atingiu Cr\$ 817.900,00 (Oitocentos e dezessete mil e novecentos cruzeiros) e as doações das empresas foram de Cr\$ 4.351.249,00 (Quatro milhões trezentos e cinquenta e um mil e duzentos e quarenta e nove cruzeiros). Distribuídas ao longo dos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 1961, o montante de donativos com registro gerava uma arrecadação média de Cr\$ 1.200.000,00 mensais. A Campanha tinha uma média de 144 doadores a cada mês, mas veremos que alguns se repetiam mensalmente.

Para que seja possível uma aproximação, ainda que pouco precisa da representatividade desses valores no cotidiano das instituições, podemos tomar alguns dos documentos encontrados durante a pesquisa. Uma relação de despesas do mês de maio de 1958, datilografada num papel timbrado com os logotipos do Conselho Superior de Administração da Faculdade de Engenharia Industrial e da Ação Social e assinado por Pe. José Gomes Bueno e por um contador, que está identificado apenas por seu número, “n. 24.654, demonstra que as despesas totais (aparentemente apenas da FEI) atingiram Cr\$ 984. 861,40 naquele mês. A despesa com professores era a maior e foi de Cr\$ 707.877,50. Uma carta do Prof. Dr. Nauplio Valle Jardim endereçada à presidência da ESAN recomendava que os valores de anuidade da escola fossem, respectivamente, Cr\$ 60.000,00 para o primeiro ano, Cr\$ 45.000,00 para o segundo e Cr\$ 40.000,00 para o terceiro e quarto anos de curso. Outro relatório, intitulado, Balancete Financeiro, datado de outubro de 1968, demonstra que o balanço da ESAN foi positivo no período, apesar de as receitas terem sido inferiores aos gastos. Segundo o relatório, as despesas totais da ESAN naquele período foram de Cr\$ 115.025,66, sendo a despesa com folha de pagamentos a professores também a principal, tendo sido de Cr\$ 46.388,48 tanto no mês de agosto quanto de setembro. As receitas no período foram de Cr\$ 82.738,13.

Dentre os 361 doadores individuais, 242 doaram, naquele período, um Conto de Réis, ou CR\$ 1.000,00, o que representa 67% dos doadores e cerca de 30% do montante em dinheiro (Cr\$ 242.000,00). É comum encontrar no relatório grupamentos de nomes de

doadores que levam à interpretação de que a doação tenha sido feita em família, como é o caso dos recibos entre o número 962 e 965, emitidos, respectivamente, em nome de Alfredo Giorgi, Cesar Giorgi, Julio Giorgi e Rogerio Giorgi, ou, então, os recebidos de 994 a 998, em nome de Americo Malzoni, Guido Malzoni, Idvio Malzoni e Nuncio Malzoni Filho, e tantos outros Junqueiras, Vidigais, Meireles, Buenos, como se o pai, quem sabe, quisesse registrar o nome de todos os membros de sua família no rol de benfeitores. Rogerio Giorgi, que na lista aparece acompanhado de outros três Giorgi, foi um dos signatários da Sociedade Amigos do Padre Sabóia, constituída logo após o falecimento do Padre com o objetivo de dar continuidade à arrecadação de fundos promovida pela Campanha do Continho. Havia doações inferiores a Cr\$ 1.000,00, porém em menor número, e havia até os que contribuía todos os meses, como Maria Antonieta Assumpção e Cel. H. Vieira de Melo, que contribuía todos os meses com Cr\$ 100,00 cada um.

Dos nomes e sobrenomes listados no relatório, muitos, atualmente, dão nome às ruas da cidade de São Paulo, como Manso Sayão, Paes de Barros, Homem de Mello, o que pode demonstrar que importantes personalidades da sociedade paulistana contribuía com a Campanha do Continho. Além da destacada posição social, é possível que os doadores tivessem outras formas de contribuir com a campanha ou que Saboia tivesse interesses não financeiros em algumas das relações estabelecidas por meio da Campanha, como, por exemplo, a presença do nome de Geraldo Homem de Mello na lista. Há dois Homem de Mello na listagem, José e Geraldo Homem de Mello, esse último, tio do ator Zuza Homem de Mello, e que, segundo Bufarah Filho (2007), era proprietário de uma fábrica de antenas para radiodifusão. Na década de quarenta, embora não tenha sido possível precisar a data, Saboia fez um programa na Rádio Tupi, que ia ao ar duas vezes por semana e, por isso, talvez, o nome de Geraldo Homem de Mello não esteja na lista apenas por se tratar de um homem de negócios, mas pela peculiaridade do produto que fabricava e de interesses estratégicos que Pe. Saboia poderia ter nesse setor.

Mario Rappa também está entre os doadores da Campanha do Continho. Rappa era um milionário industrial Jundiaense, dono de vários empreendimentos, dentre eles, do terreno onde teria sido construído o *campus* da FEI, caso, segundo Ferreira Filho (1996), a prefeitura de Jundiaí não tivesse recusado subsidiar a água que seria utilizada na construção do *campus*. A doação do terreno de Jundiaí foi formalizada e existiu uma escritura de doação, datada de 28 de dezembro de 1951, que, anos depois, caducou em razão do descumprimento das condições de construção impostas naquela ocasião. Esse fato foi narrado por reportagem do jornal *A Gazeta*, cuja data não foi possível identificar. A notícia informa ainda que Pe. Bueno esteve em Jundiaí e encontrou-se com o prefeito, Dr. Mario Ferraz de Castro, em seu gabinete, para assinar a escritura que declarou caduca a

doação antes assinada pelo próprio Pe. Saboia. Na reportagem, Pe. Bueno diz que o futuro *campus* da FEI seria, então, construído no terreno cedido pela prefeitura de São Paulo, sob comando de Adhemar de Barros.

O terreno de Jundiaí aparece citado em outros documentos, como o laudo de avaliação do terreno de São Bernardo do Campo, elaborado pelo engenheiro Prof. Renato Salmoni, que comparava os dois terrenos apresentando características de ambos.

À parte a curiosa coincidência que me fez falar de minha cidade natal, outros Jundiaenses constavam na lista de doadores, como a Família Bonfiglioli, proprietária da fábrica de conservas Cica, e o Dr. Eloy Chaves, médico e vereador nessa cidade.

O novo *campus* foi, afinal, construído na cidade de São Bernardo do Campo, num terreno doado pela viúva Filomena Gagliardi, segundo Silva (1949, p. 60), e a Faculdade de Engenharia Industrial transferida para lá. A ESAN, contudo, permaneceu em funcionamento no endereço da Rua Vergueiro e uma segunda unidade foi aberta no novo *campus*, em 1967. Além de Jundiaí e São Bernardo, a cidade de São Paulo também estava cotada para construção do novo *campus* da FEI e chegou a ser publicada Lei Municipal 5.682, de 07 de janeiro de 1960, cedendo em comodato, por 30 anos, um terreno de 32.710 m² às margens da Marginal Tietê, se estendendo até a Rua Canindé. A lei foi promulgada por Adhemar de Barros, e previa que, na ausência de início das obras no prazo de dois anos, o terreno seria reintegrado às posses da prefeitura; o projeto de cessão do terreno apresentava a relevância da Faculdade como ponto central.

Dos membros da sociedade paulistana, constam da lista de doadores os senhores Roberto Simonsen Filho, Francisco Matarazzo e Olímpio Matarazzo, Trajano Puppo Neto, Julio Mesquita Filho, Francisco Mesquita e Vicente Rao. Simonsen Filho não parece relacionar-se com o Pe. Saboia em nenhuma outra circunstância, mas é bastante plausível julgar que a presença de seu nome na lista de doadores da Campanha do Continho tenha relação com o envolvimento entre seu pai, Roberto Simonsen e Sabóia, que trabalharam juntos em vários projetos, dentre eles, na idealização do Sistema S e na criação da ESAN.

Os irmãos Francisco Matarazzo e Olímpio Matarazzo eram herdeiros do “Império” Matarazzo que, na década de 60, já começava a sofrer a desestabilização que dissolveria parte do colossal capital da família. A essa época, a construção do Palácio no bairro do Morumbi, que hoje sedia o Governo do Estado de São Paulo, estava paralisada, mas seu objetivo inicial, que era abrigar uma Universidade, talvez ainda estivesse em pauta, já que o prédio somente foi transformado em sede do governo em 1964. O desejo de fazer do Palácio uma Universidade pode ter uma importância particular para essa história da relação dos Matarazzo com a ESAN, em função do incidente ocorrido em 1959, envolvendo a Fundação Matarazzo, a PUC-SP e a intenção de ambas em constituir a Escola Paulista de

Administração. A ESAN era um instituto agregado à PUC à época e o litígio, que chegou à alta cúpula da Igreja Católica, ofereceu elementos para a longa negociação de ruptura entre as duas instituições.

Trajano Puppo Neto foi um dos primeiros diretores da ESAN e o Manual do aluno, do ano de 1946, encontrado dentre os demais documentos e cartas, era assinado por ele. Essas, porém, foram as únicas informações encontradas sobre ele. Francisco Mesquita e Julio de Mesquita Filho, proprietários do jornal *O Estado de São Paulo* contribuíram com “o Continho”, mas não foram encontradas evidências de qual era o nível de envolvimento entre eles e Sabóia.

Roberto Simonsen Filho, Francisco e Olímpio Matarazzo, Francisco Mesquita e Julio de Mesquita Filho, e Trajano Puppo Neto, de acordo com o relatório, doaram Cr\$ 1.000,00 cada um. Havia doações superiores: dois, três, cinco, dez mil cruzeiros, mas, naquele período, a maior doação individual veio do Dr. Vicente Rao, que doou Cr\$ 200.000,00 no mês de maio. Vicente Rao foi o advogado da Ação Social; seu nome aparece em todos os pareceres, minutas e contratos da Ação Social que foram localizados. Vicente Rao envolveu-se com a questão financeira das escolas de Sabóia, especialmente por volta dos anos 60, auge das articulações em busca da sustentabilidade financeira da ESAN e da FEI. Seu parecer foi o expoente do agravamento da crise entre a Fundação de Ciências Aplicadas - FCA, então mantenedora da ESAN e da FEI, com a PUC de São Paulo. ESAN e FEI estavam agregadas à PUC-SP nessa época e os pareceres do Dr. Vicente Rao ainda serão objeto de análise nesse trabalho. Atualmente, Vicente Rao dá nome a uma avenida no bairro do Brooklin, em São Paulo, na região do bairro chamada de Brooklin Velho.

A maioria das empresas, 54%, também fazia doações no valor de Cr\$ 1.000,00 (Um conto), mas isso representava apenas 3% do montante em dinheiro arrecadado com as doações desse grupo. Os valores das demais doações variavam bastante e mais comumente ficavam entre Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 10.000,00. No período estudado, quinze empresas fizeram doações entre Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 20.000,00, e foram: Ford Motors Cia., Empresa Grafica O Cruzeiro, São Paulo Cia. de Seguros de Vida, Cia. Comercial Vidros Brasil, Cia. Industrial São Paulo-Rio, Tricot-Lã S/A, Varam Motores, Ind. Sulamerica Metais, Agromotor S/A, Cia. Sorocabana Mat. Ferroviários - SOMA, Metalurgia Paulista, Pirelli S/A, Willys Overland do Brasil, S/A Cotonificio Paulista, Cia. Horm S/A. Cada uma contribuiu apenas uma vez no período.

Cerca de quinze bancos ajudavam a compor o rol de doadores, dentre eles, alguns em operação até os dias atuais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco, que foi fundado pela sociedade criada entre Amador Aguiar e Galdino Alfredo de Almeida, cujo filho, Galdino Alfredo de Almeida Junior,

consta na lista de doadores individuais, tendo contribuído com Cr\$ 1.000,00;. O Bradesco deu a contribuição mais modesta que foi de Cr\$ 1.000,00; o Banco do Brasil doou Cr\$ 5.000,00 e a Caixa Econômica Federal Cr\$ 25.000,00.

As empresas doadoras eram dos mais diversos ramos e incluíam desde prestadoras de serviços, como seguradoras, imobiliárias e construtoras, até as indústrias, como mecânicas, químicas e, mesmo petrolífera, mas as indústrias têxteis ou de tecelagem aparecem com a maior frequência; pelo menos vinte e cinco empresas desse setor contribuíam com a Campanha. Do vasto rol de empresas, várias são nomes conhecidos e ainda estão em operação, como: Cia. Johnson & Johnson Brasil, Abbott Laboratórios S/A, Cia. Melhoramentos São Paulo, Abrasivos Bombril (hoje Bombril S/A), Armações Probel S/A, Arno S/A, Bendix Home Appliance Brasil, Cerâmica Porto Ferreira, Chocolates Kopenhagen, Cia. Cimento Portland Itaú, COFAP - Cia. Fabricadora de Peças, Helios S/A, Indústria Química Schering (atualmente Schering Plough), Klabin Irmãos e Cia., S/A Moinho Santista, SKF Rolamentos do Brasil. E as extintas Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Colgate Palmolive e Quim. Ind. Med. Lisoform cujas marcas ainda permanecem em comercialização.

O relacionamento da S/A Moinho Santista com a ESAN havia iniciado muitos anos antes, em 1946, quando a empresa já participava do programa de concessão de bolsas de estudo da ESAN. Esse programa concedia seis bolsas de estudo a cada ano e, por ser um fundo composto por donativos de empresas, as bolsas levavam seus nomes. A Moinho Santista era uma delas. Em uma conferência proferida por Pe. Bueno, possivelmente em meados de 1957, a convite da União Paulista de Estudantes Técnicos Industriais - UPETI, o padre agradece ao Moinho, que havia se comprometido a doar anualmente Cr\$ 50.000,00, por dez anos. Embora essa informação divirja do identificado em 1961, que era uma contribuição mensal desse valor, fica esclarecido o grande envolvimento dessa empresa com a Ação Social. Nessa mesma conferência, a Pirelli, a Cia. Antarctica Paulista, a Laminação Nacional de Metais são citadas como importantes colaboradoras da Fundação de Ciências Aplicadas, entidade mantenedora da ESAN e da FEI.

A Cia. Antarctica Paulista também tinha um relacionamento mais amplo com a ESAN e com a Ação Social. Ela participava de um segundo programa de bolsas da ESAN, que consistia no financiamento dos estudos de um aluno por seu empregador. Além de ser doadora da Campanha do Continho e participar do programa de bolsas de estudos da ESAN, ao menos em meados da década de 1940, a Cia. Antarctica patrocinava e oferecia a seus funcionários, em suas dependências, o Curso pré-vocacional, no qual Saboia dava aulas de moral.

Algumas empresas, aparentemente, contribuíam todos os meses com a Campanha do Continho, como a Cia. Brasileira de Investimentos e a Bussing do Brasil, que doaram Cr\$ 500,00 cada uma nos meses de abril a agosto; a Laminação Nacional de Metais, que doou Cr\$ 2.000,00; e a Ind. e Com. Eterno S/A, que doava Cr\$ 83,00 a cada mês. Há registro de doações mensais, ainda, em nome da Associação Comercial de São Paulo, no valor Cr\$ 1.000,00.

É interessante, porém, notar que, da arrecadação média mensal, que girava em torno de Cr\$ 1.200.000,00, cerca de um milhão provinha dos donativos de apenas cinco instituições: Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP e Cia. Antarctica Paulista, nomeadas em ordem decrescente do valor das doações. Segundo o relatório de 1961, o SESI doou Cr\$ 505.000,00 para a Campanha do Continho, todos os meses entre abril e agosto; o SENAI doou outros Cr\$ 250.000,00, o CIESP Cr\$ 125.000,00 e a Cia. Antarctica doou Cr\$ 50.000,00; juntos esses valores somam Cr\$ 920.000,00 em cada um dos meses analisados no relatório. Se a média de arrecadação mensal era de Cr\$ 1.200.000,00 e apenas cinco doadores contribuíam com Cr\$ 920.000,00, cabia, então, a todos os demais doadores, cerca de 140 doadores, compor os restantes Cr\$ 280.000,00.

Excluídos os Cr\$ 50.000,00 doados pela Cia. Antarctica Paulista, vê-se que o Sistema S, ao menos nos meses de abril a agosto de 1961, era o responsável pela sustentação financeira da Ação Social e da Fundação de Ciências Aplicadas, que mantinha a ESAN e a Faculdade de Engenharia Industrial. Essa interpretação ganha uma sustentação adicional, quando confrontada com o teor da carta escrita em dezembro de 1957, por Pe. José Gomes Bueno, presidente da Ação Social, ao Sr. Antonio Devisate, então presidente do CIESP. Nessa carta, Pe. Bueno agradece o apoio financeiro que o CIESP deu à FEI no ano de 1957, primeiro ano do convênio entre as duas instituições, e agradece o compromisso assumido para o ano seguinte, 1958, em doar quase vinte milhões de cruzeiros para a manutenção da FEI, além da proposta de criação de um Instituto, cuja finalidade aparente seria proporcionar a modernização e o melhor aparelhamento dos laboratórios da Faculdade de Engenharia:

Ao encerrar-se o primeiro ano de convênio entre o CIESP e Ação Social, é de justiça agradecer [...] a valiosa cooperação, pontualmente prestada, para a Ação Social arcar com as despesas de manutenção do corpo docente e administrativo da Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, em 1957.

Venho outrossim, agradecer de público a V. Excia, a contribuição direta prometida, do CIESP, SESI e SENAI, para o exercício de 1958 [...] num montante de Cr\$ 19.712.452,00.

[...] Com os protestos do mais alto acatamento, a Ação Social reafirma sua amizade e gratidão a V. Excia e a todos os Industriais do Estado de São

Paulo que tão clarivamente dirigem (Pe. José Gomes Bueno, São Paulo, 10/12/1957)

Anteriormente já se analisou a participação da despesa com pagamento do corpo docente no montante de despesas das Faculdades: no caso da FEI, 72% do total de suas despesas era destinado ao pagamento do salário dos professores; na ESAN, a proporção era menor, mas atingia 68%. Muito embora o Pe. Bueno não deixe dúvidas de que a contribuição do CIESP era para a FEI, e não para a ESAN, a Ação Social era a mantenedora de ambas e, portanto, as contas da ESAN seguramente se beneficiavam do aporte que a irmã recebia.

Um olhar mais atento e vê-se que a movimentação financeira a que estamos nos referindo nesta análise envolvia não só esses organismos representativos, mas também seus associados e usuários. O Sistema S foi constituído, e ainda opera, financiado por seus associados, ou seja, a indústria, em grande parte, e o comércio. As doações relacionadas no relatório da “Campanha do Continho” nos mostram que, além das doações institucionais (CIESP, SESI, etc.), os industriais faziam doações em nome de suas empresas e, por vezes, individualmente (como pessoa física). Evidencia-se, dessa forma, o elevado grau de inter-relação entre a Ação Social e suas escolas e a Indústria Paulista, ao menos até o início da década de 60. A isso não se deixa escapar a atuação de Pe. Saboia junto aos trabalhadores paulistanos, desde a década de 40, nos Círculos Operários e nos Cursos de Formação Operária. Saboia tomava a ação junto ao operariado com um comprometimento evangelizador. Embora não se tenha registros dos conteúdos das aulas ministradas nesses círculos, seus textos publicados tanto na revista *Serviço Social* quanto no livro *Guia Social do Trabalhador* apontam que o esforço era de consolidar o discurso de fraternidade entre os trabalhadores, do compromisso com o trabalho e da serenidade, movimentos que seguramente contribuíam para a manutenção da passividade nos ambientes de trabalho, estimulando a cooperação e o comprometimento, o que, se imagina, criava condições para elevados níveis de produtividade.

3.2.1 Cartas aos “Amigos”

Saboia manteve um fluxo de comunicação com seus doadores demonstrado pelas várias Cartas Abertas que foram encontradas. Essas cartas cumpriram, ao mesmo tempo, dois papéis, o de prestar contas aos doadores e o de fazer propaganda institucional. Nelas são apresentadas as principais realizações das diversas empresas da Ação Social, de forma que justificam o investimento do dinheiro arrecadado com a Campanha do Continho e divulgam o trabalho realizado no período. De uma forma geral, o tom das cartas é informal e a linguagem é simples e dialogada, o que as distancia de serem relatórios ou balanços. Ainda assim, são apresentados alguns números, em especial o de contribuintes.

A primeira dessas cartas encontrada é de 1950, mas ela faz referência às cartas de 1948 e 1949 e começa esclarecendo que aquele é o terceiro ano em que a Ação Social presta contas. A carta é endereçada “aos amigos e colaboradores” e seu parágrafo inicial torna claro o papel que ela tem de prestar contas, mas diz, também, que o objetivo dessa correspondência é fazer com que os doadores sintam-se parte do empreendimento, quase como se fossem acionistas das empresas:

É este o terceiro ano que estão recebendo o nosso Balanço. Fazemos questão de prestar contas. Não é só para dar uma satisfação. É mais do que tudo porque desejamos que se sintam solidários com o empreendimento. [...] Vem agora o humilde gerente em seu ‘Relatório aos Acionistas’, quer dizer, Aos amigos e cooperadores... (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [Dez ?], 1950)

Saboia queixou-se de que um grande número de doadores deixou de contribuir naquele ano e que foi necessário um esforço adicional em conquistar novos doadores a fim de suprir os débitos causados pelas ausências de alguns. Segundo os números apresentados, havia 4.000 contribuintes cadastradas em 1950, mas cerca de 1.400 não contribuíram com a taxa anual. Para compensar o débito, Saboia conseguiu outros 500 novos doadores:

Dos quasi 4000 contribuintes do ‘Continho’, ano passado, nada menos que 1400 deixaram de dar. Foi duríssimo para nós. [...] Por outro lado conseguimos 500 novos contribuintes. [...] Houve 20 heróis que deram dez contos. Houve 7 fiéis que entravam com vinte contos. Houve um assinalado com trinta e cinco contos e houve 6 nobilíssimos que se condecoraram com cinquenta contos e um príncipe de cento e vinte contos. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [Dez ?], 1950)

Acionistas é claro que os contribuintes não seriam, pois o acionista tanto tem direito a voto (ainda que por representação) quanto à remuneração do capital investido, e àqueles contribuintes a recompensa oferecida era fazer parte do grupo que ajudava a manter e prosperar as obras da Ação Social. É nesse ponto que o relatório cumpre sua parte de

propaganda institucional. As cartas apresentavam ações tomadas no âmbito da administração da Ação Social, informando e compartilhando o modo de gerenciamento de contas e despesas que Saboia adotava nas empresas. Há nos relatórios, e não apenas nesse, uma preocupação permanente em buscar demonstrar que tudo era feito da forma mais econômica possível, quando não era conseguido gratuitamente. Mas há também relato de ações que geram renda, como os trabalhos da tipografia São Canísio e serviços prestados pelas oficinais da Faculdade de Engenharia, que, naquele ano, haviam rendido duas solicitações de registro de patente:

Considerando os balanços de 1948 e 1949, verificamos que neste último ano conseguimos cortar duzentos contos de despesas. Com uma folha corrida maior, mais professores nas escolas (Administração e Negócios e Desenho Técnico) e na Faculdade de Engenharia. Fomos de um rigor monacal em cortar tudo que seria bom, mas não era urgente. E queremos continuar nessa senda. Controle, organização, austeridade, já que o peso é tão grande e a meta tão árdua. [...] Observação que já existe na Ação Social, bem como na Faculdade, certa renda. [...] o resultado das publicações [...] o resultado da Multilith [...] o resultado da taxa de alunos e de clientes da clínica [...] já temos no Ministério do Trabalho, o pedido de registro de duas patentes obtidas nos laboratórios da Faculdade. [...] De tudo isso queríamos que os nossos amigos e cooperadores vissem que estamos procedendo com todo o cuidado para que o Empreendimento deles, marche como deve. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [Dez ?], 1950)

Nesta carta Saboia revela que era um pouco difícil fazer um relatório das atividades na ESAN e na Faculdade, já que, nas escolas, o cotidiano era ensinar e que o cuidado estava em oferecer sólida formação técnica e moral. De si mesmo, Saboia revelava a autoimagem de dinamismo, humildade, competência e, subliminarmente, comunica o potencial de alcance de suas ideias e de seu poder de influência:

Na presidência da Ação Social, esse seu gerente, além de ‘tocar’ o conjunto dos donativos (nome bonito para não dizer “facadas” nem “canivetadas”) fala na Rádio Tupi todas as 3ª e 6ª feiras, faltando cinco para as 19h; pregou todos os domingos uns cinco sermões; escreveu artigos; organizou uma Semana de Ação Social em Belo Horizonte; pregou dois retiros; assinou quasi duas mil cartas; procurou responder a centenas de consultas; nas segundas deu aulas de moral aos 400 e tantos meninos da escola Pré-vocacional da Cia. Antarctica, e deu um curso de Relações Humanas durante 3 meses aos futuros engenheiros da nossa Faculdade. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [Dez ?], 1950)

Algumas das cartas sugerem que Saboia adquiriu o hábito de escrevê-las, também como forma de agradecer aos contribuintes. Ela ainda oferecia honrarias e homenagens como forma de retribuição aos favores feitos por seus contribuintes. Dentre os documentos encontrados na pesquisa, há um Livro de Pessoas Diplomadas pela Ação Social. Muito embora o “Livro” não passe de seis folhas de papel almaço, datilografadas, ele traz o nome de vinte e quatro pessoas congratuladas com um “Diploma” da Ação Social. O cabeçalho do

“Livro”, ou seja, seu título é “Livro Nº 1 de Registro de Pessoas Diplomadas pela Ação Social” e o parágrafo de abertura esclarece seu propósito: “A Ação Social mandou inscrever, por seu presidente R. P. Roberto Saboia de Medeiros s.j., no seu livro de mérito os seguintes nomes...” e a isso segue-se uma lista dos vinte e quatro congratulados, acompanhados de informações, como a data da concessão, o início do processo de solicitação e os motivos que justificam a honraria. O primeiro nome da lista, bem como o motivo para que recebesse o diploma, foi o trabalho e seu envolvimento pessoal com a Ação Social:

Diploma nº1 Sr. Américo Capone.
Recebido em 22 de abril de 1952
Histórico: proposto à 3 de Fevereiro de 1952
Motivos: O Sr. Américo Capone caracterizou-se através de anos por uma amizade eficiente e esclarecida para com a Ação Social, e todos os seus trabalhos: sendo uma de suas notas características a prestação pessoal aos esforços do empreendimento. (Livro Nº 1 de Registro de Pessoas Diplomadas pela Ação Social; Folha 01)

O segundo nome da lista é do Engenheiro Louis Ensck, que se dedicou ao trabalho na Faculdade de Engenharia e em terceiro vem o Sr. João Gonçalves, que, de acordo com o Livro, fez jus ao diploma por ter se dedicado à tesouraria da Ação Social, sem perceber remuneração, além de ter oferecido conselhos e “soluções felizes a problemas delicados”.

Os motivos que levavam aquelas pessoas a receberem o diploma estavam sempre relacionados a serviços prestados ou a doações realizadas, como é caso do diploma de número 4, concedido à Condessa Marina Crespi pelas “vultuosas contribuições anuais” e pela “delicadeza principesca” com que as fazia; e o do diploma de número 7, concedido ao Sr. José Ermírio de Moraes, “o varão que se horroriza com bagatelas: só o empolga a imensidão dos grandes gestos” e, por essa atitude, Saboia o considerava um dos esteios da Faculdade de Engenharia. No anexo XX encontra-se a lista com os nomes dos diplomados pela Ação Social em 1952 e janeiro de 1953.

Algumas das correspondências encontradas são de épocas de Natal e outras são relatórios de suas viagens internacionais. Silva (1949, p. 60) menciona um desses relatórios na reportagem “O Legionário do Bem” publicada na revista *O Cruzeiro*:

Aí está contada pela sua própria boca, a agitação permanente em que vive o Padre Saboia de Medeiros. Em 1944 ele foi aos Estados Unidos, conversar com os magnatas norte-americanos [...] e é uma delícia ler a circular que ele enviou, na volta, aos três mil associados da ‘Ação Social’.
(SILVA, 1949, p. 60)

A reportagem “Legionário do Bem” publicada pela revista *O Cruzeiro*, em 1949, confirma que a intenção das Cartas Abertas era a de prestar contas a seus doadores, mas também de divulgar suas ações e articulações. As características dessas cartas e seu conteúdo corroboram essa interpretação uma vez que apresentavam sua agenda de

compromissos e descreviam, em detalhes, as articulações, os encontros e pedidos que realizava com o intuito de conseguir doações ou favores para suas obras.

Em 1948, Saboia fez outra viagem aos Estados Unidos, também com o propósito de cooptar doadores e doações para suas obras. Na volta, ele elaborou um relatório, endereçado aos “Prezados Amigos” e que começava com palavras que procuravam construir uma imagem de que tinha os 3000 contribuintes em alta conta e que os considerava próximos:

Prezados Amigos,
Para os jornais vão os artigos, mas para os amigos vão os ‘segredinhos’.
[...] Esses 3000 amigos da Ação Social [...] são o círculo íntimo a quem a gente conta as coisas alegres e tristes pois está certo de tê-los consigo...
(Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, jul 1948)

Saboia revela que teve mais dificuldades nessa viagem, pois chegou nos Estados Unidos próximo da época de férias e era difícil encontrar as pessoas com disponibilidade para atendê-lo. No relatório ele se queixou de que não conseguia ser atendido por Nelson Rockefeller e que foi necessário que João Carlos Muniz, embaixador brasileiro, conseguisse o encontro para ele:

Desta vez cheguei nos Estados Unidos numa época menos favorável. Não porque falte dinheiro para dar. Lá “ouro é banana”. [...] a época não era boa porque as férias se aproximavam [...] depois era a época dos congressos e convenções [...] tentei falar com o velho amigo Nelson Rockefeller [...] está viajando [...] nesta semana não é possível [...] Enfim foi preciso que o nosso Embaixador às Nações Unidas, João Carlos Muniz, que é um grande brasileiro, mexesse os ‘pausinhos’. Ficou combinado que o seu escritório de engenheiros fizesse as plantas para as construções na Via Anchieta. Vocês não acham que ele poderia também ajudar a construir? Ele, Nelson Rockefeller, também achou! É o que vamos ver chegada a hora! (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, jul 1948)

Satisfeito com o que havia conquistado com Rockefeller, Saboia investiu também num contato com *Lone Star Cement Corp.*, uma fabricante de cimento que tinha uma subsidiária brasileira, a Companhia Nacional de Cimento Portland. Depois de duas ou três reuniões, Saboia conseguia da empresa uma doação de 2.000 sacas de cimento por mês e atribuiu a doação à abertura da empresa e sua simpatia com a educação:

Ora, peripécia foi o negócio do Cimento. Custou todo o mês de maio para conversar com os maiores da Lone Star Corp. [...] em fins de maio almocei com Robert Boomer [...] Disse que eu precisaria de 2000 sacas de cimento por mês [...] Tinha que ser 2000 sacas de graça! [...] A resposta afirmativa só veio no final do mês [...] Vocês avaliem que gente aberta e que simpatia eles tem por tudo o que se refere à educação. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, jul 1948)

O relatório da viagem segue apresentando o roteiro que Saboia fez dentro dos Estados Unidos, com viagens a St. Louis, onde visitou o presidente da Monsanto Chemical e a Universidade de St. Louis; a Chicago, onde conferenciou sobre filosofia na Universidade de Chicago; a Milwaukee, segundo ele o centro cervejeiro dos Estados Unidos e onde seus contatos com a Cia. Antarctica de São Paulo ajudaram com as “cavações”; e a Nova York onde jantou com Anderson Clayton, um poderoso rancheiro texano. Em Washington, Saboia conversou com Willian Clayton e esteve com Thomas Watson, presidente da International Business Machine Co., também benfeitor da Campanha, que organizou para ele um encontro com Bernard Baruch. Antes desses encontros, ele diz ter realizado conferências sobre o Brasil na Vanderbilt University em Nashville, Tennessee. Ele também esteve em Indianapolis, onde havia um depósito de equipamentos que foram usados durante a guerra e que eram vendidos a baixíssimos preços, atraindo a atenção de vários industriais brasileiros, inclusive, mas Saboia pretendia ganhá-los. Outra conquista que relata foi a isenção de impostos para a Brazilian Technological Fund Inc., que era o escritório de representação da Ação Social nos Estados Unidos; a concessão foi dada pelo Tesouro Americano.

Ao escritório de representação caberia organizar e prosseguir na coleta de donativos e em despachar máquinas e equipamentos para o Brasil. Além dos contatos já citados, Saboia diz ter avançado em seus contatos com Henri Luce, editor das revistas *TIME* e *LIFE*, com o presidente da Westinghouse, de quem ele esperava “fazer ao menos tanto quanto a General Electric”; com a MacGraw Hill, de onde conseguiu doações de livros e com o presidente da Macmillan, outra empresa do ramo editorial.

Foi encontrado, também, um outro tipo de Carta Aberta, que era nominal ao doador e trazia um desenho para ilustrar a Campanha (Anexo 03). O desenho é de duas figuras humanas: uma delas leva um chapéu estendido à frente, num gesto que nos remete à gíria “passar o chapéu”, que é comumente interpretada como um gesto para pedir dinheiro, e tem um enorme coração desenhado à altura do tórax; a outra figura usa óculos e caminha com um livro aberto, numa atitude que sugere que ele esteja muito mais interessado na leitura que faz que no outro que lhe pede a doação. O grande e reluzente coração do homem com o chapéu e sua expressão de alegria contrastam com o aspecto absorto e com a boca “franzida” do outro, seus óculos e a leitura, talvez complementem o estereótipo dos doadores da Campanha, pessoas de elevado nível cultura, com posses suficientes para comprar livros, lê-los e deixar-se absorver por eles.



Figura 2: Desenho ilustrando os doadores da Campanha do 'Continho'. Fonte: Maia, 1990

De maneira geral o desenho parece comunicar que Saboia não conseguia as doações sem enfrentar resistências e sem ter que insistir com os doadores. Ele deu vários apelidos aos pedidos de doações: “cavações”, “facadas”, “canivetadas”. Em suas cartas ao pai Saboia sempre repetia que as “cavações” dependiam de seu envolvimento pessoal e essa imagem é passada, também, pela reportagem da revista *O Cruzeiro*:

E note-se, Padre Saboia nunca pediu auxílio ao governo, nem tampouco sua obra pesa sobre qualquer instituição religiosa. O que ele fez até agora foi a custa do próprio esforço e da boa vontade de seus colaboradores. (SILVA, 1949, p. 62)

Pode haver, de fato, uma relação entre o volume de doações e a atuação pessoal de Saboia. Embora não se tenha encontrado relatórios e números suficientes para atestar o volume de arrecadação antes e depois de seu falecimento. Há, porém, fatos que, relacionados, podem nos levar a essa inferência, como a criação da Sociedade Amigos do Pe. Saboia, fundada após sua morte para garantir o nível de arrecadação da Campanha, e o movimento de transferência das empresas da Ação Social a outras entidades, que aconteceu nos anos seguintes à sua morte, em razão da situação financeira das empresas mantidas pela Ação Social.

No final do ano de 1951, o relatório está datado com a expressão Festas 1951/52, é endereçado a “Meus Amigos”, mas Saboia faz um parágrafo inicial em que justifica que os relatórios não são “um a falar de si mesmo” mas sim, a devida prestação de contas a todos os benfeitores da Campanha. Ao iniciar de fato o relatório, ele diz que inspirou-se na ideia de um grande administrador americano que certa vez iniciou seu relatório de atividades falando sobre os funcionários de sua equipe, e faz o mesmo, começando por Benvindo o secretário da Ação Social que era também tesoureiro. Saboia destaca as qualidades do funcionário e sua dedicação ao trabalho “...pode-se dizer que o Benvindo é um secretário Batutão! [...] amanhece lá antes das 7 e fica até que seja preciso. [...] e trabalha por três”. Outros dois funcionários são citados, o Rezende e o Santino. Numa terceira parte do

relatório, Saboia menciona que durante o ano de 1951 haviam sido recebidas as doações de máquinas que iriam compor os laboratórios da FEI, vindas dos Estados Unidos e da Suécia. As máquinas vindas da Suécia foram doadas por Johnson, que aparece em várias cartas que Saboia escreve ao pai, sempre identificado como o “Amigo Johnson da Suécia”. Em 1954, Saboia providencia um título de Doutor Honoris Causa e o congratula com a honraria. Saboia agradece, também, a Flávio Rodrigues e ao ministro Horácio Lafer por terem tramitado a isenção de impostos para a importação das máquinas:

O que de mais notável se deu esse ano foi a chegada de 12 caixotes de aparelhos obtidos nos Estados Unidos, e sobretudo a chegada de uma parte das maravilhosas máquinas doadas pelo Johnson da Suécia, o nosso grande amigo Johnson... Naquela ocasião, graças a colaboração do amigo de ouro, Sr. Flávio Rodrigues, o Ministro Horácio Lafer dispensou a faculdade de impostos. O preito vai ao ilustre ministro não só pela dispensa, que é valiosa e é prevista em lei, mas também pela maneira expedita, ligeira, fácil na concessão. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [Dez ?] 1951)

Saboia continua o relatório apresentando funcionários que trabalham vinculados à Escola de Desenho, à Clínica Santo Inácio e à gráfica, e termina falando do Zé, seu chofer. José era o motorista do carro que, nesse relatório, Saboia diz ter ganhado do “bom amigo” D’Orey.

As viagens internacionais que fez também mobilizavam Saboia a escrever aos contribuintes da Campanha. Da mesma forma que em outras cartas, ele procurava prestar contas de suas ações e das doações que conseguia angariar com as visitas e reuniões que realizava. As estratégias eram semelhantes, valer-se de conhecidos, articular contatos com outras ordens religiosas católicas, participar de jantares e proferir palestras, sempre, no exterior como no Brasil, tendo como alvo pessoas ricas e grandes empresas.

Uma dessas correspondências foi escrita aos “caros Amigos” em 15 de setembro de 1944, em Washington e começava dizendo que Saboia havia recebido a parecer final do *Massachusetts Institute of Technology* - MIT sobre os planos de ensino do curso de Engenharia Química que pretendia implementar na FEI. Segundo a carta, Saboia havia elaborado os respectivos planos com a ajuda de equipes da Universidade de Detroit, mas os submeteu à apreciação do MIT com a intenção de que, uma vez aprovados, os planos contribuíssem para que o curso da FEI estivesse “à altura das melhores experiências” de ensino nos Estados Unidos. Sua narrativa segue, então, para os componentes químicos que seriam necessários adquirir para uso nos laboratórios, mas a compra, segundo a carta, teria de ser postergada para depois de terminada a guerra, quando se esperava que os preços estivessem normalizados e as empresas, então comprometidas em sua totalidade em abastecer as demandas de guerra, poderiam produzir e ofertar esses produtos ao mercado geral. Saboia diz, na carta, que a melhor maneira de aproveitar as oportunidades de boas

compras que surgiriam nesse momento, ou seja, ao final da guerra, seria ter um escritório de representações nos Estados Unidos e aproveita o momento para informar o(s) leitor(es) que está prestes a conseguir que se concretizem dois escritórios, um em Nova York e outro em Washington:

Nesta ocasião (final da guerra) quem tiver olho poderá arranjar maravilhas. Em vista disso comecei uma nova luta: descobrir o jeito de ter aqui um escritório da Ação Social, para tratar destes pontos. As dificuldades surgem do custeio deste escritório, mas, graças a umas “cavaçoenzinhas” hoje a coisa está praticamente acertada [...] Não lhes conto nada do que custou arranjar tudo isso. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, Washington, 15 set 1944)

Na mesma carta Saboia menciona a contratação de três professores recomendados pela Universidade de Detroit. Ele conta que ao final de muitas negociações, eles concordaram com o salário e que para o traslado dos professores ao Brasil ele conseguiu que Nelson Rockefeller patrocinasse, por meio da Comissão Interamericana de Desenvolvimento. Para isso, conversou pessoalmente com Rockefeller em seu escritório em Nova York.

Em várias passagens Saboia ressalta as dificuldades que enfrentava para conquistar as doações e favores que alcançava. Nesta carta aberta, escrita em Washington, são vários os momentos em que ele deixa transparecer seus sentimentos sobre os esforços que realizava:

Se depois de tudo isso a escola não sair, não terá sido por falta de trabalho. A única razão será algum ‘pão duro’... [...] Os meus esforços aqui vão no sentido de interessar na escola as firmas americanas com filiais no Brasil, ou pelo menos com negócios lá. Como vocês podem imaginar é um trabalho lento. Primeiro, porque o pessoal é sempre lento nesses assuntos. Segundo, porque a gente é sempre lenta diante de coisa nova [...] Terceiro, e quarto, não se podem contar em carta.... (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, Washington, 15 set 1944)

Com ou sem dificuldades, o fato é que Saboia avançava em suas negociações e conseguia apoio de funcionários de embaixadas, de banqueiros e pessoas influentes na sociedade americana, como o Sr. Shawn que conseguiu para ele um convite para jantar na casa de Sr. e Sra. Hoguet, ele funcionário do *Emigrant Industrial Savings Bank*, que, depois de alguns jantares “investigativos”, articularam para Saboia um jantar com as presenças de Sr. Smith, vice-presidente da General Motors, Sr. Thomas Watson, presidente da International Business Machines, Sr. Moore do *National City Bank*, Sr. James Farley, da Coca-Cola. Por meio dos jantares de Sr. Hoguet Saboia diz ter conseguido, também, aproximação com Mr. Juan Tripe, presidente da Pan American Airlines, apresentado por de Mr. Harris, da U.S. Lines, a quem conheceu em casa dos Hoguet. Adolf Berle e a filha de

Franklin Roosevelt foram outros de seus convivas em jantares realizados, dessa vez em Nova York, assim como Henri Ford II, neto do “velho Ford”.

Em Nova York Saboia estabeleceu contato com professores de Harvard como Aldous Huxley, que lhe escreveu comentando as conferências que havia feito em Columbia, com Pitirim Sorokin, que ficou de publicar um artigo na revista *Serviço Social* e com F. Tannenbaum, professor de História da América Latina. Saboia cita, também, que visitou a *School of Business Administration* e que, no mesmo dia à noite, jantou com o Professor Beebe-Center, da cadeira de psicologia, que havia feito críticas à Ação Social, que depois da conversa no jantar se desfizeram pelos esclarecimentos que prestou ao professor.

A certa altura, parece que a da Campanha do Continho passou a atrair olhares inquisitivos e a transparência se tornou uma questão em debate. As primeiras respostas de Saboia tentavam justificar os investimentos e o direcionamento dado aos valores arrecadados na Campanha, mas um dos primeiros documentos encontrados, uma carta aberta aos “amigos” da Ação Social, em março de 1951, coloca sob seu pronunciamento a interpretação de que ele não tenha ficado satisfeito com os questionamentos:

Cada pessoa tem suas preferências! Do Príncipe *Agatodoro Dlnporcoff* se conta que só gostava de ajudar pobres envergonhados, sua Excelência se alegrará em saber que os seus donativos foram usados pela Ação Social ajudando três famílias nessas condições...

Já D. *Beringaria Roupinhas* só simpatiza com hospitais, clínicas e assistência médica. É com alegria que a ela informamos que em 1950 a Clínica Santo Inácio deu 1533 consultas médicas...

Mas o Dr. *Trombucio Leitão* opina que o Brasil precisa de escolas [...] podemos informar ao querido Dr. *Trombucio* que nossas escolas de Administração de Negócios e de Desenho Técnico, embora lutemos com dificuldades, agora estamos com uma boa equipe de professores e damos aulas de moral religiosa como de moral profissional. Inútil seria contar ao Dr. *Trombucio* muita coisa sobre a Faculdade de Engenharia Industrial. Ele gostará de saber [...] que temos na Faculdade um curso de “Relações Humanas” para que os engenheiros conheçam a difícil arte de tratar o próximo ...

Eis que surge o ilustre Conde *Cobretones Encerrabode* e declara que só ajuda trabalho social com operários. Modestamente apresentamos [...] (que) arranjamos emprego para 612 pessoas ...

Mas o Sr. *Oscar Entrambasaguas* acha melhor a catequese direta e a ele temos que contar que em 1950 a Ação Social falou pela Radio Tupi duas vezes por semana e manteve seis sermões por domingo correndo do Centro para a Lapa [...] (e mais) oferecendo-lhe uma coleção da Revista *Serviço Social* [...] e *Carta aos Padres*.

Mas é impossível contentar a todos! (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, mar 1951)

Nessa mesma carta, Saboia deixa transparecer o grande esforço que realiza para conseguir dinheiro suficiente para administrar suas obras e chama os contribuintes a aumentarem seus donativos:

Eis que esbarramos com o Dr. *Abreu de Abreis e Abreu*, homem frio, de olho inquisitivo, sobancelhas enormíssimas [...] Ora, ora, quase ia dizendo!

[...] Claro que seria muito bom ter uma renda! Mas como oh *Dr. Abreu de Abreis e Abreu*. Como?

A resposta veio inesperada porque D. Porciuncula Dobreuto [...] mandou dizer discretamente haver destinado trezentas ações ordinárias de tal e tal grande companhia...

Foi um estalo! E se muita gente, **sem prejudicar a ‘Campanha do Continho’**, contribuísse com uma, duas, algumas boas ações de companhias industriais, comerciais [...] Cremos que a ideia de *D. Porciuncula* tranquilizaria o *Dr. de Abreis* e que assim se faria face a um problema real. Os amigos que quiserem meditar sobre o assunto chegando a conclusões que escrevam ou telefonem (54-4020).

Meus caros Amigos, contamos com sua colaboração também nesse ano, certo de que em março de 1952 poderemos noticiar maiores realizações e contentar a um número maior de colaboradores. [...]

Roberto Saboia de Medeiros (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, mar 1951)

Em março de 1952, então, Saboia escreve aos benfeitores da Ação Social a carta que ele chamou “A grande circular” e nela faz um resumo das realizações e da situação de cada uma delas. A carta deixa transparecer que o resultado havia sido positivo em todas as empresas da Ação Social e Saboia a inicia com um diálogo hipotético com “amigos” que emitem opiniões sobre prestar contas, ou não, aos benfeitores:

Prezados Amigos e Benfeitores,

Eis a grande circular! Embora com algum atraso, apresento o nosso balanço!

Dizia-me um amigo: “Não publique, vão dizer que você não precisa de Continho”.

Dizia outro: “Publique, pois você deve prestar contas”.

Dizia um terceiro: “Para mim é uma satisfação dar, quando vejo que há administração e se consegue equilíbrio. Eu não dou mais a gente que não nunca se sabe arranjar”.

Dizia um quarto: “O superávit nada significa, pois se não há déficit no passado, há um perpétuo vir a ser déficit! Em quanto ficará a Faculdade em Jundiaí?”

Dizia um quinto: “Não publique, pois muita gente não compreende essas razões”.

Dizia um sexto: “Ora! Publique pois os homens esclarecidos vão gostar, e vão ajudar mais”.

Digo eu em sétimo lugar: “Melhor publicar, pois o superávit deveria ter sido muito mais; muita gente negou o Continho, os professores e auxiliares não são ainda bem pagos, deixamos de comprar um mundo de aparelhos para a Faculdade, a Clínica; e as perspectivas de gastos com as instalações em Jundiaí é de trinta milhões! Que significa o superávit do ano passado?”.

(Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, mar 1952)

A carta demonstra que no ano anterior, em 1951, as empresas haviam realizado seus objetivos propostos e ainda assim terminaram o ano com saldo positivo em caixa. Saboia aproveita para incluir na carta agradecimentos aos 340 benfeitores que doaram, espontaneamente, o “Continho” fazendo depósito bancário, agradece a 128 benfeitores que doaram cinco contos ou mais dizendo que “há uns cujos nomes devem ser escritos em letras de ouro”, referindo-se aos benfeitores que faziam doações de grandes quantias.

No balanço das ações, Saboia informa que a Clínica Santo Inácio atendeu em 1951, a 2.759 pessoas em consultas médicas, 1.970 pessoas em atendimento farmacêutico e que foram feitas 22.000 chapas de raio X. O atendimento odontológico foi prestado a 1.978 pessoas. Também entram nesta contabilidade seus artigos e palestras, e Saboia informa aos leitores que escreveu 127 artigos, que foram publicados tanto em jornais do interior quanto na capital, além dos publicados nas revistas *Serviço Social* e *Carta aos Padres*. Ele menciona, ainda as palestras na Rádio Tupi, realizadas todos os sábados do ano, exceto cinco, e cinco sermões que faz todas as segundas-feiras, aqui incluído o sermão na Escola Vocacional Antarctica, de onde participam cerca de quatrocentos filhos de operários. Saboia menciona que a Ação Social recebe gente com todo tipo de problema e que no ano anterior distribuíram-se cerca de 30 contos em auxílio:

O escritório da Ação Social parece, por vezes, a praia onde o mar vem cuspir pranchas e toda espécie de restos. Há meses de se atender seis a sete pessoas por dia [...] são pais de família [...] viúvas [...] mães solteiras [...] imigrantes [...] e pensar que alguns se zangam quando mando pedir o 'Continho'! Há necessidade, meus Amigos! (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, mar 1952)

A carta também dava notícias da construção do novo *campus* para a FEI e dos elogios e promoções causadas aos alunos que cursaram ESAN:

E quais foram os fatos mais salientes? Na Faculdade a chegada dos equipamentos da Suécia e dos Estados Unidos; os alunos vem merecendo elogios [...] passou-se a escritura de um terreno na Via Anhanguera, ao mesmo tempo que se devolvia o terreno da Via Anchieta [...] A terraplanagem em Jundiaí começará esse mês [...] A Escola de Administração de Negócios recebeu inesperados elogios de várias firmas, cujos elementos seguiram o curso da escola. Vários depois do curso foram promovidos nas firmas. (Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, mar 1952)

Ao lado da notícia sobre a promoção de ex-alunos da ESAN, aparecia o desenho de um homem, sentado confortavelmente numa ampla poltrona, fumando um cigarro com uma atitude tranquila e confiante. Provavelmente, a figura reflita o que se esperava, ou o que se desejava, para a vida de um administrador bem-sucedido.



Figura 3: Administrador. Fonte: Carta aos contribuintes, 1952

Quando o relatório de 1961 foi elaborado, o Sr. Manuel Marques Baptista Junior, criticou a falta de controle das doações. Ele prestava serviços à Ação Social e também à Impressora (voluntariamente, segundo sua carta) e havia sido nomeado procurador do Pe. Bueno para assinar, juntamente com o Pe. Moreira, os recibos de doações durante sua ausência. Em 25 de abril de 1962, Manuel escreveu uma carta a Pe. Armando Cardoso com a inscrição “Reservada” no cabeçalho, encaminhando o relatório e expondo sua discordância ao descontrole com as doações e os respectivos registros. Ele expõe suas razões, informa que havia proposto a seus superiores meios eficientes para o controle e registro das doações e que havia decidido escrever aquela carta diretamente ao provincial, pois desde a data de apresentação da proposta, em 18 de outubro de 1961, não havia recebido resposta:

Com a presente tomo a liberdade de entregar a V. Revma. cópias da relação de recibos [...] Como sempre mantive a opinião de que o processo usado para extração e cobrança destes recibos não oferece boas condições de controle [...] apresentei, naquela época [...] uma sugestão a este respeito, pela qual [...] ter-se-ia um serviço simples e perfeito. Não tendo sido aceita minha sugestão, pois, ao que se sabe, o sistema ainda é o mesmo, isto é, inteiramente falho, não posso e não devo aceitar qualquer responsabilidade [...] Dos serviços prestados por mim, durante um ano seguido [...] sem qualquer remuneração [...] entreguei [...] em 18 de outubro de 1961, um relatório do movimento [...] sobre o qual não recebi até o momento, qualquer pronunciamento a respeito. Por este motivo, decidi proceder a entrega destas relações à V. Revma. ... (Manuel Marques Baptista Junior, São Paulo, 25/04/1962)

Outra medida foi adicionar uma coluna à direita dos formulários de correspondência da Ação Social (papéis de carta impressos em gráfica) que trazia informações da destinação do dinheiro arrecadado na Campanha. A coluna tinha, primeiramente a foto do rosto de Saboia e, depois, as seguintes inscrições:

Obras que ajudas a manter com teus Continhos:

- Uma Faculdade de Engenharia Industrial
- Uma Escola de Administração de Negócios (Noturna)
- Um Centro Técnico do Trabalho (Para operários)
- Duas Clínicas (Médica e Dentária) para necessitados
- Uma impressora de Serviço Social
- Uma Escola Técnica de Desenho (Noturna)
- Duas revistas de Assistência Social: *Serviço Social* e *Carta aos Padres*
- Despesas mensais de Cr\$ 750.000,00

Em 15 de outubro de 1956, Pe. Bueno escreveu um ofício ao Sr. Antonio Devisate, presidente do CIESP, propondo que o Centro assumisse a manutenção e financiamento da FEI. O motivo exposto por Pe. Bueno era financeiro. Segundo o ofício, a FEI tinha despesas mensais da ordem de Cr\$ 500.000,00 e sua arrecadação era de apenas Cr\$ 60.000,00, e, ainda, que, as despesas com folha de pagamento de docentes havia superado a cifra de um milhão e setecentos mil cruzeiros no primeiro semestre do ano. A Ação Social também

esperava que o CIESP construísse o novo *campus*, e a estabelecia como condição à observância do regimento interno da instituição, onde dizia que era um Instituto Complementar da PUC-SP.

Menos de um mês antes da data do ofício à CIESP, em 27 de setembro de 1956, Pe. Bueno e o contador Justiniano Hypolito Costa, CRC 16.080, assinaram juntos um relatório sobre a situação financeira da FEI, que o contador classifica como “calamitosa e deficitária”. O relatório aponta a insuficiência da arrecadação para cobrir as despesas da FEI, mesmo tendo sido recebidos Cr\$ 500 mil de subvenção do governo estadual. Outro documento, datado de 23 de dezembro de 1956, apresentava a previsão orçamentária da FEI para o ano seguinte, quando as receitas previstas eram de Cr\$ 1.146.400,00, aí incluídos aportes de Cr\$ 30.000,00 da Prefeitura de São Paulo e Cr\$ 8.000,00 de particulares, a título de bolsas de estudos, contra uma previsão de despesas de Cr\$ 7.756.449,00. O déficit de mais de seis milhões de cruzeiros era insolúvel para a Ação Social e seguramente afetava o funcionamento da ESAN.

A Ação Social também não conseguiu sustentar financeiramente a Tipografia Canísio, que, em 01 de novembro de 1962, foi transferida para a Edições Loyola. O contrato previa que a Loyola atenderia a todas as demandas por impressões da Ação Social, quer fossem formulários, quer fossem as revistas *Carta aos Padres* e *Serviço Social*, além de indenizar a Ação Social a título de amortização do maquinário, também transferido. Os signatários do termo, que foi identificado como “Contrato de Sociedade”, foram Pe. Vicente G. Cutre, provincial da Companhia de Jesus; Pe. Antonio Aquino s.j., presidente da Ação Social; e Pe. Antonio Matienzo Valdemoro, diretor da Edições Loyola.

Em 1991, Pe. Aldemar Moreira revela à revista *Relações Humanas* que a ESAN havia enfrentado dificuldades em seus primeiros anos, sem deixar transparecer a natureza ou os desdobramentos daquelas dificuldades, assim, segundo Moreira (1991): Em sua primeira fase, a ESAN, tendo como mantenedora a Ação Social, defrontou-se com sérias dificuldades, inerentes a uma instituição marcada pelo idealismo, sem apoio de poderes públicos, e sem similares no Brasil. (MOREIRA, 1991, p. 32)

Desde 1939, Fernando, irmão de Saboia, residia em Washington, como funcionário do governo brasileiro. A esse tempo, talvez por intermédio do irmão, Saboia, que já tinha amigos na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, em Roma e em Paris, começava a se articular com empresários e escolas nos Estados Unidos. Mas sua primeira viagem àquele país, de acordo com a correspondência que manteve com seu pai, só aconteceria em 1944, quando, por intermédio do Fernando, tinha conseguido que o consulado Americano lhe enviasse um convite para ir aos Estados Unidos. Quando o convite chegou, pediu ao pai para auxiliá-lo em conseguir licença de seus superiores para realizar a viagem:

Quanto a viagem a EEUU lembrei-me que o modo de melhor preparar o espírito do Pe. Provincial seria uma visita do senhor a ele, na qual o senhor diria que tomou tais e tais iniciativas, como coisa sua. Ele aproveitará para fazer mil lamurias sobre a dispersão de atividades minhas, sobre saúde, sobre vida intelectual, etc. O senhor vai ouvindo, dizendo sim para tudo e apontando a viagem como a varinha de condão, a panaceia! (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 27 jul 1943)

Saboia realizou diversas outras viagens ao exterior: Estados Unidos, Canadá, Itália e Suécia, sempre com o intuito de conseguir doações em dinheiro ou de equipamentos para suas escolas. De fato, conseguiria receber doações da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. Para que isso pudesse acontecer, em 1945 ele criou a Fundação de Ciências Aplicadas, que imediatamente passou a ser a mantenedora da ESAN e, no ano seguinte, da FEI. Aparecem na relação de Calado (1985) e Souza (1980) como apoiadores da criação da Fundação de Ciências Aplicadas os nomes de: Fábio da Silva Prado, Godoffredo da Silva Teles, João Gonçalves, Luciano Vasconcelos de Carvalho, Aldo Mário de Azevedo, José Maria Whitaker, Padre Aristides Greve s.j., AWK Billings, Morvan Dias Figueiredo, Caio Luis Pereira de Souza, José Pires de Oliveira Dias e Teodoro Quartín Barbosa.

No ano de 1962, a Ação Social foi declarada Utilidade Pública pelo Decreto n. 894, de 12 de abril de 1962. Os títulos de utilidade pública traziam reconhecimento público, aumentando o prestígio e a credibilidade de uma instituição. Esse recurso foi muito utilizado no conjunto dessas escolas e empresas. As empresas que Saboia constituiu coadunavam com o movimento restaurador da Igreja e refletiam a ideologia da Doutrina Social Católica, à qual Saboia dedicou muitas e muitas horas de estudo, conforme confidenciou a seu pai, muitas vezes.

A Ação Social foi decisivamente o ponto central de suas realizações, e a força motriz da Ação Social foi a Campanha do Continho. Os recursos arrecadados por Saboia em suas “cavações” financiaram as escolas e sua publicidade. Algumas das principais empresas e empresários de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e até de Salvador, contribuíram com doações em dinheiro para as empresas de Saboia. No anexo dois deste trabalho, consta uma lista com alguns desses nomes, provenientes de uma lista organizada em 1961 e que foi encontrada, incompleta, dentre os documentos localizados no arquivo da ordem jesuíta, no colégio São Luís.

4. Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN: Implantação e consolidação

A ESAN foi fundada no final de 1940, mas sua inauguração somente ocorreu em 04 de janeiro de 1941, conforme noticiou o jornal *Correio Paulistano* (02/03/1941). A sessão solene aconteceu no auditório da “Gazeta”. No mesmo jornal em 23 de dezembro do ano anterior, foi noticiada a ida de Saboia à Argentina para a realização de visitas em escolas técnicas e de Administração. Segundo o jornal, ele intencionava, inclusive, contratar professores para a ESAN. Ainda de acordo com essa mesma notícia, as aulas da escola estavam interrompidas em função das férias de final de ano, mas seriam retomadas após o Carnaval:

Prosseguem em actividade os diversos departamentos da Comissão Permanente de Ação Social. Assim, o curso de Administração e Negócios, interrompido pelas férias de fim de anno, será reiniciado logo após o Carnaval [...]. (CORREIO PAULISTANO, 29/12/1940, p. 11)

Durante a IV Semana de Ação Social, ocorrida em São Paulo no início de setembro de 1940, a ESAN foi tema da palestra de Dr. Luciano de Carvalho. A sessão solene de abertura da Semana foi realizada pelo arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar e em seguida houve palestra do Sr. Aldo Mario de Azevedo, então presidente do IDORT, seguida da palestra de Dr. Luciano e de uma palestra de Pe. Saboia, conforme noticiou o jornal *Correio Paulistano* (04/09/1940, p. 4).

Na palestra de Luciano V. de Carvalho, a Escola Superior de Administração de Negócios aparece como uma escola para formação moral e ética dos administradores de empresas, vinculando, fortemente, a consecução de uma atuação profissional responsável a valores católicos:

A Escola Superior de Administração de Negócios, disse o orador, é o desdobramento mais elevado [...] o curso superior na formação profissional. O cargo de direcção ou administração – continuou – colloca o homem numa função eminentemente social. Isto porque elle tem nas mãos patrimônios diversos, credits, o trabalho, a garantia e a tranquillidade dos trabalhadores, os direitos do Fisco, por onde se attendem as necessidades do governo publico, enfim, o interesse de toda sociedade. Do seu bom ou mau desempenho, esculpulozo ou leviano depende, em grande parte, a paz social. [...] Só uma Escola Superior de Administração de Negócios, onde ao lado da technica especial do exercício de tão elevado cargo, o candidato tomará conhecimento profundo e sincero das obrigações e responsabilidades moraes que lhe caberão [...] e essas obrigações e responsabilidades só poderão ser cimentadas em homens de carater formado dentro da moral e sociologia catholicas. (CORREIO PAULISTANO, 04/09/1940, p. 4)

A notícia do jornal *Correio Paulistano*, de 29 de dezembro de 1940, trazia uma importante informação sobre o público-alvo da ESAN, a de que o turno matutino era destinado à formação profissional dos herdeiros das corporações e que o turno noturno atendia aos trabalhadores dessas corporações:

(O curso de Administração) será reiniciado logo após o carnaval, desmembrado em dois turnos: o diurno, de formação profissional, destinado principalmente aos filhos de patrões pretendentes aos postos de alto rendimento, e o curso noturno, destinado ao aperfeiçoamento de funcionários do commercio e da indústria. (CORREIO PAULISTANO, 29/12/1940, p. 11)

Contudo, uma entrevista concedida por Saboia ao jornal *Diário Popular*, em 1943, enfatiza que o curso de Administração era destinado àqueles que desejavam alcançar cargos de comando, autoridade e autonomia: Daí o sentido de uma escola de administração para a formação de Administradores, para os que pretendem ser mais que subalternos em outros horizontes que “marcar passo”. (DIÁRIO POPULAR, 24/03/43)

A mesma entrevista, concedida ao jornal *Diário Popular*, revela que em 1943 a ESAN já havia formado sua primeira turma e que os ex-alunos haviam se organizado para constituir uma agremiação chamada Instituto de Administração e Negócios - ITAN, com o propósito de fomentar a vida social dos associados e prestar assessoria a empresas e empresários:

O ITAN fomentará a vida social dos associados, mas sobretudo, atenderá consultas sobre organização de firmas, sobre condições de Mercado, em geral, sobre problemas econômicos e financeiros, sempre a luz da Doutrina Social da Igreja. (DIÁRIO POPULAR, 24/03/43)

Como comentado anteriormente, Saboia fundamentava sua ação em sua percepção pessoal e em sua filiação ao movimento da Doutrina Social Católica.

Em 05 de março de 1942, o jornal *Correio Paulistano* noticiou a aula inaugural do semestre letivo da ESAN, que aconteceu no auditório da Escola Normal “Caetano de Campos”. No artigo, a escola aparece como uma das escolas da Comissão Permanente de Ação Social e são destacados a chancela ministerial à escola e o grande número de alunos no período noturno:

A Escola de Administração e Negócios que já está no seu segundo ano, reabre-se com elevada frequência, sobretudo na secção noturna. Estes e outros cursos estão sob a alta inspecção do Ministério da Educação e contam com numerosos alunos. (CORREIO PAULISTANO, 05/03/1942, p. 3)

A cerimônia, segundo o jornal, contou com a presença de Coriolano Gois, Secretário da Fazenda; Capitão Franco Pinto, representante do Sr. Fernando Costa; interventor Federal, Tenente Alberto Cardoso, representante do general comandante da 2ª região;

Inácio da Silva Teles, representante do Sr. Godofredo da Silva Teles, presidente do Departamento Administrativo do Estado; Major Olinto de França, superintendente de Segurança Política e Social; Campos Vergueiro, diretor do Departamento Estadual do Trabalho; Cori Gomes Amorim, diretor do Departamento de Assistência Social; cônego Paulo Rolim, representante de D. José Gaspar de Afonseca, arcebispo metropolitano de São Paulo; Francisco Sales de Oliveira; Padre Riou, superior dos jesuítas no Brasil; Moryan Dias Figueiredo representante da Federação das Indústrias de São Paulo. O Sr. Nelson Caldeira foi o primeiro palestrante da noite. Caldeira era diretor da Bolsa de Imóveis e o tema de sua fala foi “uma nova forma de aplicação de capitais”. A segunda palestra da noite foi de Francisco Sales de Oliveira, presidente do IDORT, e o tema foi “Educação e Organização”. A fala de encerramento foi de Pe. Saboia e, conforme o jornal, ele falou das diretrizes da Comissão Permanente de Ação Social e sobre a “harmoniosa articulação” entre “a técnica e o caráter do nosso país”.

A aula inaugural de 1957 também foi noticiada em jornal. Não é possível identificar qual deles, pois o recorte não preservou o nome do jornal, mas a notícia informa que participaram da ocasião o Pe. Bueno, identificado como presidente da Ação Social e representante de D. Carlos Carmelo Mota; o Sr. Rafael Noschese, da FIESP; Atiliano M. Correia, do IDORT; Sr. Francisco de P. Ferreira, do SENAI; o Dr. Valdemar Baroni dos Santos, da Academia Brasileira e Ciências Sociais e Políticas; o engenheiro J. J. Muniz de Aragão da Light S.A., o engenheiro Benedito Gagliardi, diretor da Escola Técnica de Desenho São Francisco de Borgia; Prof. Vitorio Palmieri, diretor da ESAN; Roberto Marone, do Centro Acadêmico da ESAN. De acordo com a notícia, a aula foi ministrada pelo engenheiro Eduardo Garcia Rossi, diretor da Sociedade Técnica de Fundições Gerais e da CIESP e aconteceu no auditório da Ação Social. No foto do evento, que segue abaixo, vê-se o Pe. Bueno com Vitório Palmieri à sua direita e Pe. Saboia ao fundo:



Figura 4: Mesa solene da Aula Inaugural de 1957. Fonte: Correio Paulistano, março de 1957

Em 1960, outro recorte de jornal evidencia que a Aula Inaugural daquele ano também foi noticiada, dessa vez, pelo jornal *A Gazeta*. A notícia informou que, além da aula inaugural, ocorreu, no mesmo evento, a posse da nova diretoria do Centro Acadêmico Morvan Dias de Figueiredo, para a qual foi nomeado o senhor Savignay W. Noronha como presidente, em substituição a Americo Oliveira Melo.



Figura 5: Posse da nova diretoria do Centro Acadêmico Morvan Dias de Figueiredo. Fonte: A Gazeta, 08/03/1960

O Sr. Jair Alves da Silva foi o orador da nova diretoria e o Sr. Gilson Alves dos Reis foi o orador da nova turma do curso de Administração. Esses também foram oradores na cerimônia de colação de grau da turma de 1959, que foi noticiada pelo jornal *A Gazeta*, em 12 de março de 1960. A cerimônia, que aconteceu no salão nobre do Palácio Mauá, foi presidida por Pe. Bueno e conduzida por pelo Prof. Roque Teófilo, então diretor da ESAN. O Sr. Roberto Selmi-Dei foi o paraninfo dessa turma. Dois dias antes, em 10 de março, o mesmo jornal publicou uma nota informando a data, horário e local da colação de grau, o Palácio Mauá, que era o auditório da FIESP.



Figura 6: Cerimônia de formatura da turma de 1959. Fonte: A Gazeta, 12/03/1960



Figura 7: Formandos da turma de 1959. Fonte: A Gazeta, 12/03/1960

A formatura da turma de 1959 também foi noticiada pelo jornal *Correio Paulistano* que divulgou as atividades celebrativas, que começavam com a missa às 10h da manhã, seguida da cerimônia às 20h e o baile de gala no dia seguinte, que aconteceria no Jardim de Inverno Fasano, com orquestra sob regência de Silvio Mazzuca. O *Correio Paulistano* nomeou os formandos e falou da ESAN em tom elogioso, mencionando seu pioneirismo e a tramitação do processo de reconhecimento da escola pelo Ministério da Educação:

Pioneira no gênero, formada em 1941 pelo saudoso Pe. Saboia de Medeiros, a Escola de Administração de Negócios da 'Ação Social', não somente se desenvolveu nos últimos anos, contando com cada vez maior número de alunos, como veio se impondo perante as empresas industriais e comerciais de São Paulo, pela eficiência de seu ensino [...] corre no Ministério da Educação seu reconhecimento como faculdade uma vez que seu ensino é, de veras, de nível superior e à altura da solicitação do mercado de trabalho paulista. (CORREIO PAULISTANO, 10/03/60)

No dia 15 de março, a formatura voltou a ser tema das páginas do jornal *Correio Paulistano*, que novamente destacou o pioneirismo da ESAN, sua relevância para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, além de ovacionar os discursos do paraninfo, Sr. Roberto Selmi-Dei, e do patrono, Pe. José Gomes Bueno.

A ESAN foi reconhecida pelo Decreto Presidencial nº 50.164 de 28.01.1961, quando foram reconhecidos os diplomas expedidos pela escola até então, com o título de Técnico de Administração.

A profissão de Administrador somente passou a ter essa designação em 1985. Antes disso, a designação dada a esse profissional era Técnico de Administração (SPIANDORELLO, 2008). Embora o governo de Getúlio Vargas tenha promovido a Compilação das Leis Trabalhistas, a CLT, em 1942, em cujo anexo "Grupo da Confederação

Nacional das Profissões Liberais” foram listadas todas as profissões conhecidas e reconhecidas à época, foi apenas em 1965 que a profissão de Técnico Administrador passou a constar desse anexo.

Isso porque a profissão de Técnico de Administração havia sido criada em 09 de setembro de 1965, com a promulgação da Lei n. 4.769, assinada pelo então presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco.

Essa mesma lei determinava, também, a criação dos conselhos de fiscalização do exercício profissional, em âmbito regional e federal. Foram criados, dessa forma, o Conselho Federal dos Técnicos de Administração (CFTA) e os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA). O conjunto de Conselhos Federal e Regionais se constituía em autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho. O Conselho Federal de Técnicos de Administração foi sediado em Brasília, DF (SPIANDORELLO, 2008).

O surgimento da ESAN parece estar bastante vinculado com o ideal de seu fundador, Pe. Saboia, em criar em São Paulo uma Universidade Católica. A ideia de criação da Universidade Católica, por sua vez, era parte do projeto de Restauração Católica, que no Brasil, tornou-se mais expressivo por volta dos anos 1920. A Igreja havia perdido posições no cenário político com a laicização do ensino e com o fim do regime imperial. Algumas alterações importantes são empreendidas no interior da Igreja nessa fase e acabam abrindo espaço para a inserção de leigos em posições de liderança leigas em várias frentes de trabalho e articulação.

O caminho de Saboia esteve mais inclinado ao ensino profissionalizante e técnico. Ele procurou aproximar-se de homens da indústria e do comércio. Suas articulações envolviam banqueiros e empresários de diversos setores, inclusive o de comunicações.

Desde que regressou da Argentina e se estabeleceu em São Paulo, Saboia começou a ministrar cursos a trabalhadores e operários nos Círculos Operários ou nos Cursos de Formação Operária que eram oferecidos nos bairros de periferia de São Paulo, onde já se haviam instalado muitas indústrias. Os cursos eram elaborados e ministrados com base na Doutrina Social Católica e seu objetivo central era regular, pela via da moral e dos valores cristãos, o convívio entre empregados e empregadores, numa São Paulo em plena efervescência de movimentos operários, do comunismo e do anarquismo.

Saboia publicou muitos artigos sobre o mundo do trabalho e passou a ser um disseminador de uma ideologia que ficou conhecida como Socialismo Cristão, onde a diferença de renda e a separação de classes poderiam ser reduzidas, ou superadas, se os indivíduos fossem dotados de sentimentos fraternos e de solidariedade para proceder na sociedade à justa divisão dos bens.

Contudo, não se pode negar que Saboia opôs-se francamente ao comunismo, chegando ao ponto de desafiar publicamente o partido comunista a um debate em praça pública, no Vale do Anhangabaú, em 28 de novembro de 1945. Pedro A. de Oliveira Sobrinho, secretário da Segurança Pública, autorizou que o debate acontecesse no dia e local combinados, mas o partido declinou. Saboia somente conseguiria outra oportunidade em 1946, quando José Maria Crispim aceitou realizar um debate, pelo rádio. Saboia não gostou do resultado do confronto e chegou a intitulá-lo “desastre”. Seus superiores discordaram dele e o assunto se encerrou. Apenas em 1949 esse assunto voltou a aparecer, na reportagem da revista *O Cruzeiro*, onde o confronto entre Saboia e Crispim é retratado quase como uma luta, um duelo, em que Saboia sai como vitorioso:

[...] E a propaganda comunista pegou fogo. [...] Nenhum partido, nenhum candidato se levantava contra eles (porque no fundo todos estavam esperando que o chefe Prestes mandasse os seus escravos votarem em fulano ou em sicrano). Foi quando surgiu a figura resoluta do Padre Saboia de Medeiros. Lançou um desafio a Luis Carlos Prestes, para um debate público. Seria um duelo sensacional: Igreja Católica *versus* Marxismo. (SILVA, 1949, p. 52).

Além dos artigos que eram publicados em jornais e revistas, Saboia tinha um programa na Rádio Tupi, que ia ao ar duas vezes por semana às 18h55. Ele ministrava, ainda, aulas de moral para cerca de 400 alunos do curso pré-vocacional da Companhia Antarctica Paulista S/A e há indícios de atividades semelhantes sendo desenvolvidas em outras empresas em São Paulo.

Todas essas ações, sua proximidade com o operariado e sua grande capacidade de articular-se com intelectuais e empresários, foram aos poucos conferindo prestígio a Saboia, que conquistou grande popularidade na cidade de São Paulo, ao final da década de 30 e toda década de 40.

No final da década de 30, ele estava bastante envolvido com questões trabalhistas, inclusive em seus aspectos jurídicos. É importante destacar que Saboia mantinha, desde antes de estudar na Argentina, um grupo de estudos de Direito com alguns advogados que tinham sido seus alunos de latim anos antes. Esse grupo, que nunca deixou de se corresponder, fundou o Instituto de Direito Social, de onde emanaram várias publicações sobre direito do trabalho e sobre relações trabalhistas, numa fase “pré-celetista” da história das relações de trabalho. Saboia também já administrava nessa época as escolas para operários e vinha estruturando a Escola de Desenho Técnico São Francisco de Borgia.

Essa proximidade com o crescimento industrial de São Paulo parece ter levado Saboia a projetar a criação de uma Universidade Católica menos erudita e mais técnica, pois seu projeto era criar a Universidade a partir da aglomeração, inicial, de duas faculdades, uma de Administração e outra de Engenharia.

A Escola Superior de Administração e Negócios surge nesse contexto, apoiada na percepção de que o desenvolvimento industrial na cidade de São Paulo vinha se acentuando, ligada aos interesses da elite industrial paulistana, que buscava consolidar novas posições de poder político, anteriormente abaladas com o fim da política exportadora, mas fortemente vinculada ao objetivo de constituição da Universidade Católica de São Paulo, estratégia que compunha o plano de Restauração Católica e os “sonhos” de Roberto Saboia de Medeiros: “O meu sonho central de apostolado é a fundação de Universidades Católicas. De minha parte isso exige um estudo e a aquisição de uma competência sesquipedal” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, San Miguel, 30 jan 1936).

De volta a São Paulo e trabalhando nos cursos de formação operária, Saboia começa a se articular com Roberto Simonsen, a quem apoiou na organização da 2ª Convenção Nacional de Engenheiros. A contrapartida viria em forma de apoio à criação de uma ‘Faculdade de Ciências Técnicas e Administrativas’: “Durante a reunião, o mesmo Simonsen, por três vezes me deu a palavra. No horizonte já se vai delineando qualquer coisa de positiva” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1940).

O projeto da Faculdade de Administração já estava avançado e Saboia vinha discutindo com seu pai a estrutura de capital e de constituição societária da faculdade:

Sobre isso preciso entreter o senhor uns instantes. A formula a qual afinal cheguei foi a organização de uma sociedade de quotas limitadas (200:000\$) entre um certo numero de amigos bem provados, cada um podendo ter duas ou mais quotas. Feita essa sociedade (na qual já estão de acordo) teríamos um capital de uns 500:000\$ (tanto quanto D. Leme tem para duas faculdades), feita pois a sociedade, esta possui a Faculdade e a funda, convidando para assumir a diretoria a mim com dois ou três outros. Depois do funcionamento da Faculdade, por um certo tempo, tudo indo bem, pede-se incorporação à Universidade Católica, ou à Associação das Faculdades Católicas. Peço sua sugestão com a rapidez possível. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1940)

Em muitos documentos, oficiais inclusive, a criação da ESAN aparece como tendo sido baseada na *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard. A primeira menção a essa possível relação apareceu num boletim publicado pela Ação Social, provavelmente em 1958, para divulgar o curso de Administração e a relativamente recente incorporação à PUC-SP. Outro documento foi um relatório intitulado *Litterae Annuae* da “Ação Social”, no período de 1957-1960, mas não se encontrou qualquer evidência, ou sequer indício, que Saboia tenha mantido algum contato com essa escola às vésperas da fundação da ESAN. Sua primeira viagem aos Estados Unidos foi em 1944, quando a ESAN já funcionava pelo terceiro ano. Nessa viagem e nas muitas que se seguiram, Saboia parecia concentrar esforços nas articulações necessárias à fundação da Faculdade de Engenharia, que era muito mais complexa e dependia de muito mais equipamentos e professores que a escola de administração. Há passagens nessas viagens de Saboia em

que ele cita sua participação em Columbia, NY, para proferir palestras sobre Filosofia, mas a Administração não aparece.

Assim, tudo leva a crer que a estrutura curricular do curso da ESAN implantado em 1941 seguia a tradição dos cursos de comércio, além de incorporar novidades do campo da Administração relativos aos saberes da psicomетria e da organização racional do trabalho, cujo principal vetor de disseminação era o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT.

O IDORT foi criado em 1931, em São Paulo, e seu objetivo era divulgar os preceitos da racionalização e a cientificidade da organização racional do trabalho - ORT, dando início à consolidação de uma nova ordem social baseada nesses preceitos que, aos poucos, infiltraram-se em todas as esferas da vida social, por meio de variados dispositivos de poder. Dentre os seus fundadores estavam, também, professores ligados ao Liceu de Artes e Ofícios e ao Instituto de Higiene, anexo a Faculdade de Medicina de São Paulo (que depois seria anexada à Universidade de São Paulo), de onde, desde 1924, partia uma intenção em propagar ideias de higiene mental e psicomетria, em especial, vinculadas ao trabalho. Essa ideia, que contava com a simpatia de empresários e engenheiros, ampliou-se, encontrando repercussão no desejo do empresariado em divulgar maneiras racionais e científicas de produção e de controle do trabalho.

Com o intenso trabalho do IDORT e sua forte relação com a Associação Comercial de São Paulo, CIESP e com importantes jornais de São Paulo, com quem o IDORT inclusive compartilhava membros, as ideias de ORT iam aos poucos espalhando seus conceitos e se infiltrando no discurso e nas práticas cotidianas de toda a sociedade, e em todos os seus níveis. A eugenia e o higienismo também tinham conquistado espaço na sociedade republicana e vinham atrelados às percepções de progresso e civilidade. Mas o Direito do Trabalho, esse sim era matéria nova.

A matriz curricular vigente na ESAN em 1946 trazia quatro disciplinas de Direito, uma em cada termo. Era no quarto, e último, termo que apareciam os conteúdos de Direito do Trabalho. Não se pode precisar se desde 1941 o currículo já tinha essa estrutura, mas é possível que sim, se analisarmos esse conteúdo à luz das ações e da trajetória de Pe. Saboia, fundador da FEI.

Saboia foi fundador do Instituto de Direito Social, do qual foram membros fundadores, junto com ele, alguns ex-alunos de latim. O interesse daquele grupo em estudar latim se devia ao fato de serem estudantes de Direito. Saboia manteve correspondência com alguns desses alunos por muitos anos e, com o tempo, o grupo passou a estudar e debater sobre Direito. Saboia tinha um interesse pessoal sobre a matéria, que pode ter se desenvolvido por vários fatores, como sua dedicação em estudar Direito Canônico e as transformações da

Igreja em pleno processo de Restauração Católica, inclusão de ideias modernistas nos documentos papais, influência de seu pai, que era um conceituado advogado, procurador geral da Fazenda municipal do Rio de Janeiro, mas, principalmente, sua atuação nas frentes de trabalho com o operariado paulista:

Somos sensíveis ao extremo contra qualquer coisa que pareça vir de longe ferir os direitos de todos. Este desequilíbrio de consciência entre direitos e deveres no meio operário tem tomado a forma de casos contra toda a aparelhagem das Juntas de Conciliação e dos Tribunais Trabalhistas. (MEDEIROS apud CALADO, 1985, p. 14)

Atualmente, os cursos de Administração contemplam em suas matrizes conteúdos de direito do trabalho, mas, àquela época, estudar qualquer área do Direito competia, exclusivamente, a bacharéis em Direito. Podemos atribuir ao curso da ESAN a inserção desse novo campo de saber na profissão do Administrador.

A ESAN realizava, anualmente, encontros acadêmicos, com a preleção de palestras sobre diversos assuntos relacionados a Administração. Eram as Jornadas de Administração de Empresas, cujos temas eram sempre relacionados ao gerenciamento de empresas de serviços ou fabris. Os encontros aconteciam à noite, em geral, no auditório da Ação Social, e chegaram a contar com cerca de 800 participantes.

Contudo, o objetivo final de Saboia se concretizava na inserção das disciplinas de Moral dos Negócios e Doutrinas Sociais. Embora não tenham sido localizados documentos que revelassem os conteúdos ministrados nessas disciplinas, o conjunto das análises leva a crer que esses foram espaços privilegiados de disseminação da ideologia da Doutrina Social Católica. Saboia não parecia disposto a abrir mão da possibilidade e do espaço de disseminação ideológica:

Ora, poderíamos na Comissão pagar uns 5.000\$ e ter um Diretor Secular. Mas um homem com tanta autoridade, facilmente poderia desencaminhar a nossa obra. Mas se para o ano, V.R. me desse um Mestre, que não fosse creançola, e ao mesmo tempo não fosse curto, este problema estaria resolvido. Melhor ainda seria um Padre. Mas creio que é impossível. E um irmão? Como o Sr. Pereira. (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao Padre Provincial, São Paulo, [194-])

Uma brochura publicada em janeiro de 1946 e assinada por Trajano Pupo Netto, então diretor da ESAN, trazia o calendário anual de atividades da escola, um breve descritivo do curso e de seus objetivos e orientações gerais para os candidatos. Como já comentado anteriormente, as características dessa brochura e o conjunto de informações contidas nela induziram à adoção do nome *manual do aluno*, a fim de conferir maior clareza às análises e ao texto. No conjunto de orientações desse manual constavam: a duração do curso, a possibilidade de certificação parcial, critérios e períodos de avaliação e informações sobre bolsas de estudo e o curso preparatório.

O manual esclarecia que o curso tinha duração de dois anos, mas que era oferecido em regime semestral. Cada semestre era denominado Termo, ou seja, o curso tinha duração de quatro termos. No primeiro e terceiro termos eram ministradas quatro disciplinas, no segundo e quarto termos eram cinco disciplinas. O primeiro e o terceiro termos eram oferecidos de março a junho, o segundo e o quarto termos eram oferecidos de julho a dezembro.

A aprovação em cada uma das disciplinas conferia ao aluno um crédito.

Este *manual do aluno*, cujo único exemplar encontrado foi o publicado em 1946, é contemporâneo de uma matriz curricular que vigeu entre 1941 e 1948 e que estava organizada em duas séries. À primeira série correspondiam os primeiro e segundo termos. À segunda série correspondiam os termos restantes, ou seja, o terceiro e o quarto. Ao ser aprovado nas disciplinas da primeira série, perfazendo, então, os primeiros nove créditos, a escola fornecia ao estudante um certificado de “Auxiliar de Administração de Negócios”. Apenas ao final da segunda série e, portanto, cumpridos os dezoito créditos, é que o estudante recebia o diploma de “Técnico em Administração”.

A denominação de Técnico em Administração apenas se alterou para Administrador em 1985 por meio da Lei Federal nº 7.321, de 13 de junho. A mesma Lei de 1985 alterou também o nome dos conselhos profissionais para Conselho Federal de Administração e Conselho Regional de Administração, inicialmente denominados Conselho Federal de Técnicos em Administração e Conselho Regional de Técnicos em Administração (SPIANDORELLO, 2008).

A escola oferecia aos ingressantes um curso de orientação pré-administrativo, que consistia na apresentação de uma série de palestras, ministradas por técnicos especializados, e cujo objetivo era proporcionar aos novos alunos conhecimentos prévios sobre o curso e os programas de ensino de cada um dos termos. A escola esperava, com isso, criar oportunidades desses alunos se programarem antecipadamente, organizando-se, individualmente ou em grupos, para um melhor aproveitamento do curso. Esse curso era também o momento em que os ingressantes eram entrevistados por seus conselheiros, que teriam responsabilidade em acompanhá-los durante todo o tempo do curso.

Segundo o manual, o Conselheiro era um dos membros do corpo docente, que assumia responsabilidade por “seu aluno”, devendo acompanhar seu aproveitamento e desempenho global. O documento tornava claro, também, que era de responsabilidade do Conselheiro apresentar ao Diretor da escola um relatório breve sobre “seu aluno”, ao menos duas vezes por semestre. Era claro, ainda, que os demais professores da instituição também ficavam à disposição do aluno:

Cada aluno terá um Conselheiro, designado dentre os membros do corpo docente, encarregado de acompanhar o seu progresso e aproveitamento.

Duas vezes em cada semestre, pelo menos, os Conselheiros deverão apresentar ao Diretor um breve relatório, sobre os trabalhos dos alunos sob sua responsabilidade. Não só os Conselheiros, como também todos os professores, indistintamente, terão sempre **grande satisfação** em auxiliar os alunos na solução de seus problemas e no esclarecimento de suas dúvidas. (*Manual do aluno*, 1946)

Os exames aconteciam no encerramento das aulas de cada Termo e eram orais. Para se habilitar à prova oral, o aluno deveria, antes, apresentar um trabalho escrito de cada uma das disciplinas do semestre. A exigência de um trabalho escrito, seguido de arguição oral, aproxima o sistema de avaliação dessa escola às bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de curso, em que o aluno é arguido, em banca pública, sobre o relatório de sua pesquisa científica desenvolvida ao longo de um ano de curso.

As notas variavam num gradiente de quatro letras, que representavam, respectivamente, os seguintes conceitos:

- A – Excelente
- B – Bom
- C – Regular
- D – Nota mínima de aprovação.

Em cada termo o estudante poderia ter apenas duas notas D, ou então, poderia ser considerado reprovado. No encerramento do semestre, o aluno poderia ser Aprovado (A), Reprovado (R) ou então receber conceito I, significando Incompleto, caso não tivesse conseguido completar todas as atividades de uma determinada disciplina. Não há indicativos se, nesses casos, o aluno deveria cursar novamente apenas as disciplinas em que teve desempenho insatisfatório ou se teria que cursar novamente todo o Termo, e tendo sido considerado incompleto, se teria um tempo adicional para recuperar-se e passar por nova avaliação.

Os critérios de avaliação, e consequente atribuição de notas, incluíam a avaliação de outros aspectos da aprendizagem, como o desenvolvimento de senso crítico, aplicabilidade, domínio teórico:

As notas serão graduadas na base das qualidades totais do aluno. De um lado seu poder de memória, sua penetração intelectual, e, de outro, seu bom senso, percepção das dificuldades, previdência, aptidão para assimilação de conhecimentos teóricos, imprescindíveis à carreira de Administrador de Negócios. (*Manual do aluno*, 1946)

Para ser aprovado o aluno deveria ter, no mínimo, dois terços de frequência às aulas efetivamente dadas durante o Termo.

A escola tinha um programa de bolsas de estudos que era custeado por empresas. O programa de bolsas ofereceu, em 1946, seis bolsas, sendo três para os alunos do primeiro termo e três para os do terceiro termo. O valor da bolsa era de um mil cruzeiros, mais que

suficiente para cobrir as despesas de matrícula, no valor de Cr\$ 50,00, e das mensalidades, que também custavam Cr\$ 50,00. O dinheiro era proveniente de donativos de empresas e, por essa razão, levavam seus nomes. Em 1946, conforme o documento em análise, as bolsas seriam nomeadas por Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Cia. Itaquerê Indústria e Comércio; Cia. Nacional de Estamparia; Isnard & Cia; Modas A Exposição Clipper S/A; S/A Moinho Santista Indústrias Gerais, está última, contribuinte, também, da Campanha do Continho.

A distribuição das bolsas era feita pela Comissão de Bolsas de Estudos, e o desempenho do aluno era, também, um critério para sua concessão. Essa comissão era composta por três membros, dos quais dois professores e um ex-aluno. A ela caberia avaliar todos os pedidos de bolsa e classificar as solicitações que houvessem sido encaminhadas.

Também havia um programa em que a empresa subsidiava os estudos de seus funcionários, eram as Firms Patrocinadoras. A empresa deveria patrocinar os estudos de ao menos dois de seus funcionários e havia a percepção de ganho para ambos os lados: “Os benefícios desse procedimento são recíprocos, uma vez que com o Curso, aproveitam, diretamente os funcionários e, indiretamente, as empresas, que passam a contar com Administradores de Negócios mais capacitados”. A escola também seria, obviamente, beneficiada nessa situação. Numa relação como essas, a tendência da empresa era de conceder o benefício a seus melhores funcionários e com desempenho já destacado, o que poderia favorecer o nível de debates em sala de aula e de aprendizado de todo o grupo. Os riscos de evasão e inadimplência também seriam reduzidos uma vez que dificilmente o funcionário abriria mão desse benefício e tampouco a empresa deixaria de honrar o compromisso financeiro assumido.

Em 1945, as Firms Patrocinadoras foram: Companhia Antartica Paulista S/A, Estamparia Caravellas, Fabricas Orion S/A, Nadir Figueiredo S/A, Galeria Paulista de Modas, Isnard & Cia, Instituto Pinheiros Ltda., Lapis Johann Fabber Ltda., Laborterapica S/A e Modas A Exposição Clipper S/A. Apenas duas empresas participavam das duas modalidades de subvenção ao estudante, a Modas A Exposição Clipper S/A e a Isnard & Cia. Em 1961 a Galeria Paulista de Modas e a Companhia Antartica Paulista S/A eram contribuintes da “Campanha do Continho”. Um boletim informativo, publicado provavelmente em 1958, informa que naquele ano as empresas que patrocinassem o estudo de cinco de seus funcionários teria o abatimento de um, ou seja, a cada cinco funcionários estudando, um estudaria gratuitamente. E para empresas com esse número de estudantes, havia um benefício adicional, que era 20% de desconto para pagamento antecipado.

Ao final de cada semestre, eram concedidos, aos estudantes com desempenho superior, menções e prêmios que incluíam diplomas, medalhas e bolsas de estudo. O cômputo das menções ao longo do curso poderia resultar em honrarias ao final do curso.

Àquela época, segundo o manual, a escola tinha uma estrutura organizacional bastante simplificada, cujo principal administrador era o Diretor, assistido por um Conselho Técnico-Administrativo, composto por três membros, sendo ele próprio, o Diretor, um desses membros. A elaboração dos programas de trabalho, métodos e diretrizes gerais era de competência desse Conselho, contudo, o Diretor era o único responsável em supervisionar e acompanhar sua implantação. A essa estrutura era dado o nome de Corpo Administrativo.

Nas correspondências do Pe. Saboia com seu pai, que revisou e auxiliou na construção do estatuto das escolas, já se via delineada essa estrutura organizacional. Ao apresentar em linhas gerais a proposta de constituição de escola, Saboia menciona sua intenção de ser o Diretor e da expectativa de uma assessoria. Vejamos novamente o trecho da carta de agosto de 1940, onde ele menciona sua proposta de estrutura administrativa: “A formula a qual afinal cheguei foi a organização de uma sociedade de quotas limitadas [...] feita pois a sociedade, esta possui a Faculdade e a funda, convidando para assumir a diretoria a mim com dois ou três outros” (Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1940).

Havia ainda três comissões que davam suporte às tarefas administrativas, que eram: a já citada Comissão de Bolsa de Estudos, a Comissão de Seleção e Admissão e a Comissão de Biblioteca e Divulgação.

À comissão de Seleção e Admissão cabia a avaliação dos trabalhos, títulos e provas dos candidatos à matrícula. Essa comissão era composta por três professores, e de suas avaliações resultariam os nomes dos aprovados à matrícula. Contudo, poderiam realizar matrícula os candidatos que, após terem preenchido as formalidades legais, atendessem a, no mínimo, uma das seguintes características: “1) Desempenhar funções de responsabilidade em empresa industrial ou comercial, a juízo da Comissão de Admissão e Seleção; 2) Possuir certificado de conclusão de Curso Comercial técnico ou ginasial” (*Manual do Aluno*, 1946).

Era previsto, ainda, que, caso o número de candidatos fosse superior ao número de vagas, os candidatos seriam submetidos a um exame de seleção: “Se o número de candidatos fôr maior que o de vagas, haverá exame de seleção. Este exame consistirá na análise de um caso comercial simples” (*Manual do Aluno*, 1946).

Havia, também, um dispositivo para regular os estudos daqueles que não pudessem frequentar todas as disciplinas oferecidas no semestre. A estes seria concedido matrícula como Estudante Especial, sendo facultada matrícula em disciplinas de sua escolha, até o

limite do total em oferecimento no semestre. A aprovação em disciplinas cursadas nesse regime também conferia ao estudante um crédito, permanecendo válida a condição de receber um certificado de Auxiliar de Administração de Negócios, ao final de nove créditos, e outro, ao final de dezoito créditos, quando receberia o diploma de Técnico de Administração.

O boletim informativo da ESAN publicado em 1958, depois de já ter sido anexada à PUC-SP, registrava que dezessete anos após sua fundação, ela tinha formado 14 turmas, num total de 247 profissionais. Isso resulta numa média de 17 alunos por turma. Considerando-se que o ingresso era de 50 alunos, o índice de evasão era altíssimo. Em 1946, o aluno pagava algo em torno de Cr\$ 1.200,00 pelo curso, ou seja, em média Cr\$ 50,00 por mês (24 meses). Não se pode precisar a que ritmo a evasão acontecia, e, portanto, qualquer projeção de arrecadação ficaria comprometida. Também não foram encontrados demonstrativos de resultado ou relatórios de despesas daquela época. Há uma informação, porém, que pode ser útil: no mesmo período, Saboia estava procurando contratar um secretário para a escola e o salário mensal oferecido era de Cr\$ 500,00. Se um aluno em 1946 pagava algo em torno de Cr\$ 50,00 por mês, então era necessário somar a mensalidade de dez alunos para pagar somente o salário mensal do secretário. Todas as demais despesas eram financiadas com o dinheiro das doações.

No ano de publicação do boletim, 1955, a taxa de inscrição (matrícula) havia atingido Cr\$ 500,00 e as mensalidades Cr\$ 400,00. Mas as escolas não haviam atingido autonomia financeira e ainda dependiam quase que exclusivamente do dinheiro que Saboia conseguia arrecadar com sua “Campanha do Continho”. Saboia morreu nesse ano, e Pe. José Bueno, nomeado presidente da Ação Social enfrentou sérias dificuldades para resolver o problema financeiro das obras da Ação Social, e da Fundação de Ciências Aplicadas dentre elas a ESAN e a FEI.

A solução encontrada foi anexar a ESAN à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP.

4.1 ESAN: Instituto complementar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Roberto Saboia de Medeiros morreu em 31 de julho de 1955, um domingo, dia de Santo Inácio, à noite, quando regressava de uma jornada intensa de trabalho, que incluía a celebração de cinco missas; e nessa data, por ser o dia da comemoração do padroeiro da ordem, era acrescida de outras atividades. Saboia tinha leucemia mieloide aguda.

Noticiaram sua morte, o jornal *Diário de São Paulo* (em primeira página), *A Gazeta*, *Correio Paulistano*, *Folha da Manhã*, *Shopping News*, *Estado de São Paulo*, *Diário do Comércio*. As dezenas de notas e homenagens rendidas ao falecimento de Saboia mobilizaram um pronunciamento por parte da ordem:

O provincial da Companhia de Jesus, o Reitor do Colégio São Luís, e o Superior da Igreja de São Gonçalo, na impossibilidade de agradecerem a todos, Autoridades, Clero, Classes Operárias e Patronais, às Famílias e ao Povo, à Imprensa, Rádio e Televisão, as excepcionais e extraordinárias provas de conforto cristão, amizade e solidariedade, demonstradas por ocasião do falecimento e funerais do virtuoso e insubstituível embaixador de Cristo, Padre Saboia de Medeiros s.j., tomam a liberdade, para esta finalidade de agradecimento, de usarem a Imprensa, o Rádio e a Televisão, armas inseparáveis do saudoso apóstolo de Cristo, na Campanha do Bem e da Verdade. (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 04/08/55)

Quando ele morreu, todas as suas obras dependiam financeiramente de suas “cavações”. A “Campanha do Continho” financiava a Ação Social e todas as atividades ali agremiadas, e isso incluía a ESAN e a FEI.

Com sua morte, Pe. José Gomes Bueno s.j. foi nomeado presidente da Ação Social. Seu primeiro trabalho foi encontrar saída para a insuficiente receita que a Ação Social tinha para a manutenção de suas obras. Mas empresários e membros do CIESP também se mobilizaram, primeiramente criando uma sociedade e, mais tarde, dando apoio para que o CIESP encampasse a manutenção da FEI.

O jornal *A Gazeta* publicou, em 6 de outubro de 1955, a notícia da criação da Sociedade Amigos do Padre Sabóia, constituída por 10 diretores, homens da indústria, do comércio e da lavoura em São Paulo que se uniram para dar continuidade à angariação de fundos que sustentaria as empresas de Saboia:

“ [...] todos eles homens que autênticos líderes da indústria, do comércio e da lavoura em São Paulo – e todos eles arduamente empenhados na tarefa antes realizada por um único homem: arrecadar 9 milhões de cruzeiros anualmente, para manutenção das obras da Ação Social. Por outro lado é confortador constatar [...] o valor das amizades que o iminente sacerdote em sua generosa e profícua vida.”

O presidente da associação era Alfredo Egydio de Souza Aranha, então presidente do Banco Federal de Crédito, ainda assim a associação admitia depósitos de donativos em quaisquer agências bancárias da cidade de São Paulo e se comprometia com uma metodologia de desembolsos que permitisse o rastreamento e consequente comprovação de todos os gastos e despesas cobertos pelo dinheiro das doações. Toda a operação seria auditada por uma agência especializada:

“Apesar de ser o Dr. Alfredo Egydio de Souza Aranha, presidente da Associação Sociedade Amigos do Padre Saboia – também presidente do Banco Federal de Crédito S.A., queremos tornar público e claro, que todos os depósitos de contribuições à Sociedade Amigos do Padre Saboia podem ser feitas em qualquer banco da cidade. Igualmente todas as despesas autorizadas pela Sociedade somente o serão com os devidos comprovantes e sempre pagas em cheques com a assinatura do diretor-presidente, diretor-tesoureiro ou diretor-secretário. Afim de que as contas da Sociedade Amigos do Padre Saboia possam ser mostradas a todos os interessados, indistintamente e a qualquer momento, foi posta à disposição da Diretoria pelo Sr. José Ferraz de Camargo, um perito-contador – o Sr. José Gonçalves Marques – que será responsável por todos os serviços. Para melhor controle a Revisora Nacional de Contabilidade, organização altamente especializada em trabalhos contábeis, fará ainda uma revisão mensal em todas as contas da Sociedade.”

A Sociedade se reunia às quintas-feiras e era composta por banqueiros, industriais, comerciantes, usineiros de açúcar e fazendeiros. O primeiro jantar, realizado em 02 de agosto, logo após a morte do Padre, arrecadou um milhão de cruzeiros, mas segundo o entrevistado, Sr. Egydio de Souza Aranha, o objetivo do grupo era levantar, no período de um ano, a quantia de 50 milhões de cruzeiros. Indagado pelo jornal sobre a campanha do contínuo, o Diretor-Secretário respondeu que a campanha tinha se tornado um patrimônio a ser preservado por todos: “O ‘contínuo’, o ‘bi-contínuo’, ou o ‘poli-contínuo’ – esclareceu-nos o Diretor-Secretário da Sociedade – é um patrimônio deixado pelo Padre Saboia e que pertence, portanto, à Ação Social e não a nós”.

Em 12 de agosto, o jornal *Correio Paulistano* noticiou que a Sociedade enviou cerca de quatro mil cartas-convite para adesão à Sociedade: “Herdamos, entretanto, do Pe. Saboia uma obrigação irreparável: não deixar perecer essa obra multiforme e grandiosa.” As cartas foram assinadas pelos membros diretores da Sociedade, que eram: Alfredo Egydio de Souza Aranha, Breno Borges, Gastão Eduardo Bueno Vidigal, João Gonçalves, José Bonifácio Nogueira, José Ferras de Camargo, Manuel Garcia Filho, Rogerio Giorgi.

Saboia já tinha se preocupado antes com esse tema, e buscava formas de tornar as escolas autossuficientes. Uma das estratégias que vinham sendo pensadas era a proposta de construção de máquinas, dentro das oficinas das escolas, que pudessem ser vendidas de modo a cobrir não apenas os custos de sua produção mas também os custos de funcionamento dos laboratórios. A proposta encontrou obstáculos em prosperar,

aparentemente, por não haver consenso em termos da remuneração dos professores envolvidos com o processo de produção.

Embora nobre, a iniciativa da Sociedade Amigos do Padre Saboia não aparece em nenhum outro documento, relatório ou artigo. Silencia-se totalmente o ímpeto do grupo em conseguir fundos para a Ação Social.

Aparentemente sem muitas opções, a ESAN torna-se um instituto complementar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ainda em 1955. Precisamente em 26 de outubro de 1955, a ESAN foi anexada à PUC São Paulo, como instituto complementar. Participaram da assinatura do convênio o, então, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, Pe. Veloso s.j.; Pe. José Gomes Bueno, que assumiu a presidência da Ação Social após a morte de Sabóia; o Vice-Reitor em exercício da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Mons. Dr. Emílio Salim; e Victório Palmieri, diretor da ESAN.



Figura 8: Foto da cerimônia de assinatura do convênio entre Ação Social e PUC/SP. Da esquerda para a Direita: Pe. Veloso s.j, José Gomes Bueno, Mons. Dr. Emílio Salim e Victório Palmieri. Fonte: Boletim Informativo da ESAN, 1955

O acordo firmado entre as duas instituições ainda era publicado na contracapa em um Boletim Informativo, provavelmente publicado no ano de 1955. A data é aproximada, mas leva em consideração a informação no interior do boletim de que a ESAN já tinha 14 anos de funcionamento. O documento que estabelecia as condições para a admissão da ESAN como Instituto Complementar da Universidade Católica informava que o acordo estava sendo firmado entre a Ação Social e o Conselho Superior da Fundação São Paulo, e que o ato se dava em atendimento à deliberação desse Conselho registrada na ata da 54ª reunião, realizada em 18 de agosto de 1955. Pe. Bueno e Victorio Palmieri representavam a ESAN nesse ato, e a PUC era representada por Mons. Dr. Emílio José Salim.

O primeiro termo do acordo assegurava a manutenção de todas as características da ESAN, sua manutenção pela Ação Social e fixava os termos de auto-identificação em documentos, diplomas e títulos, que era “Escola de Administração de Negócios da Ação Social Instituto Complementar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”. A ESAN,

por meio desse ato, ficou obrigada a observar os Estatutos e Regimento da PUC, o que implicava em uma série de aspectos, como participar das eleições de representantes das instituições complementares junto ao Conselho Universitário e participar do Conselho das entidades mantenedoras, por meio de seu presidente mantenedor. Caberia à ESAN cumprir, fazer cumprir e divulgar amplamente as regras, providências e deliberações do Reitor da PUC, e submeter-se aos procedimentos de secretaria no tocante a matrículas, expedição de diplomas e solenidades. Também deveria garantir que os professores e os alunos comparecessem aos atos solenes da PUC e que assinassem termo de aceite em submeter-se ao regulamento da Pontifícia.

Ao mesmo tempo, corriam as negociações para encontrar meios para garantir a subsistência da Faculdade de Engenharia, e Pe. Bueno lançou-se numa grande articulação para a transferência da FEI para o CIESP. A FEI passou a ser custeada pelo CIESP em 1957. O Prof. Vicente Rao foi o tutor jurídico das negociações e o convênio com o CIESP foi assinado em Janeiro de 1957, mas não como Pe. Bueno esperava. As negociações haviam transcorrido para que a FEI fosse transferida para o CIESP, com equipamentos, máquinas e laboratórios em regime de comodato, e à Ação Social caberia elaborar o projeto pedagógico e moral da FEI. O CIESP, contudo, declinou dessa proposta atribuindo ao comodato o empecilho jurídico para a realização da parceria. Para contornar o problema, a Ação Social cedeu e transferiu em propriedade plena ao CIESP todos os equipamentos, móveis, laboratórios, utensílios e todo o material, com sua respectiva organização, para que fossem, a partir daquela data, administrados, mantidos e custeados integralmente pelo CIESP. O Centro se comprometeu a manter a FEI por meio de subvenções, conforme declarou ao jornal, Antonio Devisate, então presidente do CIESP: “Numa reunião memorável [...] homologou-se a decisão de nossa Diretoria Executiva de assistir financeiramente essa escola”.

A assinatura do convênio foi noticiada pelo jornal *Diário de São Paulo*, em 03 de janeiro de 1957.



Figura 9: Antonio Devisate assinando o convênio com a Ação Social para manutenção da FEI. Fonte: Diário de São Paulo, 03/01/1957

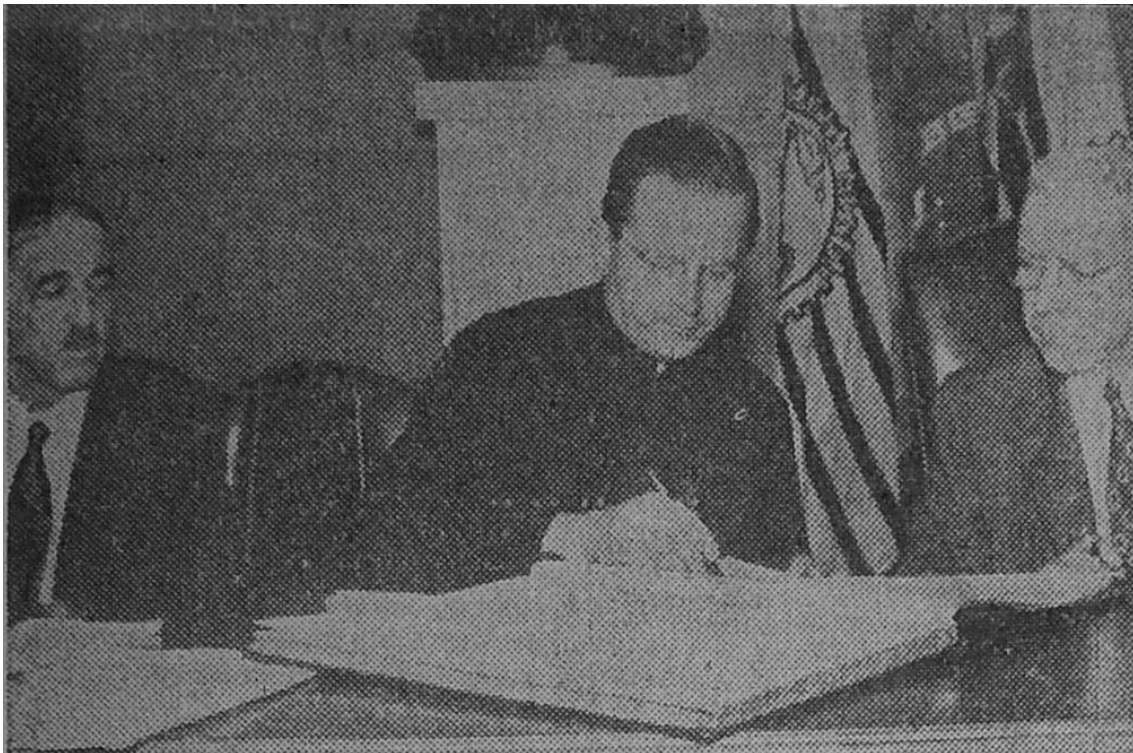


Figura 10: Pe. Bueno assinando o convênio com a Ação Social para manutenção da FEI. Fonte: Diário de São Paulo, 03/01/1957

Segundo o jornal, estiveram presentes à cerimônia de assinatura do convênio, além de Antonio Devisate, presidente do CIESP, e Pe. Bueno, presidente da Ação Social, os

senhores Manuel Garcia Filho, vice-presidente do CIESP; Americo Capone, Ariston de Azevedo, ambos homenageados com diplomas da Ação Social, expedidos em 1952; Octavio Pupo Nogueira, Raphael Noschese, Rubens de Mello, estes todos integrantes do Conselho de Administração da FEI; e o engenheiro Plínio de Queiroz. Pe. Bueno voltaria a receber críticas ferrenhas por má gestão da FEI em 1961, quando o jornal *Última Hora* noticiou uma greve dos alunos da FEI, que se queixavam de falta de investimentos e carência de materiais e instrutores de laboratórios. Além das negociações com o CIESP, Pe. Bueno viajou aos Estados Unidos, por exemplo, quando foi buscar apoio junto ao “Brazilian Technological Fund Inc.”, conforme noticiou o jornal *A Gazeta*, em 31 de julho de 1957.



Figura 11: Pe. Bueno e Peter Grace, presidente do Brazilian Technological Fund Inc. em Nova York. Fonte: *A Gazeta*, São Paulo: 31/07/1957

O convênio assegurava, ainda, que o CIESP concordava em manter a integração religiosa da Faculdade à Companhia de Jesus, organizada sob a denominação de Sociedade Brasileira de Educação. A cláusula quinta desse contrato obrigava o CIESP a permitir que a ESAN, que continuaria a ser mantida pela Ação Social, funcionasse à noite, naqueles edifícios. Naquele documento, a Ação Social se comprometia a negociar uma nova área, ou a ampliação daquela, para que o CIESP construísse novos prédios, inclusive capela e residência religiosa. Isso feito, os prédios da Ação Social seriam restituídos a ela e a FEI passaria a operar em novas instalações.

Nesse mesmo ano, a FEI também se tornou instituto anexo à Pontifícia Universidade Católica, embora a responsabilidade financeira estivesse em mãos do CIESP; já em relação

à ESAN, não se encontraram informações se sua incorporação transferiu para a PUC, também, a responsabilidade financeira sobre a ESAN. A relação entre as duas instituições nunca havia sido harmoniosa e em 1959 iniciaram-se movimentos no sentido contrário.

Em 11 de agosto de 1959, Dom Antonio Maria Alves de Siqueira escreveu a Pe. Armando Cardoso, provincial da Companhia de Jesus, uma carta para apresentar Mons. Victor Ribeiro Nickelsburg, seu secretário e representante da reitoria da PUC, que iria visitá-lo para, em pessoa, narrar problemas que vinham ocorrendo com a Escola de Administração da Ação Social. Na mesma carta, Dom Antônio revelava que estava em curso uma negociação entre a PUC e a Fundação Matarazzo para a criação da Escola Paulista de Administração e Negócios, e que essa escola, planejada para inaugurar-se em 1960, estaria à disposição, caso fosse entendida como uma possibilidade de solução do problema:

[...] apresentar Mons. Victor Ribeiro Nickelsburg [...] que pessoalmente informará V. Revma. acerca de uma questão que no momento nos está ocupando a atenção. Em virtude de um convênio com a Fundação Matarazzo, a Universidade Católica de São Paulo vai iniciar no ano próximo uma Escola Paulista de Administração e Negócios [...] viemos a saber de inúmeras queixas dos alunos da atual Escola de Administração da Ação Social [...]. Venho informar-me junto a V. Revma se porventura a nossa Escola (em organização) poderia oferecer alguma possibilidade de solução ao problema. (Dom Antonio Maria Alves de Siqueira, São Paulo, 11/08/1959)

A resposta, manuscrita, veio em 13 de agosto, de Itaiçi. Pe. Armando agradece por ter sido informado sobre as articulações para a nova escola de administração e diz que ela pode vir a ser uma opção de transferência para os alunos insatisfeitos com a escola da Ação Social e afirma, ainda, que, tão logo esteja em São Paulo, se aproximará de Pe. Bueno para compreender os problemas que estão ocorrendo com a escola:

Agradeço muito de coração a participação de V. Ex^a sobre a fundação da nova Escola Paulista de Administração e Negócios. Afirmo a V. Ex^a que ela não estorvará em nada a Ação Social [...] Pelo contrário, essa fundação é providencial, agindo como válvula de escape para alunos da Ação Social que estejam desgostosos com as atitudes do Pe. Bueno, bom religioso, creio eu, mas com certos defeitos temperamentais que criaram a v.v. um clima difícil. Daríamos assim, a esses alunos a ocasião de se transferirem para outro instituto católico e acabarem assim, em paz a sua formação. Depois da visita canônica desta casa de noviciado, irei para São Paulo e aí me informarei melhor do andamento da Ação Social, tomando outras providências que parecerem necessárias. (Pe. Armando Cardoso, Itaiçy, 13/08/1959)

Em 25 de agosto, ainda em Itaiçy, contudo, Pe. Armando Cardoso escreve para Dom Antonio, revelando haver descoberto outros interesses por trás da criação da Escola Paulista de Administração. Notadamente decepcionado com a descoberta, Pe. Armando parece ter subestimado o desentendimento entre os alunos e o Pe. Bueno às características da personalidade deste último. Um novo conjunto de informações, contudo, faz Pe. Armando

alterar, verticalmente, seu posicionamento em relação à questão. O manuscrito cuidadosamente redigido, com letra bem desenhada e sem quaisquer rasuras (sempre muito comuns), demonstram a cautela com que Pe. Armando se preparou para informar a seu superior sobre sua descoberta, que ele já sabia que “cedo ou tarde” seria de domínio público:

Exmo. Snr. Arcebispo D. Antonio Alves de Siqueira,
Por descargo de consciência venho alertar V. Ex^a Revma. sobre algumas circunstâncias da fundação da nova Escola Paulista de Administração e Negócios da Universidade Católica, cujo curso se quer começar, ainda este ano, já tão adiantado, com elementos docentes e discentes da Escola de Administração e Negócios da Ação Social.
Temos em mão agora toda documentação sobre a verdadeira trama urdida aleivosamente contra a escola da Ação Social e sua Administração.
Afirmando a V. Ex^a Revma. que isso causará impressão péssima em quantos souberem do que sucedeu e que cedo ou tarde será do domínio público, principalmente o pormenor de que, quem chefiou este verdadeiro levante entre os alunos, seja recebido como diretor da nova fundação!...
Quando me consultaram sobre o assunto estava ainda pouco informado: nada tive a objetar e até via vantagens nessa fundação imediata: longe estava de pensar que com a ruína de uma se queria construir a outra, e com uma ruína dessa maneira....
Agora vejo que até a minha carta a V. Ex^a Revma., naturalmente em tom confidencial, foi aproveitada com leitura e comentário público contra nossa própria instituição, já respeitada pela tradição de muitos anos de serviço.
Peço a V. Ex^a Revma. queira informar-se de todos os pormenores a que aludo com o Pe. Buenos Gomes, presidente da Ação Social.
Beija respeitosamente o anel sagrado, o servo em Cristo, humilde e obediente,
Pe. Armando Cardoso, sj. (Pe. Armando Cardoso, Itaicy, 25/08/1959)

Quatro dias mais tarde, num papel menos nobre, com rasuras, setas e rabiscos, Pe. Armando escreve um *Memorandum* (assim intitulado) a Pe. Bueno pedindo que divulgasse à diretoria e aos alunos da ESAN seu novo posicionamento, agora contrário, sobre a fundação da Escola Paulista de Administração:

Memorandum
Revmo. Pe. José Gomes Bueno DD. Presidente da Ação Social
Rogo a V. R^a. faça chegar ao conhecimento da diretoria e alunos dessa escola de administração e Negócios as seguintes informações sobre a fundação de uma segunda escola na Universidade Católica.
Consultado sobre a conveniência de se executar esse ano esse projeto antigo da fundação da Escola Paulista de Administração e Negócios, mal informado como estava, não vi dificuldades para tal iniciativa, sendo São Paulo um centro tão populoso, com as duas sedes tão afastadas uma da outra, podendo os alunos por comodidade ou outros motivos, escolher uma ou outra.
Não sabia então das manobras obscuras que uns poucos e descontentes tinham tramado contra a administração da Escola de Administração e Negócios, ameaçando traiçoeiramente a sua ruína.
Inteirado do que se passava, por documentação insofismável, escrevi logo carta ao Magnífico Reitor da Universidade, corrigindo a precedente 13/08 e alertando a S. Ex^a. Revma. da trama urdida por alguns poucos do corpo docente e discente dessa escola para arrasta-la a ruína e fundar com seus

escombros a nova escola, que iniciaria assim com desdouro do seu nome, tirando origem de uma rebelião inteiramente injusta.

Como minha primeira carta, ingênua, confidencial, foi aproveitada para apoiar as manobras dos descontentes, quis aqui significar por este memorandum meu apoio irrestrito ao D.D. Presidente da Ação Social, Pe. José Gomes Bueno, à nova diretoria e aos alunos solidários com a administração da nossa Escola de Administração e Negócios, fundação do nosso sábio e benemérito Pe. Saboia de Medeiros s.j., e veneranda por sua tradição de muitos anos de serviço.

Itaici, 29 de agosto de 1959

Pe. Armando Cardoso s.j.

Provincial da Cia de Jesus no Brasil Central. (Pe. Armando Cardoso, Itaicy, 29/08/1959)

A atitude do padre provincial repercutiu dentre o alunado e levou o Centro Acadêmico a solicitar uma audiência com Pe. Armando. O objetivo do encontro foi esclarecer as razões que levaram os alunos a abandonar a ESAN e migrar para a escola de administração da PUC e, em especial, contemplaram a narrativa do descontentamento dos alunos. Vê-se isso no relatório exigido por Pe. Armando, posteriormente à audiência. O relatório teve como signatários Gustavo Arthur Tognatto, presidente do Conselho Acadêmico, Bolivar Azzi Lopez, Florêncio Cardoso Terra, José Paulo Rodrigues Tunas, Américo Oliveira Mello e Dr. Mário Pucci. O original, que tem a assinatura de todos, com exceção da assinatura de Mário Pucci, foi elaborado em 02 de setembro e informa que a audiência tinha acontecido na mesma data, pela manhã:

Agradecendo sinceramente a atenciosa e paternal acolhida que nos proporcionou V. Rvma. na manhã de hoje, quando de nossa visita com o fim precípua de, em nome dos demais alunos da Escola de Administração de Negócios da Ação Social, esclarecer de viva voz a V. Rvma. das razões por nós, e nossos representados, desejam deixar a escola de administração. Da entrevista, resultou o justo apelo de [...] o fosse feito por escrito [...]. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

O documento apresentava quatorze itens e alguns com subitens. No total, o documento tem seis páginas e, após o agradecimento pelo acolhida, que foi citado acima, traz a seguinte inscrição “Relatório dos Acontecimentos ocorridos na Escola de Administração da Ação Social”. A primeira queixa era relacionada às instalações do prédio, que os alunos diziam ser inadequadas aos estudos e ao fato de que àquela época os alunos do terceiro ano ficavam separados dos alunos do primeiro e segundo anos, e assistiam aulas no “Auditório Saboia de Medeiros” que era considerado, por eles, inadequado para “fins pedagógicos”. De acordo com o relatório, a insatisfação dos alunos com esse fator já vinha desde 1957.

O item dois apontava para a mudança da diretoria do Centro Acadêmico, em início de 1958, e o terceiro item mencionava a disponibilidade em ajudar que esses alunos demonstraram ao Diretor da Faculdade. O terceiro item, composto por vários subitens,

afirma que naquele ano os alunos deixaram de sair de férias para realizar procedimentos de matrícula de novos candidatos, já que a escola não tinha pessoal suficiente. O relator aproveita o subitem para informar que foram feitas mais de 200 matrículas nesses termos, e que, com isso, a escola “pela primeira vez em sua história” foi conhecida. A redação dada demonstra que o relator pretendia assumir os créditos pela divulgação do nome da escola:

Prejudicaram os alunos, voluntariamente, suas férias, permanecendo na escola em serviço de atendimento aos candidatos à matrícula, já que a secretaria não dispunha de elementos suficientes para esse fim, o que vinha restringindo, todos os anos, o número de candidatos. Nesse ano, obtiveram os alunos em apreço, cerca de 200 inscrições novas, transformando a escola de administração da Ação Social, pela primeira vez em sua história, numa escola plenamente conhecida e difundida. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

O relatório do Centro Acadêmico informa, ainda, que foram realizadas três edições da Jornada de Administração, com o apoio e trabalho de alunos. A busca por um terreno para a construção do *campus* universitário, que abrigaria tanto a ESAN quanto a FEI, também aparece nesse relatório como articulação e mérito dos alunos, que teriam realizado uma suposta negociação com a prefeitura de São Paulo para a cessão de um terreno próximo ao parque do Ibirapuera. É verdade que em 1959 ainda não havia sido definido o local onde seria construído o *campus* universitário para as duas faculdades da Ação Social; registramos antes que a Ação Social já tinha recebido uma proposta formal no município de Jundiaí, cuja escrita de doação do terreno havia sido assinada em 1951 e que, em fins de 1959, estava em negociação um terreno em São Paulo, às margens do Rio Tietê, nas proximidades do Canindé, mas para esse grupo de alunos o terreno prometido era ruim: [...] o que o Padre Presidente possuía de concreto era um terreno alagadiço, destinado realmente, ao Matadouro Avícola de São Paulo e vagamente prometido por não se sabe quem. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

A escritura de doação do terreno no Canindé foi assinada pelo prefeito Adhemar de Barros poucos meses depois desse relatório dos alunos, desconstruindo a inferência deles de que o terreno havia sido “vagamente prometido por não se sabe quem” e, em julho de 1960, tramitava na câmara de vereadores de São Bernardo do Campo um projeto para a doação de terras à Ação Social para a construção do *campus* universitário. Mas de qualquer maneira, a dificuldade de relacionamento entre esse grupo de alunos e Pe. Bueno, presidente da Ação Social, tinha vindo à tona no relatório de 02 de setembro e nos ajuda a compreender parte do cenário dos acontecimentos em torno da criação da Escola Paulista de Administração e Negócios:

Através da concreta, decisiva e direta participação do Centro Acadêmico, iniciaram-se as negociações para obtenção de um terreno para a construção de suas escolas. [...] Com o concurso dos alunos procedeu-se a exaustivo trabalho na procura de um terreno adequado aos fins a que se

propunha. Encontrou-se no parque do Ibirapuera, o melhor lugar de São Paulo indubitavelmente [...] A doação, já aprovada por todos os departamentos da Prefeitura, seria então feita pelo Snr. Prefeito Municipal a Escola de Administração e Negócios da Ação Social. Mas por imperícia, falta de cuidado, falta de habilidade e principalmente falta de humildade por excesso de vaidade, todo o trabalho foi posto a perder pelo Sr. Presidente da Ação Social, Rvmo. Pe. José Gomes Bueno. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

Já que aquela negociação havia sido “desfeita”, o Centro Acadêmico encaminhou um ofício ao Pe. Bueno exigindo a cessão de um espaço para sediar as atividades do grupo. Pe. Bueno cedeu um espaço no edifício da Siqueira de Campos, 32, mas no relatório dos alunos ao provincial Pe. Armando, os alunos classificam o espaço cedido como degradado e as exigências de Pe. Bueno aviltantes:

Destinou, o Pe. Bueno, para sede do Centro Acadêmico, um porão, no Edifício da Ação Social à Rua Siqueira de Campos, que o Centro tratou de assoalhar, pintar, iluminar e tornar em condições aceitáveis [...] ao fim da obra, para que pudessemos ocupar o local, o Revmo. Padre Presidente, apresentou-nos com o contrato de comodato, uma série de exigências atentatórias à dignidade dos que seriam ocupantes do local, como seja: proibição de entrada de mulheres, entrada de bebidas, etc. Como se estivesse tratando com rapazes imberbes... (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

Imberbes talvez não, mas ardilosos certamente, pois o relatório prossegue denegrindo a imagem e a gestão de Pe. Bueno, com críticas e ofensas pessoais a ele, associadas a uma vastidão de expectativas de reverência, tratamentos especiais e privilégios que esses alunos esperavam alcançar. Descontentes e desatendidos, os alunos revelam ter procurado a PUC com a proposta de criação de uma nova escola, mas acrescentam a informação de que haviam procurado outras instituições, também:

Expusemos o nosso descontentamento e inquiremos da possibilidade de sermos acolhidos por aquela casa (PUC). Outros caminhos se nos apresentavam: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Mackenzie, etc. , mas a formação católica-apostólica-romana da maioria dos alunos, impunha a direção da Universidade Católica. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

O relatório segue informando que a PUC havia asseverado aos alunos que somente aceitaria as transferências, “por razões de ordem ética e de harmonia de ação”, com a concordância da ESAN, e que a carta do próprio Pe. Armando, em que ele apoiava a criação da Escola Paulista de Administração e Negócios, na PUC, tinha sido recebida com muita alegria, pois a atitude dos alunos tinha sido com o intuito de “salvar” o Ensino de Administração. Sua segunda carta, contudo, em que seu parecer favorável transformou-se em repúdio à iniciativa, é que incitou os alunos a pedirem uma audiência e a elaborar o referido relatório. O grupo dizia representar a maioria, mas em diversas passagens do relatório vão apresentando informações de que havia divergências entre o alunado:

Com esse pronunciamento (favorável de Pe. Armando à criação da Escola Paulista) a ideia institucional - que é o Ensino de Administração – estava salva. Tão milagrosamente salva, que a essa altura, a quase totalidade aprovaram [...] a consequente transferência para Universidade Católica [...]. O fato de 99% dos alunos aplaudirem a iniciativa de alguns, pois movimentos organizados não existiram nunca, diz bem do estado de desagregação (da ESAN) [...] à mercê da ineficaz e maléfica orientação do Padre Presidente. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

No trecho final do relatório os alunos invocam o “alto espírito de justiça, caridade e clarividência da Igreja Católica” para que fosse revogado o parecer final e negativo de Pe. Armando: Humildemente, solicitamos a V. Rvma. que não oponha qualquer obstáculo ao nosso ingresso na Universidade Católica para a continuidade de nossos estudos no seio da Igreja Católica. (Signatários do Centro Acadêmico, 02/09/59)

Pe. Armando respondeu ao relatório dos alunos, mas foi localizado apenas o rascunho dessa resposta. Nesse documento, cheio de rasuras e cortes, Pe. Armando lastima-se que os alunos, mas também que o Reitor da PUC, tenha deturpado sua carta inicial, em que apoiava a criação da Escola Paulista, usando-a como parecer favorável à transferência dos alunos para a escola da PUC, já que ela havia sido escrita com base em informações parciais, deliberadamente construídas para induzi-lo ao erro, uma vez que os descontentamentos e todas as demais informações apresentadas apenas tardiamente não tinham sido dadas a conhecer e, menos ainda, constavam como o verdadeiro motivo da proposta. E, ao final, Pe. Armando “retira-se” da pendenga “lamentando” por não poder deliberar sobre a transferência dos descontentes para a PUC, já que o tratamento de transferências e matrículas são atribuições que competem ao Diretor da escola e não a ele e que ele não voltaria a debater aquele assunto com os alunos “a bem da disciplina da Instituição”.

Em carta datada de 31 de julho de 1960, endereçada a D. Antonio Maria Alves de Siqueira, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pe. Bueno solicita a desagregação da FEI e da ESAN da PUC-SP. O pedido de Pe. Bueno apresenta como pretexto a cessão do terreno em São Bernardo do Campo, onde a Ação Social pretendia construir prédios para abrigar as duas faculdades, mas também, articulação da PUC para a criação da Faculdade de Administração e rumores de que vinham articulando também, a criação de uma faculdade de engenharia:

A Fundação de Ciências Aplicadas e a Ação Social, entidades mantenedoras da Faculdade de Engenharia Industrial e da Escola de Administração de Negócios, vêm [...] expor o seguinte:

1. [...] os mencionados estabelecimentos de ensino foram criados pelo saudoso Pe. Saboia de Medeiros, para realizar os propósitos de fundação de cursos superiores, que animam os programas de ação espiritual da Companhia de Jesus;
2. De início, cuidou-se de sua agregação à Universidade Católica, o que se obteve – mais do que por força de quaisquer instrumentos legais – graças a

benevolência e ao altíssimo patrocínio de S. Eminência D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, nosso caríssimo Cardeal Arcebispo.

[...]

Por outro lado, obtivemos a necessária licença para aceitar a doação de terreno localizado em São Bernardo do Campo, onde, através da Ação Social Padre Saboia de Medeiros, serão construídos os novos edifícios [...] Conhecemos, também, o muito louvável pensamento – muitas vezes manifestado, de público, por elementos desta Universidade – de que é seu desejo, fundar uma escola de Administração e uma Faculdade de Engenharia, como partes integrantes desta Universidade.

Assim sendo, julgamos o momento oportuno para vir solicitar a V^a Ex^a Revdm^a se digne determinar que sejam promovidos os atos necessários para que a Faculdade de Engenharia Industrial e a Escola de Administração de Negócios da Ação Social se considerem desagregadas da Universidade Católica de São Paulo.

Em 05 de setembro de 1960, a PUC encaminha uma correspondência assinada por Mons. Victor Ribeiro Nickelsburg, em nome da Reitoria, informando que o Conselho Universitário da PUC havia deliberado aceitar o pedido de desagregação formulado pela Fundação de Ciências Aplicadas e solicitava o envio de uma certidão de pronunciamento das Congregações para que pudessem proceder regimentalmente com o processo de desagregação.

De ordem do Exm^o Revm^o Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, magnífico Reitor desta Universidade, cumpro o dever de informar V. Excia. que em sua última reunião de 31 de agosto próximo passado, o Conselho Universitário tomando conhecimento do pedido formulado pela Fundação de Ciências Aplicadas e pela Ação Social, para a desagregação da Faculdade de Engenharia Industrial e Escola Superior de Administração e Negócios, deliberou aceitar o pedido. Para instruir o processo de desagregação, na forma do Regimento Interno desta Universidade, solicito de V. Excia. o obséquio de enviar certidão de pronunciamento das Congregações daquelas instituições, sobre o assunto. (Mons. Victor Ribeiro Nickelsburg, 05/09/60)

Pe. Bueno escreve, em 14 de setembro de 1960, ao Pe. Armando Cardoso e, dentre outros assuntos, informa que a doação do terreno está prevista para outubro e que será em São Bernardo e não São Caetano, e que no dia seguinte haveria uma reunião entre ele, Prof. Vicente Rao, Nelson Marcondes do Amaral e Rafael Noschese para tratar do convênio da Faculdade.

No mesmo 14 de setembro, Pe. José Bueno escreve a Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, Reitor da PUC, por meio do ofício 633/60, informando que havia recebido o ofício de 05 de setembro, pelo qual a PUC comunicava que seu Conselho Universitário havia deliberado aceitar o pedido de desagregação da Faculdade de Engenharia Industrial e Escola Superior de Administração e Negócios, e solicitava uma certidão de pronunciamento das Congregações em relação à decisão. Pe. Bueno esclarece que as mantenedoras já haviam sido comunicadas, mas que o pedido de emissão de uma certidão de pronunciamento havia sido considerado desnecessário pelos juristas dessas instituições, em

especial pelo Sr. Vicente Rao, para quem não havia disposições regimentais que apontassem essa necessidade, além do fato de que o poder para a desagregação competia a Companhia de Jesus e não à Congregação e, por fim, que transferir o direito de desagregação para a Congregação excluiria a questão religiosa do processo, já que a Congregação era composta essencialmente por leigos.

Com referência, porém, à solicitação ao final do ofício a mim enviado, com todo respeito, peço licença para ponderar a Vossa Magnificência Reverendíssima que os consultores jurídicos das Entidades – especialmente o Prof. Vicente Rao – entendem que não é o caso de se submeter o assunto àquelas Congregações. A respeito, o ilustre jurista exarou as seguintes ponderações:

Não existem disposições regulamentares (nas duas instituições), que exijam o pronunciamento da Congregação;

Os poderes de desagregação pertencem à Companhia de Jesus, através da Fundação de Ciências Aplicadas e da Ação Social. A Congregação não tem as mesmas características dos demais estabelecimentos de ensino;

Transferir o direito de desagregação da Companhia de Jesus para a Congregação, seria transformar a questão, retirando-lhe o aspecto religioso, para lhe imprimir, apenas, um aspecto leigo'. (José Bueno Gomes, 14/09/60, Ofício 633/60)

Em 24 de setembro de 1960, Monsenhor Victor Ribeiro Nickelsburg, escreve ao Pe. Bueno em resposta ao ofício enviado à PUC pelo Pe. Bueno, no dia 14 daquele mesmo mês. A resposta, segundo Nickelsburg, tinha sido elaborada a partir do parecer de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Grão-Chanceler da PUC, dada a ausência do Reitor. O ofício parecia ter a intensão de dissolver um mal entendido, mas seu tom ríspido demonstrava que o assunto havia causado estranhamento a ponto de ser encaminhado para instâncias superiores:

1º a comunicação que fizemos, no ofício anterior, não dizia respeito a deliberação do Conselho Superior da Fundação, mas sim do Conselho Universitário desta Universidade.

2º os dispositivos regimentais a que fizemos referência não são os dessas duas instituições, Engenharia e Administração e Negócios, mas sim os constantes dos Estatutos e Regimento Internos desta Universidade, à qual, permita-me V.Revma. lembrar, a Faculdade Engenharia Industrial está agregada por força do Decreto-Lei nº 9.362, de 22 de agosto de 1946;

3º de acordo com o parecer do Exmo. Sr. Prof. Vicente Rao, de que não se deve “transformar a questão, retirando-lhe o aspecto religioso”, para lhe imprimir, “apenas, um aspecto leigo”, deve concluir-se que, então, a dita questão deve subir ao conhecimento e ao julgamento da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidade dos Estudos, pela qual os Estatutos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo estão oficialmente aprovados, e consequentemente, assim se procederá.

Em 04 de outubro de 1960 Pe. Bueno escreve ao Pe. Armando Cardoso, encaminhando como anexo o ofício nº 684/60, que havia sido redigido por ele, pelo Prof. Vicente Rao e pelo Prof. Ataliba Nogueira, com a expectativa de que o documento pudesse por fim a “questão da desagregação”, pois procurava esclarecer o parecer emitido

anteriormente por Vicente Rao, porque consideravam como certa a desagregação das instituições e pelo fato de que a Ação Social vinha negociando um aditamento do convênio com o CIESP para que o Centro assumisse integral responsabilidade sobre a FEI. O comentário que segue nessa correspondência esclarece que a desagregação, apesar de confirmada, entre a Ação Social, a Fundação de Ciências Aplicadas e a Universidade Católica, todavia, estava sendo condenada e dificultada:

[...] a questão da desagregação, que é, juridicamente, ponto pacífico, como consta dos documentos trocados entre Ação Social, Fundação de Ciências Aplicadas e a Universidade Católica. No entanto, não o está sendo por vários ataques diretos ou indiretos, já do conhecimento de V. Reverência e do Revmo. Pe. Craveiro. (José Gomes Bueno, 04/10/60)

A carta de Pe. Bueno menciona ainda, as articulações que vinham sendo feitas em torno do aditamento do convênio estabelecido com o CIESP em 1957 para que o Centro assumisse a manutenção e a administração da FEI:

Se conseguirmos esse entrosamento maior com a Federação das Indústrias – o que espero aconteça, com a graça de Deus e a aprovação de Vossa Reverência – a essa Entidade será transferido o encargo de manter a Faculdade de Engenharia Industrial, cuja despesa mensal, atualmente é de um milhão e duzentos mil cruzeiros. Além dessas despesas, outras mais, indispensáveis, como por exemplo, as decorrentes dos laboratórios, que são dispendiosíssimos, serão atendidas pela Federação das Indústrias. (José Gomes Bueno, 04/10/60)

A versão final do ofício nº 684/60 foi endereçado a Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, Reitor da Universidade Católica, e fazia referência a uma comunicação anterior enviada ao Pe. Bueno pela Universidade Católica, em 23 de setembro. O ofício nº 684/60 reiterava que o ato de desagregação da Faculdade de Engenharia Industrial e da Escola Superior de Administração e Negócios, que havia sido aprovado pelo Conselho Universitário da PUC, seria formalmente comunicado para fins estatutários e, conseqüentemente, informado às Congregações de ambas instituições de ensino. O ofício também buscava explicar a declaração de Vicente Rao em relação a transferir o direito de desagregação da Companhia de Jesus para a congregação das escolas:

O Prof. Vicente Rao, a quem demos conhecimento da prezada comunicação de V. Ex^a. Revdm^a solicitou-nos lhe transmitíssemos que não pretendeu, jamais, suscitar qualquer problema religioso quando afirmou que 'transferir o direito de desagregação da Companhia de Jesus para a Congregação (das referidas escolas) seria transformar a questão, retirando-lhe o aspecto religioso para lhe imprimir, apenas um aspecto leigo'. Dissemos, mais, o Prof. Rao, que assim opinou porque o Conselho Diretor da Ação Social e da Fundação de Ciências Aplicadas, que se reservara o direito de desagregação, acha-se, atualmente, composto só por membros da Companhia de Jesus, ao passo que as Congregações das referidas escolas o são por elementos técnicos e leigos, que não possuem, aliás, os mesmo poderes do aludido Conselho. (José Gomes Bueno, 04/10/60, ofício 684/60)

A negociação com o CIESP, contudo, não resultou naquilo que esperava Pe. Bueno e, em 27 de dezembro de 1960, o CIESP enviou uma carta ao Pe. Bueno, por meio de memorando da presidência de n. 05845, negando a assinatura do aditivo ao convênio, sob alegação de que a proposta fugia aos objetivos do CIESP, e apresenta o seguinte relatório:

O adendo consubstanciado na anexa minuta transfere ao CIESP obrigações que lhe fogem às finalidades específicas, como sociedade civil de intuitos não lucrativos que é. Estatutariamente, mingua-lhe qualquer fomento que possibilite receber, através de convênio, coisas em comodato, tal qual o pretendido pela Ação Social. O CIESP não pode arredar-se dos fins que especificamente lhe são ditados pelo Estatuto, mormente assumir obrigações de natureza estranha aos seus objetivos. (Antonio Devisate, São Paulo, 27/12/60)

Nas palavras finais, o presidente do CIESP esclarece que, apesar do impedimento para a realização da proposta feita pela Ação Social, o Centro continuaria apoiando e auxiliando a Ação Social na administração da FEI, em função do grande interesse que tinha numa Faculdade daquela natureza:

Como vossa senhoria poderá verificar, a proposta contraria dispositivos dos nossos Estatutos, pelo que não a podemos aceitar. Isso não significa, todavia, que não continuemos a dispensar à Ação Social toda a cooperação possível, para que ela possa prosseguir mantendo a Faculdade de Engenharia Industrial, que é de grande interesse para a Indústria. Antonio Devisate, presidente. (Antonio Devisate, São Paulo, 27/12/60)

As fontes documentais encontradas silenciam-se por um período, e apenas em 1968 é que novos documentos vêm acrescentar sentido à história de desagregação interrompida anteriormente.

Em 1968, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Reitor da PUC-SP, escreve a Pe. Mario Ghislandi, então presidente da Ação Social, informando que a PUC estava realizando um estudo para reestruturação de sua estrutura organizacional que era imperativo à Ação Social adotar um posicionamento, urgente e definitivo, sobre a permanência de suas faculdades como institutos complementares à PUC. Documentos oficiais, memorandos e até o anuário da PUC levam até 1971 o nome da ESAN e da FEI como institutos complementares da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mas não foram localizados documentos que permitam a reconstituição dos fatos que levaram a termo a desagregação da Ação Social e da PUC, que passaram 16 anos juntas.

4.2 Os conteúdos do Curso

A Escola Superior de Administração de Negócios foi a primeira escola do país a oferecer um curso superior para a formação de Técnicos de Administração, nome dado à profissão de Administrador à época. No preâmbulo do que chamamos *Manual do aluno*, o texto de introdução esclarece que o objetivo do curso era oferecer formação para “um completo êxito na carreira de Administrador de Negócios”. Esperava-se realizar esse objetivo por meio da vinculação entre teoria e prática, que se daria pela aplicação de conhecimentos adquiridos com o estudo de conteúdos específicos posteriormente aplicados à resolução de problemas da área:

O objetivo da escola é dar aos alunos uma base equilibrada para um completo êxito na carreira de Administrador de Negócios, através do estudo de disciplinas especializadas e da solução de problemas ilustrativos. Este curso deverá permitir-lhes adaptar-se mais facilmente às exigências das diversas empresas e a compreenderem o verdadeiro papel que a Ciência da Administração ocupa no quadro da organização da vida econômica hodierna. (MANUAL DO ALUNO, 1946).

A estratégia de ensino, segundo o manual, era dosar a aula entre momentos teóricos e práticos, entre a preleção e a resolução de exercícios, fazendo com que o aluno pudesse perceber a aplicação dos conceitos e doutrinas às situações reais e práticas do cotidiano empresarial. Essa metodologia de ensino tinha por objetivo permitir a formação de profissionais capazes de compreender a existência de princípios básicos e indispensáveis à realização de operações comerciais e fabris, e de gerenciamento:

A escola procura fornecer aos futuros Administradores de Negócios, possíveis chefes de grandes organizações comerciais e industriais, os elementos indispensáveis a uma perfeita e segura orientação das atividades sob sua direção. (MANUAL DO ALUNO, 1946)

As atividades práticas, as visitas técnicas monitoradas e a experiência profissional figuram nesse texto como elementos com alto potencial educativo, mas é possível inferir que destacar esses aspectos como positivos pode estar relacionado à necessidade de “acolher” e “acomodar” na estrutura do ensino superior alunos trabalhadores. O curso era oferecido no período noturno e a escola não ignorava o fato de que era o trabalho remunerado que assegurava condições de estudo àqueles alunos:

A escola [...] dentro de sua orientação geral, visa principalmente, proporcionar boas oportunidades aos jovens que precisam trabalhar, a fim de prover sua subsistência enquanto estudam. Este plano, iniciado com a fundação da escola em 1941, tem provado que a experiência adquirida no trabalho remunerado, por aqueles que o exercem, contribui decisivamente para a obtenção de magníficos resultados no campo educacional [...] A solução de casos práticos dará aos alunos ensejo para uma apreciação segura das realidades dos negócios. A visita aos mais variados

estabelecimentos comerciais e industriais permitir-lhe-á observações diretas sobre empresas em pleno funcionamento. (MANUAL DO ALUNO, 1946)

A associação de fatores como o curso ser oferecido no período noturno, a valorização do conhecimento prático adquirido no cotidiano de trabalho e a consciência de que o trabalho remunerado era a fonte de financiamento dos estudos esclarece que a escola tinha um público-alvo bastante definido e buscava oferecer um curso que atendesse àquele público e a seus interesses, bem como o de seus empregadores, claro, já que eram os financiadores indiretos, e em algumas vezes diretos, daquela formação. O termo “empregadores”, nessa situação, refere-se a todo o setor industrial paulistano em pleno desenvolvimento no início do século passado e cuja conjuntura e interesses estavam relacionados com a regulação dos espaços de trabalho, tanto do ponto de vista da técnica e do método, quanto do ponto de vista político e trabalhista. Resta, então, compreender de que forma o curso de Administração poderia atingir o objetivo de formar profissionais aptos ao gerenciamento desses empreendimentos em expansão. A julgar pelo que há pouco se discutiu, a fórmula era a associação de conteúdos curriculares à resolução de exercícios práticos.

Em um boletim informativo publicado, provavelmente em 1958, o objetivo do curso de Administração da ESAN já tinha contornos mais claros e o calendário escolar, ou regime escolar, como é identificado no documento, evidencia a estratégia para atender os alunos trabalhadores que recebia:

[...] a escola tem por finalidade precípua formar ADMINISTRADORES DE EMPRESAS (funções de chefia e direção-administração de linha). O curso de Administração de Negócios visa dar uma formação adequada aos atuais ou futuros diretores, gerentes, chefes, encarregados e institores (prepostos) em geral, como complemento indispensável às qualidades inatas de líder que porventura esses elementos possuam, habilitando-os para as várias funções administrativas (liderança), junto às nossas empresas, levando-os a bem compreender o verdadeiro papel que a Ciência da Administração ocupa no quadro da organização da vida econômica hodierna. (Boletim Informativo, Escola de Administração de Negócios da Ação Social)

Para alcançar o objetivo acima proposto, a escola dizia contar com a experiência de 17 anos no oferecimento de curso de Administração, desde sua fundação em 1941, que, segundo o boletim, garantia preparo e conhecimento para decidir sobre “Organização Institucional, Processos Didáticos, Disciplinas estudadas, Qualidade do Corpo Docente, Organização de Trabalhos Letivos e Qualidade do Corpo Discente”. Todos esses aspectos, combinados com a constatação do sucesso profissional de seus egressos, também manifestada nesse boletim, funcionavam como credenciais para a proposta pedagógica do curso:

A escola já formou 14 turmas, num total de 247 Administradores de Negócios. A eficiência do curso é constatada através dos próprios alunos,

os quais têm galgado altos cargos administrativos, nos mais variados tipos de empresas econômicas, graças ao aperfeiçoamento de suas aptidões, proporcionado pela Escola de Administração de Negócios. (Boletim Informativo, Escola de Administração de Negócios da Ação Social)

A estratégia de formação se completava com o desenho flexível dado à organização do calendário escolar:

As aulas são ministradas de 2as, 4as e 6as-feiras, num total de 9 (nove) aulas semanais, isto é, 3 (três) aulas por noite. [...] As disciplinas são estudadas duas a duas e, ao concluir-se o programa de uma delas, procede-se ao respectivo exame, para em seguida iniciar o programa da nova cadeira. (Boletim Informativo, Escola de Administração de Negócios da Ação Social)

E a justificativa para essa organização do regime escolar aparecia quase que como um cuidado com os alunos, e com seus empregadores:

Dada a finalidade e o caráter do curso, e considerando que a Escola de Administração de Negócios é frequentada quase que exclusivamente por pessoas que trabalham durante o dia, demos ao Curso um regime de funcionamento especial e adequado, e mesmo “sui-generis” no Brasil, o qual torna o estudo suave ao aluno, em favor de um melhor aproveitamento escolar e sem produzir acúmulo de fadiga, por cuja razão, a sua atividade diária não sofre qualquer prejuízo de eficiência. (Boletim Informativo, Escola de Administração de Negócios da Ação Social)

Os conteúdos curriculares, ou disciplinas especializadas, são aqueles refletidos na matriz curricular adotada pela escola em seu curso. O interesse em estudar a matriz curricular do curso e as disciplinas que a compunham está em identificar os conhecimentos elegidos pela escola como necessários à formação de técnicos de administração e, até mesmo, identificar sob quais influências a escola teria estado no momento de elaboração de seu projeto pedagógico.

Para auxiliar e enriquecer esse exercício de análise de conteúdos curriculares, propõe-se estudá-los comparativamente às constatações produzidas a partir de minhas pesquisas de mestrado que, como já se discutiu anteriormente, buscaram analisar a conformação dos saberes considerados como próprios do campo profissional da Administração. Assim, essa análise traçará paralelos entre os conteúdos do curso e os temas e assuntos abordados em publicações periódicas, cursos, congressos e tantas outras ações empreendidas pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, nas décadas de 1930 e 1940. A justificativa para essa aproximação está no fato de que a presente pesquisa se constituiu a partir de problematizações decorrentes das pesquisas de mestrado, que revelaram não apenas o conjunto de saberes próprios da Administração, mas a relevância do IDORT em todo o processo de consolidação da Administração Científica.

O IDORT teve uma participação definitiva na conformação dos saberes do campo da administração profissional no país. Para vários autores e pesquisadores, como Antonacci

(1993) e De Deca (1983;1984), o IDORT foi um dos principais centros articuladores da difusão dos preceitos da Administração Científica em São Paulo. Ele foi fundado em 1931, por uma comissão criada pela Associação Comercial de São Paulo. Dentre os membros desta comissão estavam Roberto Mange, do Liceu de Artes e Ofícios; o higienista Lourenço Filho, Clovis Ribeiro, da Associação Comercial; os industriais Henrique Dumont Villares, Aldo Mario de Azevedo e o jornalista Armando Sales de Oliveira.

Na história do IDORT, Aldo Mário de Azevedo é tido como precursor de sua fundação, já que à época ele, por ser empresário do ramo de tecelagem, se correspondia com o Instituto de Organização Científica do Trabalho - IIOST de Genebra, e pessoalmente trabalhou no sentido de orquestrar a criação do Instituto Paulista de Eficiência que, posteriormente, cedeu lugar à ideia de criação de uma sociedade de psicotecnia ou um centro de estudos de organização científica e que, por fim, resultou no Instituto de Organização Racional do Trabalho. O jornalista Armando Sales de Oliveira, de *O Estado de São Paulo*, foi eleito primeiro presidente do IDORT, e o jornal foi um importante “espaço de articulação e consolidação” do Instituto (SPIANDORELLO, 2008).

A expressão máxima de sua relevância, segundo Spiandorello (2008), foi a realização dos programas de reorganização administrativa de vários governos estaduais e a participação ativa na criação do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP. Esse processo iniciou-se em 1934, quando Armando Sales de Oliveira foi nomeado, por Getúlio Vargas, como interventor do Estado de São Paulo. Para assumir o novo cargo Armando abandonou a presidência do IDORT e, em seguida, contratou o Instituto para a realização de um programa de reestruturação administrativa da máquina estatal, que incluía desde a criação ou revisão de procedimentos e rotinas de trabalho, que passariam a ser pautados nas técnicas de Organização Racional do Trabalho - ORT (que dava nome ao Instituto), até a implementação de processos “racionais” e baseados na psicotécnica para a seleção de pessoal. Esse trabalho teve repercussão nacional, foi expandido para outros nove estados brasileiros e influenciou fortemente na criação do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP, em 1938. No DASP, os professores paulistas do IDORT ministravam cursos e treinamentos para os funcionários do governo federal. Poucos anos depois, esse mesmo grupo deu origem à Fundação Getúlio Vargas.

Várias foram as estratégias adotadas pelo Instituto para a difusão da administração científica, como conferências, seminários, palestras, colóquios, jornadas, congressos e até cursos “in company” (TWI)⁴, mas a publicação de artigos em sua própria revista foi um dos principais meios.

⁴ Training Within Industry (TWI) foi uma modalidade de treinamento desenvolvida nos Estados Unidos por volta da década de 40, que consistia em treinar os trabalhadores dentro da própria fábrica

A revista do IDORT começou a circular em 1932. Nos sete fascículos publicados naquele ano os editoriais apontavam o ritmo de crescimento industrial de São Paulo e apresentavam a Administração Científica como solução para os problemas e dificuldades inerentes àquele nível de atividade industrial (SPIANDORELLO, 2008). Os artigos traziam, por sua vez, explicações sobre métodos e técnicas de Administração Científica, sugestões de implementação e controle de resultado dessas técnicas, além de procurar demonstrar suas interfaces com outras áreas de conhecimento, e este foi o “pulo do gato” para a conformação dos limites jurisdicionais do campo da Administração. Especialmente da ORT, da aplicação de métodos quantitativos para o controle da produção e da psicotécnica aplicada à seleção e gestão de pessoal é que emergiram os conhecimentos que se consolidariam como próprios do campo da administração.

Foi a partir de então que administradores passaram a produzir estudos e debates na procura por respostas e resultados cada vez mais precisos para o incessante trabalho de aumento de eficiência e redução de custos produtivos e, como dito anteriormente: “Este impulso seria o responsável por criar limites mais claros entre as profissões de administração, contabilidade e economia, tão ligadas em tempos anteriores.” (SPIANDORELLO, 2008, p. 43). Esses conteúdos foram identificados na matriz curricular do curso de Administração da ESAN.

Como já comentado anteriormente, foram encontradas duas versões da matriz curricular do curso de Administração, uma no *Manual do aluno* de 1946 e outra no caderno de currículos da ESAN. A divergência entre as matrizes cria uma certa dificuldade para a análise dos conteúdos do curso e não deixa escolha a não ser analisar ambas.

O único exemplar do *Manual do aluno* encontrado durante as pesquisas foi publicado em 1946. A minúcia de informações e o formalismo do documento nos asseguram que, ao menos naquele ano, a matriz curricular vigente foi a que consta ali. Essa inferência conflita com a informação do caderno de currículos, cuja matriz curricular, além de ser composta por mais disciplinas e com nomes diferentes, tem como vigência os anos de 1941 a 1948. Não foram encontradas outras informações ou documentos que pudessem esclarecer ou trazer novos indícios sobre qual foi (ou quais foram) a matriz curricular vigente nos primeiros anos do curso da ESAN, por isso analisaremos ambas as matrizes encontradas considerando que, apesar da divergência de informações sobre sua vigência, devam ter vigido em algum, ou alguns, dos primeiros anos de existência da ESAN.

A quantidade de disciplinas oferecidas em cada série diverge entre as duas matrizes encontradas. Na primeira, encontrada no caderno de currículos da ESAN, constam dez disciplinas na primeira série e sete na segunda. A grade presente no *Manual do aluno*, por

sua vez, apresenta nove disciplinas em cada série, distribuídas quatro no primeiro e terceiro termos e cinco no segundo e quarto termos.

A matriz curricular encontrada em antigos cadernos de currículos da ESAN, segundo consta, vigorou entre 1941 e 1948 e tinha a seguinte conformação:

1ª Série	Ciência da Administração
	Princípios de organização racional do trabalho
	Psicologia aplicada ao trabalho (psicotécnica)
	Organização e direção de vendas e estudos de mercado
	Organização de serviços de escritório
	Higiene do trabalho
	Custos Industriais
	Propaganda e publicidade
	Psicologia e negócios
	Moral dos negócios
2ª Série	Direito Fiscal
	Relações humanas no trabalho
	Relações públicas
	Estatística
	Moeda, crédito e bancos
	Finanças das empresas
	Comércio internacional

Já de acordo com o *Manual do aluno*, a matriz curricular do curso de Administração estava dividida em quatro semestres, denominados termos, sendo que os dois primeiros compunham a primeira série e os dois últimos compunham a segunda série, conforme segue:

1ª Série	Primeiro Termo Escolar	Geografia e História Econômicas
		Contabilidade
		Direito 1 (Noções Gerais)
		Estatística
	Segundo Termo Escolar	Higiene do Trabalho
		Direito 2 (Direito Comercial)
		Psicologia dos Negócios
		Economia Política
		Organização e Direção de Vendas e Mercados
2ª Série	Terceiro Termo Escolar	Organização Racional do Trabalho 1
		Direito 3 (Direito Fiscal)
		Moeda, Banco e Crédito 1
		Moral dos Negócios

Quarto Termo Escolar	Propaganda e Publicidade
	Direito 4 (Direito do Trabalho)
	Moeda, Banco e Crédito 2
	Doutrinas Sociais
	Organização Racional do Trabalho 2

Na análise das duas matrizes curriculares encontrou-se semelhança direta entre as disciplinas de Higiene do Trabalho, Psicologia dos Negócios, Propaganda e Publicidade, Organização e Direção de Vendas e Estudos de Mercados, Moral dos Negócios, Princípios de Organização Racional do Trabalho, Moeda, Bancos e Crédito e Estatística.

As disciplinas de Higiene do Trabalho e Psicologia dos Negócios aparecem como componentes da primeira série nas duas matrizes. As disciplinas de Propaganda e Publicidade, Moral dos Negócios e Estatística aparecem em séries invertidas, ou seja, numa grade elas estão locadas na primeira série, em outra na segunda, e vice-versa. A disciplina Organização e Direção de Vendas e Estudos de Mercados aparece na grade da primeira série nas três matrizes, com uma pequena diferença no nome causada pela palavra “estudos”, que não aparece no nome da disciplina na matriz do *Manual do aluno*, onde a disciplina se chama Organização e Direção de Vendas e Mercados. A disciplina de Moeda, Bancos e Crédito aparece como componente da segunda série tanto na matriz curricular do caderno de currículos quanto na do *Manual do aluno*. Nessa segunda, porém, ela aparece dividida em duas partes, ou seja, Moeda, Banco e Crédito 1, oferecida no terceiro termo e Moeda, Banco e Crédito 2, que era oferecida no quarto termo do curso. A disciplina Princípios de Organização Racional do Trabalho compõe a grade da primeira série na matriz do caderno de currículos, mas na matriz curricular do *Manual do aluno* ela perde a palavra Princípios, passa da grade da primeira série para a grade da segunda série e é subdividida em duas partes, sendo chamada de Organização Racional do Trabalho 1, oferecida na grade do terceiro termo, e Organização Racional do Trabalho 2, oferecida na grade do quarto termo.

Ainda na busca de identificar convergências entre as duas matrizes curriculares encontradas durante a pesquisa, um segundo momento de análises indicou possibilidade de aproximação entre um par de disciplinas: Direito 3 e Direito Fiscal. Embora não tenha sido encontrado documento semelhante ao *Manual do aluno* para descrever os conteúdos da disciplina Direito Fiscal da matriz do caderno de currículos, parece seguro afirmar que as disciplinas de Direito Fiscal e Direito 3 apresentavam conteúdos semelhantes, já que Direito 3 tem conteúdos de Direito Fiscal em sua ementa.

Há um grupo de disciplinas que aparece na matriz curricular apresentada no caderno de currículos, mas não aparece na matriz curricular do *Manual do aluno*, que são: Ciência

da Administração, Psicologia aplicada ao trabalho (psicotécnica), Organização de serviços de escritório, Custos Industriais, Relações humanas no trabalho, Relações públicas, Finanças das empresas e Comércio internacional.

O contrário também acontece, ou seja, há um grupo de disciplinas que aparece na matriz curricular do *Manual do aluno*, mas não aparece na outra, que são: Geografia e História Econômicas, Contabilidade e Direito 1 (Noções Gerais), Direito 2 (Direito Comercial), Direito 4 (Direito do Trabalho), Economia Política e Doutrinas Sociais.

O *Manual do aluno* esclarece que os programas das disciplinas seriam entregues a todos os alunos no início das aulas; ainda assim, faz uma breve apresentação de cada uma das disciplinas do curso. Como não foram encontrados documentos semelhantes para esclarecer os conteúdos das disciplinas constantes da matriz curricular encontrada no caderno de currículos, as análises que se seguem foram feitas por inferência, a partir dos nomes das disciplinas. Para as disciplinas: Ciência da Administração, Organização de serviços de escritório, Relações humanas no trabalho e Relações públicas, porém, não se encontraram possíveis disciplinas correlatas na matriz do *Manual do aluno*, muito embora se possa presumir que os conteúdos dessas quatro disciplinas sejam totalmente aderentes à formação de administradores. Ainda assim, essas disciplinas não serão contempladas nas análises.

Segundo o *Manual do aluno*, a disciplina do primeiro termo Geografia e História Econômicas seria apresentada em dois blocos, no primeiro seriam estudos sobre Geografia Econômica e no segundo sobre História Econômica. Em Geografia Econômica estavam incluídos estudos sobre uma matéria chamada Geografia da Circulação, relacionada ao transporte de bens e equipamentos para uso próprio ou para comercialização, bem como estudos sobre os modais de transporte, inclusive aéreo. Agricultura, alimentação, cultura e exploração mineral seriam outras matérias a serem estudadas nessas disciplinas. A segunda parte da disciplina seria dedicada ao estudo de História Econômica, tendo como base a história econômica romana, passando pela medieval, até atingir tempos contemporâneos; esse último deveria contemplar estudos sobre a realidade brasileira. A disciplina de Economia Política, inserida na grade do segundo termo, abordaria ciência econômica e suas escolas, demanda e oferta, custos e formação de preços e agregados macroeconômicos. Não se encontrou, na matriz curricular presente no caderno de currículos da ESAN, disciplinas que, pelo nome, se aproximassem desses estudos. As disciplinas Moeda, Banco e Crédito 1 e 2, oferecidas, respectivamente, nos termos terceiro e quarto, naturalmente aproveitariam a base de conhecimento criada pelas disciplinas de Geografia e História Econômicas e Economia Política, para abordar o tema do planejamento de investimentos, financiamentos e expansão produtiva. Na disciplina Moeda, Banco e Crédito

2, a matéria de estudos seria o comércio internacional, apresentado no *Manual* com entusiasmo em virtude da expansão industrial que São Paulo experimentava e do impulso dado às exportações em atendimento à demanda do mercado europeu, fortemente consumidor no período do pós-guerra: “Nossas exportações aumentaram enormemente no período de guerra e, com o advento da Paz...” (MANUAL DO ALUNO, 1946). Na matriz curricular do caderno de currículos da ESAN consta uma disciplina de Comércio Internacional, na qual, sem dúvida, eram estudados aspectos relacionados à exportação brasileira, que vinha passando por uma fase positiva de crescimento⁵. Ainda nessa matriz, havia na grade da segunda série uma disciplina chamada Finanças das Empresas, na qual muito provavelmente estivessem contemplados os estudos sobre o gerenciamento de recursos financeiros, a tomada de empréstimos, financiamentos e as decisões de investimentos.

A preocupação com a movimentação de cargas era abordada nos artigos publicados na revista do IDORT. Os artigos apresentavam técnicas de embalagem, empilhamento e estocagem de materiais, e também havia propaganda de equipamentos como, por exemplo, empilhadeiras. Sobre o transporte aéreo, a circulação de opiniões e reportagens foi maior à época em que se realizou o programa de reorganização administrativa do estado de São Paulo, já que na estrutura estatal havia uma secretaria de aviação. Agora, economia internacional e gestão financeira, sim eram temas frequentes nos artigos.

Muitos artigos foram publicados para demonstrar o “avanço” econômico dos “centros mais adiantados do mundo”; dentre os países analisados, o Japão aparecia com certa frequência, a Europa central era tida como modelo; Alemanha, Pérsia, Tchecoslováquia e Holanda também apareciam. Nessa época, o IDORT mantinha relações com o Instituto de Genebra, de onde provinha boa parte das informações e artigos, que eram traduzidos pelo próprio Aldo Mário de Azevedo. Contudo, foi no período da segunda guerra mundial que mais se discutiu Economia em âmbito mundial. Dos doze fascículos publicados naquele ano, três tiveram editorial sobre esse tema e diversos artigos foram publicados. Artigos sobre controle de custos e formação de preço também eram frequentes nas revistas do IDORT, que, por vezes, incluíam sugestões de formação de preço para produtos de exportação.

Nesse âmbito, o curso de Administração oferecia conteúdo formativo por meio da disciplina de Contabilidade. Nessa disciplina, o objetivo proposto era o de oferecer aos estudantes noções básicas de registro contábil e das ciências contábeis. Ao administrador importa conhecer as informações finais que resultam do registro contábil, já que elas devem

⁵ Segundo o relatório do IBGE, Estatísticas do Século XX, as exportações brasileiras cresceram muito após a massiva industrialização do país, na década de 1960, mas ainda assim, não ultrapassaram os níveis de exportação da década de 1950, a mais alta da história do país. Da mesma forma, a década de 1940 é apontada pelo relatório como o período em que ocorreram as maiores mudanças estruturais na economia brasileira, seguida da década de 1950 e 1930, em ordem de importância.

pautar decisões de precificação, investimentos, avaliação de resultados e outras. Na matriz curricular do caderno de currículos estava prevista uma disciplina chamada Custos industriais. É improvável que essa disciplina falasse sobre contabilidade, mas as demais ações, como precificação de produtos e avaliação de resultados financeiros, seguramente eram abordadas.

Da mesma forma, esse conjunto de conhecimentos seria importante para o desenvolvimento da disciplina Organização e Direção de Vendas e Mercados, cujo objetivo era a formação de equipes de vendas, estudos de mercado e de estratégias de vendas. Essa disciplina consta, com o mesmo nome, na matriz curricular do caderno de currículos da ESAN. A disciplina de Propaganda e Publicidade, também presente em ambas as matrizes curriculares, complementaria, por outro lado, os conhecimentos necessários à estruturação de um departamento de vendas. A revista veiculada pelo IDORT dedicou espaço a vários artigos sobre estudos de mercado, tendências de consumo e técnicas de vendas, à propaganda e à publicidade. A própria revista era espaço para a publicidade de empresas patrocinadoras e, dentre elas, a mais frequente nos primeiros anos da revista foi o jornal *O Estado de São Paulo*.

A disciplina Psicologia dos Negócios também aparece em ambas as matrizes curriculares, e seu descritivo no *Manual do aluno* indica que se tratava de estudos relacionados à interpretação da reação de interlocutores, quer fossem clientes, quer fornecedores ou pares, a fim de potencializar bons resultados nas negociações. Nas duas matrizes também estava prevista a disciplina de Moral dos Negócios cujo objetivo era apresentar um conjunto de procedimentos éticos para a condução dos negócios. A ética nos negócios foi um assunto muito abordado pela revista do IDORT, mas especialmente em seus editoriais. Não há surpresas em identificar a moral e a ética como temas recorrentes dos editoriais do IDORT. O Instituto empreendeu muitos e variados esforços com a finalidade de ampliar os ideais de racionalização para outros âmbitos de atividade humana que não a do trabalho nas fábricas. Muito claramente, e com frequência, o Instituto manifestou sua crença de que a sociedade brasileira estava aquém das sociedades “desenvolvidas”, como a europeia – que servia de modelo ao IDORT –, onde imperavam os preceitos da racionalização.

A presença de uma disciplina de Estatística em ambas as matrizes curriculares não surpreende, ao contrário, reforça a ancoragem do curso nos preceitos de Administração Científica, que preconizava a racionalização de tarefas e de procedimentos. O controle estatístico de produção é um dos grandes sustentáculos da Administração Científica, assim como a psicotécnica, que também se vale de modelos estatísticos para a interpretação de testes psicológicos aplicados à seleção. Na matriz do caderno de currículos há uma

disciplina especificamente sobre esse assunto, que se chama Psicologia aplicada ao trabalho – psicotécnica; essa disciplina não existe na matriz do manual. Os demais pontos de apoio ao ensino da Ciência da Administração estão contemplados nas disciplinas de Organização Racional do Trabalho 1 e 2, dispostas nas grades do terceiro e quarto termos, na matriz curricular do manual e na da primeira série na matriz do caderno de currículos.

A Organização Racional do Trabalho é o conceito chave da Administração Científica. Criar, implementar e medir resultados de procedimentos racionais de trabalho e execução de tarefas é o objetivo central de Organização Racional do Trabalho. A ORT se pretende universal. Para seus entusiastas não há realização humana que não possa ser “instrumentalizada” de forma racional, dividida em etapas formalmente procedimentalizadas e com critérios racionais de avaliação de resultados. A Organização Racional do Trabalho foi sem dúvida, o principal e mais recorrente tema dos artigos publicados pela revista do IDORT. A ORT se apresentava, obviamente, como ferramenta para ampliação da produtividade, mas, principalmente, como meio para corrigir e melhorar o trabalhador, tido como inapto e apático: Nem todos o sabem, mas hoje está provado cientificamente que é preciso, a todos, aprender a trabalhar. Podemos dizer que, de acordo com a economia nacional, e seus fatos, 90% dos brasileiros não sabem trabalhar. (IDORT, 1946, p. 11)

O ímpeto racionalizador e o entusiasmo pela técnica espraíavam o fracionamento de tarefas a limites que extrapolavam o âmbito da produtividade industrial, invadindo as casas e a vida doméstica, até chegar à sala de aula infantil, como se vê no artigo de Rafael Pinto, “A organização racional do trabalho e a escola primária”, publicado no número 170 da revista do Instituto, em fevereiro de 1946. Nesse artigo, Pinto destaca que as “lições de cousas” eram “uma oportunidade” de ensinar às crianças que todo trabalho deveria ser realizado a partir de um planejamento prévio, que envolvia investigar o trabalho a ser realizado e a maneira mais econômica e menos dispendiosa em termos de esforço e tempo, para realizá-lo:

Também se deverá fazer compreender à criança que a divisão do trabalho trás vantagens, que cada um deve executar a parte do trabalho para que possue mais jeito ou que esta mais de acordo com sua constituição; tal como se verifica em todas as manifestações da vida na natureza, e que assim o trabalho se tornará mais rápido e mais perfeito. (PINTO, 1946, p. 12)

O trecho acima destacado do artigo de Rafael Pinto e publicado pela revista do Instituto, em 1946, ilustra não apenas a crença febril na Administração Científica como resposta para a ampliação de eficiência produtiva, mas também evidencia seu caráter de controle social. A especialização do trabalhador consolida sua alienação em relação ao processo fabril e aos meios de produção. Uma vez especialista numa fração do processo produtivo, esse trabalhador não terá oportunidade de fabricar um bem de início a fim e

comercializá-lo. Isso lhe impõe a permanente condição de empregado e corrobora a estrutura capitalista. Mas acrescentar a isso a crença de que alguns indivíduos têm “dons naturais” para determinados trabalhos ou tarefas imprime à relação empregador/empregado uma completa subordinação, já que o trabalhador não apenas dependeria do empregador para conseguir trabalho, mas também para determinar qual trabalho ele poderia realizar e, conseqüentemente, que salário receberia. Para Pinto (1946), as crianças deveriam saber disso desde cedo.

Uma vertente forte do intuito de conformação social ao qual a Administração Científica emprestou seu poder “racionalizador” foi o movimento de impor e treinar a higiene no trabalhador. Na fábrica, porém, esse conceito expandia-se um pouco para tratar da prevenção de doenças e de acidentes, causas de frequentes ausências dos trabalhadores. Além das ausências por doenças ou acidentes, havia também uma preocupação com lesões decorrentes da realização de movimentos errados ou com esforço excessivo. O curso de Administração da ESAN previa estudos dessa natureza. A disciplina Higiene do Trabalho está presente nas duas matrizes curriculares.

A prevenção de acidentes nas fábricas, o controle da fadiga e a saúde do trabalhador foram temas bastante abordados nos artigos publicados pela revista do IDORT. Havia unanimidade, por parte dos autores, em esclarecer que, se o trabalhador realizasse a tarefa da maneira “certa”, ou seja, de acordo com a Ciência da Administração, então ele não sofreria lesões ou acidentes de trabalho. Nessas ocasiões o desperdício também aparecia como um mal a ser combatido com as mesmas ferramentas, ou seja, tarefas executadas da “maneira certa”.

Com efeito, a análise de conteúdos curriculares demonstra que o curso de Administração da ESAN coadunava com algumas das principais ideias contemporâneas sobre o papel e a profissão de administrador ou de técnico administrador, como era chamada e conhecida, à época, essa profissão. Há, contudo, uma importante inovação na matriz curricular do *Manual do aluno*, a existência de quatro disciplinas na área de Direito, ou seja, cerca de um quinto da carga horária total do curso.

Na matriz do caderno de currículos há apenas uma disciplina nessa área, a de Direito Fiscal. Não há paralelos possíveis entre a presença desses conteúdos e as publicações do IDORT, ou mesmo de seus cursos, congressos ou treinamentos. O instituto publicou artigos sobre algumas das leis trabalhistas promulgadas à época, mas principalmente tratou da Lei de Prevenção de Acidentes, publicada ainda em 1919 (SPIANDORELLO, 2008). O enfoque de suas publicações, todavia, estava no fato de que o uso das técnicas de Organização Racional do Trabalho poderia prevenir a ocorrência de acidentes e lesões, mas não havia debate sobre a natureza jurídica do tema ou mesmo a análise dos direitos dos trabalhadores

e das obrigações do empregador, ou seja, a preocupação residia em evitar o acidente e suas consequências e não em debater juridicamente a existência do fato gerador, do direito do trabalhador e da obrigação do empregador. A existência desse debate é uma novidade, deliberadamente construída na matriz curricular da ESAN.

Como já destacado anteriormente, estavam previstas na matriz curricular quatro disciplinas da área de Direito. A primeira, Direito 1 - Noções Gerais, tinha como objetivo apresentação de conceitos introdutórios e noções preliminares da ciência jurídica, que serviriam de suporte para o desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas seguintes, Direito 2, 3 e 4, Direito Comercial, Fiscal e do Trabalho, respectivamente.

Em Direito 2, os conteúdos de Direito Comercial estavam estruturados em cinco fases. Na primeira fase seriam estudados os princípios fundamentais do Direito Comercial, seguidos de um estudo histórico de seu desenvolvimento, divisões e fontes. Na segunda fase seriam estudados os atos de Comércio, da pessoa do Comerciante e seus deveres. Essa fase incluía estudos sobre a mulher casada, o menor comerciante e os proibidos de comerciar. A terceira fase de estudos seria sobre personalidade jurídica e sociedade. Na quarta fase seriam estudados operações mercantis, títulos de crédito e prescrição, e também mercadorias e marcas. Na quinta fase, os estudos seriam relativos a concordata, falência e seus efeitos jurídicos, e noções de Direito Marítimo.

A disciplina de Direito 3, que se propunha a estudar os conteúdos de Direito Fiscal, abordava, também, a relação entre comerciante e Estado. Assim, estavam contemplados, nessa disciplina, estudos sobre Legislação Tributária e Fiscal, impostos, taxas e arrecadação pública em âmbito federal, estadual e municipal. A última parte dessa disciplina era voltada ao estudo de Legislação Aduaneira.

A quarta disciplina de direito, Direito 4, destinava-se ao estudo de Direito do Trabalho, cujo foco principal era a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, que era considerada o “livro-texto” da disciplina. A expectativa era que no decorrer do semestre, os alunos poderiam elaborar perguntas e trazer casos reais de suas empresas para serem resolvidos em sala de aula. Essa disciplina apresentava uma característica particular em relação às anteriores, pois se propunha a ensinar redação de documentos relacionados à aplicação da lei, ou seja, contratos, defesas, recibos, notificações e requerimentos.

Se em outros círculos o debate dos aspectos jurídicos concernentes à atividade industrial e às relações comerciais era bastante mais superficial e orbitavam questões práticas e cotidianas da prevenção de acidentes e do absenteísmo, parece não haver outra justificativa para que a ESAN deliberasse inserir todos esses conteúdos da área do Direito em seu curso, a não ser a figura e a força de seu fundador, Pe. Sabóia. No *Manual do aluno*, a existência das disciplinas de Direito na matriz curricular é esclarecida, mas a

justificativa tem muito mais um tom moral que técnico: Evitar-se-á assim, por exemplo, que os preceitos legais sejam burlados ou por uma errônea interpretação ou pela ignorância completa de sua existência”. (Manual do aluno, 1946)

Vistos por esse ângulo, os estudos sobre Direito poderiam parecer relacionados à preocupação, já manifestada, com a Ética e a Moral dos Negócios, especialmente se considerarmos que o idealizador do curso era um religioso. Contudo, essa interpretação poderia, de fato, ser suficiente e fazer passar despercebidos outros aspectos de influência, não fossem as características da personalidade, de sua formação intelectual e do relacionamento de Pe. Saboia com seu pai, José Saboia Viriato de Medeiros.

Fragmentos da trajetória pessoal de Roberto Saboia de Medeiros já foram analisados anteriormente neste trabalho, com o intuito de demonstrar de que forma Saboia teria construído uma trajetória de realizações e empreendimentos pautados em fortes e influentes alianças, mas, também, de como suas convicções políticas e filosóficas influenciaram suas realizações.

Não resta dúvida de que a proximidade da relação com o pai influenciou a inclinação de Saboia pelo Direito. Ainda durante seus estudos de formação religiosa, ele dedicou-se ao estudo de Direito, fazendo de seu pai um de seus principais mestres e interlocutores, autodidata que foi. Seu grande interesse pelo tema aproximou-o, por fim, do grupo junto ao qual fundou o Instituto de Direito Social.

Saboia encampou os preceitos da Doutrina Social Católica, e as várias empresas que criou e coordenou no âmbito da Ação Social eram espaços para a reprodução dos valores e ideais socialistas cristãos. É importante destacar, neste momento, que uma das principais frentes de atuação da Ação Social foi no trabalho com operários e pessoas de baixa renda, que era também o público-alvo da Doutrina Social Católica. De igual relevância foi sua participação ativa no Instituto de Direito Social, fundado a partir de um grupo de advogados que, juntamente com Saboia e outros jesuítas e catedráticos, formou um conciso grupo para o estudo e a divulgação de seus ideais.

Por certo, seu interesse e sua dedicação ao tema e à área resultam da força da relação com seu pai, mas esse cenário favorece a interpretação, portanto, de que a matriz curricular do curso de Administração incorporou conteúdos de Direito para dar vazão a parte das crenças e ideais filosóficos e políticos de seu idealizador, Pe. Saboia, que parecia pretender, legitimamente, oferecer uma formação humanista aos alunos do curso. A outra parte pode ter ficado a cargo da disciplina de Doutrinas Sociais.

O complemento dessa formação pode estar relacionado à disciplina Doutrinas Sociais. Não fica claro, no manual, quais eram os conteúdos ministrados nessa disciplina, mas seu objetivo era permitir que o futuro profissional fosse capaz de elaborar uma política de

cooperação e colaboração nos negócios gerenciados por ele. Assim, se relacionarmos este objetivo com o vigoroso conteúdo de Direito presente na matriz, é possível inferir que possivelmente, essa disciplina possa ter contribuído para a disseminação da ideologia da Doutrina Social Católica e dos preceitos de Socialismo Cristão que Saboia tantas vezes escreveu e propagou em seus cursos e artigos.

As Jornadas de Administração de Empresas promovidas pela ESAN operavam como espaço para o estudo de temas correlatos à área e para a propagação dos principais arcabouços teóricos da Administração Científica, além de funcionar como divulgadora do curso e dos professores. O IDORT e a Associação Comercial de São Paulo também utilizavam estratégias semelhantes, que, além de divulgar o conhecimento gerado pela escola, davam notoriedade à instituição e a seus professores.

A I Jornada de Administração de Empresas aconteceu entre os dias 2, 4 e 6 de dezembro de 1957, o tema do encontro foi a Administração Financeira e os assuntos abordados nas conferências foram Previsões de Caixa e de Capital, Operações a Crédito e Custos de Produção, o conteúdo da conferência foi registrado num documento de seis páginas, encontrado durante as pesquisas, intitulado com o nome da Jornada. Pe. Bueno era o presidente da Jornada e participavam dela o Prof. Victorio Palmieri, diretor da ESAN e coordenador dos debates; o Prof. Dr. J. G. de Lima, os professores auxiliares: Prof. Dr. José Geraldo de Lima, Prof. Dr. Orestes Gonçalves, Prof. Dr. Ernesto Basile, Prof. Dr. Ubirajara D. Zogaib, Prof. Basílio M. Cavaleiro Filho e os alunos Sebastião Fontana, relator do encontro; Geraldo Casselli, Theodoro Legrad e Gustavo Tognato, que mais tarde tomaria parte do movimento que colocou a Ação Social e a PUC em confronto, por causa da ESAN.

As Jornadas de II a V aconteceram no ano de 1958, sendo a segunda em fevereiro, a terceira em maio, a quarta em agosto e a quinta em novembro. A notícia de abertura da II Jornada foi publicada pelo jornal *Correio Paulistano* em 05 de fevereiro de 1958. Segundo a notícia, a jornada acontecia com o apoio do Conselho de Orientação Técnica e de Produtividade - COTEP, órgão integrante do sistema FIESP-CIESP. O diretor da escola, Vitorio Palmieri, concedeu entrevista ao jornal e disse que as jornadas haviam sido criadas por sugestão do Pe. Bueno, com o objetivo de promover o debate de assuntos de interesse ao desenvolvimento industrial da cidade, a interface entre alunos e empresas, bem como produzir conhecimento que pudesse embasar a elaboração de cursos. Na entrevista, Palmieri reforça a relevância do evento justificando a pertinência do tema e chamando atenção para a grande plateia recebida:

A jornada surgiu de uma sugestão do presidente da Ação Social, Pe. José Gomes Bueno [...] As conferências-debate visam a convocar o mundo empresário a manter contato com a escola [...] O que se observou nas três noites que se seguiram àqueles debates, foi um interesse fora do comum, bastando dizer que houve uma frequência média de 400 a 550 pessoas.

Isso veio provar a necessidade de um trabalho dessa amplitude, mormente em se tratando do mundo econômico e financeiro para um país como o nosso. [...] Além dessa parte, visam as conferências, obter um relatório final das discussões e debates travados, que servirá de subsídio a programas de cursos intensivos e de formação administrativa e cultural especializada. (CORREIO PAULISTANO, 05/02/58)

Nessa ocasião, Vitório Palmieri falou, também, ao jornal sobre a ESAN e sobre as “Relações Humanas”. Nas palavras de Vitório Palmieri, a ESAN tinha o objetivo de compreender e contribuir para o desenvolvimento industrial de São Paulo, e a conferência, por sua vez, ao tratar do tema Relações Humanas, buscava ampliar a compreensão de todos aqueles ligados a empresas de qualquer ramo, para o fato de que questões ligadas à psicologia deveriam ser contempladas no cotidiano das empresas, a fim de que se buscassem construir ambientes cooperativos de trabalho:

Estas relações [...] na área prática da gerência de pessoal são a integração dos indivíduos numa situação de trabalho de forma que os faça trabalhar juntos, de modo harmonioso e produtivo, com espírito de cooperação e com satisfação econômica, psicológica e social. (CORREIO PAULISTANO, 05/02/58)

Palmieri informou, ainda, ao jornal que os debates nos dias seguintes ao de abertura da II Jornada seriam: “Sistema de salários e promoções” e “Treinamento e Seleção de Pessoal”.

O tema dessas jornadas foi, respectivamente, Administração de Pessoal, Administração de Material, Administração Comercial-Vendas e Administração Legal. Todas elas aconteceram no Auditório da Ação Social, que, na época, estava localizada na Rua Siqueira Campos, 32, no bairro da Liberdade, o mesmo auditório que seria criticado pelos alunos da ESAN por ser utilizado com sala de aula, propósito para o qual era inadequado, apesar de sua excelente estrutura. Os encontros ocorriam às segundas, quartas e sextas, mesmas noites em que o curso tinha aulas, e duravam cerca de duas horas (entre 20h e 22h).

A Terceira jornada recebeu telegrama de felicitações do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que foi publicado pelo jornal *Correio Paulistano*, na notícia intitulada “Coroada de sucesso mais uma iniciativa da Ação Social: Felicitações do Presidente da República ao Padre Bueno pelo êxito da III Jornada de Administração de Empresas”:

Padre Gomes Bueno – Apraz-me apresentar intermédio vossa reverendíssima meus sinceros votos de êxito III Jornada de Administração de Empresas, útil e louvável iniciativa da Ação Social – Saudações Juscelino Kubitschek. (CORREIO PAULISTANO, ca.Mai/1958)

No domingo, 1º de junho de 1958, novamente o jornal *Correio Paulistano* publica reportagem sobre o evento, dessa vez com um resumo do evento. A manchete do jornal

ressaltava os cumprimentos que o evento recebeu do presidente e a repercussão que havia sido criada em torno daquele:

Administração-Principais vantagens oferecidas pela simplificação de tipos de material.

Repercutiu, fora de São Paulo, a III Jornada de Administração de Empresas da Escola de Administração de Negócios da Ação Social, da Universidade Católica.

[...]

A feliz e oportuna iniciativa do Pe. Bueno [...] teve maior repercussão ainda do que noticiamos ontem uma vez que recebeu telegrama de aplauso e estímulo do presidente da república e pedidos de remessa dos textos mimeografados de interessados de vários Estados ... (CORREIO PAULISTANO, 01/06/1958)

O jornal *A Gazeta* também publicou notícia sobre o evento e fotos da mesa solene e da plateia:



Figura 12: Mesa Solene de Abertura da III Jornada de Empresas. Fonte: A Gazeta, 28/05/1960



Figura 13: Plateia da III Jornada de Empresas. Fonte: A Gazeta, 28/05/1960

O convite da IV Jornada informava que o tema daquele encontro seria a “Administração Comercial-Vendas”, que era promovido pela ESAN, um Instituto Complementar da PUC-SP, e que os encontros haviam sido organizados com o apoio do COTEP e da Associação dos Diretores de Vendas do Brasil. Essa Jornada teve três encontros, que foram realizados nos dias 08, 10 e 12 de setembro de 1958. O convite impresso tinha duas páginas; na capa e contracapa estavam a identificação e descrição do evento e na outra página, os convites destacáveis para cada noite de palestra.

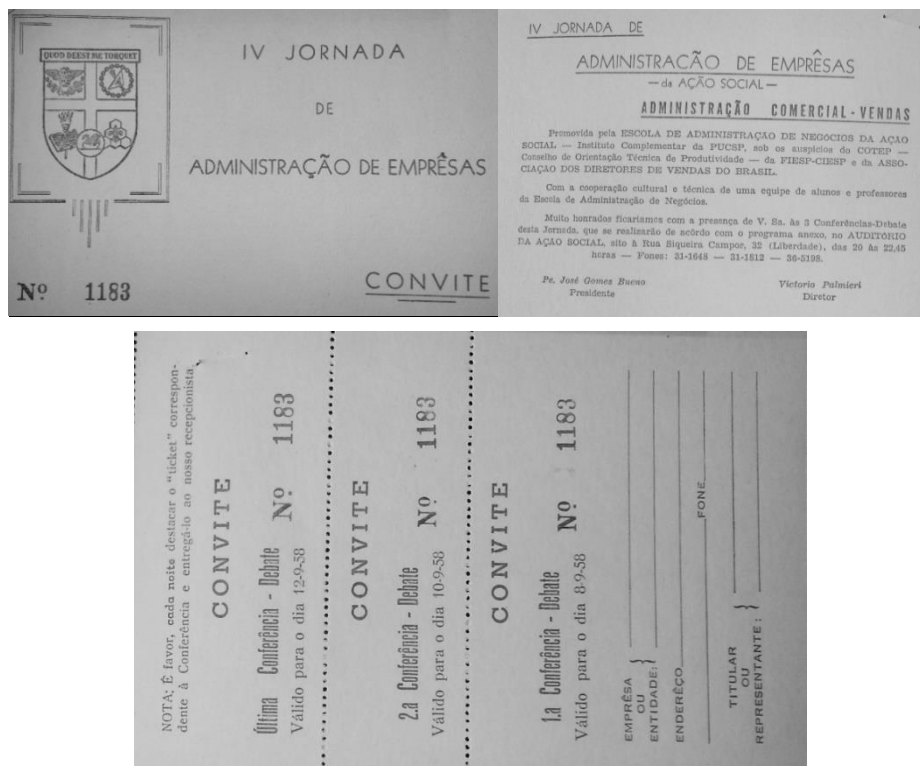


Figura 14: Convite para a IV Jornada de Administração de Empresas



Figura 15: Abertura da IV Jornada de Administração de Empresas. Fonte: Correio Paulistano, 16/09/1958

O convite de formatura da turma de 1960, feito no formato brochura, tinha oito páginas e trazia os nomes dos formandos, dos professores, o juramento profissional, além de uma página com os nomes dos homenageados pela cerimônia, como o governador do Estado de São Paulo, Prof. Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto; o arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta; o Presidente da Ação Social, Pe. Bueno; o diretor da ESAN, Prof. Dr. Agenor Prado Moreira; o secretário da ESAN, Homero de Moura; e o presidente do Centro Acadêmico, Savigny W. Noronha. Também seriam homenageados naquela cerimônia os senhores: Clovis Salgado, Ministro da Educação e Cultura; Prof. Dr. Jurandir Lodi, Diretor de Ensino do Ministério da Educação; e Profa. Dra. Nair Fortes Abu-Mehry, Chefe de Seção de Estudos e Organização do Ministério da Educação. O paraninfo da turma foi Ariston Azevedo, que tomou parte em vários episódios marcantes, como a cerimônia de assinatura do convênio da Ação Social com a FIESP em 1957, da criação da Sociedade Amigos do Pe. Saboia (constituída logo após sua morte) e da comissão para revisão dos estatutos da Ação Social, realizada logo após o falecimento de Saboia, isso tudo depois de ter sido uma das “pessoas diplomadas” pela Ação Social em 1952, conforme consta no Livro Nº 1 de Registro de Pessoas Diplomadas pela Ação Social (Anexo V).

No convite, os bacharelados se intitulavam “Administradores de Empresas” e convidavam para as solenidades, que se iniciavam com uma missa, celebrada pelo Pe. Bueno, e seguia com a cerimônia de Colação de Grau, que acontecia no Palácio Mauá, salão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.



Figura 16: Convite de formatura da turma de 1960

Embora os paraninfos adotem a denominação “administradores de empresas”, oficialmente ela era “técnicos de administração”, tendo sido reconhecida com aquele nome em 1965.

A profissão de administrador foi reconhecida por Lei Federal em 1965 e regulamentada em 1967, logo após a publicação do parecer do Conselho Federal de Educação n. 307/66, que definia o currículo mínimo para o curso universitário de formação de técnicos em administração. O parecer CFE n° 307/66, de 08 de julho de 1966, era consonante com a Lei de Diretrizes e Bases n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e foi elaborado por um de seus conselheiros, Dumerval Trigueiro (SPIANDORELLO, 2008). O currículo mínimo fixava como conteúdos mínimos para a formação de Técnico de Administração, as seguintes disciplinas:

Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia (aplicada), Sociologia (aplicada), Instituições do Direito Público e do Privado, Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal, Administração de Material, Estágio Supervisionado, Optativas: Administração da Produção e Administração de Vendas ou Direito Administrativo. (BRASIL, 1966)

Apesar de separados por mais de vinte anos de história, é interessante notar a similitude entre os conteúdos da matriz curricular da ESAN e do Currículo Mínimo determinado pelo Conselho Federal de Administração. *Interessante* seja talvez uma boa palavra nessas circunstâncias, especialmente se considerarmos que da publicação do currículo mínimo, em 1966, até a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração, em 2005, pouco se alterou no conjunto de saberes recomendados pelo Ministério como necessários e desejáveis à formação de profissionais administradores. Vemos, dessa forma, mais de setenta anos de transformações sociais, da indústria e do comércio, produzirem poucas alterações nos conhecimentos e na formação de seus administradores. Essa é, sem dúvida, uma grande questão a se pensar!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos, ao iniciar esta pesquisa, nutria a sensação de estar preparada para as descontinuidades que o contar dessa história poderia revelar. Não contava com linearidade, nem na história pesquisada, nem em minha trajetória, os descompassos e lacunas não surpreenderam. Mas o que minhas vistas não alcançaram, contudo, foi o quanto essa trajetória seria desafiadora e entusiasmante.

A principal motivação desta pesquisa decorreu das pesquisas do mestrado, que demonstraram haver na história da Administração, do campo profissional e de seu ensino, uma grande lacuna de pesquisas no país, quer em programas de pós-graduação em Administração, quer em outras áreas. É certo que não se pode dizer o mesmo sobre os aspectos ideológicos e políticos da Administração Científica, que, ao contrário, despontam em diversos e relevantes trabalhos, nos permitindo enxergar com maior clareza o cenário e “os atores” desta história de expansão e consolidação dos preceitos que constituem o cerne dessa profissão. Incomum, porém, é encontrar confluência e diálogo entre esses saberes e as pesquisas sobre o ensino e a profissão de Administração no país. Vê-se, na produção acadêmica na área de Administração, com maior frequência, pesquisas aplicadas a áreas específicas e de desenvolvimento e aprimoramento de técnicas e métodos. A história da Administração no Brasil ainda é silenciosa, mas o mais instigante desses silêncios foi, para mim, o que girava em torno da ESAN, que embora tenha sido a primeira escola de Administração no país, não ocupava seu lugar como pioneira, quer em trabalhos acadêmicos, quer em propagandas institucionais, que ainda hoje lhe negam esse posto.

Esse silêncio “que não calava” alimentou a questão de pesquisa, mas abandonar o desejo de conhecer e assegurar “a origem”, para estudar a complexidade de seu processo de constituição foi algo que apenas se tornou possível por meio das experientes orientações que recebi durante este trabalho. A primeira possibilidade que se descortinou para esta pesquisa foi a de compreender a trajetória pessoal e intelectual do religioso Roberto Saboia de Medeiros, fundador da Escola Superior de Administração de Negócios. Em seguida, nova possibilidade se apresentou, com a oportunidade de integrar o grupo de pesquisas sobre Educação e Relações Sociais na História, coordenado pelo Prof. Moysés Kuhlmann Jr. O complexo contexto econômico, social e político em que a criação da ESAN estava inserida pareceram, então, coadunar perfeitamente com a proposta que permitiria, também, esticar o olhar para as redes de interesses e de suporte que se entrecruzaram no “fazer-se” (como disse E. P. Thompson) dessa história da ESAN.

O desafio imediatamente ampliou-se, pois estavam postos, a partir de então, novos elementos políticos e sociais, contextualizados na efervescente São Paulo das primeiras

décadas do século passado. O crescimento industrial e o adensamento populacional, em boa medida ocasionado pela imigração estrangeira, trouxeram novos problemas e desafios para o crescimento da cidade, já transformada pela translação do poder econômico para a emergente classe industrial. Nesse contexto, ganharam espaço e apoio dos industriais, iniciativas como a empreendida pela Igreja Católica, de constituir grupos de formação de trabalhadores, espaços que permitiam, além dos objetivos explícitos de treinar trabalhadores, a sua docilização e a contenção dos movimentos anarquista e comunista.

Roberto Saboia de Medeiros dedicou-se, antes mesmo de fundar a Ação Social, entidade que viria a ser a mantenedora da ESAN, ao trabalho no Centro Técnico do Trabalho CTT onde ministrava palestras sobre a Doutrina Social Católica e disseminava suas ideias sobre como deviam relacionar-se empregados e patrões. Poderá dizer-se que há importantes lacunas sobre esse assunto nesta pesquisa, mas a amplitude e relevância desses e de outros centros de formação de trabalhadores, apenas com o que se vê aqui, já conclui-se que alimentaria, por si só, outra pesquisa equivalente a esta. Fato é que a proximidade de Saboia com os trabalhadores vai mostrando a via pela qual ele constituiu e consolidou as iniciativas empreendidas dentro da Ação Social, fundada com o objetivo de atender a classe trabalhadora e outros desassistidos.

A Ação Social surgiu como decorrência da Comissão Permanente de Ação Social, constituída pela Igreja Católica para fomentar o debate e iniciativas de assistência social, ancorados aos preceitos da Doutrina Social Católica. Saboia presidiu a Comissão, em São Paulo, e, por seu dinamismo e ousadia, a transformou numa empresa que congregava serviços de atendimento médico, odontológico, de ensino técnico, uma tipografia e, posteriormente, a ESAN e a Faculdade de Engenharia Industrial - FEI.

A Ação Social e suas várias empresas eram financiadas com dinheiro de doações que Saboia arrecadava em sua “Campanha do Continho”. Ele estabeleceu e manteve uma rede de cerca de três mil colaboradores, que foram responsáveis por financiar essas realizações até o ano de 1955, quando faleceu. Uma outra, também potente, rede de doadores foi articulada quando Saboia iniciou a construção da FEI, principalmente porque essa faculdade exigiu pesados investimentos em máquinas e equipamentos, além de uma sede própria. E esse fato é relevante para nossa pesquisa, pois parte das parcerias que estabeleceu com essa finalidade foram, ao final, uns dos responsáveis por tomar providências para a sustentabilidade das escolas, inclusive a ESAN, depois de seu falecimento.

Sua obstinação em constituir as duas Faculdades, a de Administração e a de Engenharia, contudo, escondiam um propósito mais ambicioso, que era a criação de uma Universidade Católica no Brasil, projeto que ele encampou quase como um objetivo pessoal e particular. Bem relacionado, desde menino, e próximo de figuras relevantes e de poder

nas estruturas da Igreja Católica, naquele contexto ainda tencionadas pela laicização do ensino e pela dissociação do poder do Estado do religioso, Saboia utilizou-se da rede de influências criada por ele, com auxílio de seu pai, para conquistar favores, cargos e concessões especiais, sem as quais suas iniciativas não teriam se tornado realizações concretas. Ele foi o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que presidia a Ação Social em São Paulo, que já mantinha a ESAN e estava às vésperas de inaugurar a FEI. E, ainda, integrava a comissão que estudava a implantação da Universidade Católica de São Paulo. Apesar desse cenário, a ESAN e a FEI não incorporaram a Universidade Católica de São Paulo quando ela foi criada, em 1946, e apenas integrariam sua estrutura, anos depois do falecimento de Saboia.

Nesse ponto é importante e necessário admitir que o ensino de Administração no Brasil, complementarmente ao que se ensina nos livros didáticos de Administração, se iniciou não somente para atender à demanda do país por profissionais formados e bem preparados para o gerenciamento da expansão industrial, mas também porque o ensino superior naquele momento era pensado como estratégia de formação de uma elite intelectual que conduziria o país através dos ideais republicanos de modernização. O entusiasmo do governo pelo ensino técnico, e o próprio Getúlio Vargas, e seu entusiasmo pela Administração Científica foram importantes peças nessa construção. Getúlio Vargas incentivou e financiou os projetos de reorganização administrativa em vários estados e no Distrito Federal, realizados pelos profissionais do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, até o ponto em que esses projetos resultaram na criação do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP e, posteriormente, na Fundação Getúlio Vargas. No âmbito da Igreja, o projeto de Universidade estava atrelado às estratégias de reposicionamento e retomada de poder e relevância após o rompimento do poder religioso com o estatal, provocados pela promulgação da República.

Assim, bastante menos idealizado, vemos que o ensino de Administração surgiu e se consolidou de forma menos linear que a imaginada (e talvez esperada) pela categoria. E é interessante, também, identificar que o curso oferecido na ESAN em 1941 assumiu um formato ainda hoje bastante familiar. Os conteúdos curriculares presentes nas disciplinas do curso coadunam com os assuntos debatidos pelo IDORT em sua revista, mas também pelos cursos de comércio que eram oferecidos na cidade de São Paulo à época. Surpreende, contudo, a forte carga de estudos de Direito presente no curso. Em uma das primeiras matrizes curriculares estudadas neste trabalho, há quatro disciplinas da área do Direito, ou seja, o dobro da carga horária destinada aos estudos de Organização Racional do Trabalho, por exemplo, que tinha metade dessa carga horária.

Sem qualquer reticência, é possível afirmar que o estudo de Direito imposto pela matriz curricular, no curso de Administração da ESAN, é fruto da deliberação de seu fundador Roberto Saboia de Medeiros. Saboia estudava muito o Direito, uma parte por interesse pessoal, outra para subsidiar seus estudos de filosofia, de doutrina social católica e de direito social, mas, obviamente, influenciado por seu pai, que era advogado e que foi o lume de sua trajetória de vida.

Parte da história aqui narrada foi reconstituída por meio da leitura das cartas escritas por Saboia a seu pai, o que se tornou, ao longo da pesquisa, um dos maiores desafios, avançar na intimidade da correspondência entre pai e filho, em busca de trazer à luz algo que conhecemos e identificamos, mas que, na maioria das vezes, é subliminar e invisível: o poder da articulação e das relações sociais na história. A leitura dessas cartas, bem como dos relatórios e correspondências entre membros da Igreja Católica e de altos representantes da indústria e do comércio paulista, levaram a pesquisa aos bastidores da criação da ESAN e do ensino de Administração, os principais interesses desta pesquisa, mas também revelaram outras relações e redes de poder e influência, que transformaram “silenciosamente” fatos como a criação da Universidade Católica em São Paulo, da escola de Administração da PUC-SP, da atuação da FIESP, do CIESP e da Associação Comercial de São Paulo.

É, portanto, dessa maneira que esperamos ver realizado o objetivo deste trabalho em contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a história da Administração e de seu ensino no país, mas também da complexidade e do poder que as redes e as relações sociais exerceram nessa história.

FONTES DOCUMENTAIS

CARTAS DE ROBERTO SABOIA DE MEDEIROS

Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, Washington, 15 set 1944

Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [s.l.], [1946?]

Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, jul 1948

Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [s.l.], [Dez ?], 1950

Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, [Dez ?] 1951

Carta aberta de Roberto Saboia de Medeiros aos contribuintes, São Paulo, mar 1952

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao Padre Provincial, São Paulo, [194-]

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao Padre Provincial, São Paulo, 27 jun 1943

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 03 abr 1919

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 09 out 1921

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 08 jun 1924

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 07 jul 1924

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 28 set 1924

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 07 nov 1924

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 21 maio 1926

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 28 jun 1926

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 14 nov 1926

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 11 set 1927

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 09 out 1927

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 01 dez 1927

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 28 jul 1928

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 16 out 1928

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 11 abr 1929

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 25 abr 1929

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 15 ago 1929

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Friburgo, 24 nov 1929

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 13 jan 1931

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 maio 1931

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Itaicy, 17 dez 1932

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 26 nov 1933

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 07 dez 1933

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, San Miguel, 30 jan 1936

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 03 jan 1938

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Parecy Novo, 12 abr 1938

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Porto Alegre, 03 jan 1939

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 01 mar 1939

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 19 mar 1939

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 02 mar 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 29 maio 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 18 jun 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 jul 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 09 out 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 06 nov 1940

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 23 jan 1941

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 07 jun 1942

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 14 fev 1943

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 01 maio 1943

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 27 jun 1943

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 27 jul 1943

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 13 jul 1944

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 06 out 1944

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 21 fev 1945

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, Nova York, 08 jun 1948

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 30 nov 1948

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 13 mar 1953

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 04 ago 1954

Carta de Roberto Saboia de Medeiros ao pai, São Paulo, 14 abr 1955

OUTRAS FONTES DOCUMENTAIS

IV SEMANA DE ACÇÃO SOCIAL DO BRASIL. **Correio Paulistano**. São Paulo, 04 set, 1940, p. 4.

A COOPERAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS PARA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diário de São Paulo**.

A MORTE Trágica do secretário do Instituto do Açúcar e do Alcool. **A NOITE**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1942, p. 4.

ACADEMICOS EM GREVE: EXONERAÇÃO DO PADRE. **Última Hora**. São Paulo: 02/03/1961.

ADMINISTRAÇÃO: PROFERIU VERDADEIRA 'AULA TERMINAL' COMO PARANINFO O SR. ROBERTO SELMI-DEI. **Correio Paulistano**. São Paulo, 15/03/1960.

AULA INAUGURAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGOCIOS. **Correio Paulistano**. São Paulo, 1951.

AULA INAUGURAL ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGOCIOS DA AÇÃO SOCIAL. **A Gazeta**. São Paulo, 08/03/1960.

ARRUDA, Francisco de Assis Vasconcelos. **Genealogia sobralense** "Os Ferreira da Ponte". Sobral, CE: IOM, 2005. v. IV – t. III. Disponível em: http://www.genealogiasobralense.com.br/arquivos_gen/be94901d8e2dbb65c6d3584e2e73020a.pdf

ASSEGURADA a continuidade das obras sociais mantidas pelo Padre Saboia. **Folha da Manhã**. São Paulo, 11 ago 1955.

AZEVEDO, Aldo Mario de. Preparação, Organização, Direção: os três fatores do sucesso. **Revista de Organização Científica**. São Paulo, Ano XI, n. 121, jan. 1942, p. 1-2.

_____. O passamento do Padre Saboia de Medeiros. **A Gazeta**. São Paulo: 01/09/1955.

CALLAGE, Fernando. Instituto de Direito Social. **CORREIO PAULISTANO**. São Paulo, 6 dez. 1939, p. 4.

CANDIDATOS DO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO, OS. **A NOITE**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1945b, Política e Políticos. p. 9.

CALADO, Adérito. **Padre Roberto Saboia de Medeiros**: Um dos grandes pioneiros do apostolado social no Brasil. São Paulo, 1985.

CARTA de Pe. Luiz Riou s.j. à Associação Comercial de São Paulo, [s.l.], 02 out 1941

CARTA de Pe. Luiz Riou s.j. à Federação das Indústrias de São Paulo, [s.l.], 02 out 1941

CARTA do Padre Provincial a Roberto Saboia de Medeiros, Rio de Janeiro, 07 dez 1946

CHAPAS. **A NOITE**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1945c, Política e Políticos. p.9.

CHATEAUBRIAND, Assis. (1944) Os Jesuítas e o Brasil. **Estado de Minas**. Belo Horizonte: 1992.

COROADA DE SUCESSO MAIS UMA INICIATIVA DA AÇÃO SOCIAL: Felicitações do Presidente da República ao Padre Bueno pela êxito da III Jornada de Administração de Empresas. **CORREIO PAULISTANO**. São Paulo, [ca.Mai,1960].

EM HOMENAGEM AO PREFEITO. **A NOITE**. Rio de Janeiro, 3 jul. 1941. p, 2.

FALECEU O PADRE SABOIA. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 01/08/1955.

FALECEU O PADRE SABOYA. **Folha da Tarde**. São Paulo, 02/08/1955.

FALECEU O PADRE ROBERTO SABOIA DE MEDEIROS S.J.. **[?]**. São Paulo, 1955.

FORMATURA NA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS DA AÇÃO SOCIAL. **A Gazeta**. São Paulo, 10/03/1960.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIAS APLICADAS. **A Gazeta**. São Paulo, 17,196?.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA FEI. **Caderno de Currículos**. 1981.

HOMENAGEM AO PADRE SABOIA. **Diário de São Paulo**. São Paulo: 03/08/1955.

HOMENAGEM AO PADRE ROBERTO SABOIA DE MEDEIROS. [?]. São Paulo, 1955.

INAUGURAÇÃO DOS CURSOS DA ESCOLA DE AÇÃO SOCIAL. **CORREIO PAULISTANO**. São Paulo. 05 mar. 1942. p,3

INTERESSES DO BRASIL NOS PAÍSES DO EIXO, OS. **A NOITE**. 10 mar. 1942. Capa.

INSTITUTO BRASIL-POLONIA. **A NOITE**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1945a, p. 9.

MEDEIROS, Roberto Saboia. **Relatório de atividades ao padre provincial**. 1940.

NOVO DIRETOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA INDUSTRIAL. **Diário de São Paulo**. São Paulo: 27/08/1955.

NOVOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS: Formatura na Escola Superior de Administração de Negócios. **A Gazeta**, São Paulo: 12/03/1960.

O SOLDADO DA FÉ. **Diário de São Paulo**. São Paulo, 02 Ago.1955.

ORAÇÃO FUNEBRE NAS EXEQUIAS DO PADRE SABOIA. **Correio Paulistano**. São Paulo, 02 Ago.1955. p. 2

ORDENAÇÃO SACERDOTAL DE CINCO BRASILEIROS NA ARGENTINA. **Correio Paulistano**. São Paulo, 13 dez. 1936. Chronica Religiosa, p,9.

PADRE SABOIA DE MEDEIROS: Líder dos operários de São Paulo. Ano Santo Vocacional, 1983. (folheto)

PADRE SABÓYA DE MEDEIROS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 Ago.1955.

PADRE SABOIA DE MEDEIROS. **Diário de São Paulo**. São Paulo, 04 Ago.1955.

SEPULTADO ONTEM O PADRE SABOIA DE MEDEIROS. **Folha da Manhã**. São Paulo, 03 Ago.1955.

SEPULTADO ONTEM O PADRE ROBERTO SABOIA DE MEDEIROS. **A Gazeta**. São Paulo, 03 Ago.1955.

TEVE INICIO ONTEM A II JORNADA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS. 05/02/1958.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Thiago Borges de. A Leitura das Cartas que Educam a partir do contributo teórico de Carlo Ginzburg. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., Lisboa, 2012. **Atas...** Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A Vitória da Razão (?)**: O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Museu de Valores do Banco Central**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/refmone.asp?idpai=CEDMOEBR>, consultado em 19/10/2014.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina (Orgs.). **Destino das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.

BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. **A Produção da crença**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. São Paulo: Zouk, 2004.

BUFARAH FILHO, Alvaro. **Zuza Homem de Melo, DJ, produtor, apresentador e operador de áudio**: Tudo em um só programa. In: ANAIS V Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. São Paulo: FASCASPER, 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASALI, Alipio Marcio Dias. **Universidade Católica no Brasil**: elite intelectual para a restauração da Igreja. 1989. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CHARTIER, Roger. **Correspondence**: Models of letter-writing from the middle ages to the nineteenth century. Blackwell Publishers Ltd. 1997.

COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em perspectiva**. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: O ensino superior da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAUPHIN, Cecile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. Tradução Maria Helena Camara BASTOS. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina (Org.). **Destino das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.

DE DECCA, Edgar Salvadori. A ciência da Produção: Fábrica Despolitizada. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, nº 6, 1983, p. 47-79.

_____. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DE CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DICCIONARIO BIO-BIBLIOGRAPHICO CEARENSE – BARÃO DE STUART disponível em www.ceara.pro.br/cearenses/

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em perspectiva**. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FERREIRA FILHO, Joaquim. **FEI - 50 anos**: 1946-1996: uma cronologia. São Bernardo do Campo: FCA, [1996].

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica**: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira. 2008. 284f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1963

GASTAUD, Carla. Os que pouco escrevem: cartas em meia folha. In: XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013. Natal. **Anais**. Natal: 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 2ed. Tradução Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>

INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO. “Esprit de Corps” **IDORT**. São Paulo, Anno I, nº 4, Abr/1932, p. 1-2.

_____. As comemorações do 15º Aniversário do IDORT. **Revista de Organização Científica**. São Paulo, Ano XV, nº 175, Jul/1946a, p. 1-2.

INSTITUTO INTER-ALIADO DE ALTA CULTURA. **A NOITE**, Rio de Janeiro, 29 out. 1946. p. 6.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Relações Sociais, intelectuais e educação da infância na história. In: SOUZA, Gizele de (Org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Historiografia da Educação**: Relações Sociais e História. Projeto de Pesquisa encaminhado ao CNPq para solicitação de renovação da Bolsa de Produtividade. 2011, p. 2

LAURO Gomes de Almeida. **Memória e Patrimônio Histórico e Cultural**. Disponível em <http://www.saobernardo.sp.gov.br/index.asp>, consultado em 14/01/2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MAIA, Pedro Américo. **Os jesuítas e o catolicismo de influência no Brasil Centro-Leste**: uma crônica entre o sonho e a utopia. 1990. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP.

_____. **Pe. Roberto Saboia de Medeiros, sj**. Vol.3.(199?)

MARINHO, Maria Gabriela S.M. da Cunha. **Elites em Negociação**: Entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MAXIMO, João. Memórias do Futebol Brasileiro. **Estudos Avançados**. Dossiê Memória. vol.13, no.37, São Paulo. Sept./Dec. 1999. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000300009&script=sci_arttext, acesso em: 14 jan 2014.

MEDEIROS, JOSE SABOIA VIRIATO DE. Imposto de transmissão da propriedade 'inter vivos' e a cessão de benfeitorias a terceiros. In: **Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**, v. 3, n. 15, p. 11-16, out. 1945.

_____. O Imposto de transmissão de propriedade na extinção de condomínio. In: **Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**, v. 3, n. 16, p. 8-14, dez. 1945.

_____. A alteração da competência do supremo tribunal federal. In: **Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**, v. 2, n. 10, p. 1-12, dez. 1944.

_____. Positivismo jurídico e direito natural. In: **Archivo Judicial**. suplemento, v. 62, p. 41-45, abr./jun. 1942.

MEDEIROS, Roberto Saboia de. **Ensayo de Filosofia Concreta Social y Juridica**. São Paulo, SP: [s.n.]. 1930?

_____. Guia Social do Trabalhador. São Paulo: s/n. 1949.

_____. Prefácio. In: NEWMAN, John Henry. **Origem e progresso das Universidades**. São Paulo: [s.n.], 1951. 296 p.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Aldemar. Esan: 50 anos. Pioneirismo e Eficiência. **Relações Humanas**. São Paulo, nr.11, p. 31-46, Nov.1991.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano, v.1)

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PIMENTEL, Alvaro Mendonça. **A Lógica da Ação de Maurice Blondel**: explicitação crítica na Ação (1893). 2008. 309f. Tese (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

PINTO, Abel Rafael. A Organização Racional do Trabalho e a Escola Primária. **Revista de Organização Científica**. São Paulo, n.170, 1946, p. 11.

PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ. Disponível em <http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/MenuPesquisa.php>

REFLEXOS DA VIDA INTERIOR DO PE. ROBERTO SABOIA DE MEDEIROS, s.j.: Homenagem aos benfeitores contribuintes das obras do P. Saboia. São Paulo, SP: [s.n.], 1955.

SECRETARIADO NACIONAL DA PASTORAL DA CULTURA. **Maurice Blondel**: o pensamento da ação. Disponível em: http://www.snpcultura.org/id_blondel.html, consultado em 14/01/2014.

RODRIGUES, João Celso Del Rio. **Capacitação no curso de administração de empresas**: um estudo realizado com os egressos da Escola superior de administração e negócios – ESAN – SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade São Marcos, São Paulo.

SILVA, Antonio Carlos Trindade da Silva. O absoluto como horizonte do pensamento em Joseph Marechal. **Revista Estudos Filosóficos**. n. 4. p. 119-127. 2010. Versão eletrônica. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

SILVA, Arlindo. Um legionário do bem. **O Cruzeiro**. São Paulo. p. 51-62. Mar.1949.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Fernando Humberto. Aspectos da Organização Científica do Trabalho. **Revista de Organização Científica**. São Paulo, Ano XI, nº 124, Abr/1942, p. 13-16.

SOUZA, José Coelho de. **Padre Roberto Saboia de Medeiros** s.j.: Apóstolo da Ação Social. 2ed. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

SPIANDORELLO, S. C. (2008). **FRAGMENTOS DA CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR** (1931-1966). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. Global, 1993.

TENCA, Álvaro. **Razão e Vontade Política**. 1987. T251r. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil: 1920 - 1964**. Bragança Paulista [SP] Cortez, 2000. São Paulo: 460

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 9 – 231.

ANEXO I

Contracapa do artigo Ensayo de Filosofia Concreta Social y Juridica, com dedicatória de Saboia a Simonsen com os dizeres: "Ao Dr. R. Simonsen historiador da economia brasileira e sociólogo iminente, com todo respeito. R Saboia de Medeiros"

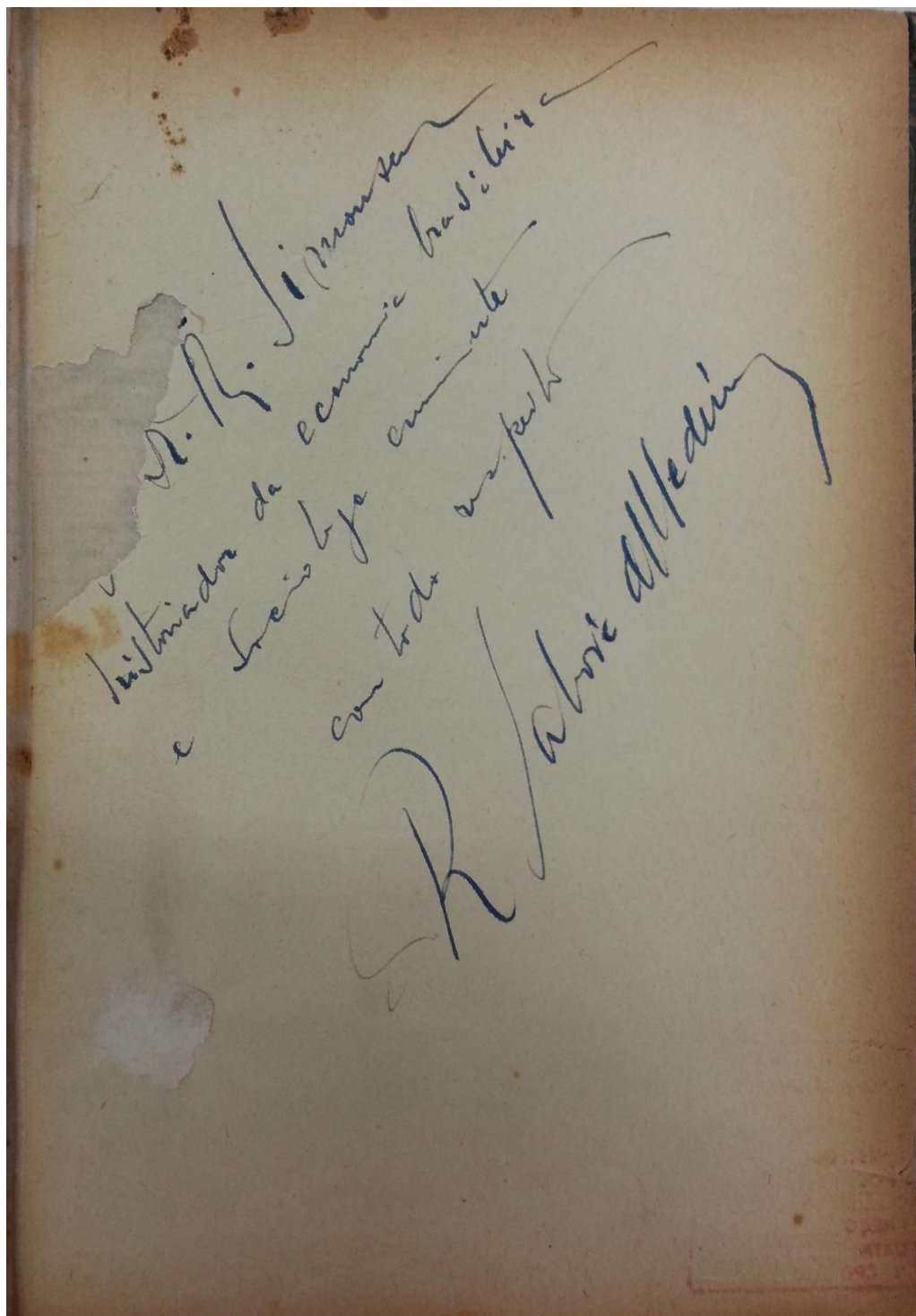


Figura 17: Dedicatória de Roberto Saboia de Medeiros a Roberto Simonsen

ANEXO II

Listagem Parcial dos Contribuintes da Campanha do Continho

Contribuintes de 859 a 1754 (em ordem de recibos)

Recibo	Benfeitor	Valor
859	Agua e Luz de São Paulo	Cr\$ 1.000,00
860	A. Queiroz Lugo e Cia	Cr\$ 1.000,00
861	Faltando	-
862	Faltando	-
863	Dr. Antonio M. Cardoso de Almeida	Cr\$ 1.000,00
864	Faltando	-
865	Faltando	-
866	Armando Alcantara	Cr\$ 2.000,00
867	Cecilia Alves Almeida	Cr\$ 5.000,00
868	Mario Botelho Amaral	Cr\$ 2.000,00
869	Faltando	-
870	Faltando	-
871	Artes e Decorações H. Liberal S/A	Cr\$ 3.000,00
872	Faltando	-
873	Francisco P. Vicente Azevedo	Cr\$ 1.000,00
874	Faltando	-
875	Faltando	-
876	Banco do Brasil S/A	Cr\$ 5.000,00
877	Faltando	-
878	Banco Sulamericano Brasil S/A	Cr\$ 2.000,00
879	Ulisses Paes de Barros	Cr\$ 1.000,00
880	Cyro Berlinck	Cr\$ 1.000,00
881	Alfredo Busaid	Cr\$ 1.000,00
882	Joaquina Cardoso Camargo	Cr\$ 1.000,00
883	Fernando Camarinha	Cr\$ 1.000,00
884	Cardobrasil S/A	Cr\$ 1.000,00
885	Faltando	-
886	Faltando	-
887	Faltando	-
888	Faltando	-
889	Marco Antonio Vieira Carvalho	Cr\$ 5.000,00
890	Casa Bancar. Metropole S/A	Cr\$ 1.000,00
891	Casa Jose Silva	Cr\$ 2.000,00
892	Guido Cataldi	Cr\$ 1.000,00
893	Ceramica Porto Ferreira	Cr\$ 1.000,00
894	Faltando	-
895	Faltando	-
896	Cia. Anglo Brasil. de Juta	Cr\$ 2.000,00
897	Cia. Cervejaria Rio Claro	Cr\$ 5.000,00

898	Faltando	-
899	Faltando	-
900	Faltando	-
901	Faltando	-
902	Faltando	-
903	Faltando	-
904	Faltando	-
905	Serviço Social da Industria SESI	Cr\$ 505.000,00
906	Faltando	-
907	Cia. Cimento Portland Itau	Cr\$ 5.000,00
908	Faltando	-
909	Cia. Construtora de Estradas Esse-Esse	Cr\$ 1.500,00
910	Cia. Carbonífera Cambuí	Cr\$ 1.000,00
911	Cia. Paulista de Energia Eletrica	Cr\$ 1.000,00
912	Faltando	-
913	Faltando	-
914	Cia. Paulista Estrada de Ferro	Cr\$ 5.000,00
915	Cia. Produtos Químicos Fabr. Belém	Cr\$ 1.000,00
916	Faltando	-
917	Faltando	-
918	Cia. Sorocabana de Materiais Ferroviários SOMA	Cr\$ 15.000,00
919	Cia. Tecelagem Sergio Gasparian	Cr\$ 1.000,00
920	Chocolates Copenhagen	Cr\$ 2.000,00
921	Faltando	-
922	Faltando	-
923	Faltando	-
924	Com. e Import. Combate S/A	Cr\$ 1.000,00
925	Com. Tec. Morae Machado	Cr\$ 1.000,00
926	Tacito Barcelos Correa	Cr\$ 1.000,00
927	Cortume Carioca	Cr\$ 1.000,00
928	D.L.R. Plasticos Brasil	Cr\$ 1.000,00
929	Faltando	-
930	Deposito Normal Import.	Cr\$ 1.000,00
931	Faltando	-
932	Faltando	-
933	Faltando	-
934	Distr. Brasil de Artigos Manufat.	Cr\$ 1.000,00
935	Faltando	-
936	Faltando	-
937	Faltando	-
938	Faltando	-
939	Eletro Industria Walita	Cr\$ 1.000,00
940	Facchini S/A	Cr\$ 1.000,00
941	Eternit do Brasil S/A	Cr\$ 1.000,00
942	Tarquinio Marques Ferreira	Cr\$ 1.000,00
943	Faltando	-

944	Maria Armbrust L. Figueiredo	Cr\$ 1.000,00
945	Gumerindo Lara Fonseca	Cr\$ 1.000,00
946	Fonseca & Cª Ltda.	Cr\$ 1.000,00
947	Faltando	-
948	Faltando	-
949	Faltando	-
950	Ford Motors Cª	Cr\$ 10.000,00
951	Faltando	-
952	Faltando	-
953	Faltando	-
954	Mario Frugieuele	Cr\$ 1.000,00
955	Galeria Paulista de Modas	Cr\$ 2.000,00
956	Faltando	-
957	Faltando	-
958	Dr. Armando Gallo	Cr\$ 1.000,00
959	João Goes Sayão Filho	Cr\$ 1.000,00
960	Faltando	-
961	Faltando	-
962	Alfredo Giorgi	Cr\$ 1.000,00
963	Cesar Giorgi	Cr\$ 1.000,00
964	Julio Giorgi	Cr\$ 3.000,00
965	Rogério Giorgi	Cr\$ 1.000,00
966	Faltando	-
967	Faltando	-
968	Faltando	-
969	Faltando	-
970	Faltando	-
971	Faltando	-
972	Jose Silva Gordo	Cr\$ 1.000,00
973	Faltando	-
974	Faltando	-
975	Faltando	-
976	Helios S/A	Cr\$ 1.000,00
977	Ind. Produt. Quimicos ST	Cr\$ 2.000,00
978	Ind. Tapetes Atlantida	Cr\$ 2.000,00
979	Faltando	-
980	Faltando	-
981	Ind. Textil Aziz Nader	Cr\$ 2.000,00
982	Internat. Harvester Maq.	Cr\$ 1.000,00
983	J. Cassab S/A	Cr\$ 1.000,00
984	Keller Weber	Cr\$ 1.000,00
985	Cia. Textil Santa Brasilissa	Cr\$ 2.500,00
986	Marcos Keuteredjan	Cr\$ 1.000,00
987	Faltando	-
988	Candida Cintra Leite	Cr\$ 2.000,00
989	Faltando	-

990	Dr. Paulino Longo	Cr\$ 1.000,00
991	Antenor Liberato de Macedo	Cr\$ 2.000,00
992	Faltando	-
993	Francisco Cruz Maldonado	Cr\$ 1.000,00
994	Americo Malzoni	Cr\$ 2.000,00
995	Guido Malzoni	Cr\$ 2.000,00
996	Idvio Malzoni	Cr\$ 2.000,00
997	Faltando	-
998	Nuncio Malzoni Filho	Cr\$ 2.000,00
999	Maquinas York	Cr\$ 1.000,00
1000	Rubens Ribeiro Marx	Cr\$ 1.000,00
1001	Francisco Matarazzo	Cr\$ 1.000,00
1002	Manoel Arantes Mateus	Cr\$ 1.000,00
1003	Alfredo Matias	Cr\$ 1.000,00
1004	Silla O. Mattos	Cr\$ 3.000,00
1005	Emilia Mayer	Cr\$ 1.000,00
1006	Faltando	-
1007	Geraldo Homem de Mello	Cr\$ 2.000,00
1008	Renato Martins Siqueira	Cr\$ 2.000,00
1009	Faltando	-
1010	Faltando	-
1011	Metalurgia Paulista	Cr\$ 15.000,00
1012	Dr. Jorge Queiroz Moraes	Cr\$ 1.000,00
1013	Morse & Bierrenbach	Cr\$ 1.000,00
1014	Faltando	-
1015	Faltando	-
1016	S/A Financiad. Ind. Com. Cacique	Cr\$ 1.500,00
1017	Deolinda Ferreira Mortari	Cr\$ 2.000,00
1018	Maria Moares Moura	Cr\$ 1.000,00
1019	Faltando	-
1020	Faltando	-
1021	Moveis Pascoal Bianco S/A	Cr\$ 1.000,00
1022	Jose Galleano Neves	Cr\$ 1.000,00
1023	Faltando	-
1024	Fernando de Almeida Nobre	Cr\$ 2.000,00
1025	Fernando de Almeida Nobre Filho	Cr\$ 2.000,00
1026	Adelino Teodoro Oliveira	Cr\$ 1.000,00
1027	Orquima Ind. Qui. Reunidas	Cr\$ 5.000,00
1028	Rodolfo Ortemblad	Cr\$ 1.200,00
1029	Renzo Paglari	Cr\$ 1.000,00
1030	Jeronimo Pimenta	Cr\$ 1.000,00
1031	Virgilio Alves Carv. Pinto	Cr\$ 1.000,00
1032	Pirelli S/A	Cr\$ 18.000,00
1033	Faltando	-
1034	Faltando	-
1035	Quimica Ind. Barra Piraí	Cr\$ 2.000,00

1036	Jorge Rezende	Cr\$ 2.000,00
1037	Constantino Pereira Rodrigues	Cr\$ 1.000,00
1038	Faltando	-
1039	Faltando	-
1040	Maria Helena Camargo Rodrigues	Cr\$ 7.000,00
1041	Ruy Garcia da Rosa	Cr\$ 1.000,00
1042	Faltando	-
1043	Faltando	-
1044	Faltando	-
1045	Faltando	-
1046	Faltando	-
1047	Mario Rossetto	Cr\$ 2.000,00
1048	Faltando	-
1049	Faltando	-
1050	Honorina Roversi	Cr\$ 2.000,00
1051	Marquesa Odela Arena Rovirala	Cr\$ 2.000,00
1052	Empreza Grafica <i>O Cruzeiro</i>	Cr\$ 10.000,00
1053	Faltando	-
1054	Faltando	-
1055	S/A Fabr. Linhas Arlete Marconcini	Cr\$ 1.000,00
1056	SKF Rolamentos do Brasil	Cr\$ 1.000,00
1057	Sanaf S/A Nac. de Aço e Ferro	Cr\$ 3.000,00
1058	São Paulo Cia de Seguros de vida	Cr\$ 10.000,00
1059	Termo Aço S/A	Cr\$ 2.000,00
1060	Michel Scaff	Cr\$ 1.000,00
1061	Jose Soares Scarano	Cr\$ 1.000,00
1062	Faltando	-
1063	Faltando	-
1064	Judith Barros Schimit	Cr\$ 3.000,00
1065	Alberico Marques da Silva	Cr\$ 2.000,00
1066	Serviço Social do Comercio SESC	Cr\$ 5.000,00
1067	Horacio Ferreira da Silva	Cr\$ 2.000,00
1068	Faltando	-
1069	Persio Marques Ferr. da Silva	Cr\$ 2.000,00
1070	Eduardo Simonsen	Cr\$ 2.000,00
1071	Faltando	-
1072	Victor Geraldo Simonsen	Cr\$ 1.000,00
1073	Roberto Simonsen Filho	Cr\$ 2.000,00
1074	Singer Sewing Machine Cº	Cr\$ 1.000,00
1075	Ary Bastos Siqueira	Cr\$ 1.000,00
1076	Renato Martins Siqueira	Cr\$ 2.000,00
1077	Faltando	-
1078	João Lacerda Soares Filho	Cr\$ 1.000,00
1079	Soc. Prod. Agricolas e Industriais	Cr\$ 1.000,00
1080	Jayme Ribeiro de Souza	Cr\$ 1.000,00
1081	Faltando	-

1082	Tecel. Seda N.S. da Penha	Cr\$ 1.000,00
1083	Textilia S/A	Cr\$ 1.000,00
1084	Antonio Carlos Vidigal	Cr\$ 2.000,00
1085	Cassio Vidigal	Cr\$ 1.000,00
1086	Faltando	-
1087	Silvyo Bueno Vidigal	Cr\$ 2.000,00
1088	Jose Villac	Cr\$ 1.000,00
1089	Faltando	-
1090	Willys Overland do Brasil	Cr\$ 20.000,00
1091	Dna. Raquel Simonsen	Cr\$ 2.000,00
1092	Dr. Haroldo Azevedo Sodré	Cr\$ 2.000,00
1093	Faltando	-
1094	Faltando	-
1095	Eneas Chrispiniano Barreto	Cr\$ 100,00
1096	Cia. Import. Garf. Arthur Sievers	Cr\$ 1.000,00
1097	Cia. Brasil. de Investimentos	Cr\$ 500,00
1098	Maria Antonieta Assumpção	Cr\$ 100,00
1099	Cel H. Vieira de Melo	Cr\$ 100,00
1100	Faltando	-
1101	Faltando	-
1102	Ind. e Com. Eterno S/A	Cr\$ 83,00
1103	Associação Comercial de São Paulo	Cr\$ 1.000,00
1104	Laminação Nacional de Metais	Cr\$ 2.000,00
1105	Bussing do Brasil	Cr\$ 500,00
1106	Faltando	-
1107	Faltando	-
1108	Faltando	-
1109	Faltando	-
1110	Faltando	-
1111	Serv. Nac. de Aprendizagem Industrial SENAI	Cr\$ 250.000,00
1112	Faltando	-
1113	Faltando	-
1114	Faltando	-
1115	Faltando	-
1116	Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	Cr\$ 125.000,00
1117	Cia. Antartica Paulista	Cr\$ 40.000,00
1118	Faltando	-
1119	Faltando	-
1120	Martinho Frontini	Cr\$ 1.000,00
1121	Faltando	-
1122	Faltando	-
1123	Faltando	-
1124	Faltando	-
1125	Faltando	-
1126	Faltando	-
1127	Faltando	-

1128	Faltando	-
1129	Abrasivos Bombril	Cr\$ 5.000,00
1130	Adolpho Timm e Cia. Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1131	Gregorio Paes de Almeida	Cr\$ 1.000,00
1132	Roberto Alves Almeida	Cr\$ 1.000,00
1133	Galdino A. Almeida Junior	Cr\$ 1.000,00
1134	Aracy Arens	Cr\$ 4.000,00
1135	Armeo Industr. e Comercial	Cr\$ 1.000,00
1136	Laerte Assumpção Junior	Cr\$ 1.000,00
1137	Aldo e Alice S. Azevedo	Cr\$ 2.000,00
1138	Banco Brasileiros de Descontos	Cr\$ 1.000,00
1139	Banco Nacional Cidade de São Paulo	Cr\$ 1.000,00
1140	Faltando	-
1141	Faltando	-
1142	Banco Província Rio Grande do Sul	Cr\$ 2.000,00
1143	Dr. Paulo Almeida Barbosa	Cr\$ 1.000,00
1144	Faltando	-
1145	Faltando	-
1146	Bendix Home Appliance Brasil	Cr\$ 5.000,00
1147	Adelia e Myrtes P. Borges	Cr\$ 2.000,00
1148	Mario Betti	Cr\$ 1.000,00
1149	Dr. Ricardo Bragaglia	Cr\$ 1.000,00
1150	Faltando	-
1151	Sebastiana Cunha Bueno	Cr\$ 1.000,00
1152	H. Robert Caiuby	Cr\$ 2.000,00
1153	Caixa Economica Federal de São Paulo	Cr\$ 25.000,00
1154	Celso F. de Camargo	Cr\$ 2.000,00
1155	Faltando	-
1156	M. Mendes Campos	Cr\$ 2.000,00
1157	Helio Campos	Cr\$ 1.000,00
1158	Odon Lima Cardoso	Cr\$ 2.000,00
1159	Casa Grimaldi S/A	Cr\$ 1.000,00
1160	Casa Helios	Cr\$ 1.000,00
1161	Cassio Muniz	Cr\$ 5.000,00
1162	Ceramica São Caetano	Cr\$ 5.000,00
1163	Cia. Automoveis Pereira Inácio	Cr\$ 1.000,00
1164	Cia. Industrial de Osasco	Cr\$ 1.000,00
1165	Faltando	-
1166	Faltando	-
1167	Cia. Serrador	Cr\$ 5.000,00
1168	Cia. Comercial Vidros Brasil	Cr\$ 10.000,00
1169	Cia. Construtora Pederneiras	Cr\$ 2.000,00
1170	Cia. Horm S/A	Cr\$ 20.000,00
1171	Cia. Ind. e Agric. Boyes	Cr\$ 1.000,00
1172	Cia. Ind. e Agric. São João	Cr\$ 1.000,00
1173	Faltando	-

1174	Cia. Johnson & Johnson Brasil	Cr\$ 1.500,00
1175	Cia. Paulista de Automóveis	Cr\$ 1.000,00
1176	Cia. Saad do Brasil	Cr\$ 1.000,00
1177	Urbano Felix Cintra	Cr\$ 1.000,00
1178	Olimpio Felix Cintra Filho	Cr\$ 2.000,00
1179	Com. e Ind. Saulo Pagnocelli	Cr\$ 1.000,00
1180	Comiss. Despachos Itapolis	Cr\$ 1.000,00
1181	Constr. Mota Matoso e Pinheiro	Cr\$ 1.000,00
1182	Bruno Marques da Cruz	Cr\$ 2.000,00
1183	Henrique V. Santos Dumont	Cr\$ 5.000,00
1184	Faltando	-
1185	E. Nanograsso e Cia.	Cr\$ 1.000,00
1186	Faltando	-
1187	Móveis de Aço Fiel	Cr\$ 1.000,00
1188	Faltando	-
1189	Faltando	-
1190	Faltando	-
1191	Faltando	-
1192	Faltando	-
1193	Faltando	-
1194	Faltando	-
1195	Faltando	-
1196	Faltando	-
1197	Faltando	-
1198	Faltando	-
1199	Faltando	-
1200	Faltando	-
1201	Faltando	-
1202	Faltando	-
1203	Faltando	-
1204	Faltando	-
1205	Faltando	-
1206	Faltando	-
1207	Faltando	-
1208	Faltando	-
1209	Faltando	-
1210	Enrietti & Cia. Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1211	Bebacenio S/A	Cr\$ 1.000,00
1212	Fabbe S/A	Cr\$ 1.000,00
1213	Ary Fachada	Cr\$ 1.000,00
1214	Domingos Fasano	Cr\$ 1.000,00
1215	Vilon Feith	Cr\$ 1.000,00
1216	Faltando	-
1217	Ester Meireles Queiroz Ferreira	Cr\$ 5.000,00
1218	Francisco Queiroz Ferreira	Cr\$ 1.000,00
1219	Wladimir Meireles Queiroz Ferreira	Cr\$ 1.000,00

1220	Fiação e Tecelagem Nice	Cr\$ 2.000,00
1221	João Henrique Fonseca	Cr\$ 1.000,00
1222	Nicola Gallucci	Cr\$ 1.000,00
1223	Manoel Joaquim Gonçalves Junior	Cr\$ 1.000,00
1224	Faltando	-
1225	Henrique Lemoko e Cia. Ltda.	Cr\$ 3.000,00
1226	Ind. e Com. Antonio Nogueira S/A	Cr\$ 2.000,00
1227	Faltando	-
1228	Faltando	-
1229	Faltando	-
1230	Faltando	-
1231	Industria Jose Abdala Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1232	Ind. Papel Simão S/A	Cr\$ 3.000,00
1233	Plinio Kihel	Cr\$ 2.000,00
1234	João Gomes Xavier e Cia.	Cr\$ 3.000,00
1235	Klabin Irmãos e Cia.	Cr\$ 2.000,00
1236	Laborfarma S/A	Cr\$ 2.000,00
1237	Faltando	-
1238	Faltando	-
1239	Laboratórios Biosintética S/A	Cr\$ 500,00
1240	D. A. Jacob Lafer	Cr\$ 1.000,00
1241	Amelia A. Campos Lara	Cr\$ 1.000,00
1242	Candida Cintra Leite	Cr\$ 2.000,00
1243	Otavio Lemmi	Cr\$ 500,00
1244	Otavio Lotufo	Cr\$ 2.000,00
1245	João Lunardeli	Cr\$ 5.000,00
1246	Faltando	-
1247	Celino de Paula Machado	Cr\$ 3.000,00
1248	Martini & Rossi S/A	Cr\$ 1.000,00
1249	Luis Medici Filho	Cr\$ 1.000,00
1250	Faltando	-
1251	Alda Ribeiro Meireles	Cr\$ 1.000,00
1252	Dr. Vicente Rao	Cr\$ 200.000,00
1253	Celso Junqueira Meireles	Cr\$ 1.000,00
1254	Fabio Junqueira Meireles	Cr\$ 1.000,00
1255	Marcio Souza Meireles	Cr\$ 1.000,00
1256	Milton Souza Meireles	Cr\$ 2.000,00
1257	Roberto Fleury Meireles	Cr\$ 1.000,00
1258	João Mellão	Cr\$ 3.000,00
1259	Faltando	-
1260	Dr. Rafael Franco Mello	Cr\$ 1.000,00
1261	Faltando	-
1262	Flavio Itapura de Miranda	Cr\$ 1.000,00
1263	Cicero Augusto de Moraes	Cr\$ 2.000,00
1264	Faltando	-
1265	Faltando	-

1266	Faltando	-
1267	Faltando	-
1268	Faltando	-
1269	Faltando	-
1270	Faltando	-
1271	Faltando	-
1272	Faltando	-
1273	Faltando	-
1274	Faltando	-
1275	Roberto Moreira	Cr\$ 1.000,00
1276	Domingos Mormano	Cr\$ 5.000,00
1277	Francisco Mormano	Cr\$ 5.000,00
1278	Victor Morse	Cr\$ 1.000,00
1279	Gabriel Mouletlet	Cr\$ 1.000,00
1280	Faltando	-
1281	Faltando	-
1282	Dna. Emilia Odescalchi	Cr\$ 1.000,00
1283	Organis. Financ. Anibal T. Correia	Cr\$ 1.000,00
1284	Faltando	-
1285	Honorio Penteado	Cr\$ 1.000,00
1286	Faltando	-
1287	Dario Abreu Pereira	Cr\$ 1.000,00
1288	Edgard Baptista Pereira	Cr\$ 1.000,00
1289	Gastão Pinatel	Cr\$ 1.000,00
1290	Faltando	-
1291	Faltando	-
1292	Faltando	-
1293	Faltando	-
1294	Sebastião de Godoi Pinheiro	Cr\$ 1.000,00
1295	Faltando	-
1296	José Avelino Pinho	Cr\$ 2.000,00
1297	Heitor Portugal	Cr\$ 2.000,00
1298	Ademar Almeida Prado	Cr\$ 5.000,00
1299	Trajano Puppo Neto	Cr\$ 1.000,00
1300	Frederico Souza Queiroz	Cr\$ 1.000,00
1301	Julio Queiroz	Cr\$ 1.000,00
1302	Roberto Inacio Souza Queiroz	Cr\$ 1.000,00
1303	Narum Simão Racy	Cr\$ 1.000,00
1304	Cesar F. Racy	Cr\$ 1.000,00
1305	Eduardo Silva Ramos	Cr\$ 2.000,00
1306	Mario Rappa	Cr\$ 1.000,00
1307	Faltando	-
1308	Francisco Luis Ribeiro	Cr\$ 1.000,00
1309	Sebastião Almeida Ribeiro	Cr\$ 1.000,00
1310	Rica Flora S/A	Cr\$ 1.000,00
1311	Dr. Paulo de Sá	Cr\$ 1.000,00

1312	Dagoberto Padua Salles	Cr\$ 1.000,00
1313	Faltando	-
1314	Henrique Schieffordechar	Cr\$ 1.000,00
1315	Sergio Courecchio	Cr\$ 1.000,00
1316	Segurança Imobiliária	Cr\$ 2.000,00
1317	Condessa Elcio Siciliano	Cr\$ 2.000,00
1318	Faltando	-
1319	Rita L. Dias e Silva	Cr\$ 1.000,00
1320	Soc. Comerc. e Construtura	Cr\$ 1.000,00
1321	Jose Estanislau Amaral Souza	Cr\$ 1.000,00
1322	Faltando	-
1323	Ferdinando Strina	Cr\$ 1.000,00
1324	Faltando	-
1325	Faltando	-
1326	Tecelagem Saturnia S/A	Cr\$ 1.000,00
1327	Faltando	-
1328	Faltando	-
1329	Tecidos Ferreira Queiroz	Cr\$ 2.000,00
1330	Faltando	-
1331	Banco	Cr\$ 1.000,00
1332	Thomas Henrique Ferragens S/A	Cr\$ 1.000,00
1333	Jaime Torres	Cr\$ 2.000,00
1334	Manoel Ribeiro Vergueiro	Cr\$ 1.000,00
1335	Antonio Carlos Viana	Cr\$ 1.000,00
1336	Faltando	-
1337	Noaria Lara Vidigal	Cr\$ 1.000,00
1338	Ricardo Vidigal	Cr\$ 1.000,00
1339	Faltando	-
1340	V. N. Jackson Inc.	Cr\$ 1.000,00
1341	Faltando	-
1342	Faltando	-
1343	Faltando	-
1344	Faltando	-
1345	Faltando	-
1346	Faltando	-
1347	Alberto de Almeida	Cr\$ 1.000,00
1348	Irene Costa Pereira Almeida	Cr\$ 1.000,00
1349	Faltando	-
1350	Faltando	-
1351	Dr. João Baptista Pereira Almeida	Cr\$ 1.000,00
1352	Alves Azevedo S/A	Cr\$ 2.000,00
1353	Luis Fernando Amaral	Cr\$ 2.000,00
1354	Dr. Plinio Botelho Amaral	Cr\$ 2.000,00
1355	Banco Portugues do Brasil	Cr\$ 2.000,00
1356	Ilegível	Cr\$ 1.000,00
1357	Ilegível	Cr\$ 1.000,00

1358	Ilegível	Cr\$ 1.000,00
1359	Ilegível	Cr\$ 1.000,00
1360	Ilegível	Cr\$ 500,00
1361	Faltando	-
1362	Banco Comercio e Industria	Cr\$ 1.000,00
1363	Ilegível	Cr\$ 1.000,00
1364	Banco Nacional do Comércio São Paulo	Cr\$ 5.000,00
1365	Dr. Luis M. Barros	Cr\$ 1.000,00
1366	João Moraes Filho	Cr\$ 2.000,00
1367	Com. Alberto Bonfiglioli	Cr\$ 1.000,00
1368	Ilegível	Cr\$ 1.000,00
1369	Ilegível	Cr\$ 5.000,00
1370	Ovidio Miranda Brito	Cr\$ 1.000,00
1371	Eduardo Cunha Bueno	Cr\$ 1.000,00
1372	Jorge Cunha Bueno	Cr\$ 1.000,00
1373	Faltando	-
1374	Adalberto Rocha Neto	Cr\$ 1.000,00
1375	Joaquim Cunha Bueno Neto	Cr\$ 1.000,00
1376	Faltando	-
1377	Silvio de Campos	Cr\$ 1.000,00
1378	Dr. Silvio de Campos Filho	Cr\$ 2.000,00
1379	Dr. Francisco Malta Cardoso	Cr\$ 2.000,00
1380	Bernardo Miller	Cr\$ 1.000,00
1381	Faltando	-
1382	Joaquim Monteiro Carvalho	Cr\$ 1.000,00
1383	Faltando	-
1384	Casa Anglo Brasileira	Cr\$ 5.000,00
1385	Casa da Sela S/A	Cr\$ 1.000,00
1386	Casa Braguetti Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1387	Ilegível	Cr\$ 1.000,00
1388	Casa Fernandez	Cr\$ 1.000,00
1389	Casa Paiva de Modas	Cr\$ 2.000,00
1390	Dr. Antonio Cardoso	Cr\$ 1.000,00
1391	Faltando	-
1392	Faltando	-
1393	José Dias Castro	Cr\$ 1.000,00
1394	Ruy	Cr\$ 1.000,00
1395	Dr. João Cerqueira	Cr\$ 1.000,00
1396	Eloy Chaves	Cr\$ 2.000,00
1397	Cia. Comiss. Alberto Bonfiglioli	Cr\$ 1.000,00
1398	Faltando	-
1399	Cia. Industrial de Conservas Alimentícias Cica	Cr\$ 2.000,00
1400	Cia. Industrial São Paulo-Rio	Cr\$ 10.000,00
1401	Cia. Nacional de Seguros	Cr\$ 2.000,00
1402	Cia. T. Janner	Cr\$ 1.000,00
1403	Cia. Tecidos José Andrade	Cr\$ 1.000,00

1404	Colgate Palmolive	Cr\$ 2.000,00
1405	Construtora Leme Ferreira	Cr\$ 1.000,00
1405	Ind. Textil Nicolau Jeha	Cr\$ 1.000,00
1406	Pascoal Conzo	Cr\$ 1.000,00
1407	Irineu Silveira Correa	Cr\$ 3.000,00
1408	Conde Carlos Lovatelli	Cr\$ 1.000,00
1408	D. F. Vasconcellos	Cr\$ 2.000,00
1409	Ricardo Melo Peixoto Davids	Cr\$ 2.000,00
1410	Dr. Domingos Define	Cr\$ 1.000,00
1411	Vera Delamain	Cr\$ 1.000,00
1412	Diario de São Paulo	Cr\$ 1.000,00
1413	Raul Diederickensen	Cr\$ 1.000,00
1414	Gabriel Elias	Cr\$ 1.000,00
1415	Endochimica S/A	Cr\$ 5.000,00
1416	Fabr. Aliaça Artefatos de Metais	Cr\$ 2.000,00
1417	Carlos Pacheco Fernades	Cr\$ 1.000,00
1418	Rui Martins Ferreira	Cr\$ 1.000,00
1419	Sinésio Martins Ferreira	Cr\$ 1.000,00
1420	Celso Figueiredo	Cr\$ 1.000,00
1421	Faltando	-
1422	João Baptista Leopoldo Figueiredo	Cr\$ 1.000,00
1423	Faltando	-
1424	Abrasivos Brasil	Cr\$ 5.000,00
1425	Soc. Tec. Fund. Gerise	Cr\$ 5.000,00
1426	Soc. Fabbe Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1427	Faltando	-
1428	Faltando	-
1429	Forest S/A	Cr\$ 1.000,00
1430	Fuad José Gebara	Cr\$ 1.000,00
1431	Jorge Nami Haddad	Cr\$ 1.000,00
1432	Faltando	-
1433	Hero Hidroeletrica Comercial	Cr\$ 1.000,00
1434	Ibrafe - Ind. Brasileira Produtos Eletronicos	Cr\$ 1.000,00
1435	Ind. Arames Cleide	Cr\$ 2.000,00
1436	Ind. Arames São Judas Tadeu	Cr\$ 1.000,00
1437	Ind. Brasil. Lapis Fritz Johasen	Cr\$ 1.000,00
1438	Ind. Quimica Schering	Cr\$ 1.000,00
1439	Cia. Ind. Agric. São João	Cr\$ 1.500,00
1440	Faltando	-
1441	Faltando	-
1442	Faltando	-
1443	Faltando	-
1444	Benefic. Tec. Sul America	Cr\$ 1.500,00
1445	Faltando	-
1446	Irmãos Fuganti S/A	Cr\$ 1.000,00
1447	Faltando	-

1448	J. Montanari & Fantoni	Cr\$ 1.000,00
1449	Dr. Julio Cesar Jabur	Cr\$ 1.000,00
1450	Lucjan Korgold	Cr\$ 1.000,00
1451	L. Figueiredo S/A	Cr\$ 1.000,00
1452	Lanificio Asta S/A	Cr\$ 1.000,00
1453	Diogo de Toledo Lara Filho	Cr\$ 5.000,00
1454	Dr. Fernando Rudge Leite	Cr\$ 2.000,00
1455	Paulo Ferreira de Abreu Leomil	Cr\$ 1.000,00
1456	Faltando	-
1457	Joaquim Oliveira Lima	Cr\$ 1.000,00
1458	Faltando	-
1459	José Alcantra Machado Filho	Cr\$ 2.000,00
1460	Roberto Alves Lima	Cr\$ 1.000,00
1461	Faltando	-
1462	Macife S/A	Cr\$ 1.000,00
1463	Francisco Malzoni	Cr\$ 1.000,00
1464	Manah S/A	Cr\$ 2.000,00
1465	Delamite Malgini	Cr\$ 2.000,00
1466	Estevam Margutti	Cr\$ 2.000,00
1467	Olympio Matarazzo	Cr\$ 1.000,00
1468	Material Ferroviario	Cr\$ 1.000,00
1469	Max Pochon S/A	Cr\$ 500,00
1470	Fabrio Mayer	Cr\$ 1.000,00
1471	Serviço Social da Industria SESI	Cr\$ 505.000,00
1472	Faltando	-
1473	SENAC	Cr\$ 250.000,00
1474	Eneas Crispiniano Barreto	Cr\$ 100,00
1475	Cia. Import. Garf. Arthur Sievers	Cr\$ 1.000,00
1476	Cia. Brasil. de Investimentos	Cr\$ 500,00
1477	Maria Antonieta Assumpção	Cr\$ 100,00
1478	Cel. H. Viera de Mello	Cr\$ 100,00
1479	Ind. e Com. Eterno S/A	Cr\$ 83,00
1480	Associação Comercial de São Paulo	Cr\$ 1.000,00
1481	Laminação Nacional de Metais	Cr\$ 2.000,00
1482	Bussing do Brasil	Cr\$ 500,00
1483	Faltando	-
1484	Cia. Antartica Paulista	Cr\$ 40.000,00
1485	Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	Cr\$ 125.000,00
1486	Faltando	-
1487	Henr. Schiefferdecker Fº	Cr\$ 1.000,00
1488	Faltando	-
1489	Faltando	-
1490	Faltando	-
1491	Faltando	-
1492	Dr. Rafael Mayer	Cr\$ 1.000,00
1493	Dr. Oto Meinberg	Cr\$ 500,00

1494	José Homem de Melo	Cr\$ 2.000,00
1495	Faltando	-
1496	Metalurgica Fracalanza	Cr\$ 5.000,00
1497	Molari S/A	Cr\$ 1.000,00
1498	Arnaldo Borba Moraes	Cr\$ 1.000,00
1499	Estelita Penteado Moraes	Cr\$ 1.000,00
1500	Dr. Francisco Sampaio Moreira	Cr\$ 1.000,00
1501	Otaviano Sá Moreira	Cr\$ 1.000,00
1502	José Ferreira Nascimento	Cr\$ 1.000,00
1503	Roberto Souza Nazareth	Cr\$ 1.000,00
1504	Alfredo Penteado Fº	Cr\$ 1.000,00
1505	Donquita Penteado	Cr\$ 1.000,00
1506	Noemi Berlinck Penteado	Cr\$ 1.000,00
1507	Fernando Alencar Pinto S/A	Cr\$ 2.000,00
1508	Martinho Silva Prado	Cr\$ 1.000,00
1509	R. Monteiro S/A	Cr\$ 5.000,00
1510	Nelson Luiz do Rego	Cr\$ 1.000,00
1511	S/A Cotonificio Paulista	Cr\$ 20.000,00
1512	S/A Inca Ind. Nac. Couros	Cr\$ 1.000,00
1513	S/A Moinho Santista	Cr\$ 50.000,00
1514	Antonio Carlos V. Saboia	Cr\$ 1.000,00
1515	Saturnia S/A	Cr\$ 2.000,00
1516	Mario Scarano	Cr\$ 1.000,00
1517	Carlos Augusto Schumisiger	Cr\$ 1.000,00
1518	Martin Afonso Xavier Silveira	Cr\$ 1.000,00
1519	Sindicato de Ind. do Frio	Cr\$ 5.000,00
1520	Edgard Azevedo Soares Fº	Cr\$ 1.000,00
1521	Isabel Stefano	Cr\$ 4.000,00
1522	Tecelagem Columbia S/A	Cr\$ 1.000,00
1523	Tricot-Lã S/A	Cr\$ 10.000,00
1524	Dante Vagnetti	Cr\$ 1.000,00
1525	Joaquim Augusto Ribeiro Valle	Cr\$ 1.000,00
1526	Varam Motores	Cr\$ 10.000,00
1527	Henrique Vilaboin	Cr\$ 2.000,00
1528	José Ribeiro Vilela	Cr\$ 1.000,00
1529	Abbot Laboratorios S/A	Cr\$ 1.000,00
1530	Faltando	-
1531	Faltando	-
1532	S/A Cotonificio Paulista	-
1533	Faltando	-
1534	Faltando	-
1535	Faltando	-
1536	Faltando	-
1537	Faltando	-
1538	Faltando	-
1539	Faltando	-

1540	Faltando	-
1541	Faltando	-
1542	Faltando	-
1543	Faltando	-
1544	Faltando	-
1545	Faltando	-
1546	Faltando	-
1547	Faltando	-
1548	Faltando	-
1549	Faltando	-
1550	Faltando	-
1551	Faltando	-
1552	Faltando	-
1553	Faltando	-
1554	Faltando	-
1555	Faltando	-
1556	José Carlos Afonseca	Cr\$ 1.000,00
1557	Caio Cardoso de Almeida	Cr\$ 1.000,00
1558	José Alfredo de Almeida	Cr\$ 1.000,00
1559	Aponina de Sales Amaral	Cr\$ 1.000,00
1560	Inácio Amaral	Cr\$ 2.000,00
1561	Ananias O. Prod. Embalagens	Cr\$ 1.000,00
1562	Renato Antonio Arens	Cr\$ 4.000,00
1563	Armações Probel S/A	Cr\$ 2.500,00
1564	Armazem Cereais Riachuelo	Cr\$ 5.000,00
1565	Arthur Lundgren Tecidos S/A	Cr\$ 5.000,00
1566	José Carquinho Assunção	Cr\$ 1.000,00
1567	Lenor Assunção	Cr\$ 1.000,00
1568	Pedro Carquinho Assunção	Cr\$ 1.000,00
1569	Geraldo Vicente Azevedo	Cr\$ 1.000,00
1570	B. P. Baptistella	Cr\$ 1.000,00
1571	Banco da América S/A	Cr\$ 1.000,00
1572	Banco Auxiliar de São Paulo	Cr\$ 2.000,00
1573	Banco Patriarca do Brasil	Cr\$ 1.000,00
1574	Jandyra Figueir. Moraes Barros	Cr\$ 1.000,00
1575	Luiza Lara Moraes Barros	Cr\$ 1.000,00
1576	Oscar Monteiro de Barros	Cr\$ 1.000,00
1577	Bates Valve Bag.Corp. Brazil	Cr\$ 2.000,00
1578	Henrique Barthier	Cr\$ 2.000,00
1579	Armando Moura Bitencourt	Cr\$ 2.000,00
1580	Iracema e Elizabeth R. Branco	Cr\$ 2.000,00
1581	Olavo Franco Caiuby	Cr\$ 1.000,00
1582	Gilberto Junqueira Caldas	Cr\$ 1.000,00
1583	Antonio Benedito Coutinho	Cr\$ 2.000,00
1584	Casa Vogue Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1585	Casas Eduardo	Cr\$ 2.000,00

1586	Cia. Americana Seguros	Cr\$ 1.000,00
1587	Cia. Eletrica Caiua	Cr\$ 1.000,00
1588	Fiação Tec. Guaratingetá	Cr\$ 1.000,00
1589	Cia. Imobiliária Morumbi	Cr\$ 1.000,00
1590	Cia. Melhoramentos Norte/Parana	Cr\$ 1.000,00
1591	Cia. Melhoramentos São Paulo	Cr\$ 6.000,00
1592	Faltando	-
1593	Faltando	-
1594	Cia. Nacional de Tecidos	Cr\$ 1.000,00
1595	Cia. Planatlantica de Comércio	Cr\$ 5.000,00
1596	Cia. Paulista de Eletricidade	Cr\$ 1.000,00
1597	Cia. Central de Laticionios	Cr\$ 1.000,00
1598	Lauro Cordeiro	Cr\$ 400,00
1599	Anibal Telles Correia	Cr\$ 1.000,00
1600	Candido Lima e Silva	Cr\$ 1.000,00
1601	Viuva Leandro Dupré	Cr\$ 1.000,00
1602	Escritório Suplicy	Cr\$ 5.000,00
1603	Fabrica Germade	Cr\$ 1.000,00
1604	Fabrica Isolamento Cortiça	Cr\$ 1.000,00
1605	Fabrica de Pinceis Tigre	Cr\$ 1.000,00
1606	Finabras S/A - Soc. Finan. Bra. Mil	Cr\$ 1.000,00
1607	Faltando	-
1608	Francisco Finamore	Cr\$ 2.000,00
1609	Olga Ferreira Fontoura	Cr\$ 1.000,00
1610	Francisco Fortes	Cr\$ 1.000,00
1611	Francisco Silva Jorg. E Cia. Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1612	Lana Souza Galvão	Cr\$ 1.000,00
1613	Geotecnica S/A	Cr\$ 1.000,00
1614	Aguinaldo de Goes	Cr\$ 1.000,00
1615	Gordinho Braune Industria de Papel	Cr\$ 5.000,00
1616	Joanita Cintra Gordinho	Cr\$ 1.000,00
1617	Faltando	-
1618	Geraldo Barros Monteiro	Cr\$ 1.000,00
1619	João Muzetti	Cr\$ 1.000,00
1620	Manoel Junqueira Oliveira	Cr\$ 1.000,00
1621	Dr. Paulo Dantas de Oliveira	Cr\$ 1.000,00
1622	Dr. Rosério Benedito Pelegrino	Cr\$ 1.000,00
1623	Flavio Aranha Pereira	Cr\$ 1.000,00
1624	Herculano Almeida Pires	Cr\$ 1.000,00
1625	Jose Scares Almeida Porto	Cr\$ 2.000,00
1626	Porto Seguro S/A Seguros Seriais	Cr\$ 1.000,00
1627	Sebastião Almeida Prado	Cr\$ 1.000,00
1628	Adalberto Guimaraes Queiroz	Cr\$ 2.000,00
1629	Alfredo Pereira Queiróz	Cr\$ 1.000,00
1630	Quim. Ind. Med. Lisoform	Cr\$ 1.000,00
1631	Philipe Racy	Cr\$ 1.000,00

1632	S/A Bras. Tabacos Sabratti	Cr\$ 2.000,00
1633	S/A Freedom Valvoline	Cr\$ 1.000,00
1634	Saline Dabus	Cr\$ 1.000,00
1635	Ivonne Sales	Cr\$ 2.000,00
1636	Jose Walter M. L. Seng	Cr\$ 1.000,00
1637	Sensação Modas S/A	Cr\$ 1.000,00
1638	Sepalo S/A	Cr\$ 1.000,00
1639	Dr. Hernani Azevedo Silva	Cr\$ 2.000,00
1640	Lucas Cintra Silveira	Cr\$ 500,00
1641	Argemiro Rodrigues Siqueira	Cr\$ 1.000,00
1642	Soc. Com. Instal. Seil	Cr\$ 1.000,00
1643	Norberto Abreu Sodré	Cr\$ 1.000,00
1644	Sulamerica Louças e Ferrag.	Cr\$ 1.000,00
1645	Dr. Artur Tarantino	Cr\$ 1.000,00
1646	Dr. Godofredo R. Silva Telles	Cr\$ 1.000,00
1647	Luis Pinto Thomas	Cr\$ 1.000,00
1648	Firmino Whitacker	Cr\$ 2.000,00
1649	Dr. Emanuel Whitacker	Cr\$ 10.000,00
1650	Retifica Modelo	Cr\$ 1.000,00
1651	Jose Adolfo Silva Gordo	Cr\$ 2.000,00
1652	Pablo Heider	Cr\$ 1.000,00
1653	Henry Roger Cia. Ltda.	Cr\$ 1.000,00
1654	Imobiliária Territ. Santo Amaro	Cr\$ 3.000,00
1655	Industria. Capas "Gontex"	Cr\$ 500,00
1656	Ind. Metal. N. S. Aparecida	Cr\$ 1.000,00
1657	Ind. Sulamerica Metais	Cr\$ 10.000,00
1658	Ind. Martins Ferreira	Cr\$ 1.000,00
1659	Itaoca S/A Administr. Bens	Cr\$ 1.000,00
1660	J. Moreira & Cia.	Cr\$ 1.000,00
1661	Faltando	-
1662	Alkindar M. Junqueira	Cr\$ 1.000,00
1663	Manoel Lopes Ladeira	Cr\$ 1.000,00
1664	Lanificio Santa Branca	Cr\$ 5.000,00
1665	João B. Sampaio Lara	Cr\$ 1.000,00
1666	Geremia Lunardelli	Cr\$ 5.000,00
1667	Ricardo Lunardelli	Cr\$ 2.000,00
1668	Macedo Gaspar & Cia	Cr\$ 1.000,00
1669	Malharia Sta. Isabel	Cr\$ 1.000,00
1670	Maquinas Bromberg	Cr\$ 1.000,00
1671	Fernando Murray	Cr\$ 1.000,00
1672	Joaquim Fonseca Souza Meireles	Cr\$ 1.000,00
1673	Joaquim Victor Souza Meireles	Cr\$ 1.000,00
1674	Com. Horacio J. Moreira Melo	Cr\$ 1.000,00
1675	Francisco Mesquita	Cr\$ 1.000,00
1676	Julio Mesquita Filho	Cr\$ 1.000,00
1677	Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	Cr\$ 125.000,00

1678	Cia. Antartica Paulista	Cr\$ 40.000,00
1679	SENAC	Cr\$ 250.000,00
1680	Serviço Social da Industria SESI	Cr\$ 505.000,00
1681	Laminação Nacional de Metais	Cr\$ 2.000,00
1682	Cia. Imp. Grafica A. Siovure	Cr\$ 1.000,00
1683	Adalberto Leme Ferreira	Cr\$ 500,00
1684	Associação Comercial de São Paulo	Cr\$ 1.000,00
1685	Bussing do Brasil	Cr\$ 500,00
1686	Cia. Brasil. de Investimentos	Cr\$ 500,00
1687	Cel. H. Viera de Mello	Cr\$ 100,00
1688	Maria Antonieta Assumpção	Cr\$ 100,00
1689	Eneas Crispiano Barreto	Cr\$ 100,00
1690	Ind. e Com. Eterno S/A	Cr\$ 83,00
1691	Faltando	-
1692	Faltando	-
1693	Faltando	-
1694	Karan Simão Racy	Cr\$ 5.000,00
1695	Omar Simão Racy	Cr\$ 5.000,00
1696	Industria de Papel Simão S/A	Cr\$ 5.000,00
1697	Faltando	-
1698	Faltando	-
1699	Faltando	-
1700	Faltando	-
1701	Administração Comercial Major S/A	Cr\$ 3.000,00
1702	Agromotor S/A	Cr\$ 10.000,00
1703	Adib Said Aidar	Cr\$ 1.000,00
1704	Alcide Addone	Cr\$ 1.000,00
1705	Amorin Coelho S/A	Cr\$ 1.000,00
1706	Luiz Aranha Junior	Cr\$ 1.000,00
1707	Arno S/A	Cr\$ 5.000,00
1708	Heitor Rocha Azevedo	Cr\$ 1.000,00
1709	Banco Noroeste do Estado de São Paulo	Cr\$ 2.000,00
1710	Henrique Bastos Filho	Cr\$ 1.000,00
1711	Henrique Smith Bayma	Cr\$ 1.000,00
1712	Henrique Cunha Bueno	Cr\$ 1.000,00
1713	Maria C. Coutinho Cunha Bueno	Cr\$ 1.000,00
1714	Carolina Caiuby	Cr\$ 1.000,00
1715	Julieta Costa Carvalho Caiuby	Cr\$ 1.000,00
1716	José Ferraz de Camargo	Cr\$ 5.000,00
1717	Maria Teixeira de Camargo	Cr\$ 2.000,00
1718	Felicissima Lara Campos	Cr\$ 2.000,00
1719	Manoel Archer Castilho	Cr\$ 1.000,00
1720	Domingos Pires Oliveira Dias	Cr\$ 1.000,00
1721	Cia. Importadora de Petroleo	Cr\$ 1.000,00
1722	Cia. Mecanica Importadora	Cr\$ 1.000,00
1723	COFAP - Cia. Fabricadora de Peças	Cr\$ 2.000,00

1724	Dr. Olavo Costa	Cr\$ 2.000,00
1725	Nelson Coutinho	Cr\$ 1.000,00
1726	Cristaleira Jaraguá	Cr\$ 1.000,00
1727	Adriano Cruz	Cr\$ 1.000,00
1728	Dante Delmonte	Cr\$ 1.000,00
1729	Dias Martins S/A	Cr\$ 1.000,00
1730	Expansão Morent. Import. E Export.	Cr\$ 1.000,00
1731	Faltando	-
1732	Godofredo Faria	Cr\$ 1.000,00
1733	Dr. Manoel C. Figueiredo Ferraz	Cr\$ 2.000,00
1734	Fiação e Tecelagem Assad	Cr\$ 1.000,00
1735	Antonio Francisco Fleury	Cr\$ 1.000,00
1736	Faltando	-
1737	Jose Freitas Silva Guimarães	Cr\$ 1.000,00
1738	Ricardo Guimarães Neto	Cr\$ 1.000,00
1739	Guitierrez S/A	Cr\$ 1.000,00
1740	Royden Mc. Lelan Harding	Cr\$ 1.000,00
1741	Faltando	-
1742	Ind. E Com. Aparelhos Delta	Cr\$ 1.000,00
1743	Industrial S/A Industria Textil	Cr\$ 1.000,00
1744	Industria J. B. Duarte	Cr\$ 1.000,00
1745	Ind. Reunidas Irmãos Spina	Cr\$ 1.000,00
1746	Otavio Junqueira Netto	Cr\$ 1.000,00
1747	Renato Junqueira Netto	Cr\$ 1.000,00
1748	Rodolfo Junqueira Netto	Cr\$ 1.000,00
1749	Julio Lobato	Cr\$ 2.000,00
1750	Laboratorios Lopet	Cr\$ 1.000,00
1751	Dr. Guido Lajolo	Cr\$ 1.000,00
1752	Alcino Ribeiro Lima	Cr\$ 1.000,00
1753	W. R. Marinho Lutz	Cr\$ 1.000,00
1754	Manfredo Costa S/A	Cr\$ 1.000,00
s/n maio1	Serviço Social da Industria SESI	Cr\$ 505.000,00
s/n maio2	Serv. Nac. de Aprendizagem Industrial SENAI	Cr\$ 250.000,00
s/n maio3	Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	Cr\$ 125.000,00
s/n maio4	Cia. Antartica Paulista	Cr\$ 40.000,00

Listagem Parcial dos Contribuintes da Campanha do Continho
629 Contribuintes em ordem alfabética (excluídos os registros marcados
com 'Faltando')

Benfeitor	Recibo	Valor
A. Queiroz Lugo e Cia	860	CR\$ 1.000,00
Abbot Laboratorios S/A	1529	CR\$ 1.000,00
Abrasivos Bombril	1129	CR\$ 5.000,00
Abrasivos Brasil	1424	CR\$ 5.000,00
Adalberto Guimaraes Queiroz	1628	CR\$ 2.000,00
Adalberto Leme Ferreira	1683	CR\$ 500,00
Adalberto Rocha Neto	1374	CR\$ 1.000,00
Adelia e Myrtes P. Borges	1147	CR\$ 2.000,00
Adelino Teodoro Oliveira	1026	CR\$ 1.000,00
Ademar Almeida Prado	1298	CR\$ 5.000,00
Adib Said Aidar	1703	CR\$ 1.000,00
Administração Comercial Major S/A	1701	CR\$ 3.000,00
Adolpho Timm e Cia. Ltda.	1130	CR\$ 1.000,00
Adriano Cruz	1727	CR\$ 1.000,00
Agromotor S/A	1702	CR\$ 10.000,00
Agua e Luz de São Paulo	859	CR\$ 1.000,00
Aguinaldo de Goes	1614	CR\$ 1.000,00
Alberico Marques da Silva	1065	CR\$ 2.000,00
Alberto de Almeida	1347	CR\$ 1.000,00
Alcide Addone	1704	CR\$ 1.000,00
Alcino Ribeiro Lima	1752	CR\$ 1.000,00
Alda Ribeiro Meireles	1251	CR\$ 1.000,00
Aldo e Alice S. Azevedo	1137	CR\$ 2.000,00
Alfredo Busaid	881	CR\$ 1.000,00
Alfredo Giorgi	962	CR\$ 1.000,00
Alfredo Matias	1003	CR\$ 1.000,00
Alfredo Penteado Fº	1504	CR\$ 1.000,00
Alfredo Pereira Queiróz	1629	CR\$ 1.000,00
Alkindar M. Junqueira	1662	CR\$ 1.000,00
Alves Azevedo S/A	1352	CR\$ 2.000,00
Amelia A. Campos Lara	1241	CR\$ 1.000,00
Americo Malzoni	994	CR\$ 2.000,00
Amorin Coelho S/A	1705	CR\$ 1.000,00
Ananias O. Prod. Embalagens	1561	CR\$ 1.000,00
Anibal Telles Correia	1599	CR\$ 1.000,00
Antenor Liberato de Macedo	991	CR\$ 2.000,00
Antonio Benedito Coutinho	1583	CR\$ 2.000,00
Antonio Carlos V. Saboia	1514	CR\$ 1.000,00

Antonio Carlos Viana	1335	CR\$ 1.000,00
Antonio Carlos Vidigal	1084	CR\$ 2.000,00
Antonio Francisco Fleury	1735	CR\$ 1.000,00
Aponina de Sales Amaral	1559	CR\$ 1.000,00
Aracy Arens	1134	CR\$ 4.000,00
Argemiro Rodrigues Siqueira	1641	CR\$ 1.000,00
Armações Probel S/A	1563	CR\$ 2.500,00
Armando Alcantara	866	CR\$ 2.000,00
Armando Moura Bitencourt	1579	CR\$ 2.000,00
Armazem Cereais Riachuelo	1564	CR\$ 5.000,00
Armeo Industr. e Comercial	1135	CR\$ 1.000,00
Arnaldo Borba Moraes	1498	CR\$ 1.000,00
Arno S/A	1707	CR\$ 5.000,00
Artes e Decorações H. Liberal S/A	871	CR\$ 3.000,00
Arthur Lundgren Tecidos S/A	1565	CR\$ 5.000,00
Ary Bastos Siqueira	1075	CR\$ 1.000,00
Ary Fachada	1213	CR\$ 1.000,00
Associação Comercial de São Paulo	1103	CR\$ 1.000,00
Associação Comercial de São Paulo	1480	CR\$ 1.000,00
Associação Comercial de São Paulo	1684	CR\$ 1.000,00
B. P. Baptistella	1570	CR\$ 1.000,00
Banco	1331	CR\$ 1.000,00
Banco Auxiliar de São Paulo	1572	CR\$ 2.000,00
Banco Brasileiros de Descontos	1138	CR\$ 1.000,00
Banco Comercio e Industria	1362	CR\$ 1.000,00
Banco da América S/A	1571	CR\$ 1.000,00
Banco do Brasil S/A	876	CR\$ 5.000,00
Banco Nacional Cidade de São Paulo	1139	CR\$ 1.000,00
Banco Nacional do Comércio São Paulo	1364	CR\$ 5.000,00
Banco Noroeste do Estado de São Paulo	1709	CR\$ 2.000,00
Banco Patriarca do Brasil	1573	CR\$ 1.000,00
Banco Portugues do Brasil	1355	CR\$ 2.000,00
Banco Província Rio Grande do Sul	1142	CR\$ 2.000,00
Banco Sulamericano Brasil S/A	878	CR\$ 2.000,00
Bates Valve Bag.Corp. Brazil	1577	CR\$ 2.000,00
Bebacenio S/A	1211	CR\$ 1.000,00
Bendix Home Appliance Brasil	1146	CR\$ 5.000,00
Benefic. Tec. Sul America	1444	CR\$ 1.500,00
Bernardo Miller	1380	CR\$ 1.000,00
Bruno Marques da Cruz	1182	CR\$ 2.000,00
Bussing do Brasil	1105	CR\$ 500,00
Bussing do Brasil	1482	CR\$ 500,00
Bussing do Brasil	1685	CR\$ 500,00
Caio Cardoso de Almeida	1557	CR\$ 1.000,00
Caixa Economica Federal de São Paulo	1153	CR\$ 25.000,00
Candida Cintra Leite	988	CR\$ 2.000,00

Candida Cintra Leite	1242	CR\$ 2.000,00
Candido Lima e Silva	1600	CR\$ 1.000,00
Cardobrasil S/A	884	CR\$ 1.000,00
Carlos Augusto Schumisiger	1517	CR\$ 1.000,00
Carlos Pacheco Fernades	1417	CR\$ 1.000,00
Carolina Caiuby	1714	CR\$ 1.000,00
Casa Anglo Brasileira	1384	CR\$ 5.000,00
Casa Bancar. Metropole S/A	890	CR\$ 1.000,00
Casa Braguetti Ltda.	1386	CR\$ 1.000,00
Casa da Sela S/A	1385	CR\$ 1.000,00
Casa Fernandez	1388	CR\$ 1.000,00
Casa Grimaldi S/A	1159	CR\$ 1.000,00
Casa Helios	1160	CR\$ 1.000,00
Casa Jose Silva	891	CR\$ 2.000,00
Casa Paiva de Modas	1389	CR\$ 2.000,00
Casa Vogue Ltda.	1584	CR\$ 1.000,00
Casas Eduardo	1585	CR\$ 2.000,00
Cassio Muniz	1161	CR\$ 5.000,00
Cassio Vidigal	1085	CR\$ 1.000,00
Cecilia Alves Almeida	867	CR\$ 5.000,00
Cel H. Vieira de Melo	1099	CR\$ 100,00
Cel. H. Vieria de Mello	1478	CR\$ 100,00
Cel. H. Vieria de Mello	1687	CR\$ 100,00
Celino de Paula Machado	1247	CR\$ 3.000,00
Celso F. de Camargo	1154	CR\$ 2.000,00
Celso Figueiredo	1420	CR\$ 1.000,00
Celso Junqueira Meireles	1253	CR\$ 1.000,00
Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	1116	CR\$ 125.000,00
Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	s/n maio3	CR\$ 125.000,00
Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	1485	CR\$ 125.000,00
Centro das Industrias do Estado de São Paulo CIESP	1677	CR\$ 125.000,00
Ceramica Porto Ferreira	893	CR\$ 1.000,00
Ceramica São Caetano	1162	CR\$ 5.000,00
Cesar F. Racy	1304	CR\$ 1.000,00
Cesar Giorgi	963	CR\$ 1.000,00
Chocolates Copenhagen	920	CR\$ 2.000,00
Cia. Americana Seguros	1586	CR\$ 1.000,00
Cia. Anglo Brasil. de Juta	896	CR\$ 2.000,00
Cia. Antartica Paulista	1117	CR\$ 40.000,00
Cia. Antartica Paulista	s/n maio4	CR\$ 40.000,00
Cia. Antartica Paulista	1484	CR\$ 40.000,00
Cia. Antartica Paulista	1678	CR\$ 40.000,00
Cia. Automoveis Pereira Inácio	1163	CR\$ 1.000,00
Cia. Brasil. de Investimentos	1097	CR\$ 500,00
Cia. Brasil. de Investimentos	1476	CR\$ 500,00
Cia. Brasil. de Investimentos	1686	CR\$ 500,00

Cia. Carbonífera Cambuí	910	CR\$ 1.000,00
Cia. Central de Laticionios	1597	CR\$ 1.000,00
Cia. Cervejaria Rio Claro	897	CR\$ 5.000,00
Cia. Cimento Portland Itau	907	CR\$ 5.000,00
Cia. Comercial Vidros Brasil	1168	CR\$ 10.000,00
Cia. Comiss. Alberto Bonfiglioli	1397	CR\$ 1.000,00
Cia. Construtora de Estradas Esse-Esse	909	CR\$ 1.500,00
Cia. Construtora Pederneiras	1169	CR\$ 2.000,00
Cia. Eletrica Caiua	1587	CR\$ 1.000,00
Cia. Horm S/A	1170	CR\$ 20.000,00
Cia. Imobiliária Morumbi	1589	CR\$ 1.000,00
Cia. Imp. Grafica A. Siovure	1682	CR\$ 1.000,00
Cia. Import. Garf. Arthur Sievers	1096	CR\$ 1.000,00
Cia. Import. Garf. Arthur Sievers	1475	CR\$ 1.000,00
Cia. Importadora de Petroleo	1721	CR\$ 1.000,00
Cia. Ind. Agric. São João	1439	CR\$ 1.500,00
Cia. Ind. e Agric. Boyes	1171	CR\$ 1.000,00
Cia. Ind. e Agric. São João	1172	CR\$ 1.000,00
Cia. Industrial de Conservas Alimentícias Cica	1399	CR\$ 2.000,00
Cia. Industrial de Osasco	1164	CR\$ 1.000,00
Cia. Industrial São Paulo-Rio	1400	CR\$ 10.000,00
Cia. Johnson & Johnson Brasil	1174	CR\$ 1.500,00
Cia. Mecanica Importadora	1722	CR\$ 1.000,00
Cia. Melhoramentos Norte/Parana	1590	CR\$ 1.000,00
Cia. Melhoramentos São Paulo	1591	CR\$ 6.000,00
Cia. Nacional de Seguros	1401	CR\$ 2.000,00
Cia. Nacional de Tecidos	1594	CR\$ 1.000,00
Cia. Paulista de Automóveis	1175	CR\$ 1.000,00
Cia. Paulista de Eletricidade	1596	CR\$ 1.000,00
Cia. Paulista de Energia Eletrica	911	CR\$ 1.000,00
Cia. Paulista Estrada de Ferro	914	CR\$ 5.000,00
Cia. Planatlantica de Comércio	1595	CR\$ 5.000,00
Cia. Produtos Químicos Fabr. Belém	915	CR\$ 1.000,00
Cia. Saad do Brasil	1176	CR\$ 1.000,00
Cia. Serrador	1167	CR\$ 5.000,00
Cia. Sorocabana de Materiais Ferroviários SOMA	918	CR\$ 15.000,00
Cia. T. Janner	1402	CR\$ 1.000,00
Cia. Tecelagem Sergio Gasparian	919	CR\$ 1.000,00
Cia. Tecidos José Andrade	1403	CR\$ 1.000,00
Cia. Textil Santa Brasilissa	985	CR\$ 2.500,00
Cicero Augusto de Moraes	1263	CR\$ 2.000,00
COFAP - Cia. Fabricadora de Peças	1723	CR\$ 2.000,00
Colgate Palmolive	1404	CR\$ 2.000,00
Com. Alberto Bonfiglioli	1367	CR\$ 1.000,00
Com. e Import. Combate S/A	924	CR\$ 1.000,00
Com. e Ind. Saulo Pagnocelli	1179	CR\$ 1.000,00

Com. Horacio J. Moreira Melo	1674	CR\$ 1.000,00
Com. Tec. Morae Machado	925	CR\$ 1.000,00
Comiss. Despachos Itapolis	1180	CR\$ 1.000,00
Conde Carlos Lovatelli	1408	CR\$ 1.000,00
Condessa Elcio Siciliano	1317	CR\$ 2.000,00
Constantino Pereira Rodrigues	1037	CR\$ 1.000,00
Constr. Mota Matoso e Pinheiro	1181	CR\$ 1.000,00
Construtora Leme Ferreira	1405	CR\$ 1.000,00
Cortume Carioca	927	CR\$ 1.000,00
Cristaleira Jaraguá	1726	CR\$ 1.000,00
Cyro Berlinck	880	CR\$ 1.000,00
D. A. Jacob Lafer	1240	CR\$ 1.000,00
D. F. Vasconcellos	1408	CR\$ 2.000,00
D.L.R. Plasticos Brasil	928	CR\$ 1.000,00
Dagoberto Padua Salles	1312	CR\$ 1.000,00
Dante Delmonte	1728	CR\$ 1.000,00
Dante Vagnetti	1524	CR\$ 1.000,00
Dario Abreu Pereira	1287	CR\$ 1.000,00
Delamite Malgini	1465	CR\$ 2.000,00
Deolinda Ferreira Mortari	1017	CR\$ 2.000,00
Deposito Normal Import.	930	CR\$ 1.000,00
Diario de São Paulo	1412	CR\$ 1.000,00
Dias Martins S/A	1729	CR\$ 1.000,00
Diogo de Toledo Lara Filho	1453	CR\$ 5.000,00
Distr. Brasil de Artigos Manufat.	934	CR\$ 1.000,00
Dna. Emilia Odescalchi	1282	CR\$ 1.000,00
Dna. Raquel Simonsen	1091	CR\$ 2.000,00
Domingos Fasano	1214	CR\$ 1.000,00
Domingos Mormano	1276	CR\$ 5.000,00
Domingos Pires Oliveira Dias	1720	CR\$ 1.000,00
Donquita Penteado	1505	CR\$ 1.000,00
Dr. Antonio Cardoso	1390	CR\$ 1.000,00
Dr. Antonio M. Cardoso de Almeida	863	CR\$ 1.000,00
Dr. Armando Gallo	958	CR\$ 1.000,00
Dr. Artur Tarantino	1645	CR\$ 1.000,00
Dr. Domingos Define	1410	CR\$ 1.000,00
Dr. Emanuel Whitacker	1649	CR\$ 10.000,00
Dr. Fernando Rudge Leite	1454	CR\$ 2.000,00
Dr. Francisco Malta Cardoso	1379	CR\$ 2.000,00
Dr. Francisco Sampaio Moreira	1500	CR\$ 1.000,00
Dr. Godofredo R. Silva Telles	1646	CR\$ 1.000,00
Dr. Guido Lajolo	1751	CR\$ 1.000,00
Dr. Haroldo Azevedo Sodré	1092	CR\$ 2.000,00
Dr. Hernani Azevedo Silva	1639	CR\$ 2.000,00
Dr. João Baptista Pereira Almeida	1351	CR\$ 1.000,00
Dr. João Cerqueira	1395	CR\$ 1.000,00

Dr. Jorge Queiroz Moraes	1012	CR\$ 1.000,00
Dr. Julio Cesar Jabur	1449	CR\$ 1.000,00
Dr. Luis M. Barros	1365	CR\$ 1.000,00
Dr. Manoel C. Figueiredo Ferraz	1733	CR\$ 2.000,00
Dr. Olavo Costa	1724	CR\$ 2.000,00
Dr. Oto Meinberg	1493	CR\$ 500,00
Dr. Paulino Longo	990	CR\$ 1.000,00
Dr. Paulo Almeida Barbosa	1143	CR\$ 1.000,00
Dr. Paulo Dantas de Oliveira	1621	CR\$ 1.000,00
Dr. Paulo de Sá	1311	CR\$ 1.000,00
Dr. Plinio Botelho Amaral	1354	CR\$ 2.000,00
Dr. Rafael Franco Mello	1260	CR\$ 1.000,00
Dr. Rafael Mayer	1492	CR\$ 1.000,00
Dr. Ricardo Bragaglia	1149	CR\$ 1.000,00
Dr. Rosério Benedito Pelegrino	1622	CR\$ 1.000,00
Dr. Silvio de Campos Filho	1378	CR\$ 2.000,00
Dr. Vicente Rao	1252	CR\$ 200.000,00
E. Nanograsso e Cia.	1185	CR\$ 1.000,00
Edgard Azevedo Soares Fº	1520	CR\$ 1.000,00
Edgard Baptista Pereira	1288	CR\$ 1.000,00
Eduardo Cunha Bueno	1371	CR\$ 1.000,00
Eduardo Silva Ramos	1305	CR\$ 2.000,00
Eduardo Simonsen	1070	CR\$ 2.000,00
Eletro Industria Walita	939	CR\$ 1.000,00
Eloy Chaves	1396	CR\$ 2.000,00
Emilia Mayer	1005	CR\$ 1.000,00
Empresa Grafica <i>O Cruzeiro</i>	1052	CR\$ 10.000,00
Endochimica S/A	1415	CR\$ 5.000,00
Eneas Chrispiniano Barreto	1095	CR\$ 100,00
Eneas Crispiniano Barreto	1474	CR\$ 100,00
Eneas Crispiano Barreto	1689	CR\$ 100,00
Enrietti & Cia. Ltda.	1210	CR\$ 1.000,00
Escritório Suplicy	1602	CR\$ 5.000,00
Estelita Penteado Moraes	1499	CR\$ 1.000,00
Ester Meireles Queiroz Ferreira	1217	CR\$ 5.000,00
Estevam Margutti	1466	CR\$ 2.000,00
Eternit do Brasil S/A	941	CR\$ 1.000,00
Expansão Morent. Import. E Export.	1730	CR\$ 1.000,00
Fabbe S/A	1212	CR\$ 1.000,00
Fabio Junqueira Meireles	1254	CR\$ 1.000,00
Fabr. Aliança Artefatos de Metais	1416	CR\$ 2.000,00
Fabrica de Pinceis Tigre	1605	CR\$ 1.000,00
Fabrica Germade	1603	CR\$ 1.000,00
Fabrica Isolamento Cortiça	1604	CR\$ 1.000,00
Fabrio Mayer	1470	CR\$ 1.000,00
Facchini S/A	940	CR\$ 1.000,00

Felicissima Lara Campos	1718	CR\$ 2.000,00
Ferdinando Strina	1323	CR\$ 1.000,00
Fernando Alencar Pinto S/A	1507	CR\$ 2.000,00
Fernando Camarinha	883	CR\$ 1.000,00
Fernando de Almeida Nobre	1024	CR\$ 2.000,00
Fernando de Almeida Nobre Filho	1025	CR\$ 2.000,00
Fernando Murray	1671	CR\$ 1.000,00
Fiação e Tecelagem Assad	1734	CR\$ 1.000,00
Fiação e Tecelagem Nice	1220	CR\$ 2.000,00
Fiação Tec. Guaratingetá	1588	CR\$ 1.000,00
Finabras S/A - Soc. Finan. Bra. Mil	1606	CR\$ 1.000,00
Firmino Whitacker	1648	CR\$ 2.000,00
Flavio Aranha Pereira	1623	CR\$ 1.000,00
Flavio Itapura de Miranda	1262	CR\$ 1.000,00
Fonseca & Cª Ltda.	946	CR\$ 1.000,00
Ford Motors Cª	950	CR\$ 10.000,00
Forest S/A	1429	CR\$ 1.000,00
Francisco Cruz Maldonado	993	CR\$ 1.000,00
Francisco Finamore	1608	CR\$ 2.000,00
Francisco Fortes	1610	CR\$ 1.000,00
Francisco Luis Ribeiro	1308	CR\$ 1.000,00
Francisco Malzoni	1463	CR\$ 1.000,00
Francisco Matarazzo	1001	CR\$ 1.000,00
Francisco Mesquita	1675	CR\$ 1.000,00
Francisco Mormano	1277	CR\$ 5.000,00
Francisco P. Vicente Azevedo	873	CR\$ 1.000,00
Francisco Queiroz Ferreira	1218	CR\$ 1.000,00
Francisco Silva Jorg. E Cia. Ltda.	1611	CR\$ 1.000,00
Frederico Souza Queiroz	1300	CR\$ 1.000,00
Fuad José Gebara	1430	CR\$ 1.000,00
Gabriel Elias	1414	CR\$ 1.000,00
Gabriel Mouletlet	1279	CR\$ 1.000,00
Galdino A. Almeida Junior	1133	CR\$ 1.000,00
Galeria Paulista de Modas	955	CR\$ 2.000,00
Gastão Pinatel	1289	CR\$ 1.000,00
Geotecnica S/A	1613	CR\$ 1.000,00
Geraldo Barros Monteiro	1618	CR\$ 1.000,00
Geraldo Homem de Mello	1007	CR\$ 2.000,00
Geraldo Vicente Azevedo	1569	CR\$ 1.000,00
Geremia Lunardelli	1666	CR\$ 5.000,00
Gilberto Junqueira Caldas	1582	CR\$ 1.000,00
Godofredo Faria	1732	CR\$ 1.000,00
Gordinho Braune Industria de Papel	1615	CR\$ 5.000,00
Gregorio Paes de Almeida	1131	CR\$ 1.000,00
Guido Cataldi	892	CR\$ 1.000,00
Guido Malzoni	995	CR\$ 2.000,00

Guitierrez S/A	1739	CR\$ 1.000,00
Gumerindo Lara Fonseca	945	CR\$ 1.000,00
H. Robert Caiuby	1152	CR\$ 2.000,00
Heitor Portugal	1297	CR\$ 2.000,00
Heitor Rocha Azevedo	1708	CR\$ 1.000,00
Helio Campos	1157	CR\$ 1.000,00
Helios S/A	976	CR\$ 1.000,00
Henr. Schiefferdecker Fº	1487	CR\$ 1.000,00
Henrique Schieffordechar	1314	CR\$ 1.000,00
Henrique Barthier	1578	CR\$ 2.000,00
Henrique Bastos Filho	1710	CR\$ 1.000,00
Henrique Cunha Bueno	1712	CR\$ 1.000,00
Henrique Lemoko e Cia. Ltda.	1225	CR\$ 3.000,00
Henrique Smith Bayma	1711	CR\$ 1.000,00
Henrique V. Santos Dumont	1183	CR\$ 5.000,00
Henrique Vilaboin	1527	CR\$ 2.000,00
Henry Roger Cia. Ltda.	1653	CR\$ 1.000,00
Herculano Almeida Pires	1624	CR\$ 1.000,00
Hero Hidroeletrica Comercial	1433	CR\$ 1.000,00
Honorina Roversi	1050	CR\$ 2.000,00
Honorio Penteadó	1285	CR\$ 1.000,00
Horacio Ferreira da Silva	1067	CR\$ 2.000,00
Ibrafe - Ind. Brasileira Produtos Eletronicos	1434	CR\$ 1.000,00
Idvio Malzoni	996	CR\$ 2.000,00
Ilegível	1356	CR\$ 1.000,00
Ilegível	1357	CR\$ 1.000,00
Ilegível	1358	CR\$ 1.000,00
Ilegível	1359	CR\$ 1.000,00
Ilegível	1360	CR\$ 500,00
Ilegível	1363	CR\$ 1.000,00
Ilegível	1368	CR\$ 1.000,00
Ilegível	1369	CR\$ 5.000,00
Ilegível	1387	CR\$ 1.000,00
Imobiliária Territ. Santo Amaro	1654	CR\$ 3.000,00
Inácio Amaral	1560	CR\$ 2.000,00
Ind. Arames Cleide	1435	CR\$ 2.000,00
Ind. Arames São Judas Tadeu	1436	CR\$ 1.000,00
Ind. Brasil. Lapis Fritz Johasen	1437	CR\$ 1.000,00
Ind. e Com. Antonio Nogueira S/A	1226	CR\$ 2.000,00
Ind. E Com. Aparelhos Delta	1742	CR\$ 1.000,00
Ind. e Com. Eterno S/A	1102	CR\$ 83,00
Ind. e Com. Eterno S/A	1479	CR\$ 83,00
Ind. e Com. Eterno S/A	1690	CR\$ 83,00
Ind. Martins Ferreira	1658	CR\$ 1.000,00
Ind. Metal. N. S. Aparecida	1656	CR\$ 1.000,00
Ind. Papel Simão S/A	1232	CR\$ 3.000,00

Ind. Produt. Quimicos ST	977	CR\$ 2.000,00
Ind. Quimica Schering	1438	CR\$ 1.000,00
Ind. Reunidas Irmãos Spina	1745	CR\$ 1.000,00
Ind. Sulamerica Metais	1657	CR\$ 10.000,00
Ind. Tapetes Atlantida	978	CR\$ 2.000,00
Ind. Textil Aziz Nader	981	CR\$ 2.000,00
Ind. Textil Nicolau Jeha	1405	CR\$ 1.000,00
Industria de Papel Simão S/A	1696	CR\$ 5.000,00
Industria J. B. Duarte	1744	CR\$ 1.000,00
Industria Jose Abdala Ltda.	1231	CR\$ 1.000,00
Industria. Capas "Gontex"	1655	CR\$ 500,00
Industrial S/A Industria Textil	1743	CR\$ 1.000,00
Internat. Harvester Maq.	982	CR\$ 1.000,00
Iracema e Elizabeth R. Branco	1580	CR\$ 2.000,00
Irene Costa Pereira Almeida	1348	CR\$ 1.000,00
Irineu Silveira Correa	1407	CR\$ 3.000,00
Irmãos Fuganti S/A	1446	CR\$ 1.000,00
Isabel Stefano	1521	CR\$ 4.000,00
Itaoca S/A Administr. Bens	1659	CR\$ 1.000,00
Ivonne Sales	1635	CR\$ 2.000,00
J. Cassab S/A	983	CR\$ 1.000,00
J. Montanari & Fantoni	1448	CR\$ 1.000,00
J. Moreira & Cia.	1660	CR\$ 1.000,00
Jaime Torres	1333	CR\$ 2.000,00
Jandyra Figueir. Moraes Barros	1574	CR\$ 1.000,00
Jayme Ribeiro de Souza	1080	CR\$ 1.000,00
Jeronimo Pimenta	1030	CR\$ 1.000,00
Joanita Cintra Gordinho	1616	CR\$ 1.000,00
João B. Sampaio Lara	1665	CR\$ 1.000,00
João Baptista Leopoldo Figueiredo	1422	CR\$ 1.000,00
João Goes Sayão Filho	959	CR\$ 1.000,00
João Gomes Xavier e Cia.	1234	CR\$ 3.000,00
João Henrique Fonseca	1221	CR\$ 1.000,00
João Lacerda Soares Filho	1078	CR\$ 1.000,00
João Lunardeli	1245	CR\$ 5.000,00
João Mellão	1258	CR\$ 3.000,00
João Moraes Filho	1366	CR\$ 2.000,00
João Muzetti	1619	CR\$ 1.000,00
Joaquim Augusto Ribeiro Valle	1525	CR\$ 1.000,00
Joaquim Cunha Bueno Neto	1375	CR\$ 1.000,00
Joaquim Fonseca Souza Meireles	1672	CR\$ 1.000,00
Joaquim Monteiro Carvalho	1382	CR\$ 1.000,00
Joaquim Oliveira Lima	1457	CR\$ 1.000,00
Joaquim Victor Souza Meireles	1673	CR\$ 1.000,00
Joaquina Cardoso Camargo	882	CR\$ 1.000,00
Jorge Cunha Bueno	1372	CR\$ 1.000,00

Jorge Nami Haddad	1431	CR\$ 1.000,00
Jorge Rezende	1036	CR\$ 2.000,00
Jose Adolfo Silva Gordo	1651	CR\$ 2.000,00
José Alcantra Machado Filho	1459	CR\$ 2.000,00
José Alfredo de Almeida	1558	CR\$ 1.000,00
José Avelino Pinho	1296	CR\$ 2.000,00
José Carlos Afonseca	1556	CR\$ 1.000,00
José Carquinho Assunção	1566	CR\$ 1.000,00
José Dias Castro	1393	CR\$ 1.000,00
Jose Estanislau Amaral Souza	1321	CR\$ 1.000,00
José Ferraz de Camargo	1716	CR\$ 5.000,00
José Ferreira Nascimento	1502	CR\$ 1.000,00
Jose Freitas Silva Guimarães	1737	CR\$ 1.000,00
Jose Galleano Neves	1022	CR\$ 1.000,00
José Homem de Melo	1494	CR\$ 2.000,00
José Ribeiro Vilela	1528	CR\$ 1.000,00
Jose Scares Almeida Porto	1625	CR\$ 2.000,00
Jose Silva Gordo	972	CR\$ 1.000,00
Jose Soares Scarano	1061	CR\$ 1.000,00
Jose Villac	1088	CR\$ 1.000,00
Jose Walter M. L. Seng	1636	CR\$ 1.000,00
Judith Barros Schimit	1064	CR\$ 3.000,00
Julieta Costa Carvalho Caiuby	1715	CR\$ 1.000,00
Julio Giorgi	964	CR\$ 3.000,00
Julio Lobato	1749	CR\$ 2.000,00
Julio Mesquita Filho	1676	CR\$ 1.000,00
Julio Queiroz	1301	CR\$ 1.000,00
Karan Simão Racy	1694	CR\$ 5.000,00
Keller Weber	984	CR\$ 1.000,00
Klabin Irmãos e Cia.	1235	CR\$ 2.000,00
L. Figueiredo S/A	1451	CR\$ 1.000,00
Laboratórios Biosintética S/A	1239	CR\$ 500,00
Laboratorios Lopet	1750	CR\$ 1.000,00
Laborfarma S/A	1236	CR\$ 2.000,00
Laerte Assumpção Junior	1136	CR\$ 1.000,00
Laminação Nacional de Metais	1104	CR\$ 2.000,00
Laminação Nacional de Metais	1481	CR\$ 2.000,00
Laminação Nacional de Metais	1681	CR\$ 2.000,00
Lana Souza Galvão	1612	CR\$ 1.000,00
Lanificio Asta S/A	1452	CR\$ 1.000,00
Lanificio Santa Branca	1664	CR\$ 5.000,00
Lauro Cordeiro	1598	CR\$ 400,00
Lenor Assunção	1567	CR\$ 1.000,00
Lucas Cintra Silveira	1640	CR\$ 500,00
Lucjan Korgold	1450	CR\$ 1.000,00
Luis Fernando Amaral	1353	CR\$ 2.000,00

Luis Medici Filho	1249	CR\$ 1.000,00
Luis Pinto Thomas	1647	CR\$ 1.000,00
Luiz Aranha Junior	1706	CR\$ 1.000,00
Luiza Lara Moraes Barros	1575	CR\$ 1.000,00
M. Mendes Campos	1156	CR\$ 2.000,00
Macedo Gaspar & Cia	1668	CR\$ 1.000,00
Macife S/A	1462	CR\$ 1.000,00
Malharia Sta. Isabel	1669	CR\$ 1.000,00
Manah S/A	1464	CR\$ 2.000,00
Manfredo Costa S/A	1754	CR\$ 1.000,00
Manoel Arantes Mateus	1002	CR\$ 1.000,00
Manoel Archer Castilho	1719	CR\$ 1.000,00
Manoel Joaquim Gonçalves Junior	1223	CR\$ 1.000,00
Manoel Junqueira Oliveira	1620	CR\$ 1.000,00
Manoel Lopes Ladeira	1663	CR\$ 1.000,00
Manoel Ribeiro Vergueiro	1334	CR\$ 1.000,00
Maquinas Bromberg	1670	CR\$ 1.000,00
Maquinas York	999	CR\$ 1.000,00
Marcio Souza Meireles	1255	CR\$ 1.000,00
Marco Antonio Vieira Carvalho	889	CR\$ 5.000,00
Marcos Keuteredjan	986	CR\$ 1.000,00
Maria Antonieta Assumpção	1098	CR\$ 100,00
Maria Antonieta Assumpção	1477	CR\$ 100,00
Maria Antonieta Assumpção	1688	CR\$ 100,00
Maria Armbrust L. Figueiredo	944	CR\$ 1.000,00
Maria C. Coutinho Cunha Bueno	1713	CR\$ 1.000,00
Maria Helena Camargo Rodrigues	1040	CR\$ 7.000,00
Maria Moares Moura	1018	CR\$ 1.000,00
Maria Teixeira de Camargo	1717	CR\$ 2.000,00
Mario Betti	1148	CR\$ 1.000,00
Mario Botelho Amaral	868	CR\$ 2.000,00
Mario Frugieue	954	CR\$ 1.000,00
Mario Rappa	1306	CR\$ 1.000,00
Mario Rossetto	1047	CR\$ 2.000,00
Mario Scarano	1516	CR\$ 1.000,00
Marquesa Odela Arena Rovirala	1051	CR\$ 2.000,00
Martin Afonso Xavier Silveira	1518	CR\$ 1.000,00
Martinho Frontini	1120	CR\$ 1.000,00
Martinho Silva Prado	1508	CR\$ 1.000,00
Martini & Rossi S/A	1248	CR\$ 1.000,00
Material Ferroviario	1468	CR\$ 1.000,00
Max Pochon S/A	1469	CR\$ 500,00
Metalurgia Paulista	1011	CR\$ 15.000,00
Metalurgica Fracalanza	1496	CR\$ 5.000,00
Michel Scaff	1060	CR\$ 1.000,00
Milton Souza Meireles	1256	CR\$ 2.000,00

Molari S/A	1497	CR\$ 1.000,00
Morse & Bierrenbach	1013	CR\$ 1.000,00
Móveis de Aço Fiel	1187	CR\$ 1.000,00
Moveis Pascoal Bianco S/A	1021	CR\$ 1.000,00
Narum Simão Racy	1303	CR\$ 1.000,00
Nelson Coutinho	1725	CR\$ 1.000,00
Nelson Luiz do Rego	1510	CR\$ 1.000,00
Nicola Gallucci	1222	CR\$ 1.000,00
Noaria Lara Vidigal	1337	CR\$ 1.000,00
Noemi Berlinck Penteado	1506	CR\$ 1.000,00
Norberto Abreu Sodré	1643	CR\$ 1.000,00
Nuncio Malzoni Filho	998	CR\$ 2.000,00
Odon Lima Cardoso	1158	CR\$ 2.000,00
Olavo Franco Caiuby	1581	CR\$ 1.000,00
Olga Ferreira Fontoura	1609	CR\$ 1.000,00
Olimpio Felix Cintra Filho	1178	CR\$ 2.000,00
Olympio Matarazzo	1467	CR\$ 1.000,00
Omar Simão Racy	1695	CR\$ 5.000,00
Organis. Financ. Anibal T. Correia	1283	CR\$ 1.000,00
Orquima Ind. Qui. Reunidas	1027	CR\$ 5.000,00
Oscar Monteiro de Barros	1576	CR\$ 1.000,00
Otaviano Sá Moreira	1501	CR\$ 1.000,00
Otavio Junqueira Netto	1746	CR\$ 1.000,00
Otavio Lemmi	1243	CR\$ 500,00
Otavio Lotufo	1244	CR\$ 2.000,00
Ovidio Miranda Brito	1370	CR\$ 1.000,00
Pablo Heider	1652	CR\$ 1.000,00
Pascoal Conzo	1406	CR\$ 1.000,00
Paulo Ferreira de Abreu Leomil	1455	CR\$ 1.000,00
Pedro Carquinho Assunção	1568	CR\$ 1.000,00
Persio Marques Ferr. da Silva	1069	CR\$ 2.000,00
Philipe Racy	1631	CR\$ 1.000,00
Pirelli S/A	1032	CR\$ 18.000,00
Plinio Kihel	1233	CR\$ 2.000,00
Porto Seguro S/A Seguros Seriais	1626	CR\$ 1.000,00
Quim. Ind. Med. Lisoform	1630	CR\$ 1.000,00
Quimica Ind. Barra Piraí	1035	CR\$ 2.000,00
R. Monteiro S/A	1509	CR\$ 5.000,00
Raul Diederickensen	1413	CR\$ 1.000,00
Renato Antonio Arens	1562	CR\$ 4.000,00
Renato Junqueira Netto	1747	CR\$ 1.000,00
Renato Martins Siqueira	1008	CR\$ 2.000,00
Renato Martins Siqueira	1076	CR\$ 2.000,00
Renzo Paglari	1029	CR\$ 1.000,00
Retifica Modelo	1650	CR\$ 1.000,00
Rica Flora S/A	1310	CR\$ 1.000,00

Ricardo Guimarães Neto	1738	CR\$ 1.000,00
Ricardo Lunardelli	1667	CR\$ 2.000,00
Ricardo Melo Peixoto Davids	1409	CR\$ 2.000,00
Ricardo Vidigal	1338	CR\$ 1.000,00
Rita L. Dias e Silva	1319	CR\$ 1.000,00
Roberto Alves Almeida	1132	CR\$ 1.000,00
Roberto Alves Lima	1460	CR\$ 1.000,00
Roberto Fleury Meireles	1257	CR\$ 1.000,00
Roberto Inacio Souza Queiroz	1302	CR\$ 1.000,00
Roberto Moreira	1275	CR\$ 1.000,00
Roberto Simonsen Filho	1073	CR\$ 2.000,00
Roberto Souza Nazareth	1503	CR\$ 1.000,00
Rodolfo Junqueira Netto	1748	CR\$ 1.000,00
Rodolfo Ortemblad	1028	CR\$ 1.200,00
Rogério Giorgi	965	CR\$ 1.000,00
Royden Mc. Lelan Harding	1740	CR\$ 1.000,00
Rubens Ribeiro Marx	1000	CR\$ 1.000,00
Rui Martins Ferreira	1418	CR\$ 1.000,00
Ruy	1394	CR\$ 1.000,00
Ruy Garcia da Rosa	1041	CR\$ 1.000,00
S/A Bras. Tabacos Sabratti	1632	CR\$ 2.000,00
S/A Cotonificio Paulista	1511	CR\$ 20.000,00
S/A Fabr. Linhas Arlete Marconcini	1055	CR\$ 1.000,00
S/A Financiad. Ind. Com. Cacique	1016	CR\$ 1.500,00
S/A Freedom Valvoline	1633	CR\$ 1.000,00
S/A Inca Ind. Nac. Couros	1512	CR\$ 1.000,00
S/A Moinho Santista	1513	CR\$ 50.000,00
Saline Dabus	1634	CR\$ 1.000,00
Sanaf S/A Nac. de Aço e Ferro	1057	CR\$ 3.000,00
São Paulo Cia de Seguros de vida	1058	CR\$ 10.000,00
Saturnia S/A	1515	CR\$ 2.000,00
Sebastiana Cunha Bueno	1151	CR\$ 1.000,00
Sebastião Almeida Ribeiro	1309	CR\$ 1.000,00
Sebastião Almeida Prado	1627	CR\$ 1.000,00
Sebastião de Godoi Pinheiro	1294	CR\$ 1.000,00
Segurança Imobiliária	1316	CR\$ 2.000,00
SENAC	1473	CR\$ 250.000,00
SENAC	1679	CR\$ 250.000,00
Sensação Modas S/A	1637	CR\$ 1.000,00
Sepalo S/A	1638	CR\$ 1.000,00
Sergio Courecchio	1315	CR\$ 1.000,00
Serv. Nac. de Aprendizagem Industrial SENAI	1111	CR\$ 250.000,00
Serv. Nac. de Aprendizagem Industrial SENAI	s/n maio2	CR\$ 250.000,00
Serviço Social da Industria SESI	905	CR\$ 505.000,00
Serviço Social da Industria SESI	s/n maio1	CR\$ 505.000,00
Serviço Social da Industria SESI	1471	CR\$ 505.000,00

Serviço Social da Industria SESI	1680	CR\$ 505.000,00
Serviço Social do Comercio SESC	1066	CR\$ 5.000,00
Silla O. Mattos	1004	CR\$ 3.000,00
Silvio de Campos	1377	CR\$ 1.000,00
Silvyo Bueno Vidigal	1087	CR\$ 2.000,00
Sindicato de Ind. do Frio	1519	CR\$ 5.000,00
Sinésio Martins Ferreira	1419	CR\$ 1.000,00
Singer Sewing Machine Cº	1074	CR\$ 1.000,00
SKF Rolamentos do Brasil	1056	CR\$ 1.000,00
Soc. Com. Instal. Seil	1642	CR\$ 1.000,00
Soc. Comerc. e Construtura	1320	CR\$ 1.000,00
Soc. Fabbe Ltda.	1426	CR\$ 1.000,00
Soc. Prod. Agricolas e Industriais	1079	CR\$ 1.000,00
Soc. Tec. Fund. Gerise	1425	CR\$ 5.000,00
Sulamerica Louças e Ferrag.	1644	CR\$ 1.000,00
Tacito Barcelos Correa	926	CR\$ 1.000,00
Tarquinio Marques Ferreira	942	CR\$ 1.000,00
Tecel. Seda N.S. da Penha	1082	CR\$ 1.000,00
Tecelagem Columbia S/A	1522	CR\$ 1.000,00
Tecelagem Saturnia S/A	1326	CR\$ 1.000,00
Tecidos Ferreira Queiroz	1329	CR\$ 2.000,00
Termo Aço S/A	1059	CR\$ 2.000,00
Textilia S/A	1083	CR\$ 1.000,00
Thomas Henrique Ferragens S/A	1332	CR\$ 1.000,00
Trajano Puppo Neto	1299	CR\$ 1.000,00
Tricot-Lã S/A	1523	CR\$ 10.000,00
Ulisses Paes de Barros	879	CR\$ 1.000,00
Urbano Felix Cintra	1177	CR\$ 1.000,00
V. N. Jackson Inc.	1340	CR\$ 1.000,00
Varam Motores	1526	CR\$ 10.000,00
Vera Delamain	1411	CR\$ 1.000,00
Victor Geraldo Simonsen	1072	CR\$ 1.000,00
Victor Morse	1278	CR\$ 1.000,00
Vilon Feith	1215	CR\$ 1.000,00
Virgilio Alves Carv. Pinto	1031	CR\$ 1.000,00
Viuva Leandro Dupré	1601	CR\$ 1.000,00
W. R. Marinho Lutz	1753	CR\$ 1.000,00
Willys Overland do Brasil	1090	CR\$ 20.000,00
Wladimir Meireles Queiroz Ferreira	1219	CR\$ 1.000,00

ANEXO III

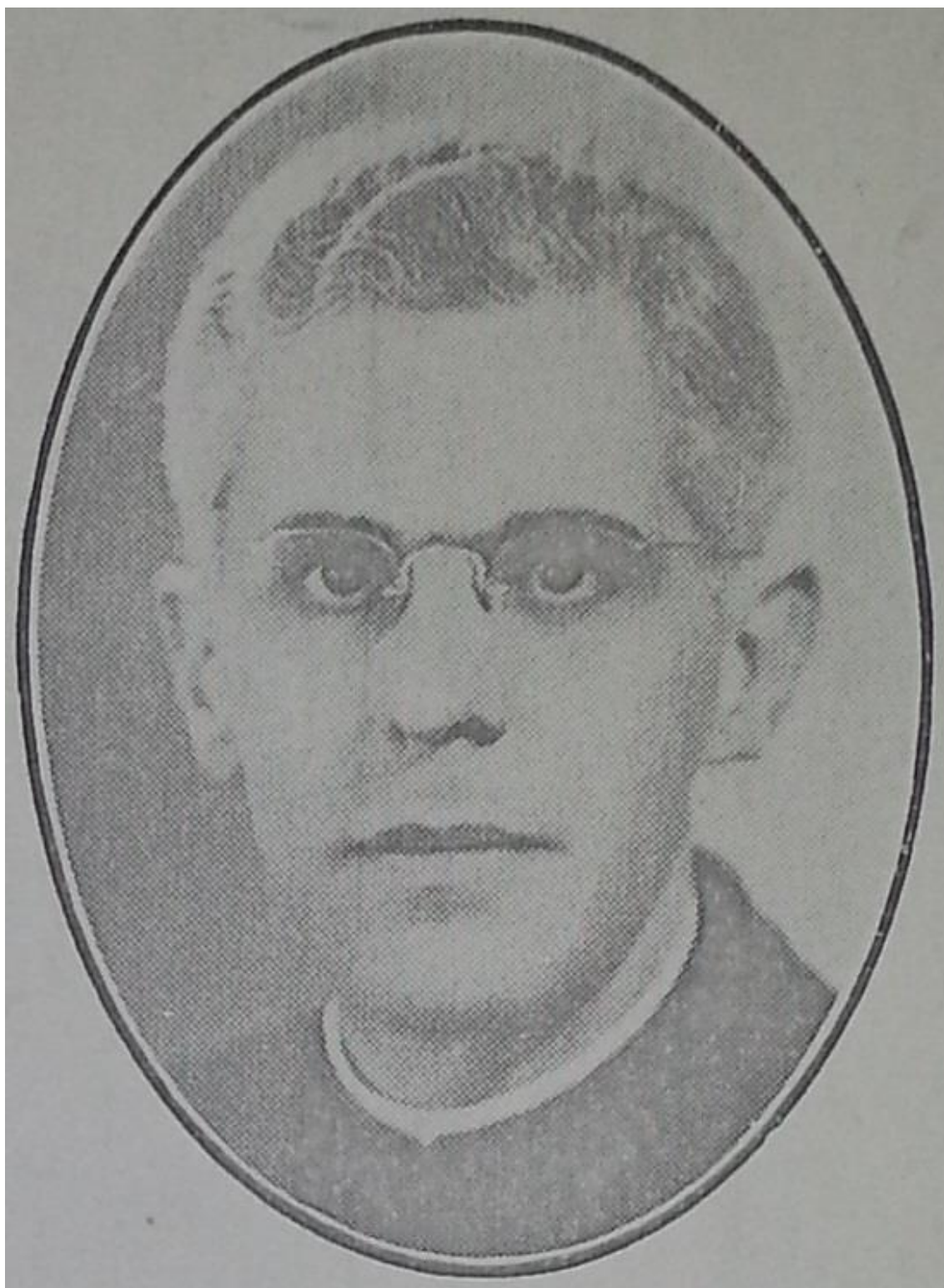


Figura 18: Retrato de Roberto Saboia de Medeiros (sem data)

ANEXO IV

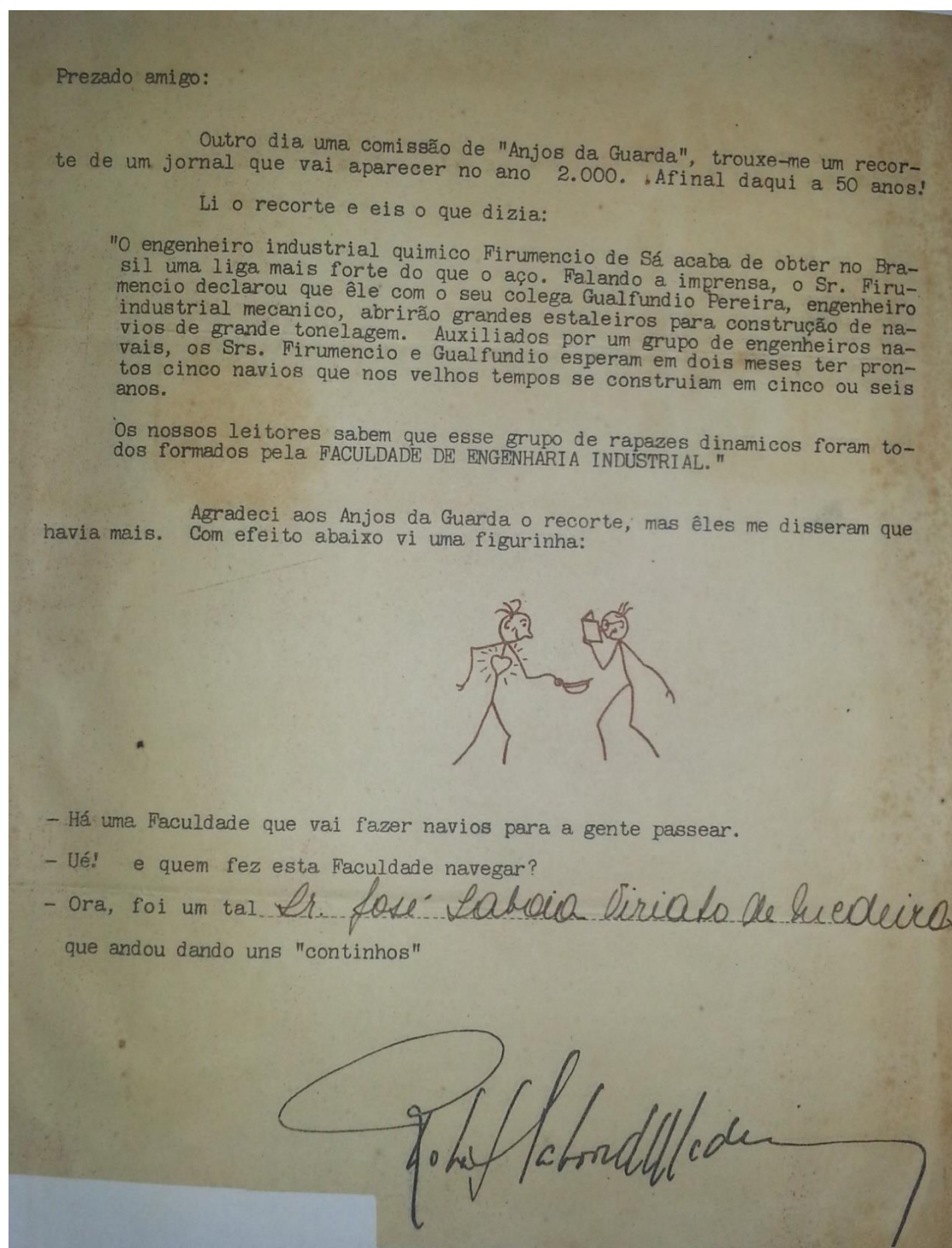


Figura 19: Carta Aberta enviada aos contribuintes da Campanha do Continho

ANEXO V

Livro Nº 1 de Registro de Pessoas Diplomadas pela Ação Social

Livro Nº 1 de Registro de Pessoas Diplomadas pela Ação Social

A Ação Social mandou inscrever por seu presidente, R. P. Roberto Saboia de Medeiros s.j. no seu livro de mérito os seguintes nomes

Diploma nº 1	Sr. Américo Capone	O Sr. Américo Capone caracterizou-se através de anos por uma amizade eficiente e esclarecida para com a Ação Social, e todos os seus trabalhos: sendo uma de suas notas características, a prestação pessoal aos esforços do empreendimento.
Recebido em	22 de abril de 1952	
Histórico	Proposto à 03/02/1952	
Diploma nº 2	Sr. Louis Ensich	O engenheiro Louis Ensich no período de dois anos cobriu um espaço de dez: Na Faculdade de Engenharia Industrial, ele viu aquele "investment in education" que criou as maiores escolas particulares americanas.
Recebido em	07 de setembro de 1952	
Histórico	Proposto a 15/05/1952	
Diploma nº 3	Sr. João Gonçalves	O Sr. João Gonçalves durante dez anos ininterruptos tem sido benfeitor singular: de modo especial exerceu durante dois anos o cargo de tesoureiro da Fundação de Ciências Aplicadas, é membro do Conselho Diretor da nossa Fundação. Em ocasiões difíceis, prestou com seus conselhos e amizade uma cooperação inestimável e ofereceu soluções felizes a problemas delicados.
Recebido em	30 de dezembro de 1952	
Histórico	Proposto a 12/06/1952	
Diploma nº 4	Condessa Marina Crespi	A Condessa Marina Crespi, aliou sempre às vultuosas contribuições anuais uma delicadez principesca no modo de fazê-las, demonstrando avaliar a luta de quem pede e revelando no dar uma naturalidade que não pensa em sublimar a dádiva.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	

Diploma nº 5	Sr. Alfredo Egydio de Souza Aranha	O Sr. Alfredo Egydio de Souza Aranha no correr dos anos, não somente tem auxiliado a Ação Social com notórias contribuições mas tem manifestado um interesse pessoal nos empreendimentos da instituição, interesse que o leva a conseguir numerosos cooperadores novos, a assistir com os conselhos de sua experiência, a incomodar-se mesmo pelo bem dessa empresa.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 6	Família Guilherme Giorgi	A Família Guilherme Giorgi é uma esplendida fraternidade que revela na beneficiência algo de proporcional à grandeza que possui no parque industrial.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 7	Dr. José Ermirio de Moraes	O Dr. José Ermirio de Moraes é o varão que se horroriza com bagatelas: só o empolga a imensidão dos grandes gestos: e assim tem sido o seu apoio à Faculdade de Engenharia Industrial.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 8	Sr. Luis Nazareno de Assumpção	O Dr. Luis Nazareno T. Assumpção é um dos amigos da primeira hora. Como presidente do Joquéi Club que foi, obteve aprovação de substancial contribuição mensal do Clube. A seus conselhos a um amigo, a Faculdade deve importante disposição testamentária de que resultaram as bolsas "Rodolfo Lara Campos".
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 9	Dr. Gofredo T. da Silva Telles	O Dr. Gofredo T. da Silva Telles foi durante quatro anos presidente da Fundação de Ciências Aplicadas, não poupando esforços no sentido do bem da Faculdade, sempre pronto a qualquer momento para deixar as próprias ocupações para tratar de um assunto da Faculdade.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15 de dezembro de 1952	

Diploma nº 10	Francisco Pignatari	O Sr. Francisco Pignatari é desses amigos, no seu gênero que todos os meses vem saber como vão as coisas, e trazer sua contribuição. Sem falar de certas ocasiões memoráveis em que espontaneamente enviou meios extras para fazermos frente a dificuldades extras.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 11	Teodoro Quartim Barbosa	O Sr. Teodoro Quartim Barbosa possui um dos mais admiráveis dons de conselho, tendo sido durante todos esses anos o amigo que propôs soluções donde vieram a Ação Social os melhores êxitos.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 12	Ariston Azevedo	O Sr. Ariston Azevedo, ao saber na primeira hora da criação da Faculdade, ocorreu com notável importância e no decorrer dos anos não tem deixado um instante não só de contribuir mas de acompanhar cada passo da Ação Social.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 13	José Pires de Oliveira Dias	O Sr. José Pires de Oliveira Dias, o amigo silencioso, que desde os primeiros passos da Ação Social, contribuiu e prestou serviços pessoais. Foi um dos primeiros diretos da Escola de Administração de Negócios, é membro da Fundação de Ciências Aplicadas e para a Faculdade no ato de criação trouxe ponderável contribuição.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 14	Dr. Francisco de Paula Peruche	Dr. Francisco de Paula Peruche, espontaneamente estabeleceu na Faculdade prêmios para os três alunos que mantiveram do primeiro ao quinto ano as melhores notas.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 15	Antonio José Bruna	Sr. Antonio José Bruna vem a seis anos colaborando com eficiência em todos os movimentos operários do Centro Técnico do Trabalho, especialmente no setor da Lapa

Recebido em	14 de janeiro de 1953	onde é chefe.
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 16	Caetano de Jesus	Caetano de Jesus elemento de grande valor e dedicação no movimento operário do C.T.T. é um dos antigos colaboradores, sobretudo no setor da Penha.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 17	Domingos Fazolin	Domingos Fazolin, veterano do movimento operário do C.T.T. participante ativo de todas as nossas iniciativas e realizações.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 18	Domingos Savino	Presidente do C.T.T. há quatro anos é um dos mais velhos e dedicados componentes do nosso movimento; líder formado pela antiga Escola Sindical da Ação Social é o atual presidente do sindicato dos empregados na Indústria de Massas Alimentícias de São Paulo.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 19	Edon Berretta	Há sete anos vem se dedicando com o C.T.T. na formação moral dos trabalhadores de São Paulo, com relevância no setor do Brás, onde é chefe.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 20	Franklin Honório da Silva	Franklin Honório da Silva colaborador eficiente do C.T.T. tem participado em todos os movimentos e iniciativas em prol do operariado de São Paulo.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	

Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 21	João do Amaral Alves	João do Amaral Alves centrista de grande dedicação e de grande amor a causa operária, antigo colaborador do C.T.T. especialmente no que se refere às Páscoas Operárias.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 22	João Tenerelli	João Tenerelli vem do setor da Água Rasa colaborando eficientemente do C.T.T. do qual é um dos veteranos, participou de todos os nossos movimentos.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 23	José Domingos Sant'anna	Possuidor de real espírito de sacrifício tem esse membro do C.T.T. tem sabido subordinar seus interesses pessoais e de família à causa operária de São Paulo. Nenhum movimento se fez no C.T.T., sem a participação ativa, obediente e generosa de José Domingos Sant'anna.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	
Diploma nº 24	Orlando Genaro	Orlando Genaro, esclarecido líder operário vem há oito anos dando com sacrifício de seu bem pessoal, horas de trabalho e empregando seus lazes em prol dos movimentos e iniciativas do C.T.T. de maneira especial em Vila Prudente, onde é o chefe do setor.
Recebido em	14 de janeiro de 1953	
Histórico	Proposto a 15/12/1952	